

**Universidade Federal de Santa Catarina
Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas
Área Temática Sociedade e Meio Ambiente**

**“Os Índios Guarani da Serra do Tabuleiro
e a Conservação da Natureza”**

(Uma perspectiva etnoambiental)

Tese de Doutorado

Ângela Maria de Moraes Bertho

Orientador: Luis Fernando Scheibe

Co-orientador: Silvio Coelho dos Santos

**Florianópolis
2005**

Para Oscar e Juana

Foto de capa: Güembé com raízes aéreas. Foto tirada em julho de 2005 por Juana Olaya Bertho Calávia, na Unidade de Conservação Monumento Moisés Bertoni, em Ciudad del Este, Paraguai, perto da tríplice fronteira.

RESUMO

Esta tese se insere na interface entre o direito à demarcação de espaços territoriais tradicionais dos Guarani na Mata Atlântica e o processo de reordenamento territorial para a conservação da Natureza.

Nessa interface duas amplas perspectivas teóricas se colocam: a primeira, a da Preservação, entende que a exclusão de humanos diminui o impacto nas áreas a serem preservadas. A segunda, a da Conservação e sua caudatária, a Etnoconservação, defendem a permanência das populações indígenas por serem importantes aliadas para a construção de um manejo em que o manejo tradicional indígena pode contribuir para a sustentabilidade ecológica desses espaços.

Os Guarani do Mbiaçá, nas fontes quinhentistas, têm suas áreas inseridas no contexto do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, uma aldeia totalmente sobreposta ao parque e três delas em seu entorno, o que tem dificultado o processo de demarcação e inclusão dessas áreas no projeto Microbacias² com objetivos de promover a sustentabilidade sócio-ambiental.

O objetivo dessa pesquisa é contribuir para o conhecimento dos fatores que promovem ou não a sustentabilidade etnoambiental das aldeias da Serra do Tabuleiro, especialmente na aldeia de Morro dos Cavalos, por entender que é a partir desta condição que essas áreas indígenas podem somar-se aos esforços da conservação da natureza na Mata Atlântica na perspectiva da Etnoconservação em seus espaços territoriais de domínio.

Para além do dualismo teórico das perspectivas de proteção à natureza, o percurso teórico-metodológico da tese foi o da interdisciplinaridade com vistas a abarcar as interrelações entre a etnohistória (guarani), cosmologia (visão de mundo), a territorialidade, o manejo agroflorestal e a sustentabilidade etnoambiental.

ABSTRACT

This work is about the interconnection between the right to demarcation of Guarani's traditional territorial places at Mata Atlântica (Atlantic Forest) and the process of territorial re-arrangement for preserving the Nature.

In this interconnection, two wide theoretical perspectives emerge: The first one, it is, the Preservation, sees that humans' exclusion reduces the impact on areas to be preserved. The second one, it is, the Conservation, and its related, the Ethno-Conservation advocate for permanence of indigenous populations because of they are important allies for constructing a management where traditional indigenous management may contribute for the ecological sustainability of these places.

The Guaranis from Mbiaçá, since before colonization, have they areas within the State Park of Serra do Tabuleiro; one village completely overlapped on the Park and three of them around it, which have been complicating the process of demarcation and inclusion of these areas into the Microbacias² project with the object of promoting the social-environmental sustainability.

The objective of this research is to contribute for knowing the factors promoting or not the ethno-environmental sustainability of Serra do Tabuleiro villages, specially on the Morro dos Cavalos village, thinking that from this condition these indigenous areas may join the efforts of nature conservation on Atlantic Forest pointing to Ethno-Conservation on their domain territorial places.

In addition to the theoretical dualism of nature protection perspectives, the theoretical-methodological course of this thesis was the one of the inter-disciplinarity with the objective of abranging the inter-relations between ethno-history (guarani), cosmology (world view), territoriality, the agricultural-forest managing and the ethno-environmental sustainability.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese é certamente um trabalho solitário e solidário ao mesmo tempo. Envolve um mergulho profundo nas nossas intuições, convicções, dúvidas, incertezas e expectativas. Envolve também todos os autores que lemos, colegas de curso, professores, orientadores, interlocutores que encontramos em percursos afins, com os quais estabelecemos diversas dimensões de reflexão e convivência.

Aos Guarani que conheci e com quem convivi em várias situações, sou especialmente grata por ter com eles plantado muitas árvores. Sr. Augusto da Silva, cujos olhos sempre sorriem, Timóteo de Oliveira e a sua sensibilidade contagiante, D. Nadir Moreira pelo carinho constante na acolhida. Sr. Alcindo Moreira e D. Rosa Poty pelo amor mútuo e pela dedicação às roças, Amaro Perez e Coralina Ferreira (nomes fictícios) pela reciprocidade ao pé do fogo de chão, Natalino pela sua gratidão. Leonardo da Silva Gonçalvez, que me instigou e desafiou em suas provocações.

Aos amigos que fiz na CAPI- Comissão de Apoio aos Povos Indígenas, Ricardo Cid Fernandes, Maria Dorothea Post Darella, Flavia Cristina de Mello, Melissa de Oliveira, Silvia de Oliveira, Orivaldo Nuno Nunes, Mariana Semeghini, José Basini, Bruno Utermoehl, Jean Carlos de Medeiros. À Clóvis Briguenti e Marina de Oliveira, do CIMI. À Yara Alvarez da Funai/ Palhoça. À Adriana Felipin e Dafran Macário do CTI. Ao Aldo Litaiff e a Tereza Fossari do Museu Universitário da UFSC. À Natália Hanazaki pelas empreitadas e pela leitura crítica do projeto da tese. A Gabriela Sorel pelo socorro amigo e constante com a informática.

Aos professores do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Luiz Fernando Scheibe, pela orientação, confiança e incentivo; Silvio Coelho dos Santos pela co-orientação e o compromisso contínuo com os direitos dos povos indígenas; Paulo Ricardo Freire Vieira pelo início da caminhada rumo à complexidade que eu tentei trilhar. Ao professor Paul Richard Müller do Centro de Ciências Agrárias e Christian Caubet do Centro de Ciências Jurídicas.

Ao Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas e à CAPES por ter podido contar com uma bolsa de estudos, que foi fundamental para que essa tese fôsse realizada.

À Juana pela alegria do que foi, é e será. Ao Oscar por sentir e dividir comigo essa alegria, pela troca de idéias permanente da qual esse trabalho faz parte, e pelo que somos um para o outro.

SUMÁRIO

Resumo	03
Abstract	04
Agradecimentos	05
Sumário	07
1. Introdução	10
1.1. Enfoque Teórico	18
1.2. Enfoque Metodológico	21
1.3. Unidade de Análise	24
1.4. Divisão da Tese	26
PARTE I: Territorialidade em Transformação	31
2.1. Territorialidade Guarani – Contexto Continental	31
Manejo Agroflorestal	32
Guerra de Conquista de Territórios	34
2.2. Dinâmica Territorial Pós-Conquista – Contexto Meridional	37
A “civilização” e a mão de obra indígenas: escravidão e encomienda	39
Missionamento indígena: as reduções jesuíticas, a ordem no caos	41
2.3. A guerra simbólica entre xamãs e jesuítas: transformações da organização social e política indígenas	46
Os novos exploradores mestiços: as riquezas da terra	48
2.4. Conhecimento do espaço territorial continental: disputa de fronteiras coloniais e políticas indigenistas	54
Resistência indígena: os “monteses” e as áreas de refúgio	57
A Guerra do Paraguai e as implicações para os Guarani	59
2.5. Desterritorialização, Dispersão e Cosmologia (primeiras interpretações sobre o tema da “Terra sem Mal”	62
2.6. Devastação dos territórios étnicos: desflorestamento e expansão da agricultura extensiva nas florestas meridionais: sudeste brasileiro, este paraguaio e nordeste argentino	72
Impacto sócio-ambiental: a luta por terras das comunidades indígenas	75
2.7. Cosmologia Guarani – interpretações interdisciplinares: da religião à ecologia à territorialidade	80
PARTE II: A emergência do Ambientalismo e os Povos Indígenas	91
3.1. Áreas Naturais Protegidas	94
3.2. Territorialidade Guarani e a Reserva da Biosfera: Sobreposições Nos espaços territoriais indígenas tradicionais no Cone Sul.	100
A Reserva da Biosfera e os Guarani no Paraguai	100
A Reserva da Biosfera e os Guarani na Argentina	106
A Reserva da Biosfera e os Guarani no Brasil	110
3.3. A aldeia indígena de Morro dos Cavalos e o Parque Estadual	

da Serra do Tabuleiro (PEST)	114
3.4. Os impasses da demarcação da aldeia de Morro dos Cavalos	119
O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro: sobreposição fundiária	119
A duplicação da BR 101 trecho sul e Convênio Funai/Dnit	121
O Projeto Microbacias2: Estratégia para as populações indígenas	122
3.5. Etnoconservação: potencialidades integradoras de um projeto em construção	124
3.6. Tratamento desigual dos direitos humanos e reconhecimento da territorialidade indígena no Brasil	128
3.7. Os últimos desdobramentos sobre as sobreposições AIs/TIs/UCs	134
PARTE III: Espaço Territorial tradicional Guarani: Do Mbiaçá à região do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro	138
Transformações substantivas	138
4.1. Caracterização das Aldeias: formação, economia de subsistência, demografia, disponibilidade de recursos naturais, manejo agroflorestal, estratégias de subsistência, projetos implantados.	140
Aldeia de Morro dos Cavalos	140
Aldeia de Mbyguaçu	147
Aldeias de Cambirela e Massiambu	155
Aldeia de Cachoeira dos Inácios	158
Projeto de Extensão MU/ UFSC	162
Convênio Projeto Rondon/Funasa/Funai	163
Considerações acerca dos dois projetos	165
4.2. A mobilidade Guarani revisitada: estudo de caso	169
Trajetórias Individuais e Mobilidade	171
Trajetória Comum e Mobilidade	172
Aldeia Tekoa Vy'a Porã – Morro dos Cavalos	174
Aldeia de Mbyguaçu	176
Manejo Agroflorestal	177
Roça, Topografia e Manejo	177
O calendário agrícola	178
Estratégias de sobrevivência	179
Primeiras considerações do grupo para nova mobilidade	180
A preparação para a mobilidade	182
A tentativa de criação da aldeia de Itaguaçu	184
4.3. Os significados e os conflitos em torno da mobilidade	187
5. Considerações Finais	194
Sobre a mobilidade guarani	194
Sobre a sustentabilidade etnoambiental das aldeias indígenas	196
A perspectiva da Etnoconservação	199
Referências Bibliográficas	204



Casa de Amaro Perez e Coralina Ferreira em Tekoa Vy'a Porã, em Morro dos Cavalos

1. Introdução

Esta tese se insere nos estudos dos processos contemporâneos de reordenamento territorial em vastas extensões do território brasileiro que tem gerado conflitos, interações, experimentações e políticas públicas. De um lado povos indígenas, com direitos tradicionais, históricos e constitucionais à demarcação e usufruto de terras por eles ocupadas e que propiciem sua reprodução biológica e cultural segundo suas tradições. De outro, estratégias para a conservação da biodiversidade, inseridas na construção de um dos focos do desenvolvimento sustentável. Este, por sua vez, voltado à superação de um paradigma, que no país se traduz pelo desenvolvimentismo centrado na extração predatória de recursos naturais.

A preocupação com a conservação da natureza no Brasil tem uma história de longa data, mas nos últimos trinta anos é que as discussões têm envolvido de maneira direta e indireta a pesquisa, o planejamento e a governança em seus vários níveis: federal, estadual, municipal. Instituições de ensino e pesquisa, as universidades e órgãos gestores, Ministério do Meio Ambiente - MMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - Ibama, Fundação Nacional do Índio - Funai, a sociedade civil organizada através principalmente das Organizações Não Governamentais - Ongs, associações urbanas, rurais e indígenas.

A abrangência de teorizações e ações voltadas ao desenvolvimento sustentável e à conservação extrapola o nível local ou regional, tendo conexões nos níveis nacional e global.

No contexto das discussões sobre desenvolvimento sustentável na década de 80, e como superação das análises do Clube de Roma (década de 70), que propunha o crescimento econômico e populacional zero pela tese dos limites físicos da biosfera, a União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais – UICIN, apresentou a Estratégia Mundial de Conservação – EMC, sobre como ampliar a conservação à escala global¹, de forma a contribuir com os objetivos do desenvolvimento (McCORMICK, 1992, p.151-169).

¹ Em 1971 foi lançado o programa de cooperação científico mundial “O Homem e a Biosfera” (MAB). As três dimensões básicas desse programa foram: A Conservação da Biodiversidade, a promoção do desenvolvimento sustentável e pesquisa, educação e monitoramento. Até o ano 2000 foram implantadas 243 reservas da Biosfera em 65 países (WEY DE BRITO, 2000: 30). A Mata Atlântica no Brasil foi a primeira Reserva da Biosfera a ser implantada no país.

Em 1986, revisando os objetivos da EMC durante a Conferência sobre Conservação e Desenvolvimento em Ottawa, salientou-se a necessidade de um tipo de desenvolvimento sustentável, equitativo, estabelecendo a relação entre o movimento conservacionista e os interesses dos povos indígenas e de outros povos tradicionais, cujos modos de vida se vinculam aos recursos e ao meio ambiente (IUCN apud VEIGARIOS, 2004, p.83).

Já na década de 90, entre os acordos internacionais, a Convenção da Diversidade Biológica - CDB, assinada por mais de 180 países durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, a Eco-92 no Rio de Janeiro, teve como objetivos: (a) a conservação da diversidade biológica; (b) o uso sustentável de seus componentes e (c) a repartição equitativa dos benefícios de uso de recursos genéticos. Desde a assinatura já ocorreram sete Conferências das Partes – COP, com representantes dos países signatários para a discussão, negociação e financiamento de estratégias entre países megadiversos, em “desenvolvimento” com intensa exploração de recursos naturais, e “desenvolvidos”, detentores de biotecnologias e em déficit com a sustentabilidade biológica global.

Segundo o convênio (COLCHESTER, [1994] 2003, p.118-124), os custos são assumidos pelos países industrializados do Norte em benefício do meio ambiente mundial. Com relação aos povos indígenas, o mesmo propõe a adequação da legislação nacional para o respeito e a manutenção dos conhecimentos e práticas das comunidades indígenas e locais, que com seus modos tradicionais de vida pertinentes à conservação e utilização sustentável da diversidade biológica possa promover uma aplicação mais ampla. Foi proposta também a proteção do uso consuetudinário dos recursos biológicos².

² No bojo dos acordos internacionais da Convenção da Biodiversidade em 92, foi concebido o “Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil”, o PPG7 (Priority Project), com dotações dos países que compõe o G7, governo brasileiro, Rain Forest Trust Fund e Agência de Cooperação Financeira da Alemanha- KFW. Um de seus subprograma: “Unidades de Conservação e Manejo de Recursos Naturais”, incorpora o Projeto Integrado de Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal, o chamado PPTAL. O total de terras indígenas a ser regularizado é de 160, (TIs) que somam 46 milhões de hectares, com participação das comunidades, educação ambiental intercultural valorizando seus saberes tradicionais, zoneamento das áreas com vistas à fiscalização das fronteiras pelos povos indígenas e aplicação de projetos de desenvolvimento sustentável em colaboração com a Funai, organizações científicas, ONGs e representantes indígenas (KASBURG; GRAMKOW (Org.), 1999).

A incorporação da Mata Atlântica no PPG7 foi por muito tempo gestada. Em novembro de 2003 foi instituído um grupo de trabalho (GT), em maio de 2004 foi lançado oficialmente programa inicial, com as seguintes instituições envolvidas: KFW Group, Banco Mundial, Banco do Brasil, Rede de Ongs da Mata Atlântica, Agenda 21 da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Organismo para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas

A legislação referente aos índios a partir da Constituição de 1988 cobre amplamente as recomendações acima, através do direito à demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e imprescindíveis tanto às suas atividades produtivas como à preservação dos recursos ambientais, segundo suas pautas culturais, demarcadas oficialmente ou não. Essas terras destinam-se a sua posse permanente, com o usufruto das riquezas naturais nelas existentes. São ainda considerados nulos, sem efeito jurídico, atos que tenham por objeto ocupação, domínio ou posse, salvo relevante interesse público da União (Constituição Federal de 1988, Capítulo VIII, dos Índios, art 231 e 232).

Entre as estratégias que buscam conjugar desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade está o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC³. Esse reordenamento territorial em curso tem-se deparado em alguns casos com demandas reprimidas de demarcação de terras indígenas por parte da Funai em vários biomas brasileiros e tem produzido casos de sobreposições parciais ou totais de áreas ou terras indígenas – AIs ou TIs⁴ e unidades de conservação - UC, por serem esses ecossistemas considerados de “alta importância para a conservação”.

A título de ilustração: só na Amazônia Legal ocorrem 47 casos de sobreposição em várias categorias (SANTILLI, 1999, p.33), enquanto na Mata Atlântica só com a etnia Guarani são 13 os casos nas categorias parque e estação ecológica (LADEIRA, 2001, p.53), categorias estas que o Snuc normatiza como de proteção integral, ou seja, sem a presença de populações humanas.

Com relação aos povos indígenas, em seu artigo 57 aquela mesma lei estabeleceu que os órgãos federais responsáveis pela execução de políticas ambientais e indigenistas devem instituir grupos de trabalho com vistas à regulamentação dessas sobreposições com a participação das populações envolvidas.

A dimensão humana da conservação da biodiversidade divide-se em duas amplas perspectivas de gestão territorial e de recursos naturais: a da Preservação e a da Conservação.

(FAO). Em 2005 O PPG7 dotou a Mata Atlântica de mais recursos através do “Subprograma do PPG7 para a Mata Atlântica” (MMA, 2005).

³ Lei do SNUC nº 9985 de 18.07.00

⁴ São consideradas Terras Indígenas (TIs), aquelas com processo demarcatório finalizado, cujo último estágio é a homologação; quanto a áreas indígenas são assim consideradas quando estão em processo de identificação e demarcação.

A da Preservação, que propugna a não presença humana com objetivos de diminuir seu impacto, indenização das populações residentes, manejo científico e fiscalização. Sustenta-se que a reduzida porcentagem de remanescentes, no caso do bioma Mata Atlântica especialmente, não deve abrigar direitos fundiários ou formas de desenvolvimento sustentável, para evitar riscos, mesmos que mínimos a esses remanescentes, pelos “serviços ambientais” já reduzidos que estes fornecem como água, captura de carbono, conservação da biodiversidade etc. (OLMOS et al., 2002, p.1-17; TERBORGH et al., 2002).

A perspectiva da Conservação ou Etnoconservação defende a permanência e a aliança com os povos indígenas e comunidades tradicionais, que com sua agricultura de subsistência de baixo impacto tecnológico no ambiente, possuem práticas de manejo com princípios sustentáveis (conscientes ou não), além de sua presença impedir o livre acesso a esses remanescentes evitando extrativismo predatório.

Entre essas práticas, o manejo agroflorestal indígena, matriz também da agricultura das comunidades tradicionais caboclas, que não só propicia o aumento da biodiversidade, mas também pela sua itinerância nos espaços territoriais, prescinde do uso de fertilizantes e agrotóxicos, além de estar pouco dirigida ao mercado, o que pressiona menos o ecossistema.

As culturas indígenas, sendo dotadas de uma racionalidade diferenciada (visão de mundo e cosmologia), em que cultura e natureza se interrelacionam, são importantes aliadas para a construção de um manejo em que, saberes tradicionais e científicos podem contribuir para a sustentabilidade ecológica e cultural. Propõe-se a integração dos direitos indígenas, a valorização e o resgate de seus saberes tradicionais, especialmente os concernentes à sustentabilidade ecológica (DIEGUES, 2000, p.1-46; ROUÉ, 2000, p.67-79; CASTRO, 2000, p.165-182; COLCHESTER, 2000, p.225-256).

Caudatária dessa perspectiva encontra-se a defesa de uma etnoconservação *strictu sensu*, ou seja, considera-se que em alguns casos a conservação da biodiversidade tem-se mostrado mais eficaz em territórios indígenas que em unidades de conservação (UCs). Que os esforços deveriam ser mais direcionados à demarcação de terras, pois protege o etnozoneamento indígena baseado em seu conhecimento e manejo tradicionais, considerados necessários e suficientes para a conservação em detrimento do zoneamento técnico/científico das agências de conservação que podem colocar em risco seus objetivos (LAURIOLA, 2001, p.239-266; Idem 2002/2003, p.165-189; MONTENEGRO, 2004, p.1-12).

No país, o que se tem construído por enquanto são arcabouços normativos, criação de comissões federais e locais; alguns projetos pilotos pontuais de gestão integrada seja através de agências governamentais, e entre estas e organizações não governamentais; monitoramento e controle demográfico de populações indígenas pelas administrações das Unidades de Conservação ou restrições de atividades de subsistência/abertura de roças com contrapartidas esparsas de assistência a essas populações, como a distribuição de cestas básicas.

Ao nível federal, com participação do MMA, Funai, ambientalistas e indigenistas, a Funai firmou, logo após a lei do Snuc, o compromisso de não declarar nenhuma área indígena, sem os estudos da Comissão que analisava caso a caso as sobreposições UC/TI (INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL, 1996-2000, p.176-177).

Em Santa Catarina a Fundação Estadual do Meio Ambiente - Fatma, seguiu as prerrogativas da lei do Snuc na qual a categoria Parque é incompatível com a permanência de populações, sendo que o projeto de Zoneamento Ambiental do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – Pest, não contém nenhuma zona de uso sustentável, além de seu entorno.

Para além dos direitos constitucionais à demarcação de terras, os movimentos indígenas seja em nível nacional, seja no estado têm rechaçado as UCs em suas áreas ou terras e reivindicado políticas públicas de proteção e gestão sustentáveis nas mesmas em parceria com o Ministério do Meio Ambiente.⁵ Existe portanto uma demanda presente de compatibilização entre direitos indígenas e a necessidade de conservação de recursos para o usufruto das populações indígenas dentro de suas pautas culturais com princípios de sustentabilidade que combine o manejo com a conservação de recursos.

O tema deste trabalho se situa na fronteira⁶ entre o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e parte do território tradicional guarani, que comporta a presença de várias

⁵ Durante a COP7 – Conferência das Partes da Convenção da Biodiversidade realizada em Kuala Lumpur em 2003 o Ministério do Meio Ambiente e a delegação brasileira se comprometeram a defender a posição de supremacia das TIs sobre as UCs em caso de sobreposições e a inclusão das terras indígenas no Programa de Trabalho para Áreas Protegidas para conter a redução da taxa de biodiversidade (ISA a, acesso em 24.04.04).

⁶ Esse espaço da “fronteira” inclui direito constitucional a demarcação de terras indígenas, duplicação da BR 101 e implantação de Unidade de Conservação/Parque Estadual tendo esta, interface com a restauração e conservação de bacias hidrográficas. Ao todo estão envolvidas quatro agências governamentais: 1. Funai (Fundação Nacional do Índio); 2. Pest/Fatma (Parque Estadual da Serra do Tabuleiro/Fundação do Meio Ambiente-SC); 3. Projeto Microbacias 2 do qual o PEST é parte integrante e que tem como componente o projeto “Estratégia para as Populações Indígenas”, cujos objetivos são a

aldeias Indígenas: a aldeia Morro dos Cavalos⁷, inteiramente inserida nos limites do Parque; tres outras aldeias no seu entorno: Aldeia de Cambirela⁸, Massiambu⁹ e Cachoeira dos Inácios¹⁰, e uma quarta, a de Mbyguaçu¹¹, mais distante do entorno do Parque, mas que foi criada por famílias provenientes da aldeia de Morro dos Cavalos.

Todas essas aldeias relacionam-se social, política, parental, econômica e ambientalmente e por apresentarem situação fundiária de inserção ou de abrangência ao parque têm ocorrido conflitos interinstitucionais tanto para a delimitação e demarcação das áreas indígenas, quanto para implementação de projetos com objetivos de melhorar a qualidade de vida dessas populações.

Para Noelli (1993, p.247-249) a aglomeração aldeã é o tekohá¹², formado por famílias extensas chamadas Te'yi, isolados ou agrupados em função de condições políticas, produtivas ou de captação de recursos. Tradicionalmente os tekoá formavam unidades territoriais - os guara. O conjunto dos guara, por sua vez formava uma unidade sociológica cujo território tradicional era disputado através de guerras de conquista com outras etnias, compreendendo parte do atual Paraguai, norte da Argentina, norte do Uruguai e as regiões sul e sudeste brasileiras. Esse era o território tradicional não exclusivo¹³ à época da expansão demográfica européia, na medida em que, originários da Amazônia, começaram sua expansão para o sul do continente há 5.000 anos.

melhoria das condições de uso e gestão de recursos ambientais e de redução da pobreza; 4. DNIT (Departamento Nacional de Transportes- Duplicação da BR 101), com a duplicação da BR 101, cujo componente o Convênio FUNAI/DENIT prevê ações compensatórias, com ampliação das aldeias do trecho Palhoça (SC) Garuva(RS) , obras de infraestrutura e apoio técnico ao desenvolvimento de agricultura sustentável às aldeias impactadas por essa ampliação da infraestrutura de transportes; e 5. Projeto Mata atlântica componente do PPG7.

⁷ Identificada mas não demarcada.

⁸ Esta área de ocupação ainda não foi identificada.

⁹ Área de ocupação provisória decorrente de decisão da Procuradoria Federal que outorgou aos guarani a ocupação de uma terra sequestrada em função do cultivos de entorpecentes.

¹⁰ Área adquirida pela Funai com recursos de ação compensatória via Petrobrás, pela passagem do Gasoduto Brasil-Bolívia em proximidades de aldeias guarani.

¹¹ Terra Indígena (TI), demarcada e homologada como ação compensatória da duplicação da BR 101 trecho norte.

¹² A designação de *tekoá* para aldeia é recorrente na literatura antropológica da América espanhola, na América portuguesa e na literatura correspondente o termo é *Tekoá*. Entre os Mbyá do litoral, entre os quais construí a unidade de análise desta tese o termo também é *tekoá*.

¹³ A não exclusividade refere-se à existência de outras etnias nesse território.

Habitando sempre áreas florestadas “com presença de bacias hidrográficas e várzeas” (NOELLI, 1993, p.304), seu manejo agroflorestal caracterizava-se pela circularidade das roças nos tekoá. As mesmas eram realizadas através do corte e queima de mata secundária, o que implementava nutrientes no solo e controle de vegetação competitiva, seguindo os processos naturais do ecossistema. Essa circularidade implementava a regeneração natural de áreas de antigas roças que eram enriquecidas, através do manejo, de espécies perenes que serviam como locais de coleta e também como atratores de caça. A mata primária era preterida para plantio e usada para caça e coleta de recursos de sua cultura material (Idem, 1993, p.262-282).

Segundo Melià, “o modo de ser” (*Teko*) guarani tem ligações com o modo com que vivenciavam seu espaço geográfico, podendo-se observar a referência sempre presente de “teko” como uma forma de vida e de identidade que podem ser representadas segundo duas categorias principais: a espacialidade e a tradição. Este autor também observa que existem notáveis coincidências entre os tipos de aldeamento descritos nas fontes jesuíticas seiscentistas, e os tekohá que se conhecem através da etnologia moderna (MELIÀ, 1981, p.8-9)

A supressão das florestas meridionais desse território provocou a dispersão e a conseqüente desterritorialização indígena (GARLET, 1997), seja pelo processo de apropriação colonial com seu extrativismo predatório, implantação de agricultura extensiva e agropecuária, seja pela modernização da agricultura: mecanização, insumos e agrotóxicos, tendo permanecido um saldo mínimo de remanescentes do bioma Mata Atlântica, que no país está em torno de 7,3% da área original. Áreas essas, fundamentais para os serviços ambientais que proporcionam, tais como ciclo hidrológico, captura de carbono, regulação climática etc., onde tem sido criadas Unidades de Conservação, em cerca de 2% dos remanescentes.

E é em parcela desses remanescentes de seu território tradicional¹⁴ que também parte da população guarani busca reproduzir seu sistema cultural através de uma rede de aldeias com ampla mobilidade, sentindo-se novamente ameaçada pela restrição do uso de recursos naturais nas áreas ou terras indígenas em que ocorre a sobreposição ou entorno das unidades de conservação.

¹⁴ Os Guarani habitam uma ampla rede de aldeias no Paraguai, Argentina e Brasil, com histórico de forte mobilidade entre elas.

A identificação, demarcação ou a ampliação de terras indígenas juntamente com projetos de sustentabilidade das atividades produtivas são colocadas como as questões mais importantes pelo “Conselho Estadual de Povos Indígenas em Santa Catarina”, que conta com representantes das três etnias do Estado: Kaingang, Xokleng e Guarani.

Diferente dos Kaingang e Xokleng, para os quais mesmo num contexto de criação de “reservas” foram feitas demarcações com vistas à liberação de terras para a colonização, os Guarani criaram estratégias de invisibilidade e perseveraram em dinâmicas de apropriação de espaços territoriais florestados através de sua mobilidade, recusando em algumas ocasiões a situação de confinamento estabelecida pelo SPI e Funai através das demarcações¹⁵. No entanto essa estratégia tem esgotado sua eficácia nas últimas décadas.

No litoral de SC, a construção da BR 101 em 1960 e os estudos para a criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro em 1975 revelaram a presença de uma família extensa guarani, e outros trabalhos de identificação no Estado de 20 anos para cá confirmaram uma intensa e ininterrupta ocupação nesses espaços por várias famílias ou grupos. O acentuado deflorestamento da Mata Atlântica, aliado a especulações imobiliárias, tem contribuído para a paulatina reivindicação de demarcação de terras pelos guarani.

O objetivo dessa pesquisa é contribuir para o conhecimento dos fatores que promovem ou não a sustentabilidade etnoambiental¹⁶ das aldeias da Serra do Tabuleiro, especialmente na aldeia de Morro dos Cavalos, por entender que é a partir desta condição que essas áreas indígenas podem somar-se aos esforços da conservação da biodiversidade na Mata Atlântica na perspectiva da Etnoconservação em seus espaços territoriais de domínio.

Nesse sentido este objetivo vem de encontro à justificativa da pesquisa, qual seja, a necessidade de considerar o horizonte ético, que vê nessas populações o esforço a ser dirigido tanto para a demarcação e ampliação de suas terras, quanto para a melhoria de sua qualidade de vida a partir de seus padrões tradicionais.

¹⁵ É sintomático que no início do século XX quando foram criadas reservas aos Kaingang e Xokleng, também Nimuendaju ([1917] 1987, p. 3-16) tentou abrigar grupos Guarani remanescentes dispersos pelo Mato Grosso, Paraná e São Paulo na Reserva de Araribá, no interior do Estado de São Paulo, mas sem sucesso.

¹⁶ Consideramos para essa análise alguns indicadores sócio-ambientais tais como: correlação entre demografia e área de suporte para seu manejo agroflorestal; utilização ou não de sementes guarani nos cultivos; segurança alimentar; ocorrência ou não de espécies vegetais próprias de seu manejo para uso de sua cultura material.

Esse horizonte ético tem sido colocado à prova pela dificuldade que tem tido as instituições envolvidas, principalmente a Funai e a Fatma, em manterem diálogos institucionais para o andamento dos processos de demarcação e homologação das áreas indígenas no contexto do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

As perguntas norteadoras que nos guiaram nessa tese foram:

A biodiversidade nas áreas indígenas do Maciço do Tabuleiro, é fator propiciador da tradicionalidade dos guarani?

a) Que fatores interagem para a sustentabilidade de manejo agroflorestal? Ou quais a impactam e como?

b) A UC do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, criada em 1975, veio sobrepor-se à aldeia de Morro dos Cavalos, existindo ainda em seu entorno as aldeias de Massiambu e Cachoeira dos Inácios. Este contexto potencializa:

c) Riscos para a sustentabilidade etnoambiental ou

d) Viabilidade de uma gestão integrada dos recursos naturais entre essas áreas indígenas e esta UC?

1.1. Enfoque Teórico

As teorias da conservação da natureza foram um nicho teórico das ciências naturais até a década de 80, especialmente na Biologia da Conservação, mas enfoques interdisciplinares anteriores, provenientes da Ecologia Cultural e da Antropologia Ecológica, têm sido parcialmente resgatados, e mais recentemente as Etnociências (Etnobiologia, Etnoecologia) têm participado de maneira central nos desdobramentos teóricos sobre a importância dos povos indígenas e comunidades tradicionais na Conservação.

As ciências humanas, em especial os campos temáticos que estudam as relações entre cultura e natureza ou cultura e meio ambiente, têm sido envolvidas pela emergência do Ambientalismo, o que tem provocado em várias áreas do conhecimento uma sócio/antropologização das ciências naturais como também uma ecologização das ciências humanas em áreas tais como: Ecologia Cultural, Sociologia do Meio Ambiente, Economia Social do Meio Ambiente, História Ambiental, Ecologia Humana, Geografia Humana e Agroecologia, todos com forte caráter interdisciplinar.

Teoricamente a relação cultura natureza tem marcado os paradigmas antropológicos, incluindo as polêmicas discussões entre o que era determinante, se a natureza ou a cultura.

Segundo Morán ([1979]1994, p.38-64), a Antropologia Cultural encabeçada por Franz Boas tentou superar o que era considerado uma influência do determinismo ambiental nas análises culturais, estabelecendo uma acentuada centralização na cultura, procurando explicações de suas diferenças nas histórias culturais específicas.

Conforme Morán, para Boas eram esses fatores que proporcionavam as escolhas e mudanças culturais. Seus alunos Lowie e Kroeber formularam uma nova abordagem, chamada de possibilismo ambiental. Lowie argumentava que sob as mesmas condições ambientais as respostas culturais eram específicas, o que reforçava a percepção de que um recurso não era necessariamente usado de determinada maneira e esses usos eram devidos a suas histórias específicas. Para Kroeber, os seres humanos eram subordinados ao seu meio cultural, e para explicar essa subordinação o autor forjou o conceito de “superorgânico cultural”, considerando o ambiente como importante apenas ao limitar as possibilidades culturais. Ao longo de sua obra passou a considerar que as relações entre cultura e natureza tinham-se tornado extremamente complexas e as generalizações passaram a ser improdutivas, optando pela probabilidade de haver muitos fatores naturais atuando sobre as culturas específicas, com intensidades variadas.

A Ecologia Cultural de Julian Steward (KORMONDY; BROWN, 2002), por sua vez tentou superar tanto o determinismo quanto o possibilismo, buscando ligações causais entre estrutura social e modos de subsistência. O processo de utilização de recursos naturais através das tecnologias de subsistência era o foco da análise, aliada aos padrões de comportamento e às mudanças. Enfatizou o estudo da população dentro dos ecossistemas, adotando a perspectiva das interrelações entre natureza e cultura. A subsistência, sua economia e tecnologia formavam o Núcleo Cultural, que influenciava a ideologia e a religião. O ambiente teria um efeito direto somente sobre o núcleo cultural, nas outras dimensões da cultura como organização social e a ideologia os efeitos seriam indiretos. O núcleo cultural seria também o agente de influência no ambiente.

A Ecologia Cultural, com influências do paradigma funcionalista, mesmo dando especial relevo às atividades de subsistência inspirou trabalhos que ficaram restritos a sociedades e grupos de pequena escala ou isolados, como sistemas fechados.

A Antropologia Ecológica com Glifford Geertz (apud MORAN, [1946] 1990, p.56-70; [1979] 1994, p.67-80), incorporou as críticas anteriores e ampliou o escopo analítico, incluindo o ecossistema como unidade de análise numa abordagem chamada de “sistemas integrais”. Testou as contribuições de Steward sobre a subsistência e a tecnologia, e ampliou-os com a perspectiva diacrônica (temporal ou histórica) inserindo os processos de transformação e de mudança no interior do sistema econômico. O autor demonstrou como este e outros fatores formam um sistema inter-relacionado e dinâmico.

Em sua pesquisa sobre a agricultura na Indonésia, Geertz elucidou que elementos históricos e políticos são parte do ambiente global de adaptação dessas sociedades, e que neste caso específico, o comportamento humano na Indonésia deveu-se mais à adaptação aos padrões impostos pelo colonialismo holandês.

A abordagem de Geertz apontou para a análise dos sistemas abertos, em que as variáveis ecossistêmicas e adaptativas interrelacionavam-se tanto com os ecossistemas quanto com os processos interculturais, históricos e políticos.

O Estruturalismo, que se voltou para o estudo da dimensão simbólica da cultura, com Descola ([1986]1996; 2000, p.149-163), percebeu os ameríndios como não tendo uma concepção dualista de cultura, que suas cosmologias percebem as diferenças entre homens, plantas e animais, em termos de graus e não de natureza. Para eles, como num continuum de relações de afinidade, os seres da natureza são parceiros sociais, assim as identidades são sujeitas a mutações e metamorfoses, em que não há espécie dominante.

A importância crescente da conservação da biodiversidade e das florestas começou a entender os povos indígenas enquanto atores privilegiados desse processo, em especial no que respeita a seu manejo agroflorestal, em vários biomas brasileiros (Cerrado, Amazônia, Mata Atlântica). Ancoradas na Etnobiologia, as teses das “florestas antropogênicas” (POSEY, 1987; BALÉE, 1993), ampliadas em sua biodiversidade pelos povos indígenas passaram a influenciar alguns trabalhos sobre os Guarani (NOELLI, 1993; FOGEL, 1993).

A Ecologia Histórica com Balée (1992, p.35-57) sugeriu também que sociedades de horticultores semi-sedentários, como os Héta e Aché (Proto Tupi-Guarani) sofreram uma regressão agrícola devido às forças sociopolíticas como o missionamento, doenças epidêmicas e escravidão. Consideradas em tempo recente como sociedades que vivem exclusivamente de caça e coleta (forrageiras) e por consequência são nômades,

apresentam em seu vocabulário palavras para plantas cultivadas, herança de um passado remoto.

No caso específico dos estudos e teses acadêmicas sobre os Guarani, essas influências se fazem sentir nos campos da Etnoarqueologia, Etnohistória, Cosmologia, com cruzamentos de dados e interrelações que têm contribuído para a ampliação do conhecimento desse sistema cultural, sua resistência, estratégias e adaptações perante o meio, o contato e a assimilação, sua dinâmica territorial, seu manejo agroflorestal, sua acentuada mobilidade e sua visão de mundo.

1.2. Enfoque Metodológico

Metodologicamente, portanto, o enfoque interdisciplinar permite o estabelecimento de interrelações teóricas entre etnohistória, cosmologia, territorialidade, uso e manejo de recursos naturais e sustentabilidade etnoambiental.

A etnohistória Guarani relaciona-se ininterruptamente com as historiografias portuguesa e espanhola que foram requisitadas para o contexto Guarani, tanto quanto a literatura de cronistas, viajantes, missionários e cartógrafos, em especial textos da época da Colonial.

Quanto à cosmologia, a itinerância do manejo agroflorestal guarani e a busca decorrente de espaços florestados relaciona-se com o mito da “terra sem mal” que, por sua vez também tem ligações com percepções, comportamentos e dinâmicas sobre e no território, seletividade ecossistêmica, circularidade das roças e mobilidade nos espaços territoriais.

A mobilidade espacial guarani, sempre recorrente, é nesta perspectiva multicausal e sistêmica, e está longe de ser auto-referencial em termos culturais, com confluências de inúmeros fatores, como podem ser sua própria expansão demográfica, dinâmica territorial nas áreas de domínio das atividades agroflorestais (circularidade), conflitos políticos internos e eventos externos. Entre estes, as disputas por espaços entre as diversas etnias, a distante Conquista européia com alianças, guerras e comércio de recursos naturais (escambo) e sua decorrente e constante desapropriação, seja territorial, seja do trabalho indígena¹⁷. Entretanto, o aumento paulatino do ritmo dessa mobilidade

¹⁷ Escravismo na América portuguesa, sistema de encomienda na América espanhola, agregando os indígenas que estivessem nas terras sob jurisdição de um encomendero. A encomienda era uma versão dos agregados nas fazendas brasileiras.

aponta para a dispersão e a desterritorialização (GARLET, 1997) crescentes já a partir do impacto causado pela Conquista. No caso dos guarani litorâneos, a fuga e o abandono da costa para o interior do continente através dos caminhos pré-colombianos – o chamado Caminho do Peabirú e seus ramais, redução e catequese nas Missões Jesuíticas¹⁸.

À sua revelia, os Guarani foram articulados ao sistema-mundo, com o qual relacionavam-se indiretamente via religiosidade cristã dos jesuítas, através de um processo de mútua tradução (POMPA, 2002), gestando um enclave teocrático, quase um estado dentro de um estado que o sistema colonial ibérico não podia aceitar (MELIÀ, 1997, p. 209).

Com a expulsão dos jesuítas e a administração dos espaços territoriais das missões por parte das coroas e posteriormente dos domínios territoriais português e espanhol, esses espaços antes reservados aos índios foram paulatinamente incorporados às economias regionais e aos estados nacionais. Mas um grande contingente populacional indígena resistiu e não foi missionado. Mesmo tendo sofrido enorme impacto epidemiológico, os remanescentes permaneceram incrustados nas florestas de difícil acesso ou em dispersão, evitando frentes de colonização, criando áreas de refúgio esparsas ou concentradas¹⁹ no território tradicional.

A criação dos Estados nacionais e os conflitos fronteiriços, entre eles a guerra da Tríplice Aliança²⁰ passaram a comprometer ainda mais a dinâmica territorial de grupos dispersos, cuja existência a literatura constatou e que consideramos nesta tese como uma das grandes áreas de refúgio indígena a leste e oeste do Rio Paraná. Esse contexto coincide com mudança do regime de propriedade de terras e extrativismo florestal. Posteriormente a expansão da agricultura moderna e da pecuária do sudeste e sul brasileiro deu-se para a mesma região, como também para o noroeste argentino. O extrativismo, o desmatamento e a devastação desses territórios étnicos produziram

¹⁸ Por um lado a utopia do “comunalismo primitivo”, a proteção e a catequese por parte dos jesuítas, por outro a liberação de terras para a colonização, a educação em artes e ofícios para a assimilação desses povos por parte dos regimes coloniais.

¹⁹ Um dos enclaves bastante mencionados pela literatura etnohistórica referente aos guarani localizou-se nas florestas meridionais da tríplice fronteira : Paraguai, Argentina e Brasil.

²⁰ Por seu lado, o Paraguai, perdedor do conflito e endividado, passou a vender espaços territoriais florestados a grandes empresas estrangeiras para a extração de recursos florestais, em especial erva-mate e madeira.

desde finais do século XIX novas dispersões e reterritorializações em áreas florestadas da Mata Atlântica e uma volta aos espaços territoriais litorâneos, onde buscavam reproduzir seu sistema etnoambiental.

A identificação e a demarcação de terras indígenas guarani nas três últimas décadas tem coincidido com a criação de unidades de conservação na Mata Atlântica nos vários países do Cone Sul²¹, criando sobreposições parciais ou totais, que no nosso foco de análise contextual é o litoral do sudeste brasileiro.²²

As questões norteadoras desta tese que apontam para a conservação da biodiversidade em terras indígenas necessitam ser matizadas neste caso específico. Nossa hipótese principal é que a tradicionalidade da cultura guarani favoreceu a conservação de seus saberes tradicionais aliada à sua mobilidade. No entanto, o acentuado desflorestamento da Mata Atlântica por um lado, e a falta de demarcação de terras por outro podem estar comprometendo esses saberes tradicionais.

Nesse sentido as tentativas de preservar seus remanescentes, através da implantação de UCs tem gerado a restrição do uso de espaços territoriais e de recursos naturais impactando seu manejo agroflorestal, ou seja, a itinerância das roças tradicionais.

Este contexto tem gerado o sedentarismo e a insegurança alimentar dos guarani dos Tekoá do Tabuleiro, em especial os da aldeia de Morro dos Cavalos, sobreposta ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

A hipótese auxiliar é que a morosidade dos processos de demarcação, de ampliação das terras indígenas e a degradação destas pequenas áreas²³ pelo uso intenso comprometem gravemente a sustentabilidade etnoambiental e seus saberes tradicionais de manejo agroflorestal, sendo estas as condições básicas para a Conservação em Terras Indígenas.

²¹ No Brasil, no Paraguai, Argentina e Uruguai.

²² São 16 aldeias homologadas (processo finalizado) no interior e litoral, totalizando 19.074,84 há, das quais 5 sobrepõe-se parcialmente a duas UCs de uso restrito (Parques) somando um total de 9.320,97 ha, praticamente a metade de terras homologadas com sobreposição no RJ e SP. São 8 aldeias em identificação, justapostas parcial ou totalmente com seis UCs de uso restrito (Parques e Estações Ecológicas), em SP, PR, SC e RS. (in Ladeira, 2001). Em Santa Catarina a sobreposição ocorre no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

²³ Exceto Morro dos Cavalos que tem Relatório de Demarcação realizado com 1998 ha, as outras áreas sem esse processo iniciado são: Massambu com 4,5 ha e Cambirella com cerca de 4 ha. Cachoeira dos Inácios, registrada na Funai com 78 ha e Mbyguaçu, a única com processo fundiário concluído, com 58 ha.

1.3. Unidade de Análise

Como já exposto, a unidade de análise é o conjunto dos Tekoá da região da Serra do Tabuleiro, formando uma rede de aldeias que se relacionam social, política, parental e ambientalmente. Um sistema sócio-ambiental dinâmico e aberto a outros Tekoá nesse espaço de domínio territorial, situados em parte do Brasil (sudeste, sudoeste), Paraguai, Argentina, Uruguai.

A partir dos anos 60 uma série de pesquisas sistematizadas tornaram visível a ocupação constante e cíclica desse domínio por grupos guarani, através de sua mobilidade. Nos anos 90 a aldeia de Morro dos Cavalos passou a ser o centro de irradiação de reivindicações dos Guarani por demarcação de terras, buscando “oficializar” a reapropriação desse espaço, resultando o processo finalizado de MMbyguaçu, o quase finalizado de Cachoeira dos Inácios, o em curso de Morro dos Cavalos e a reivindicação para futura formação de um GT para identificação e demarcação de Cambirela e Massiambu.

As principais técnicas de pesquisa utilizadas foram:

A. Entrevistas: pouco dirigidas através de um questionário (Anexo 1) numa amostragem significativa de 40% das unidades familiares da aldeia Morro dos Cavalos.

B. Consulta a documentos: Laudos Demarcatórios, Estudos de Impacto Ambiental, Teses, Artigos.

C. Observação Participante. Em função da pesquisa, passei a ter contatos com os guarani através de duas Ongs: CAPI- Comissão de Apoio aos Povos Indígenas e do CTI- Centro de Trabalho Indigenista, e ainda do Setor de Etnologia do Museu Universitário da UFSC.

Essas organizações implementaram nos últimos anos várias ações, das quais participei junto aos guarani:

CAPI: I Encontro Escolar Guarani da Região Sul- Litoral (Agosto de 2001), com participação de lideranças guarani, Funai, Cimi, Comin, secretarias de educação e procuradores da República dos três estados sulinos. Objetivo: estabelecer as diretrizes para um curso de formação diferenciada de professores guarani, no sentido de adequar a política educacional à dimensão cultural, territorial e ambiental da etnia.

Durante o ano de 2002, vários encontros entre a CAPI, a Secretaria de Educação/SC e Funai construíram o Programa de Formação de Professores Guarani, que

atualmente está em execução pelo setor de Educação Indígena da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina que contou com a participação de educadores, lingüista, biólogo e antropólogos.

CTI e CAPI: Programa de Ações Ambientais em Áreas Indígenas na Aldeia Morro dos Cavalos (novembro de 2002), com a participação de lideranças do Estado de SC. O objetivo foi fornecer aos Guarani do litoral, junto à Mata Atlântica, informações sobre a realidade fundiária e ambiental das regiões sul e sudeste, através de cartas geográficas, imagens de satélite e fotografias aéreas, possibilitando a visualização de suas ocupações tradicionais. Através de oficinas foram realizados levantamentos da diversidade biológica nas ocupações atuais, a utilização e o mapeamento de recursos naturais, valorizando o conhecimento e as formas de manejo tradicionais. Contou com a participação de biólogos e antropólogos. Em fevereiro de 2004, em novo encontro na aldeia Morro dos Cavalos foi lançada a publicação com o resultado do levantamento e mapeamento dos recursos naturais na interface do manejo das áreas indígenas com participação dos Guarani. Foram convidadas as instituições locais envolvidas com a questão indígena e ambiental: Funai, Fatma, Procuradoria da República, universidades regionais.

Setor de Etnologia do Museu Universitário: em duas aldeias participei de projetos de Extensão: Cachoeira dos Inácios e Morro dos Cavalos. Em Cachoeira dos Inácios o projeto “Sem Tekoá não há teko – Sem terra não há cultura”, com enriquecimento florestal (madeiráveis e frutíferas), enriquecimento do solo das roças com compostagem orgânica, além de apoio na obtenção de sementes guarani. Em Morro dos Cavalos, enriquecimento das matas ciliares e plantio de frutíferas.

A participação nesses projetos me permitiu ampliar a coleta de dados sobre sua economia e estratégias de subsistência. Esses projetos contaram com a participação de lideranças das aldeias e pesquisadores de várias procedências do campus da UFSC: Filosofia, Biologia, Agroecossistemas e Antropologia.

Na aldeia de Mbyguaçu participei da construção de um projeto de roças coletivas, mas indiretamente, por estar fazendo o acompanhamento de um grupo em mobilidade que passou um ano em Morro dos Cavalos, transferindo-se pelo mesmo período para Mbyguaçu, e depois para o norte do Estado. A história de vida da liderança desse grupo e o histórico de sua mobilidade tornou-se representativo da insegurança fundiária e alimentar porque passam ao viver segundo seus preceitos tradicionais. Estabeleci com eles uma lógica de reciprocidade, trocávamos dados para minha

pesquisa e apoio para sua roça: alimentação, mudas de frutíferas e sementes para o plantio.

De uma maneira geral ter participado desses projetos me inseriu nessa mesma lógica em todas as aldeias, onde estabeleci laços de confiança e passei a ser identificada como alguém que não só ficava fazendo perguntas para uma pesquisa, mas que de alguma maneira estava inserida num processo com a CAPI e a UFSC, junto a outros pesquisadores, que com seu trabalho tentava melhorar a qualidade de vida do grupo através de demandas construídas com sua participação.

1.4. Divisão da Tese

A tese foi dividida em três partes. A primeira parte teve como objetivo abordar a problemática, evidentemente complexa, de situar os Guarani na história ambiental da América Latina cujos estudos são ainda incipientes (WARREN DEAN, [1995] 2000; BALÉE: 1992).

As fontes são provenientes, de um lado, da Etnoarqueologia (CHMYZ, 1976, p.67-98; NOELLI, 1993, 2004, p.17-34; BROCHADO, [1989] 1997, p.75-90), que têm mapeado os caminhos antigos, o chamado Caminho do Peabiru, construído modelos, a partir da pesquisa de sítios arqueológicos, de evidências de sua expansão e conquista territorial no continente em relação com outras etnias, de assentamentos – uso e manejo de recursos naturais, em especial seu manejo agroflorestal, e ainda dos impactos e das transformações desse manejo em decorrência dos processos de conquista e colonização europeus.

De outro lado, da Etnohistória (SUSNIK, 1975; MELIÀ, 1997; GARLET, 1997; FOGEL, 1997; REHNFELDT, 2000), possibilitou analisar esses modelos através da dinâmica dos processos históricos interculturais sócio-políticos, como: alianças e resistências, contextualizando o sentido e a dinâmica da territorialidade guarani na interface dos processos históricos do contato e expansão européia no continente. Entre eles: a desapropriação territorial, a transformação da paisagem que substituiu paulatinamente o manejo agroflorestal com agricultura, a caça e coleta pela implantação

de formas agropastoris e posteriormente agropecuárias, que passaram a demandar altos índices de desmatamento.

Ainda, os processos de missionamento, escravidão, fuga, invisibilidade e o impacto na organização social e política nativas, demandando transformações decorrentes da desterritorialização e estratégias de adaptabilidade territorial e ambiental (FOGEL, 1997; GARLET, 1997).

As análises de cunho cosmológico do tema da “Terra sem mal”, verificadas através da Etnologia, têm incluído paulatinamente a perspectiva ecológica à religiosa-profética das primeiras interpretações, permitindo aproximações conceituais ao próprio discurso nativo, como também re-significações (NIMUENDAJÚ, [1917] 1987; MÉTRAUX [1925] 1979; CADOGAN [1965] 1997; SCHADEN, [1954] 1960 e 1963; CLASTRES [1975] 1978; MELIÀ, 1990, 1997; LITAIFF, 1999; LADEIRA, 2001).

A segunda parte deteve-se na emergência do ambientalismo e sua relação com a territorialidade Guarani. Em primeiro lugar, foi analisado o contexto geral da sobreposição de Áreas Indígenas Guarani nas Unidades de Conservação das Reservas da Biosfera nos países do Cone Sul. O reordenamento territorial com objetivos de conservação e sustentabilidade nos vários países provocou uma série de conflitos fundiários e de direitos humanos que tem tido diferentes tratamentos nos países em questão.

Nesse contexto se situa o impasse jurídico/institucional entre direitos históricos originários à demarcação e o modelo de conservação proposto pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei do Snuc), no contexto mais amplo dos enfoques de gestão territorial e de recursos naturais, realizados historicamente, e seus resultados em casos emblemáticos, tanto nacionais (Xingu) quanto internacionais apresentados em várias conferências realizadas sobre o tema. No nosso país, ainda apresentam os últimos desdobramentos envolvendo Associações e Organizações indígenas na Conferência Nacional do Meio Ambiente nas quais, ao mesmo tempo que não aceitam UCs em suas terras, buscam uma aliança com o Ministério do Meio Ambiente para a construção de uma Política Indigenista que garanta a demarcação dos espaços territoriais indígenas, proteção da biodiversidade e projetos sustentáveis.

Na plêiade de atores envolvidos localmente, encontram-se: os Guarani, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit, Fundação Nacional do Índio- Funai, Ministério da Justiça, Procuradoria da República em SC, Fatma, Projeto Microbacias 2, correspondendo portanto: direitos territoriais, infraestrutura de

transportes (BR101), conservação da biodiversidade, etnodesenvolvimento sustentável. Foi analisado o histórico das inserções desses atores no processo, na perspectiva de se houve ou não tentativas de construção de políticas públicas integradas ou se o que continuou vigorando foram políticas multisetoriais sobrepostas. A inserção ou não da negociação política local, nas negociações mais amplas de nível nacional, seja por parte das instituições envolvidas, seja por parte das lideranças guarani.

Os últimos desdobramentos sobre a questão da sobreposição entre AIs-TIs²⁴ /UCs foram protagonizados mais nos níveis nacional e internacional que no local. Através do Ministério do Meio Ambiente, Ongs e movimento indígena nacional têm-se construído uma série de propostas de conservação das AIs e TIs brasileiras, já que há a constatação reiterada que essas áreas apresentam fortes indícios para a conservação da natureza no país, além de sua importância para projetos de futuro dos próprios povos indígenas.

Na terceira parte, que constituiu-se no corpo etnográfico da tese e foi dedicada ao processo de reapropriação dos espaços territoriais tradicionais da Serra do Tabuleiro, analisei o contexto local. Efetuei o levantamento etnoambiental das aldeias de Morro dos Cavalos, Mbyguaçu, Massiambú, Cambirela e Cachoeira dos Inácios, com caracterização geral que incluiu: formação, área, densidade demográfica, disponibilidade de recursos naturais, manejo agroflorestal e estratégias de subsistência, em suma a diversidade de caracterização e gestão ambiental entre as aldeias, suas alianças nos projetos de busca de sustentabilidade sócio-ambiental e segurança alimentar.

Os dados interrelacionados foram tanto qualitativos quanto quantitativos e incluíram: demografia de cada aldeia, disponibilidade de recursos naturais, caracterização e manejo das áreas de roças, tempo de pousio para reutilização das mesmas, utilização de sementes guarani ou outras, estratégias de sobrevivência, entre as quais a produção e comercialização de artesanato, como também sua inserção no mercado regional, organização social, política e participativa em projetos de fomento.

Realizei também uma análise comparativa entre os projetos implantados na aldeia de Cachoeira dos Inácios, por ser considerada nos últimos anos, a que melhor comportaria esses incentivos não só em termos de topografia, como também de não ter

²⁴ AIs são consideradas áreas indígenas com processo de demarcação em andamento ou que ainda não iniciou o processo.

TIs são consideradas terras indígenas cujo processo de demarcação está concluído, cuja finalização é a homologação.

impedimentos fundiários. Os projetos implantados foram: A. O projeto de Extensão do Museu Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC: “Sem Teko não há tekó- Sem terra não há Cultura”, baseado na percepção de reproduzir o manejo tradicional Guarani em Agrofloresta, com apoio a roças familiares, compostagem orgânica e enriquecimento florestal. B. O projeto do convênio Fundação Nacional de Saúde - Funasa/Funai/Rondon, de auto-sustentação, renda e saneamento, baseado na percepção da carência alimentar vivida na aldeia, com implementação de ações voltadas à agricultura em glebas, com insumos agrícolas, além de uma horta coletiva, construção de açudes coletivos, criação de animais por unidades familiares e incentivo à venda de excedentes como alternativa de renda.

Um capítulo foi dedicado à problemática da mobilidade recente Guarani, com o estudo de caso de um grupo em constante mobilidade, seja por AIs ou TIs ou em áreas florestadas do litoral nordeste/sul/sudeste da Mata Atlântica, coincidentemente em áreas decretadas como de extrema importância para a conservação do bioma, em unidades de conservação. Analisei o contexto multicausal desta acentuada mobilidade, cujo grupo comportava cerca de dezoito pessoas, cujo maior número era de uma mesma família extensa através de AIs-TIs /UCs nos estados de São Paulo e Santa Catarina. Através da história de vida de sua liderança (Amaro e Coralina), tentei perceber pela via de nossa convivência e reciprocidade o que é ser índio, o que é ser guarani, o porque de sua mobilidade constante, como constroem suas aldeias, como manejam suas roças, quais suas expectativas.

Finalmente, realizei uma discussão das alternativas que, à luz dos enfoques teóricos explicitados, considero que possam integrar os melhores resultados tanto para a etno-sustentabilidade guarani quanto para a Conservação da biodiversidade em áreas indígenas.

Ya ni siento mi ofensa ni la tuya; sólo siento la que esta gente advenediza hace a nuestro ser antiguo (así llaman ellos su antiguo modo de vida) y a lo que nos ganaron las costumbres de nuestros padres. ¿Por ventura fue otro el patrimonio que nos dejaron sino nuestra libertad? ¿La misma naturaleza que nos eximió del gravamen de ajena servidumbre no nos hizo libres aun de vivir aligados a un sitio por más que lo elija nuestra elección voluntaria? ¿No han sido hasta ahora común vivienda nuestra cuanto rodean esos montes, sin que adquiriera posesión en nosotros más el valle que la selva? ¿Pues por qué consientes que nuestro ejemplo sujete a nuestros indios y lo que peor es a nuestros sucesores, a este disimulado cautiverio de reducciones de que nos desobligó la naturaleza?

Discurso de Potirava
(Blanco Aput Melià 1997, p. 152-153)

PARTE I. Territorialidade em Transformação

2.1 Territorialidade Guarani- Contexto Continental

Pesquisas etnoarqueológicas, etnohistóricas e etnoecológicas têm apontado a origem dos Tupi-Guarani na Amazônia Central, de onde sua expansão para a região meridional do continente sul americano havia começado provavelmente há 5.000 anos²⁵ (NOELLI, 1993; (BROCHADO [1989] 1997; LATHRAP e BROCHADO apud NOELLI, 1996, p.21).

Segundo Noelli (1996, p.9) a origem amazônica é confirmada por estudos linguísticos da família Tupi-Guarani²⁶, com quarenta e uma línguas, à qual a língua guarani é afiliada (RODRIGUES apud NOELLI, 1996, p.10), e por estudos comparados de cultura material, em especial a cerâmica. Há correlações entre os Guarani e as cerâmicas do oeste amazônico, e entre os Tupinambá e as cerâmicas do leste da Amazônia.

As rotas de expansão seguiram os principais rios. Enquanto os Tupinambá teriam rumado para leste do centro de origem (Amazônia Central) e atingido o litoral nordeste do continente, expandido-se até o litoral sudeste, no atual estado de São Paulo, os Guarani tomaram o rumo sudoeste, seguindo ao longo dos rios Madeira e Mamoré, no atual estado de Rondônia, seguindo mais ao sul pelos rios Paraguai, Paraná, Uruguai e seus afluentes.

Numa escala de 3.000 a 2.000 anos teriam atingido o que hoje é a Bolívia, o Paraguai, Uruguai e o Brasil Meridional, chegando ao litoral sudeste e sul do continente há cerca de 1.000 anos, na Argentina e no Brasil (do Rio Grande do Sul ao sul de São Paulo)²⁷.

²⁵ A hipótese de que a origem geográfica dos Tupi-Guarani seria entre o Paraguai e o sul da Bolívia não tem sido confirmada pelas pesquisas arqueológicas e linguísticas recentes. Esta hipótese construída entre 1838 e 1946 baseou-se em dados históricos e etnográficos a partir de Karl F. Ph. von Martius, Paul Ehrenreich e Rodolfo Garcia, Betty Maggers (NOELLI, 1996, p. 11-18).

²⁶ Para o arqueólogo André Prous (1992, p. 371), existe um conjunto de etnias do Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Peru cujas línguas são aparentadas formando o tronco Tupi dividido em famílias, uma das quais o Tupi-Guarani. No Brasil reúne grupos Guarani da bacia do Prata (vale dos rios Uruguai e Paraná) e os grupos Tupi dos litorais do Rio de Janeiro e Maranhão (Tupiniquins e Tupinambás) e outros localizados na bacia amazônica.

²⁷ Mesmo apresentando lacunas, os sítios arqueológicos até agora levantados cobrem o leste do Paraguai, o nordeste da Argentina e Uruguai. No Brasil, os estados brasileiros de Mato Grosso em sua metade sul,

A hipótese mais aceita para esse movimento expansionista é a do aumento demográfico na organização dos cacicados amazônicos. Relatos etnohistóricos têm apontado para a alta densidade populacional desses cacicados, entre os séculos V e XV.²⁸

A expansão rumo ao sudoeste e ao sul do continente foi lenta. Segundo Noelli (1996, p.35) há diversas áreas guarani que denotam ocupação contínua por mais de 1.500 anos, sendo que em geral as ocupações têm registros nos solos antropogênicos²⁹ de mais de 100 anos (NOELLI, 2004, p.24). Essa lentidão, verificável pela datação de sítios arqueológicos, aponta para uma relação de sedentarismo nos espaços territoriais de domínio e se dá por três razões associadas: o manejo agroflorestal, a manutenção e a guerra de conquista dos espaços territoriais.

Manejo Agroflorestal

A Amazônia é apontada como lugar de origem de importantes inovações tecnológicas, como o manejo agroflorestal e a utilização de cerâmica, própria de povos sedentários (ROOSEVELT, 1992; LATHRAP apud NOELLI, 1993, p. 63).

Partindo de levantamento bibliográfico³⁰, de cruzamento de dados arqueológicos e etnohistóricos referentes à economia de subsistência guarani e de estudos provenientes das áreas da etnobiologia e etnoecologia dos povos indígenas amazônicos atuais, Noelli

na porção oeste de S. Paulo, estão distribuídos por todo o Paraná, em Santa Catarina com predominância do litoral e fronteira centro-norte com Paraná. As datações provenientes do litoral de Santa Catarina indicam que foi a última região a ser dominada. No Rio Grande do Sul os sítios estão em grande parte do Estado, excetuando-se os campos do nordeste (NOELLI, 2004).

Susnik (1994), ao analisar a formação e a dispersão étnica pré-colombiana do continente estabeleceu que essa expansão se deu em ondas, ou seja com expansão de grupos com temporalidades diferenciadas.

²⁸ Os solos aluviais das várzeas amazônicas oriundos dos sedimentos dos Andes e a existência de vastas regiões com terra roxa proporcionavam riqueza de nutrientes e potencial agricultável para comportar uma densa população. (ROOSEVELT, 1992)

²⁹ Também conhecidos como “terra preta do índio” (TPI) na Amazônia, são consideradas como o resultado de ocupação prolongada por populações de terra firme. A TPT é o resultado da acumulação de dejetos domésticos, e devido a acumulação de material orgânico apresenta elevados teores de cálcio, magnésio, fósforo, potássio etc., geralmente com boa fertilidade para cultivos (MORÁN, 1990).

³⁰ A bibliografia referente aos Guarani foi compilada por Melià et al (1987) que a dividem em: Etnologia da Conquista, Etnologia Missionária, Etnologia dos Viajantes (e cronistas), Etnologia Antropológica (Antropologia Aplicada: educação e defesa de territórios), Etnohistória e Arqueologia. A mesma foi atualizada recentemente por Melià (2004).

(1993, p.260) estabeleceu um modelo do “padrão amazônico” que foi reproduzido pelos Guarani durante 3.000 anos.

Esse modelo começou a ser alterado com a expansão européia no continente. O território tradicional abrangia as florestas subtropicais do que é atualmente o sudeste da Bolívia, o leste do Paraguai, o nordeste da Argentina e Uruguai, e no Brasil as regiões centro-oeste, sudeste e sul.

Esse modelo, baseado no levantamento de sítios arqueológicos, estabeleceu que os Guarani habitavam áreas florestadas com presença de bacias hidrográficas e várzeas, exercendo o domínio de amplos espaços territoriais (*guaras*), que continham várias aldeias (*tekoás*) com agricultura em roças itinerantes, movendo-se em circularidade. O modelo de manejo do sistema agroflorestal guarani, caracterizava-se pelo corte e queima de mata secundária, o que implementava nutrientes no solo e controle de vegetação competitiva, seguindo os processos naturais do ecossistema. As roças eram múltiplas e escalonadas cronologicamente, o que garantia a não-escassez entre as safras.

Esse mosaico caracterizava-se ainda pelo consorciamento de espécies sazonais e perenes, proporcionando inter-relações de reposição e retirada de nutrientes entre as espécies, como frutíferas, tubérculos e outros vegetais. As espécies sazonais mais exigentes, como o milho, eram transferidas para roças recém-abertas, enquanto as perenes, como as frutíferas formavam pomares. As antigas roças serviam como locais de coleta e também como campos de caça, sendo lugares preferenciais para armadilhas, por serem locais que atraíam animais que consumiam itens dos plantios.

A circularidade característica das roças implementava a regeneração natural das áreas de antigas roças para mata secundária, ampliando, todavia, sua biodiversidade pela introdução e ou dispersão de novas espécies oriundas do manejo indígena.

O esgotamento do solo das roças, portanto, não significava o abandono dos territórios de domínio (*guaras*), mas a rotação de áreas de cultivo, que regeneradas voltavam a ser abertas e cultivadas em média a cada dez anos nas antigas aldeias (*tekoás*).

As matas primárias eram preteridas para plantio, pela dificuldade de corte e queima, mas usadas para coleta de recursos florestais, como esteios para moradias, cipós, madeiras para fabricação de objetos, coleta de ervas medicinais, caça arredia ou especializada nestes ambientes.

Essa agricultura³¹ de multi-uso e longo prazo não era exclusiva das roças em rotação, mas também praticada em trilhas (entre aldeias e entre aldeias e roças), bordas de mata e alagadiços com espécies alimentares, medicinais e matérias primas para confecção de itens da cultura material, doméstica.

Este modelo evidentemente deve ser considerado como tipo ideal, variando com as circunstâncias locais. Noelli (2004, p.24) constatou no levantamento dos sítios arqueológicos (MAPA 1), a existência de assentamentos tanto em solos ricos como pobres do ponto de vista de sua potencialidade para a agricultura. Também observou que a localização dos sítios, era recorrentemente em áreas florestadas ou áreas de transição entre selva e bosque, conformando redes de aldeias. A essas redes atribuiu funções defensivas e econômicas, em razão do comportamento conquistador e da necessidade de manter territórios.

Guerra de conquista e manutenção de espaços territoriais

Segundo Branislava Susnik (1975), os Guarani teriam uma cultura de padrão etnocêntrica, colonizando e conquistando outros povos no processo de expansão rumo ao sul, o que foi comprovado pelo registro dos sítios, segundo Noelli (2004, p.20). Os assentamentos guarani eram instalados em áreas anteriormente ocupadas, sendo provavelmente seus ocupantes assimilados ou expulsos.

Binot Palmier de Gonneville, francês da Normandia, em busca também do caminho para as Índias, atracou na região da atual Ilha de São Francisco do Sul em 1503 e ali permaneceu durante seis meses reparando a embarcação e convivendo com os Guarani. Convidado, duas vezes durante esse tempo pelo cacique Arosca para participar de guerras a seus inimigos das terras interiores, se negou (PERRONE-MOISÉS, 1996, p. 21-24).

Segundo Gonneville, os domínios de Arosca tinham a extensão de um dia e eram povoados por uma dúzia de aldeias, sendo que em cada uma tinha seu “capitão” particular e todos obedeciam a Arosca. Durante essas guerras de poucos dias reuniam-se de quinhentos a seiscentos homens. Na partida à França Gonneville firmou um acordo com Arosca:

³¹ Os Guarani tiveram várias referências entre viajantes e cronistas do século XVI sobre a abundância de seus cultivares e a fartura de caça e pesca em seus territórios (GONNEVILLE, apud PIERRONE-MOISÉS, 1996; HERNANDEZ [1555] 1999).

E porque é costume daqueles que chegam às novas terras das Índias levarem delas à Cristandade alguns índios, tanto se fez, com tal gentileza, que o dito chefe Arosca consentiu que um de seus filhos jovens, o qual se dava bem com os do navio, viesse à Cristandade, já que se prometia ao pai e ao filho trazê-lo de volta dentro de vinte luas ao mais tardar; pois assim eles contavam os meses. E o que lhes dava mais vontade: faziam-no crer que, àqueles que viessem do lado de cá, ensinariam a artilharia; o que eles desejavam intensamente, para poderem dominar seus inimigos: como também a fazer espelhos, facas, machados e tudo o que viam e admiravam dos cristãos; o que era prometer-lhes tanto como prometer a um cristão ouro, prata e pedrarias, ou ensinar-lhe a pedra filosofal.³²

A expedição do espanhol Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, cujo relator foi Pedro Hernández, autor de “Comentários” ([1555] 1999), não deixa dúvidas sobre a guerra generalizada pela conquista dos melhores territórios entre os vários grupos indígenas que encontrou, inclusive entre os grupos da etnia guarani. A expedição chegou à ilha de Santa Catarina em 1541, e tendo reunido guias Guarani da própria ilha e de Viacá ou Biaza (Massiambu) empreendeu a viagem terra adentro até Asunción e Buenos Aires, constatando a extensão dos domínios guarani.

Alvar Núñez tinha informações de expedições anteriores, entre as quais a de João Dias de Solis em 1515, cujo navio naufragou na baía sul da ilha de Santa Catarina e um grupo de náufragos estabeleceu-se entre os Guarani. A partir de objetos de metal em mãos dos indígenas e de relatos sobre a existência de um império onde havia uma Serra de Prata (Potosí, na Bolívia) no contraforte dos Andes (CHMYZ, 1976, p. 66; BUENO, 1999 p. 20-21; FERRANDO, 2000, p. 26)), exploraram regiões distantes acompanhados de índios guarani tanto da ilha de Santa Catarina como de Massiambu³³.

³² Essomericq, como chamavam os normandos, o filho do cacique carijó Arosca, que segundo Almeida Nogueira (apud PERRONE MOISÉS, 1996, p. 56-57) poderia ser Icó-miri, nunca voltou. Tendo adoecido durante a travessia do Atlântico, foi batizado como recurso para salvar-lhe a alma e recebeu o nome do capitão. Casou-se com uma sobrinha de Goneville, que sem filhos, o fez seu herdeiro. Essomericq tornou-se nobre e deixou numerosa descendência, entre os quais dois clérigos, sendo um deles também diplomata que acalentava o sonho de vir em missão evangelizadora à terra de seu ascendente índio.

³³ Segundo Francisco de Assis Carvalho Franco, autor da Introdução e Notas da tradução do livro de Hans Staden (1942, Nota 86, p. 67-68), o qual esteve entre os Carijó da ilha de Santa Catarina em 1549:

“No original alemão de Staden está ‘hauingen Inbiassape’ e que traduzimos porto de Viacá. (...) Gandía baseado em vários documentos afirma ser o porto do Viacá o mesmo que o porto dos Patos em Santa Catarina. (...) Viacá também compreendia a região do continente a que pertencia esse porto e a propósito escreve Moisés Santiago Bertoni, na sua obra “La civilización Guarani”(Puerto Bertoni, Paraguai, 1922, pgs 427-428), que muitos autores tem na conta duma só nação os carijós e os mbiás, porque os primeiros tinham “Sobre la laguna de los Patos, el puerto de Mbiaçá”. Trata-se no entanto, a seu ver, de duas nações bem distintas, sendo que os mbiás, provindos do Paraguai, penetraram fundo no Brasil e formaram o país de Mbiaçá (Viacá, que vinha desde o Paraguai até as cercanias de Cananéa, passando ao norte do Rio Iguassú. Os mapas antigos assinalam de fato essa região e Ulrico Schmidt vindo do Paraguai para São Vicente, contemporaneamente à estadia de Staden, refere-se ao país dos viacás, que atravessou caminhando cem léguas e vindo ter a um lugar Yrebatiba (...) Cf. Ulrico Schmidl: Derrotero y viaje a Espana y las Índias” – Traducido del aleman segun el original de Stuttgart y comentado por Edmundo Wernicke – Santa Fé, 1938, pgs 166-177”.

A viagem mais conhecida foi a empreendida por Aleixo Garcia, acompanhado de um grupo de indígenas que percorreu Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, passando pelo Paraguai, Bolívia e Peru (FERRANDO, 2000, p. 26), através de um ramal do chamado Caminho do Peabirú³⁴, em busca do procurado Eldorado (GONÇALVES, 1998). Alvar Nuñez percorreu o mesmo itinerário até Asunción.

A rede de caminhos pré-colombianos existente na porção meridional do continente foi, e continua sendo, objeto de constantes indagações e pesquisas históricas e geográficas sobre a territorialidade guarani e as relações interétnicas que se davam na América meridional (MAPA 2).

Sahlins (1990, p. 12), ao analisar as historicidades das diversas estruturas sociais, fez uma comparação enquanto tipos ideais, entre historicidades performativas e prescritivas, no que tange à abertura das sociedades indígenas para a história. As performativas teriam a tendência a assimilar as circunstâncias, enquanto nas prescritivas nada seria novo, tendendo a assimilar as contingências a elas mesmas. Os acontecimentos seriam valorizados mais por sua similaridade com os sistemas constituídos, tudo seria efetivação e repetição.

A colocação de Susnik (1975) sobre o acentuado etnocentrismo guarani pode ser interpretada no sentido que lhe deu Sahlins (1990, p. 3,15), ou seja, a historicidade da cultura guarani como prescritiva, na sua relação com as etnias com que se defrontavam, na conquista de espaços territoriais e na forma com que exerciam sua dinâmica territorial. Também para Noelli (1993, p.3), essa prescritividade e essa dinâmica

Não obstante o termo não ter caído em desuso, Bertoni referencia Schmidt quanto a existência de mais parcialidades (ou subtnias) guarani à época, no Estado de Santa Catarina.

³⁴ Reinhard Maack (apud CHMYZ, 1976, p. 69) considerou o Peabirú como um caminho transcontinental entre os oceanos Atlântico e o Pacífico: de S.Vicente em São Paulo, atravessando o Paraná, o chaco paraguaio e o planalto do Peru e atingindo a costa pacífica. Para Chmyz (1976, p. 66-98) este seria o ramal principal, identificando também dois ramais secundários, do litoral do sul e sudeste brasileiro, ao centro do continente. Um deles, percorrido por Aleixo Garcia e Álvar Nuñez Cabeza de Vaca, situava-se no norte de Santa Catarina pelo Rio Itapocu, perto das atuais cidades de Barra Velha e Araquari. Outro ramal localizava-se próximo das cidades de Iguape e Cananéia, no estado de São Paulo. Para alguns pesquisadores o Peabirú é atribuído aos Guarani (LOZANO apud CARDOZO apud CHMYZ, 1976, p.70), para outros, ele é obra da expansão incaica a leste do continente, que implicava na assimilação de outras etnias (Capanema apud Galdino, 2002, p. 15-21; Galdino, 2002). Este autor, entretanto considera que essa expansão foi frustrada e impedida pelos Guarani, mas que estes se utilizavam largamente do mesmo, ampliando seus ramais como via de transporte e comunicação. Recentemente Chmyz lançou outra hipótese sobre o Peabirú, atribuindo-o aos Itararés (Macrofamília Jê) antecessores dos Kaingang, que antecederam os Guarani em território paranaense. As evidências arqueológicas sugerem 5.000 anos DC para os Jê e 1.300 DC para os Guarani. Entretanto este autor também pesquisou vestígios de caminhos pré-colombianos em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e considera que a complexidade do tema exigirá cada vez mais pesquisas arqueológicas (GABARDO, 2004, p. 20-23).

passaram a sofrer alterações, verificadas na análise dos sítios arqueológicos, a partir dos contatos com a conquista européia e sua expansão no continente.

A dinâmica territorial guarani anterior à conquista foi compreendida por Noelli (Idem) em duas dimensões simultâneas: tanto a da expansão de fronteiras dos guarás quanto a da manutenção desses espaços territoriais conquistados através da guerra e da antropofagia.³⁵

A expansão teria sido a primeira etapa da dinâmica territorial e seria acionada para com grupos não Guarani; a segunda etapa, já estabelecidos nos espaços territoriais, tratava-se de mantê-los. A manutenção dos melhores ambientes seria desencadeada inclusive entre os mesmos Guarani (SUSNIK; BALÉ; BECKERMAN apud NOELLI, 1993, p. 302-394).

A lógica guarani de ocupação do espaço e do uso dos recursos naturais, que se caracterizava pelo movimento da circularidade em espaços territoriais de domínio relativamente contínuos, e o movimento da expansão pela procura (e disputa) de ecossistemas em sua máxima capacidade de fertilidade dos solos, começou a ser alterada pela Conquista. Da expansão/manutenção para a dispersão em ritmo mais acelerado, paulatinamente passando a encontrar barreiras que os impediam de exercer plenamente seu modo de ser tradicional em termos etno-ambientais³⁶.

2. 2. Dinâmica Territorial Pós-Conquista – Contexto Meridional

A entrada dos europeus criou as mais diversas situações de contato, trocas, alianças e dispersões. Trocas comerciais, alianças através do chamado “cunhadismo” (SANTOS, 2004, p.44), na qual costumavam incorporar um estranho à família através do casamento. Dispersões de contingentes populacionais que se embrenhavam nas

³⁵ Noelli estabeleceu esta nova hipótese para a antropofagia, baseado em elementos derivados da adaptação ecológica. Anteriormente a antropofagia entre os Tupi foi interpretada por Florestan Fernandes (1970) tanto como controle demográfico como por vingança, e como vingança por Carneiro da Cunha e Viveiros de Castro (1986).

³⁶ Seguindo a lógica do “padrão amazônico” podemos fazer um paralelismo com a hipótese de Roosevelt (1992), de que os amazônidas arcaicos ocupavam antes as várzeas que a terra firme, por apresentarem vantagens de suporte, fortes radiações solares para sua agricultura em contraste com a mata densa. A frente colonizadora, tendo privilegiado os caminhos naturais oferecidos pelos rios, entrou em competição pelas melhores áreas para cultivo forçando readaptações. A autora aponta para a dispersão dos indígenas das várzeas para a terra firme. “Portanto a adaptação etnográfica deve ser considerada, em parte, como uma adaptação às conseqüências da conquista e não às características do ambiente amazônico” (ROOSEVELT, 1992, p. 57).

O contexto guarani certamente reproduz essa mesma lógica.

extensas florestas meridionais esgueirando-se de qualquer contato. Diversos desses enclaves sobreviveram ao longo dos séculos, como “áreas de refúgio”.

Ocorreram também alianças de cunho político entre grupos de indígenas e europeus. Já nas primeiras décadas estabeleceram-se clivagens e alianças que acabaram por definir, em parte, a geopolítica da Conquista inserida possivelmente em parte na mesma lógica da guerra de conquista de territórios nativa: a aliança dos Guarani com os espanhóis por um lado e a dos portugueses com os Tupi por outro.

João Sanches, que fez parte da expedição de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, em 1541, e em 1550 voltou acompanhando João de Salazar, que assumiu o posto de governador do Rio da Prata, assim se expressa sobre as potencialidades dessa aliança³⁷:

Os vassallos do rei de Portugal povoaram na costa do Brasil muitas vilas e a última chamada S. Vicente (...) disseram-me os portugueses que pela terra adentro (...) tinham povoado outras duas vilas (...) Parece-me que Vossa Alteza deve mandar pôr termo a isto de modo que os ditos portugueses não povoem nem vedem as terras de Vossa Alteza (...) tanto por ser terra muito aparelhada para a produção de açúcar, como para criação de gado (...) está um bom porto que se chama Cananéia; está povoado de índios que se chamam tupis, amigos dos portugueses. Si Vossa Alteza vier a estabelecer limites com os portugueses, que seja pelo dito porto que se chama Cananéia (...) grandes campos e será muito produtiva (...) Mais adiante está outro porto muito bom que chamam São Francisco e é mais próximo dos campos e dos índios guaranis amigos dos vassallos de Vossa Alteza que vivem no dito campo no caminho por onde seguimos com Álvaro Nunes Cabeça de Vaca. Conta-se de Cananéia a esse porto de São Francisco vinte léguas pouco mais ou menos e está deserto de índios. Se o dito porto de São Francisco fosse de selvícolas, seria a melhor entrada para se ir terra dentro, na conquista do Rio da Prata, porque deste porto até aos índios amigos dos vassallos de Vossa Alteza há muito pouco caminho e por entre os ditos índios se pode ir à dita conquista. Parece-me que se devia povoar em primeiro esse porto tendo em vista a dita entrada. Adeante, oito léguas (...) está o rio Ipuacú que quer dizer Pedra Alta, por onde entramos com o dito Cabeza de Vaca (...) Mais adiante, dezoito léguas (...) está a ilha de Santa Catarina (...) está povoada de índios guaranis, muito amigos dos vassallos de Vossa Alteza. Deram ao dito Cabeça de Vaca muitos mantimentos e acompanharam-no ao campo até o povoado dos índios seus amigos. Adeante (...) está a laguna que se chama Viaçá; é porto apenas para navios pequenos. Toda esta costa desde S. Francisco até esta laguna, está despovoada de índios devido às muitas guerras que os tupis amigos dos portugueses sempre fazem aos amigos dos vassallos de Vossa Alteza e por tal motivo vão os ditos índios abandonando a terra e fugindo. Adeante desta laguna, em direção ao Rio da Prata, está a terra bastante habitada dos ditos índios amigos dos vassallos de V. Alteza e me parece que se devia fundar uma povoação (...) para preservar os ditos índios de seus inimigos (...)

No primeiro encontro com a expedição mercantil de Gonneville, trocas se estabeleceram: roupas, facas, machados, espelhos (PERRONE-MOISÉS, 1996, p.23-24), por alimentos, peles, plumagens, raízes para tingir que os mercadores pretendiam comercializar na Europa e ampliar no futuro as rotas comerciais e a oferta de produtos.

Nas expedições subseqüentes, os espanhóis se aliaram a grupos guarani, para a busca de riquezas minerais na Bolívia e no Peru, e passaram a perceber que existia uma identidade comum seja pela língua, seja pela organização social e política num amplo

³⁷ Em carta-descrição ao rei espanhol datada de 1553 (SANCHES apud FRANCO, 1942, p. 11-16)

território. A entrada desse território foi através de um dos ramais litorâneos do Caminho do Peabirú, como assinala João Sanches sem nomeá-lo, entrando pelo rio “Ipuacú”, do litoral ao centro do continente e à região do Rio da Prata.

Alvar Núñez tinha como objetivo assumir o posto de governador da província geral do Paraguai-Asunción, pacificar os conflitos entre os espanhóis, entre espanhóis e indígenas, e averiguar o caminho percorrido por Aleixo Garcia que anteriormente havia notificado a presença de minérios³⁸. Trocou alimentos e informações sobre as rotas terra adentro por presentes e proteção aos Guarani que o acompanharam. Buenos Aires era um porto/povoado estratégico para a capital da província – Asunción, fundada em 1537 por espanhóis que se aliaram aos Guarani Carió.³⁹

Em Asunción, as alianças estabelecidas entre os Carió e os espanhóis, segundo Melià (1997, p.19-29), foram de ordem econômica, social e política. A economia agrícola guarani garantia a produção de alimentos e caça; as mulheres forneciam mão de obra como “criadas” e acabaram por ser mães de mestiços. Ocorria também a aliança dos homens “cristãos” e os Carió para a conquista e expansão sobre os tradicionais inimigos chaqueños⁴⁰ dos guarani e para expedições à Bolívia e ao Peru.

Essa aliança introduziu elementos externos à função social da guerra entre os Guarani, mas correspondia à vontade de expansão de ambas as partes (MELIÀ, 1986, p.23). As mobilizações passaram a ser mais frequentes e influíam na desintegração dos *tekohá*, tanto econômica, como demográfica e politicamente. Ampliaram-se os conflitos e rebeliões entre grupos indígenas, pois muitos caciques se negavam a participar.

A “civilização” e a mão de obra indígenas: escravidão e *encomienda*

O sistema de *encomienda*, implantado no Paraguai em 1556, consistia no trabalho de grupos indígenas para um encomendero na produção de alimentos e no

³⁸ Existia informações que Aleixo Garcia estivera entre os Incas, que em 1532 haviam sido conquistados por Pizarro, mas Alver Nuñez pretendia encontrar as minas de prata de Potosi (Bolívia) antes dos espanhóis comandados por Pizarro (FERRANDO, 2000, p. 26 e 27)

³⁹ Segundo Susnik (1975, p.101):

“Asuceños ocuparan básicamente las tierras de los “cariós”, el término que com frecuencia aplicava-se a los “Guaranies”. La misma denominación era característica para los Guaranies del litoral atlântico, a veces “Carijós” en las fuentes de habla portuguesa; de los “Carijós” de la isla de Sta. Catarina habla ya en el año de 1504 el viajero Binot Paulmier de Gouneville”.

⁴⁰ Da região do Chaco paraguaio.

extrativismo de erva-mate, cuja contrapartida por esses serviços era “civilizá-los” através da religião cristã⁴¹, ou seja, catequizá-los.

Os movimentos de resistência indígena à aliança hispano guarani foram intensos. Em 1537 os Guarani empreenderam um combate quando os espanhóis chegaram ao porto de Asunción, mas foram subjugados pelas armas. Em 1543 em outra rebelião, na qual se contaram 1.300 espanhóis e 8.000 guerreiros Guarani, estes tiveram 4.000 baixas. Neste episódio foram feitos prisioneiros 8.000 guarani entre mulheres, homens e crianças que foram repartidos entre os soldados vitoriosos. Em 1555 a ordem colonial submeteu à força 27.000 famílias divididas entre 300 espanhóis (FOGEL, 1992, p.35-36).

Melià (apud NECKER, 1997, p.31) sugere um número maior que vinte e cinco rebeliões entre 1537 e 1616, sendo que o primeiro movimento que apela ao revivalismo da tradição religiosa guarani ocorreu em 1556.

A farta documentação sobre esse período expõe as diferentes formas de reação, assimilação e estratégias emblemáticas dos Guarani à presença dos europeus. Também em 1556 cerca de 260 Cariós de Asunción deslocaram-se até S. Vicente, no litoral paulista, para encontrar o jesuíta Manuel da Nóbrega, solicitando serem batizados. O fundador da Ordem dos Jesuítas Inácio de Loyola, narra esse episódio em 1556:

De las Indias de Brasil tenemos nuevas cómo han comenzado a comunicarse los nuestros, que están en la Capitanía de S. Vicente, co(n) una ciudad de castellanos que se llama Paragay, en el Rio de la Plata, y estará 150 leguas lexos de la residencia de los nuestros. Está una población que nos scrive Nóbrega, Provincial nuestro del Brasil, que tiene senõreados al deredor 100 leguas los Índios, y desa parte ay en ellos más disposicion para venir al baptismo. Hazen del Paragai gran instancia al dicho Pe. Nóbrega para que vaya allá, y prométtenle de hazer quanto les mandare, que parece tienen gran falta de quien les enseñe, aun los mesmos espanõles, quanto más los Índios. Dizen que unos três castellanos trayan de aqueles gentiles, que lhaman Carijós, 200 al Pe Nobrega en San Vicente, para que los hiziese christianos; por deseo del battismo y dotrina de Christo atribiéronse a passar por tierras de enemigos, y matáronlos a todos, baptizándolos con su sangre; y lo mesmo a otra compañía de lo que venian con un castellano al mesmo effetto. (...) (LOYOLA apud LEITE, 1954, p. 263, 264)

⁴¹ No começo esse sistema foi implantado nas terras em que habitavam os índios, mas já no final do XVI foram criados os “pueblos de índios” em terras de encomenderos, para facilitar um maior controle desta população. Nestes pueblos cada indígena recebia um lote para cultivo e consumo familiar. Também foi instituída uma terra comunitária, cujos produtos revertiam para obras sociais. A concentração da população liberava terras para a criação de gado. Os dias da semana eram divididos entre o trabalho individual, o comunitário e o para os encomenderos. Neste sistema, em parte inspirado no feudalismo europeu como também no modelo inca (mita), o encomendero apropriava-se de extensas áreas onde habitavam grupos indígenas que deveriam servir a este. Foi instaurado nas cidades fundadas pelos espanhóis que por sua vez inspirou as reduções missionárias, tendo persistido até o século XIX na organização das cidades paraguaias (REHNFELDT, 2000, p. 124-126).

O sistema de mita incaico consistia em que o excedente da produção era armazenado sob controle do Império Inca, para usufruto dos dirigentes e redistribuição em caso de escassez; no sistema de encomienda não havia redistribuição mas apropriação dos encomenderos.

Melià (1997, p.31-40) cita duas rebeliões com desfechos opostos. A primeira em 1579, com a liderança do guarani Oberá atingindo amplas regiões, além de Asunção, com apoio de índios e mestiços e que só foi dominado por um general com colaboração de alguns caciques. Oberá conseguiu fugir, e os Guarani envolvidos retornaram a servir aos encomenderos. Outra rebelião, em 1616, liderada pelo líder indígena Paytara, conseguiu que os indígenas deixassem os nomes espanhóis, matassem cães, vacas e animais trazidos da Espanha, e finalmente abandonassem Asunción, seguindo para as florestas.

Do lado português o estabelecimento das capitânias hereditárias se deu em 1534 e a necessidade de mão de obra fomentava a compra de cativos das guerras indígenas pelo fracasso do sistema de escambo anterior. Fracasso porque as relações de troca tinham um sentido e um ritmo diferentes para os europeus e seus descendentes e para as populações indígenas.

Os portugueses dependiam da produção de alimentos e caça dos indígenas para seu sustento e produção para o comércio (MONTEIRO, [1994] 2000, p.17-56). O mesmo fracasso se deu com a aquisição de cativos. Em S. Vicente, ocorriam freqüentes guerras entre os Tupiniquim e os Tupinambá e entre esses e os Guarani-Carijós. Os portugueses, no início, estavam à mercê dos conflitos intertribais para a compra de cativos, depois passaram a estimulá-los por intermédio de alianças para guerrear com seus “contrários”, cujos resultados eram difíceis de controlar.

A disputa pela mão-de-obra indígena para a retirada de madeira a ser comercializada na Europa, acentuava ainda mais os conflitos, desta vez entre portugueses, franceses e espanhóis. Entre uma guerra e outra, já em 1548 seis engenhos de cana utilizavam 3.000 cativos (MONTEIRO, [1994] 2000, p.30).

Missionamento Indígena: a redução dos indígenas e a ordem no caos

Com a instalação do Governo Geral em 1549 em Salvador, o governador Tomé de Souza, contou com a presença dos jesuítas para aldeamento e catequese dos indígenas da costa. Esboçou-se a política indigenista colonial portuguesa: catequisar para humanizar os “bárbaros” e ao mesmo tempo torná-los trabalhadores produtivos sob a ótica do mercado colonial.

A fama dos Carijós, de serem os mais dóceis indígenas da costa e do sertão, colocou-os no palco da disputa entre colonos e jesuítas. Nóbrega em S. Vicente fundou

três “reduções jesuíticas” para o trabalho missionário com os índios, mas acalentava planos de ampliar a obra catequética com os Carijós do sertão⁴². Em 1553 expôs seus planos ao governador, de entrar por outra Capitania da costa mais ao sul (atual estado de Santa Catarina), mas a questão dos limites geográficos entre Portugal e Espanha com relação ao Paraguai, onde havia notícias da descoberta de minas, estava sendo averiguada, e o Caminho do Peabirú⁴³ foi proibido tanto a portugueses quanto a castelhanos (GONÇALVES, 1998, p.8). Em 1555, Nóbrega volta ao tema, em carta a Inácio de Loyola:

(...) La causa porque en estos Índios de toda esta costa donde habitan los portugueses se hará poco fruto al presente, es porque están indómitos, y a esta tierra no han venido hasta ahora sino desterrados, de la más vil e perversa gente del Reyno (...)

(...) como con los infieles que confinan con el Paraguay, tierra del Emperador, loscuales están ya sujetos a su yugo. Así que me parece que con estos gentiles de la costa se hará poco, y con aquellos que están ya señoreados y hechos domésticos se harán muchos frutos; y éstos son los que llaman Carijós, que es una generación muy grande que llega hasta el Peru, aunque en el medio de ellas se meten otras muchas, las cuales no son menos buenas, y aun algunas creemos ser mejores, como tenemos por información cierta (NÓBREGA apud LEITE, 1954, p. 171-172).

O controle social passou a ser perseguido pelas autoridades políticas e religiosas na América portuguesa. Em 1570 foi instituída a Guerra Justa, em represália a ataques indígenas, como única forma de aquisição de cativos e deveria ser autorizada pelo rei ou governador. A liberdade indígena começou a ser administrada politicamente, na medida em que as opções colocadas eram o cativo oriundo das guerras inter-étnicas, para obtenção de mão de obra e o aldeamento nas “reduções jesuíticas”.

Foi sintomática a declaração de uma guerra justa aos Carijós. Os motivos declarados antes da citação de hostilidades por eles praticadas na petição foi a carência de escravos na capitania de São Vicente (MONTEIRO, [1994] 2000, p. 53).

Os aldeamentos realizados pelos jesuítas tinham como objetivo livrar os Carijós da escravidão e catequizá-los, reunindo-os no litoral de S. Vicente depois de serem trazidos tanto por missionários quanto por sertanistas. Esses aldeamentos em áreas doadas pelo governador introduziram elementos alheios às concepções nativas, caracterizando-se pela mistura e homogeneização das culturas indígenas, controle da terra e do trabalho. Os conflitos entre membros de diversas etnias e as resistências eram

⁴² Por sertão identificava-se na época o território difuso que compreendia o sul e sudoeste de São Paulo, interior de S. Catarina (Patos) e Paraná (Guairá) (MONTEIRO, [1994] 2000, p. 57-63).

⁴³ Não obstante a proibição do tráfico por terra pelas entradas do Peabirú, existia uma intensa captura de Carijós por via marítima já em 1550 (MONTEIRO, [1994] 2000, p. 13).

freqüentes por parte dos mais velhos. Os jesuítas consideravam que as maiores ameaças eram os “pajés e feiticeiros” por exercerem autoridade dentre os indígenas. Tentavam neutralizar seu poder, concentrando-se na educação dos meninos.

Os colonos, de início, foram simpatizantes à instituição dos aldeamentos esperando poder usufruir da domesticação dessa mão-de-obra, mas revoltaram-se porque eram impedidos de negociar com os líderes indígenas, devendo fazê-lo com os jesuítas. Segundo Monteiro ([1994] 2000, p.51), os primeiros aldeamentos só conseguiram criar comunidades marginais de índios desolados, sem conseguir produzirem sua própria sobrevivência, em grande parte devido a doenças importadas que os debilitavam.

Esse quadro já havia estimulado o apresamento de índios guarani nos sertões, com a cifra estimada de 30.000 cativos, comercializados entre portugueses e espanhóis (MELIÀ, 1997, p.87). Em finais do século XVI a captura de indígenas do sertão teve novo impulso, abrindo-se um novo ciclo que a historiografia denominou “bandeirante”. As chamadas bandeiras eram formadas por expedições compostas por portugueses, mamelucos e índios Tupi, inimigos dos Guarani.

As expedições de apresamento deram-se em várias frentes pelo território brasileiro, embrenhavam-se pelos sertões para suprir os plantéis necessários ao desmatamento e à produção agropastoril extensiva das grandes propriedades.⁴⁴ Ao longo dos séculos XVI e XVII verificou-se várias rebeliões indígenas nessas propriedades, produzindo fugas constantes que se intensificaram a partir de 1640 (MONTEIRO, [1994] 2000, p.175-185).

Os planos anteriormente frustrados dos jesuítas de missionarem os Carijó dos sertões finalmente se concretizaram. O Paraguai requisitou o envio de missionários à Coroa espanhola para a “conquista espiritual” dos Guarani do Guairá⁴⁵. Os primeiros jesuítas que chegaram ao Paraguai vieram do vice-reinado do Peru⁴⁶ em 1558, sendo seguidos em 1560 por outros oriundos do Brasil e posteriormente também do Peru. Em

⁴⁴ Inventários realizados somente em São Paulo e Parnaíba, indicaram que entre 1600 e 1729 aproximadamente 1.174 proprietários tinham a seu serviço cerca de 28.537 indígenas (MONTEIRO, 1994, p. 80).

⁴⁵ Sudeste do atual Estado de São Paulo e centro e leste do estado do Paraná.

⁴⁶ Os domínios coloniais espanhóis eram por esta época o 1º vice-reinado do México e o 2º vice-reinado do Peru, o Paraguai era uma província (depois denominada intendência) que compreendia também os territórios da Argentina, Chile, Uruguai, parte da Bolívia e Brasil (ARMANI, [1977] 1996, p.58-64)

missões itinerantes nos primeiros tempos, só em 1609 que os jesuítas iniciaram as tentativas de fundar reduções nas províncias do Guairá. Entretanto uma epidemia grassou pelas duas cidades espanholas desta província: Villa Rica del Espíritu Santo e Ciudad Real e os missionários adiaram seus planos, trabalhando com a população de Asunción. Em 1610 começou o trabalho nas reduções na província do Guairá.

Com a anexação do Reino de Portugal à Coroa de Castela, os problemas geopolíticos da não demarcação do Tratado de Tordesilhas foram abrandados, mas para a Coroa espanhola os benefícios a serem auferidos pelo trabalho dos jesuítas junto aos Guarani efetivariam o controle do Rio da Prata (Paraguai), obstaculizando a pressão dos portugueses. As primeiras missões foram impulsionadas a nordeste (Guairá) do Paraguai⁴⁷, e simultaneamente no extremo oeste (Rio Uruguai) foram realizadas prospecções em aldeias indígenas. Essas ações estavam em consonância tanto com a necessidade estratégica das autoridades espanholas para proteção dos minérios do Alto Peru-Bolívia, quanto com o critério dos jesuítas de manter as comunidades Guarani, o mais longe possível da formação dos grandes centros espanhóis (ARMANI, 1996, p.76-77).

O Guairá à época contava com populações Guarani, Tupi e Gê que o processo reducional tratava de homogeneizar, girando em torno de 800.000 a 1.000.000 indígenas (MELIÀ, 1997, p.88).

O conceito de “redução” implicava numa mudança em termos de espaço característico aos aldeamentos indígenas – os *Tekohá*. Segundo o jesuíta Montoya ([1639] 1985, p.34):

Reduções aos povos ou povoados de índios que, vivendo à sua antiga usança em selvas, serras e vales, junto a escondidos arroios, em três, quatro ou seis casas apenas, separados uns dos outros em questão de léguas, duas, três ou mais, “reduziu-os à diligência dos padres, a povoações não pequenas e à vida política (civilizada) e humana.

A metodologia diferia dos assentamentos da costa vicentina onde as “reduções” eram implantadas nas cercanias dos “*tekohá*” mais populosos, com mudança nos padrões das grandes casas em que vivia praticamente toda a família extensa, com seus vassallos e agregados, variando de 20 a 100 famílias, para casas familiares em

⁴⁷ Na literatura etnohistórica que utiliza-se largamente de fontes jesuíticas e de viajantes, o Guairá (Rehnfeldt, 2000: 129-130) correspondia à região entre o Rio Paraná e o Atlântico, ou seja ao atual estado do Paraná no Brasil; atualmente existe a província do Guairá a leste de Asunción, no Paraguai (CADOGAN, 1997, p. 9). É lógico pensar que o Guairá era um território de domínio contínuo, antes do estabelecimento das fronteiras dos estados nacionais.

quarteirões, procurando preservar em parte a organização social e política dos cacicados.

A recepção aos missionários era muito variada, enquanto alguns eram recepcionados e presenteados com produtos da roça e da caça, outros foram mortos. Houve também os que sofreram muita resistência por parte dos pajés, especialmente pelo fato destes serem poligâmicos, chegando a ter até 30 esposas, e se negarem a mudar seus padrões culturais (MELIÀ, 1997). A poligamia dos pajés e xamãs, relacionava-se também à economia e à política, na medida em que ter muitas mulheres era um signo de distinção na hierarquia social, além de contar com maior produção nas roças que, na divisão de trabalho cabia às mulheres.

A distribuição de “cuñas”⁴⁸ de ferro pelos jesuítas foi fundamental como atrativo na fundação das reduções, como se pode observar nesse relato, que também ilustra a continuidade de seu manejo agroflorestal:

Habían (...) (los indios) dado principio a desmontar para las sementeras, que es la primera cosa que se hace en la fundación de cada una de las reducciones, porque no usan los indios sembrar en campo descubierto, por estar la tierra más gastada, y así no se logran las sementeras, pero en los montes está la tierra defendida por los árboles, que son muy coposos, se conserva más húmeda, y pingüe, y vuelve colmados frutos. Para esto pues arrasan gran pedazo de monte conforme al número de familias, a cada una de las cuales se les señala distinto pedazo para sus sembrados, y después de cinco o seis años la dejan por cansada e inútil y desmontan de nuevo otro tanto, por lo cual es necesario que donde se funda algún pueblo, haya muchos montes cercanos. Para derribar estos árboles, y lo que és más, para cavar sus canoas como no saben el uso del hierro (aunque hay minas de éste en Uruguay) usan las cunãs de piedra que es cosa que pone admiración, cortan con ellas cuanto es menester con gran facilidad. Después de reducirlos, nuestros Padres les llevan esta misma forma de cunãs, pero hechas de hierro, y con cada una de ellas se gana una familia que se reduce de buena gana, por tener con qué hacer sus canoas y sementeras (BLANCO apud MELIÀ, 1997, p.148).

Mas se alguns aspectos da organização social foram adaptados, o mesmo não se podia dizer da organização política e religiosa, nas figuras denominadas pelos jesuítas de pajés e feiticeiros⁴⁹, líderes que com a persuasão pela palavra, donde emanava seu poder, buscavam evitar a redução ou trazer de volta os Guarani à ordem tradicional.

⁴⁸ Ferramenta de metal para o trabalho nas roças, é interessante notar que a palavra guarani para mulher é Kuña.

⁴⁹ Vários autores realizaram análises minuciosas de fontes primárias (cartas jesuíticas, viajantes etc) sobre esses personagens indígenas, mesmo que a diversidade de contextos seja grande, chegaram a estabelecer algumas similitudes entre os Tupi e os Guarani. Hélène Clastres ([1975] 1978, p.34-52) empreendeu uma síntese dessas similitudes, percebendo uma hierarquia entre os feiticeiros ou xamãs. Em cada aldeia duas pessoas detinham o poder: o pajé e o xamã. O primeiro é propriamente o chefe ou cacique, já o segundo dividia-se, entre os Guarani, em três categorias: curandeiros- associados à arte de curar; feiticeiros- associados à provocação de doenças e morte (LOZANO apud CLASTRES, [1975] 1978, p.38-39) e Carai – grande xamã, associado aos heróis-culturais ou homens-deuses. Os Carais detinham muito poder, eram venerados e temidos, nunca residindo nas aldeias, mas afastados destas. Deslocavam-se por

2. 3. A Guerra Simbólica entre xamãs e jesuítas: transformações da organização social e política indígenas

O discurso do cacique Potirava, rebelado, dirigindo-se a Ñesu, chefe índio da província do Uruguai da redução de Concepción do Uruguai⁵⁰, é um exemplo da eloqüência do pensamento xamânico nativo que os jesuítas tentaram neutralizar:

Ya ni siento mi ofensa ni la tuya; sólo siento lo que esta gente advenediza hace a nuestro ser antiguo y a lo que nos ganaron las costumbres de nuestros padres. ¿Por ventura fue otro el patrimonio que nos dejaron sino nuestra libertad? La misma naturaleza que nos eximió del gravamen de ajena servidumbre no nos hizo libres aun de vivir aligados a un sitio por más que lo elija nuestra elección voluntária ¿No han sido hasta ahora común vivienda nuestra cuanto rodean estos montes, sin que adquiera posesión en nosotros más el valle que la selva? ¿Pues por qué consientes que nuestro ejemplo sujete a nuestros índios y lo que peor es a nuestros sucesores, a este disimulado cautiverio de reducciones de que nos desobligó la naturaleza?(...)

Y lo que es lo principal, ¿no sientes el ultraje de tu deidad (...) y que se deje por los vanos ritos cristianos los de nuestros oráculos divinos y por la adoración de un madero las de nuestras verdaderas deidades?

¿Qué es esto? ? ¿Asi há de vencer a nuestra paterna verdad uma mentira extranjera? Este agravio a todos nos toca; pero a ti será el golpe más severo; y si ahora no los desviás con la muerte de estos alevosos tiranos, forjarás las prisiones del yerro de tu propia tolerancia (BLANCO apud MELIÀ, 1997, p.152-153).

Na frente missionária do Uruguai, o cacique Ñesu convocou os indígenas com o objetivo de eliminar os jesuítas liderados por Roque González. Ameaçou, a quem não o seguisse, de enviar toda sorte de calamidades: “mesclar os elementos”, pestes e feras para destruí-los. Os Guarani se sublevaram eliminando os jesuítas das reduções locais, destruíram os templos das reduções e os artefatos rituais, mas o projeto Ñesu, de extermínio dos jesuítas não conseguiu se estender para outras províncias jesuíticas. O cacique acabou abandonando a redução e adentrando as florestas. Anos mais tarde, em 1632, se formou uma confederação de xamãs que imitando os rituais de batismo dos jesuítas “desbatizavam” os indígenas, predicando a ruína futura dos índios cristãos caso se submetessem aos jesuítas (CHAMORRO, 2004, p.87-93).

No sertão como na costa, neutralizar o poder dos pajés tornou-se fundamental. A hipótese de Metraux (apud MELIÀ, 1997, p.151) de que os jesuítas passaram a ser

várias províncias (aldeias aliadas) sendo recebidos com respeito e temor, inclusive por aldeias inimigas, segundo fonte Tupi (YVES D'EVREUX apud CLASTRES, Idem, p.40).

Os pajés exerciam o papel organizativo das aldeias. Toda manhã este líder admoestava a aldeia reunida a seguir as tradições dos antepassados, distribuía o tempo e as tarefas cotidianas a serem executadas (MONTEIRO, 2000, p.40).

⁵⁰ Atual província de Misiones, Argentina.

vistos como “xamãs” (Karay) é reputada por Melià como central. Este autor sublinha que a palavra guarani para designar os cristãos nos primeiros contatos foi Karaí (Idem, 26).

Para uma parcela da população indígena que aceitava as reduções, os jesuítas foram assimilados como grandes líderes, carismáticos, eloqüentes, generosos com poderes de cura e mediadores da paz. É possível também pensar que a “aceitação” por parte de alguns grupos seria proveniente de populações já anteriormente fragilizadas em função de disputas anteriores por melhores espaços territoriais. Mesmo aceitando as reduções, vários foram os casos em que os jesuítas encontraram templos nativos nas florestas próximas dos aldeamentos indicando uma conversão superficial, sem mudança profunda de sua identidade (FOGEL, 1992, p. 47).

Outro fator de reordenamento político foi a introdução do Cabildo nas reduções a partir de 1611⁵¹, que consistia numa organização político institucional exigida em todos os territórios da Colônia Espanhola. Os cargos eram compostos por: um corregedor, um tenente corregedor, dois alcáides ordinários, dois alcáides de *hermandad*, um alferes real e quatro regedores. Os ocupantes desses cargos deveriam mudar a cada ano sendo adaptados às necessidades regionais e circunstanciais. Entre os Guarani, as figuras do capitão, alcáide e varistas foram recorrentes. Alguns caciques tornaram-se capitães, os alcáides tinham cargos administrativos, e os varistas, uma adaptação da “vara insígnia” dos caciques, que passaram a ser distribuídas pelos jesuítas como os bastões de mando, símbolo de poder.⁵² Também foi introduzida uma divisão

⁵¹ Essa instituição funcionou precariamente nas reduções do Guairá (SP/PR) e Tape (RS), e com maior eficácia, em período mais tardio, especialmente nos Sete Povos das Missões (RS).

⁵² Posteriormente, no século XVIII, com as reduções armadas para defender-se das bandeiras, apareceram outros cargos e instituições como: capitão de guerra, varas de justiça, insígnias militares. Estas insígnias, no contexto de outra instituição chamada Cédula Grande, que concedia privilégios às reduções em reconhecimento aos apoios em ações econômicas e bélicas, na defesa das fronteiras.

nominal entre indígenas vassallos e nobres⁵³. Os nobres não realizavam trabalhos comunais, serviços pessoais ou como jornaleiros⁵⁴ (WILDE, 2003, p. 45-53).

Entre os anos de 1609 a 1632, treze reduções foram fundadas na província de Guairá, em meio a dois surtos epidêmicos, um em 1611 e outro em 1617, a ataques constantes das bandeiras paulistas⁵⁵, como também a desconfiança dos índios com relação aos jesuítas. A percepção dos Guarani sobre as reduções era variada, consideradas tanto como refúgio como armadilha. Essa percepção foi registrada numa Carta Anua (XX 1929102), que relata um ataque de bandeiras na redução de Jesus Maria, onde 5.000 indígenas estavam por entrar. A redução foi destruída e os índios voltaram para os bosques⁵⁶: (...) se volvieron a sus tierras y ahora por que han visto, se imaginan que somos traidores y engañadores y que tenemos secreta inteligencia con los portugueses. Y por eso (...) andan en tropa buscando Padres para matarlos (Carta Anua apud REHNFELDT, 2000, p. 144).

Os novos exploradores mestiços: as riquezas da terra

As bandeiras tinham dois objetivos. O primeiro era a continuidade do apresamento dos Carijós, especialmente os missionados, como mão-de-obra adestrada, que seguiam para várias rotas comerciais a partir de S. Vicente: Rio de Janeiro, Cabo Frio, Bahia, Pernambuco e Portugal (MONTEIRO, 1994, p.65). O Guairá era passagem, através do Caminho do Peabirú para as riquezas da Bolívia e do Peru, especialmente as minas de prata de Potosi, descobertas e exploradas pela Espanha. O segundo objetivo era limpar a região de indígenas para esse acesso e vendê-los, foram ações comerciais conjugadas (GONÇALVES, 1998, p.18 e 24).

⁵³ Segundo Wilde (2003, p. 40):

“A través de sus leyes, la Corona intentó extender esos parámetros a todos sus dominios coloniales y uniformizar la realidad política nativa americana. En Paraguay como en Nueva España y Perú, las autoridades nativas debían demostrar un antecedente “noble”. Ya en el siglo XVI se introdujo una división nominal entre los guaraníes “vasallos” y “nobles”. Estos últimos estaban exceptuados de trabajos comunales, del mitazgo, los servicios personales y el trabajo como jornaleros. Sin embargo esos derechos fueron derogados por la influencia de los encomenderos. Basándose en la legislación indiana, los jesuitas insistirían en la defensa de los derechos de nobleza de los caciques incorporados a las reducciones”.

⁵⁴ Uma aproximação destes cargos para a tradução portuguesa seria: alcaides de hermandad - prefeitos de irmandade, e jornaleiros - trabalhadores braçais.

⁵⁵ Expedições para exploração de recursos minerais e apresamento indígena empreendidas principalmente por paulistas, os chamados mamelucos (mestiços) e aliados Tupi da costa.

⁵⁶ Bosques em língua espanhola significa flortestas em português.

Melià (1997, p.89), estimou que a troca de escravos índios entre encomenderos paraguaios e escravagistas portugueses antes das reduções, chegou a 30.000 cativos, através das avaliações demográficas da documentação jesuítica. Posteriormente, com a queda do Guairá, dos 50.000 indígenas que haviam sido reduzidos, 12.000 sobreviveram aos ataques das bandeiras e junto aos jesuítas se trasladaram para a província de Tape⁵⁷ ao sul, tentando sair da rota das bandeiras paulistas, chegando 4.000 vivos⁵⁸. Quanto aos capturados pelas bandeiras paulistas no período jesuítico no Guairá, o número foi estimado em 60.000.

No século XVII, o Guairá foi considerado praticamente despovoado, porque os indígenas se dispersaram, buscando espaços inacessíveis à colonização nos montes⁵⁹ ou buscando outras regiões porque sofreram epidemias que causaram enorme redução na população de uma maneira geral.

O mesmo ocorreu na Costa Atlântica com o tráfico de escravos: cair cativo de inimigos ou ser trocado por mercadorias levou a uma grande dispersão em direção ao interior do continente.

Padre Ximenes, em visita ao Tape em 1635, sem ainda nenhuma invasão das bandeiras, percebeu aí algumas repercussões dos acontecimentos da costa, com os índios buscando as reduções: Ellos ya conocen el mal que los espera y que les fuerza dexar sus tierras, y venir a buscar su remedio (...) los principios del Tebiquari, Camaratai, Yequijyi, etc, donde está la maior parte de la gente, que de hacia el mar se há retirado (XIMENES apud MELIÀ, 1997, p.55).

O que pode ser considerada a primeira fase das Missões Jesuíticas entre os Guarani, com o agravo dos ataques das bandeiras paulistas, foram as reduções de Guairá, do Alto Paraná e Itatin⁶⁰.

No Guairá as reduções reproduziram a mesma rede de ocupações das aldeias em partes do território guarani tradicional⁶¹, mas os ataques das bandeiras alteraram essa

⁵⁷ Esta província localizava-se a oeste de parcela dos atuais estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

⁵⁸ Fogel (1992: 58) também considerou que nesse traslado muitos indígenas resistiram à realocação, “otros huían al monte, y un tercer grupo desertaba de las reducciones para convertir-se en “índio livre (...)”.

⁵⁹ Montes, em língua espanhola significa matas em português.

⁶⁰ Região do atual estado do Mato Grosso do Sul.

⁶¹ Sem os constrangimentos ainda de demarcações de fronteiras precisas que só aconteceria a partir do Tratado de Madrid, em 1759, esse território difuso e impreciso para os colonizadores espanhóis e portugueses, era antes denominado a partir de referências nativas, como região das missões do Tape (parcialidade guarani), ou Guairá, que se referia a um domínio territorial de um cacique.

lógica territorial. Simultaneamente à implantação de reduções no Guairá, foram realizadas várias tentativas no Alto Paraná⁶², onde os índios habitavam ambas as margens desse rio, mas as resistências foram consideravelmente maiores. Já em 1615 foram feitos os primeiros contatos, mas o repúdio aos espanhóis e a desconfiança aos jesuítas foi uma constante. Armados, os Guarani impediam o avanço em seu território. A fala de um indígena, registrada por Techo em uma dessas recepções ao Padre Roque González, foi emblemática: conozco muy bien las manãs que tenéis los jesuítas, recorréis los bosques, ríos y cuevas con pretexto de enseñarnos la religión y en realidad para sujetarnos al yugo de los españoles (TECHO apud REHNFELDT, 2000, p.160).

Outras tentativas foram feitas em 1618 e 1619, levando indígenas reduzidos para convencer os que resistiam, mas as epidemias não deram trégua no esboço de redução que foi Acaray, perto da foz do Rio Iguazu, sendo então abandonada. Posteriormente novas tentativas foram realizadas em 1626 e 1627, chegando a reduzir 400 famílias, mas a população não era estável, permaneciam apenas temporariamente, voltando para suas antigas aldeias ou embrenhavam-se nos *bosques*.

Quando o Guairá foi destruído pelas bandeiras, os poucos reduzidos em Acaray, temerosos dos mesmos ataques, rumaram com os jesuítas também para as missões do sul (Tape). Houve ainda duas tentativas, em 1538 e 1661, mas com o difícil acesso, ataques, recusa e fuga sistemática, os jesuítas desistiram definitivamente de implantar reduções no Alto Paraná (REHNFELDT, 2000, p.157-168).

No Itatin, norte do Rio Paraguai, os primeiros contatos dos jesuítas deram-se em 1614, e as reduções começaram a ser fundadas a partir de 1631, chegando ao número de quatro com 1.200 famílias numa população estimada em 10.000 indígenas (Carta Anua (1618) XX, 1929, p.63 apud REHNFELDT, 2000, p.150). Sofriam ataques dos Mbayá (Guaycurús), e das bandeiras. Estas últimas dispersaram os indígenas de 1535 a 1547 e os jesuítas trabalharam na concentração da população oculta nas florestas. Repetiram-se aqui também epidemias entre os “reduzidos” e os chamados “*monteses*”, os que não se deixavam “reduzir” e permaneciam nas florestas, ou ainda os que “reduzidos” fugiam para esses espaços, seja por decisão própria ou convencidos por pajés.

Os jesuítas conseguiram transferí-los por duas vezes para áreas mais ao sul, no Rio Paraguai, com cada vez menos adesão. A pressão dos encomenderos, o conflito

⁶² Leste do Paraguai, oeste do atual estado do Paraná e norte da atual província de Misiones na Argentina, ao longo do Rio Paraná.

desses com os jesuítas e a possibilidade dos espanhóis os submeterem estimulavam a volta às florestas. Em 1654 contavam com 300 famílias vivendo em duas reduções (Cortesão apud REHNFELDT, 2000, p.155).

Menos aguerridos que os índios do Alto Paraná, os de Itatin mostraram-se também bastante resistentes à redução. Os jesuítas tiveram que adaptar-se à vida das aldeias, sem conseguirem transformar sua organização social, nem suplantar a autoridade dos pajés. O registro na documentação jesuítica ilustra a falta de atrativo que estes indígenas sentiam pela evangelização missionária:

Un cacique dijo claramente al padre que no le querían y que se volviere de donde venía y que no querían otro ser que el de sus abuelos (...) Otro no se desvergonzó menos porque dijo que era también padre y sacerdote y que sabía también la palabra de Dios como nosotros y que él solo bastaba para predicarla a sus vasallos y que nos volviésemos (Cartas Anuas, XX, p. 34 apud REHNFELDT, 2000, p.151).

Quanto aos sobreviventes do Guairá, incluída a população de Acaray da foz do Rio Iguaçu (Alto Paraná), foram transferidos para o Tape mais ao sul, à margem direita do Rio Uruguai⁶³. As reduções passaram a ser criadas em 1632, chegando ao número de dezessete⁶⁴, abarcando as populações do Tape. Repetiram-se os surtos epidemiológicos e as bandeiras começaram os saqueios em 1636, fazendo cativos 30.000 índios de uma população estimada em 60.000 nas reduções (MELIÀ, 1997, p.55 a 59). Esses ataques levaram as reduções a transferirem-se para a margem esquerda do Rio Uruguai⁶⁵ em busca de segurança.

Durante todo o século XVII, nas missões de Guairá, Alto Paraná e Itatin, o clima era de dificuldade e de instabilidade: ataques das bandeiras; crítica dos encomenderos que discordavam da proteção dos jesuítas e requisitavam a mão-de-obra indígena especialmente para o extrativismo e secagem de erva-mate; disputa com os pajés. As reduções só surtiam efeito em uma parcela da população indígena, pois a outra permaneceu nos *montes* e *bosques* resistindo junto a alguns pajés e xamãs que conseguiam produzir desistências entre os reduzidos, através da indução de fugas constantes.

⁶³ Atual estado do Rio Grande do Sul.

⁶⁴ Número aproximado (Chmyz, 1976: 70)

⁶⁵ Atualmente território argentino.

Na segunda fase das missões, no Tape, entre finais do século XVII e começo do XVIII, os jesuítas obtiveram permissão junto à coroa espanhola de armar as reduções para defesa contra as bandeiras, conseguindo sua consolidação (MAPA 3).

Mesmo pagando uma parcela de tributos às caixas reais, os guarani continuavam isentos do serviço pessoal privado como contrapartida da defesa da fronteira oriental paraguaia. Os jesuítas também firmaram o compromisso junto à coroa espanhola de os guarani prestarem o serviço militar e estarem à disposição das autoridades coloniais com contingentes de tropas mesmo fora das reduções (ARMANI, 1996, p.91-92).

Até metade do século XVIII algumas reduções tornaram-se aldeias agrícolas com alta densidade populacional, com produção coletiva de algodão e erva mate, além da subsistência com roças familiares. Melià (1997, p.198-199) salientou que nessas circunstâncias ocorreu a eficácia do pacto colonial com os caciques, limitando o poder dos pajés⁶⁶, em troca de subsistência regular, recursos e defesa.

Nesta nova configuração, as fugas mais freqüentes passaram a ser em direção aos “pueblos”⁶⁷ de espanhóis (Idem, 185). Os indígenas eram vistos como mão-de-obra qualificada em vários ofícios, tais como: ferreiro, marceneiro, extrator de erva mate etc. As circunstâncias desse contexto podiam ser conflitos internos ou busca de maior autonomia longe do ordenamento das tarefas cotidianas nas reduções. As fugas foram a porta de entrada da assimilação de parcela dos indígenas à sociedade colonial.

A terceira fase das Missões entre os Guarani contava com trinta reduções⁶⁸, muitas delas armadas para defesa, com autonomia política e não fornecendo mão-de-obra à colônia, base da crítica constante por parte de muitos colonos. A conjugação desses fatores criou uma série de tensões.

(...) el conjunto de los treinta pueblos guaraníes sobre un área compacta, libre de otras intromisiones coloniales, producía un espacio político que llegó a parecer un Estado dentro del Estado; lo que era una fuerza para defenderse de las amenazas coloniales particulares, pero que vino a ser la realidad que el mundo colonial como tal no podía aceptar (MELIÀ, 1997, p.209).

O epicentro dos acontecimentos do ponto de vista da política do missionamento indígena foram os chamados Sete Povos das Missões. Já do ponto de vista da disputa

⁶⁶ Alguns autores usam a nomenclatura do pajé, pois observou-se também que as funções de pajé e xamã podiam ser exercidas pela mesma pessoa, sendo o outro complementar da liderança da aldeia o cacique.

⁶⁷ Vilas, pequenas cidades.

⁶⁸ Entre os atuais territórios do Brasil, Argentina e Paraguai.

territorial entre as coroas espanhola e portuguesa o foi a troca do território dos Sete Povos pela Colônia de Sacramento.

Os sobreviventes do Tape que, pelos ataques das bandeiras em 1636, haviam-se transferido para o lado esquerdo do Rio Uruguai, começaram a voltar às antigas reduções do lado direito, para abastecerem-se do gado que fôra introduzido nas reduções e que proliferava nas pradarias. Em 1683 passaram a ocupar efetivamente as antigas reduções.

Em 1680 Portugal envia Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro, para fundar uma colônia à margem do Prata, em frente a Buenos Aires. Capistrano de Abreu ([1922] 1963, p.376)

deu alguns indícios para essa fundação:

Que planos nutriam seus fundadores? Pode-se apenas dizer que não lhes interessavam ligações territoriais com o resto do Brasil, pois a colonização do Rio Grande do Sul começou mais de meio século depois da catástrofe de D. Manuel Lobo. Para as populações platinas a colônia fez época. O contrabando português minou pela base a arquitetura fiscal de Castela, comunicou importância às desdenhadas terras platinas, gradualmente. Emancipou-as do jugo transandino, franqueando-lhes o Atlântico – uma verdadeira revolução.

Em outras palavras, havia a importância de um porto, com comércio marítimo, contrabando de metais andinos e descaso ao Tratado de Tordesilhas, que só 80 anos após foi alterado pelo Tratado de Madrid⁶⁹.

Entre 1720 e 1750 as reduções restabelecidas nos Sete Povos das Missões do lado direito do Rio Uruguai (RS), apresentavam uma forte economia, com criação de gado, plantios, extração de erva mate, vendendo peles, couros curtidos e arreios para Buenos Aires, Santa Fé, Corrientes, Asunción e Vila Rica e comprando produtos manufaturados e metais (WILDE, 1999).

As reduções chegaram a implementar gráficas e uma incipiente indústria metalúrgica. Pagavam impostos para a coroa espanhola, mas suscitavam desconfianças na formação do que a historiografia denominou República Guarani.

⁶⁹Este tratado veio anular o anterior, de Tordesilhas, que havia estipulado uma linha imaginária que partia de Belém, ao norte até Laguna (SC). Com a união das duas coroas a questão territorial permaneceu sem alterações. Mas a fundação da Colônia do Sacramento em 1680 fez o tema ressurgir. A partir de 1750 a posse das terras seria reconhecida através das suas ocupações efetivas, tendo por base também limites físicos naturais das terras conquistadas, como rios, montanhas etc. (Enciclopédia Digital Máster Milênio, 2004).

2.4. Conhecimento do espaço territorial continental: disputa de fronteiras coloniais e políticas indigenistas

No contexto da demarcação de limites entre as duas coroas, o Tratado de Madrid de 1750 estipulava que haveria uma troca entre a Colônia de Sacramento fundada por portugueses, mas em poder dos espanhóis, pela região de Sete Povos das Missões, posse espanhola que passaria a ser de Portugal - as missões deveriam voltar para o outro lado do Rio Uruguai.

Os Guarani missioneiros reagiram de duas formas: enviando intensa correspondência ao rei espanhol⁷⁰, e lutando contra tropas espanholas e portuguesas que se aliaram, derrotando-os. A metade da população sobrevivente deveria transferir-se novamente para o outro lado do Rio Uruguai (Argentina). Foi um processo extremamente complexo política e diplomaticamente, com duração de vários anos, e que culminou com a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759 e do Paraguai em 1767⁷¹.

Na América Portuguesa mesmo alguns anos antes da expulsão dos jesuítas, a política indigenista reiterava sua ambigüidade entre os interesses dos colonos, favoráveis à utilização da mão-de-obra indígena escrava, e o interesse dos jesuítas, que defendiam a separação dessas populações sob seu missionamento.

O Marquês de Pombal, em 1755 decretou dois alvarás para a política indigenista. O primeiro incentivava o casamento inter-racial, e equiparava os índios aos colonos. O segundo decretava a liberdade irrestrita dos índios e suprimia o trabalho de religiosos junto a eles. Essa legislação acrescentava a educação do índio em língua portuguesa, suprimindo a língua geral. As aldeias foram transformadas em vilas ou freguesias (PRADO JR. apud GAGLIARDI, 1989, p.28), mas paradoxalmente essa lei revogava o Alvará de 1º de abril de 1680, que reservava à concessão de sesmarias o direito primário e anterior dos índios às suas terras (CARNEIRO DA CUNHA, 1987, p.58-62). O alvará

⁷⁰ Escritas por cabildes e caciques,

“estos escritos donde aparece fehacientemente un modo de ser guarani ya transculturado, pero relativamente autónomo e decidido en su resistencia. Todas esas cartas(...) argumentan con una dialéctica similar: el mandato del rey es absurdo e inconpreensible porque va contra los mismos intereses de la corona española. És además injusto. Ellos no fueron conquistados por las armas; se sometieron voluntariamente. Sus servicios en la defensa de la corona, especialmente contra las invasiones de los portugueses, no merecen este trato. És insoportable tener que entregar sus pueblos a sus enemigos, (...) Por otra parte, ¿dónde encontrar tierras tan buenas? (MELIÀ, 1977, p.185)”.

⁷¹ As reduções jesuíticas duraram cerca de 150 anos, posteriormente os jesuítas voltaram a alguns países da América Latina.

revogado havia estabelecido que os indígenas não podiam ser transferidos de seus lugares contra a sua vontade (Idem).

Na América Portuguesa, a legislação indigenista aparentemente estava longe de ser considerada nos acontecimentos referentes aos Guarani de Sete Povos dentro de seu território (RS) a partir do Tratado de Madri. Por outro lado, os Guarani consideravam os portugueses como inimigos, em suas cartas ao rei espanhol.

A América Espanhola começou a implementar também um ideário assimilacionista com relação à política indígena, em contraposição com o que era considerado o caráter segregacionista anterior. Através de uma série de disposições conhecidas como “Ordenanças de Bucarelli” em 1768, foi estabelecida a separação de competências espirituais e temporais nas reduções. Os novos padres da ordem dos franciscanos, dos mercedários e dos dominicanos, se encarregariam com exclusividade de assuntos religiosos. Foi mantido o regime de produção coletiva e o cabildo indígena, mas com administradores espanhóis junto a administradores indígenas (BRABO apud WILDE, 1999, p.619-644).

O objetivo expresso era proporcionar os benefícios temporais através da civilidade, da cultura e do comércio. Civilidade relacionava-se à vestimenta, residência e sexualidade, com liberdade para os casamentos mistos, diluindo a separação entre espanhóis e índios. Cultura referia-se à incorporação do idioma castelhano, com proibição do guarani nas escolas e assimilação do modo de vida espanhol. Comércio, por sua vez ligava-se à introdução de valores de câmbio, já que a moeda era pouco usada nas reduções, pois as trocas se davam por espécie.

Como medida pedagógica, durante três meses no ano os comerciantes eram autorizados a permanecer nas reduções. Eram-lhes repassadas terras e seu trabalho serviria para dar exemplo de comércio e civilidade.

As reduções passaram a ser zonas de conflito permanente pela tensão assimilacionista e segregacionista e pela sobreposição de jurisdições eclesiásticas⁷² e seculares, o que acelerou sua desintegração econômica e sociocultural. Vários fatores conjugados exerciam pressão sobre o território das reduções: a mestiçagem favorecia o acesso à terra de grupos de diferentes origens, as reduções eram roubadas por índios “infiéis” não reduzidos, ocorria o acelerado desenvolvimento de atividades econômicas

⁷² A administração dos “pueblos” depois de muitas fragmentações, passou a ser através de duas intendências a partir de 1784: A intendência de Buenos Aires com dezessete pueblos e a do Paraguai com treze, e um governador para os trinta povos até 1810 (WILDE, 2003, p.172).

como a criação de gado, extração de madeira, plantio de fumo etc. Na campanha riopratense começava-se a empregar a mão-de-obra indígena como artesãos. Do final das reduções, a princípios do séc. XIX, a população decaiu a 50% do contingente (HAUBERT, [1967] 1990, p.299; WILDE, 2003, p.168).

Em 1800 foi decretada a liberação do regime de comunidade para os considerados capazes de manterem-se por si, os que permaneciam nas reduções deveriam ser mantidos pelas mesmas por um ano, até o repasse de terras para manterem chácara e gado. Os artesãos recebiam auxílio em ferramentas. Tanto agricultores como artesãos deveriam se esmerar na educação dos filhos, mantendo frequência nos sacramentos.

A implantação desse decreto foi bastante conturbada, mesmo sendo vista como positiva por muitos guarani, e variou sua aceitação por parte das intendências. O governador do Paraguai preferia manter o sistema anterior de produção comunal⁷³. Foi na intendência de Buenos Aires que o decreto teve maior ressonância.

Do lado português, a partir de 1800, no contexto do processo de defesa das fronteiras, depois que os Sete Povos foram obrigados a se transferir para a margem esquerda do Rio Uruguai (Argentina), vários caciques foram convidados a reocuparem o lado direito deste rio. Retornaram aos Sete Povos (RS) aceitando o domínio e a proteção dos portugueses, que inclusive, lhes cederam gado para criação.

Por volta de 1800 havia 42.885 índios guarani nos pueblos indígenas missioneiros e a liberação do regime de comunidade abarcou por volta de 6.212 indivíduos (WILDE, 2003, p.158). Houve uma série de petições de famílias indígenas que requereram a extensão do decreto para si, como também autorizações para membros da família extensa, inclusive de outros “pueblos”, o que resultou em problemas. As chácaras tornaram-se pequenas para comportar o número expressivo de indivíduos. Os que permaneciam no regime de comunidade eram sobrecarregados na produção de víveres, arcando com os custos da transição.

Esses inconvenientes levaram à prática de conceder liberdade pagando-se em dinheiro, espécie ou trabalho. Quando deixavam as reduções, os Guarani transformaram-se em pequenos agricultores agropastoris ou artesãos nas cidades, tanto do lado espanhol como do lado português, onde eram muito requisitados. Outros ainda

⁷³ A abolição do regime de comunidade nas reduções sob a intendência do Paraguai ocorreu em 1848, quando os Guarani são declarados cidadãos livres, suprimindo-se os cabildes, corregedores e administradores e criando-se o cargo de juiz de paz e de milícias (WILDE, 2003, p.260).

transferiram-se para outras missões onde tinham parentes; também houve os que se reorganizaram nos *montes* em cacicados, reincorporando seus antigos padrões de mobilidade nas áreas florestadas (WILDE, 2003, p.159-165).

Resistência Indígena: os “*monteses*” e as áreas de refúgio

Nessa análise sumária das relações, escolhas e estratégias nos encontros e desencontros entre “índios”, jesuítas, portugueses, espanhóis e mestiços entre duas coroas que ora se aliaram, ora se dividiram, submersas no processo de colonização e ampliação de seus respectivos territórios, podemos reter alguns aspectos que nortearam a existência e a persistência dos Guarani nos futuros estados nação. As posições assimilacionistas e o processo intercultural, tornou irreversível a incorporação de parcela da população indígena às sociedades envolvidas, mas houve um outro processo paralelo, cujos indícios a documentação jesuítica assinalou inúmeras vezes: a resistência ao missionamento nas reduções com o retorno constante e continuado aos *bosques*, aos *montes*, às áreas florestadas. A essas populações a bibliografia etnológica denominou *monteses* ou ka’yguá (os do mato).

O retorno ininterrupto foi prática generalizada, especialmente documentada entre os Guarani ao longo e ao largo do Rio Paraná (Paraguai Oriental, norte de Misiones na Argentina e oeste dos estados do Paraná e Santa Catarina) e Itatin (sudoeste Mato Grosso do Sul e nordeste do Paraguai). Mesmo tendo sido em parte reduzidos, recusaram-se de tal forma às tentativas dos jesuítas de arregimentá-los, que estes acabaram desistindo de seu intento já no século XVII.

Esses três enclaves mencionados acima comportavam efetivamente áreas de difícil acesso referidas como *bosques*, *montes* e selvas: no Itatin a Cordilheira de Amambay⁷⁴, no Guairá a selva de Mbaracadjú⁷⁵ e no Alto Paraná a selva de Mbaeverá⁷⁶.

⁷⁴ Localizada do centro ao sul do território atual do Paraguai estendendo-se a leste no estado de Mato Grosso do Sul.

⁷⁵ Leste do atual Paraguai, fronteira atual com o estado do Paraná. Era considerada como área dos melhores ervais. Desde o primeiro século da colonização encomenderos e indígenas sob sua encomenda faziam expedições regulares para sua extração.

⁷⁶ Leste do atual Paraguai contíguo ao território argentino, região anterior e abaixo da foz do Rio Iguaçu na tríplice fronteira Brasil, Argentina e Paraguai. Foi considerada pelos jesuítas a mais difícil região no século XVII devido a forte resistência dos pajés. O único esboço de redução foi Aracay, transferindo-se para o Tape. Segundo Padre Dobrizhoffer (Idem), os espanhóis não se atreviam a explorar essa área rica

Em 1784 o Padre Dobrizhoffer ([1784] 1967, p.151-190), identifica grupos arredios internados no território das selvas do Mbaeverá, entre os rios Monday e Aracay (do lado paraguaio) e Iguaçu (do lado brasileiro), informando tratar-se de Itatines, considerando-os bárbaros das selvas de Tarumá (centro do Paraguai que se internaram nas selvas de Mbaeverá), uma vez que aceitaram muito pouco as reduções.

Susnik (apud REHNFELDT, 2000, p.100) chegou a especificar pelo menos duas parcialidades⁷⁷ entre os *monteses* no século XVII, os Avá-Chiripá, que descendiam dos Guarani das missões do Guairá, e os Mbyá, oriundos dos grupos que viveram ao largo dos rios Acaray e Iguazú⁷⁸, tendo sofrido influências de outros grupos que se refugiaram entre eles.

As florestas meridionais, ao longo e ao largo do Rio Paraná, tão tenazmente defendidas por seus habitantes abrangiam também territórios mais ao sul. Denominada igualmente de selva paranaense⁷⁹, cobria uma grande superfície entre o Brasil meridional – S. Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; o Paraguai Oriental tendo ao Norte o Mato Grosso do Sul, ao sul a província Argentina de Misiones (WILDE, s/d: 1; Areces, 1995, p.1-29).

A formação dos estados nacionais modificou a geopolítica de controle e exploração extrativista dessas florestas meridionais. Banhada por importantes bacias hidrográficas e dotada de solos com alta produtividade, a chamada terra roxa, num segundo momento, começou a chamar a atenção de grandes produtores agrícolas.

Com a independência do Paraguai em 1810, as frentes de economia extrativista continuaram a pressionar mais fortemente essas florestas e seus habitantes. Os ervais nativos da região acirravam a disputa entre comerciantes de Asunción e de Buenos

em erva mate pelo medo dos “bárbaros” das selvas dessa região. Em 1733 foi fundada a Redução de Santa Maria na região de Misiones na confluência do Rio Iguaçu e Paraná, mas os índios regressaram às selvas de Mbaeverá (FOGUEL, 1992, p.62-63).

⁷⁷ As tantas denominações registradas para os primeiros séculos: (cariós, tobatines, guarambarenses, itatines, mbaracyuenses, mondayenses, paranaes, iganenses, guairaes, uruguayenses, cariós costeros, tapes etc. fundiram-se na literatura antropológica a partir do primeiro quartel do século XX em três: Pai-Tavyterã (no Paraguai) e Kaiová (Brasil); Ava- Chiripá (Paraguai), Nandéva (Argentina) e Nandéva ou Xiripá (Brasil) e Mbyá (Brasil, Argentina e Paraguai).

⁷⁸ Rio Iguazú (ou Iguaçu em português), afluente do Rio Paraná. Na foz desse rio ocorre a tríplice fronteira entre o Paraguai a Argentina e o Brasil. Seu médio curso faz também fronteira com os estados do Paraná e Santa Catarina. Abaixo de sua foz ocorrem dois afluentes do lado paraguaio, os rios Acaray e Monday, ambos alcançando a leste até metade de seu território atual.

⁷⁹ Ainda referida como selva austro-brasileira, selva oriental ou mata atlântica. (ROLÓN Y CHÈBEZ apud WILDE, s/d, p.1)

Aires, o que estimulou o controle estatal de compra e venda para as províncias vizinhas. Em 1830 os monteses chegaram a sofrer expedições de extermínio pelo Exército, (CADOGAN apud GARLET, 1997, p.38).

Em 1842 os *monteses* desferiram ataques aos capatazes, peões e guardas que abandonaram suas atividades, instrumentos de trabalho e armas nos ranchos de erva. Como resposta se inicia a perseguição dos indígenas acusados de queimar esses ranchos. Sob pretexto de traição os *monteses* foram perseguidos e foram capturados quinhentos indígenas, que foram fuzilados em massa e suas mulheres e crianças conduzidos a Asunción, e repartidos como escravos de serviços em várias residências (ARECES, 1995, p. 22).

Em 1848 o governo brasileiro encarregou o sertanista Joaquim Francisco Lopes para explorar a melhor via de comunicação entre a província de São Paulo e a de Mato Grosso, que identificou-os como Cayuaz - Guarani e qualificou-os como pacíficos filhos da floresta (apud ARECES, 1995, p.11-12).

A literatura antropológica registrou vários deslocamentos de grupos Guarani em direção a leste, como dos Tañiguá e dos Oguahuíva em 1820 e 1830 (NIMUENDAJÚ, [1917] 1987, p.8-12). Esses deslocamentos se intensificaram a partir do grande impacto causado pela Guerra da Tríplice Aliança entre 1865 a 1870, tanto para a Argentina, na região de Missões (BARTOLOMÉ apud REHNFELDT, 2000, p.93), quanto para os estados do sul brasileiro. Os Apapocuva em 1870 e 1887, do sul de Mato Grosso e da serra de Mbaracay tentaram alcançar o litoral do Estado de São Paulo, e outros grupos foram para o Paraná (Idem, Nimuendaju).

No Rio Grande do Sul em 1870/1890 também houve deslocamentos para Guarita (SIMONIAN apud GARLET, 1997, p.77), e a partir de 1910 em Santo Ângelo e Santa Rosa (GONÇALVES apud SIMONIAN apud GARLET, Idem, p.78).

A Guerra do Paraguai⁸⁰ e as implicações para os Guarani

Tendo perdido a guerra para a Argentina e o Brasil⁸¹, o Paraguai passou a vender terras para o equilíbrio das finanças públicas. Negociou áreas e porcentagens do

⁸⁰ Também conhecida como a Guerra da Tríplice Aliança, entre Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai. Durou cerca de seis anos, entre 1864 e 1870.

⁸¹ O Brasil anexou florestas de erva-mate ao norte e ao leste, incluindo as cordilheiras de Mbaracayú e Amambay. A Argentina passou a controlar os ervais entre o Rio Paraná e Paraguai e 40% da erva paraguaia (REED, 1995, p.53).

extrativismo de erva-mate. A venda das florestas nacionais se processou com uma cota mínima de 1875 ha por proprietário, beneficiando grandes empresas, em especial estrangeiras, uma vez que havia insolvência dos empresários paraguaios no pós-guerra para adquirí-las. Em 1883 uma única empresa anglo-argentina, “La Industrial Paraguuaia S.A”, dedicada à exploração de erva-mate, adquiriu 17% das terras do leste do país (BRIGHENTI, 2001, p.98). Em 1890 essa empresa detinha 85% dos melhores ervais paraguaios (REED, 1995, p.54).

A terra foi loteada e dividida entre empresas de capital inglês, com investimentos do presidente, ministros e pessoas próximas à elite governamental. O interesse econômico girava em torno do extrativismo de erva mate, essência de laranja silvestre e madeira (REED, 1995, p.52-64; BOCKWINKEL apud GARLET, 1997, p.38).

De Bourgoing (apud ARECES, 1995, p.10-11), que acompanhou os trabalhos de agrimensura das terras da Industrial Paraguaya, registrou suas percepções sobre os indígenas:

(...) los más numerosos [manifiestan], que habiéndoseles Ñandeyara Tupasy dado desde el principio del mundo las selvas para que en ellas viviesen como lo habían hecho sus abuelos y seguían haciéndolo ellos, temerían disgustarle abandonando sus costumbres, y sus creencias, y que jamás aceptarían proposición semejante, que ya muchísimos años antes fué tambien hecha a sus antepassados, para luego esclavizarlos y usurpar el fruto de su trabajo”

Outra empresa, a Industrial Matte Laranjeira, empresa brasileira fundada em 1879, visando a extração da erva-mate, diversificou suas atividades: transporte de erva, cinco estâncias de criação de gado, construção de estradas e trinta pequenas represas de água. Em 1902, associou-se a capitais argentinos no controle dos ervais de Misiones. Essa corporação binacional tinha sedes no Rio de Janeiro e Buenos Aires, utilizando mão-de-obra paraguaia e brasileira, atuando também no norte do atual estado do Paraná.

Grandes extensões também passaram ao poder de proprietários estrangeiros a partir de 1900, como La Societe Foncière em 1906 no noroeste do Paraguai e em 1915, Tierra de Barthe & Co (PRIETO; BRAGAYRAE, 1995, p.24-25). Em 1946, 97% do território do leste paraguaio estava em poder de apenas 1.130 proprietários (BRIGHENTI, 2001, p.98).

Às populações indígenas desses territórios florestados no Paraguai restou o trabalho nos ervais, o enfrentamento ou novamente o deslocamento. A partir de 1910 implantou-se uma missão entre os Guarani dessa região para atenuar uma epidemia de varíola e outras doenças que se alastravam. Segundo o padre Vogt (apud FOGEL, 1907, p.115), a população indígena vagava pela região, tendo ocorrido conflitos entre indígenas e assentados em 1930. Em 1937 o Padre Müller localizou o território de um aglomerado de *monteses* no Alto Paraná:

A partir de los 27° de Lat. Sud hasta aproximadamente los 25° de Lat. Sud hacia el Norte tienen su habitat casi exclusivamente los Mbyá en la llanura y los Guayaqui en las serranías – en las vertientes del Sud de sierra Mbaracadjú- desde allí hacia el Norte, aún llegando al Salto Guairá y más allá hasta entrar en Matto Grosso, aparecen, según nuestros datos, los Mbyá, si bien no como una colectividad cerrada, sino entre tribus Pãn y Chiripá, como enclave y mezclados con ellos (MÜLLER apud GARLET, 1997, p.35).

A riqueza de detalhes desse trecho do relatório do Padre Müller remete-nos a duas considerações relevantes. Primeiro, o fato dessas parciaisidades – Paí-Tavyterã, Chiripá e Mbyá - estarem “mescladas” entre si no segundo quartel do século XX, o que indica provavelmente convivência numa área de refúgio, na medida em que a presença branca na região⁸² diluiu em parte os antigos antagonismos entre estas parciaisidades na defesa desse espaço territorial, para fazer frente a uma ameaça comum, o extrativismo de produtos florestais.

Segundo, a referência de Müller quanto aos Mbyá se localizarem exclusivamente na planície, indica forte controle de ecossistemas propícios à agricultura. Com relação aos Guayaqui, também denominados Aché, nas serras, foram considerados, de acordo com Balé (1992, p.35- 57), durante muito tempo como caçadores e coletores e por consequência, nômades. Para este autor pesquisas recentes, entretanto, têm sugerido que sofreram uma regressão agrícola devido a forças sócio-políticas como missionamento, escravidão e epidemias. Essas pesquisas evidenciaram que no vocabulário desses indígenas há palavras para plantas cultivadas, indicando uma herança anterior.

Já em fins do século XIX a população indígena do leste paraguaio (Alto Paraná) era estimada em 58.000 pessoas por Bertoni (apud FOGEL, 1997, p.114-115), que

⁸² Em 1915 o viajante russo Strelnikov (1926, p.330-370), em viagem à região, já havia observado que os índios tinham suas habitações a uma distância de 50 km do Rio Paraná, pois suas margens eram ocupadas por brancos que exploravam riquezas florestais, como erva-mate e madeira de acaju (mogno).

considerou sua redução à oitava parte, em razão das “espantosas” epidemias a que foram sujeitos (GARLET, 1997, p.42).

Epidemias⁸³, missionamento e loteamento das florestas foram seguidos pela substituição do trabalho escravo para o trabalho remunerado ocasional nos ervais - a *changa*. Os impactos na organização social e política dos tekohá e a conquista sistemática de seus espaços territoriais levou a outra parcela da população a redefinir estratégias territoriais. Esse é o contexto do que Garlet (1997, p.24-72) designou de desterritorialização e o início da reterritorialização dos Guarani a partir do século XIX, em vários pontos do Brasil, especialmente no litoral sudeste e na Argentina em Misiones.

A formação dos estados nacionais com demarcação de fronteiras e a noção moderna de território em contraste com as concepções guarani do mesmo, baseada numa continuidade cujos limites era a possibilidade de controle de grupos indígenas, gerou contradições, fragmentações e situações dilemáticas até o presente.

2. 5. Desterritorialização, Dispersão e Cosmologia

(primeiras interpretações sobre o tema da terra sem mal – *yvy marãey*)

A economia extrativista da erva- mate, a extração de madeira e a criação de gado associadas ao parcelamento das terras que abrangiam as áreas de refúgio guarani provocaram deslocamentos territoriais constantes. Para Nimuendajú ([1914] 1987, p.8-12), desde princípios do século XIX começou entre grupos guarani um movimento “religioso” entre os pajés, inspirados em visões e sonhos sobre o fim do mundo. Através de danças e rituais buscavam a “Terra sem Mal”. Segundo o autor, alguns a situavam no centro da terra⁸⁴, mas a maioria dos pajés, situavam-na a leste, além do mar:

⁸³ O impacto epidemiológico, com a falta de defesa de doenças desconhecidas, dizimava aldeias inteiras. Para Prous (1991, p.543-576) a baixa densidade demográfica humana observada nos territórios americanos entre os séculos XVII e XX deveu-se em grande medida à “guerra bacteriológica” causada pela Conquista, tendo-se tornado um dos mais sérios obstáculos ao missionamento e à domesticação da mão de obra indígena.

Com base em diversos relatórios e estudos sobre o México, Peru, Paraguai e costa brasileira, Prous calculou em 90% a redução do contingente indígena nas Américas. Para o território ocupado pelos Tupi e Guarani estimou uma densidade populacional entre quatro a dez habitantes por km², considerando comparáveis às populações centro europeias no final do século XV. Este autor considerou os efeitos dessa catástrofe até superiores aos produzidos pela tecnologia bélica dos europeus, estimando que somente a fuga para o interior dos contingentes em contato, ou a evitação do mesmo do contato, conseguiu manter a dinâmica cultural até o encontro de novas frentes de colonização.

Em finais do século passado um certo Ipéry percorreu as aldeias do interior e incitou os Guarani a se prepararem para com ele caminhar até o mar (...) seu tio havia alcançado o *Yvý marãey* diante dos seus olhos e lhe teria confiado **o segredo do caminho**⁸⁵ para lá (...) muitos bandos me contaram que ele estivera entre eles ([1914]1987, p.104).

Segundo Nimuendaju, nas suas conversações com os Apapocuva (Ñandeva ou Xiripá)⁸⁶, o tema favorito foi “o fim do mundo” e a “salvação”, sem que ele “houvesse instado a tal” (Idem, p. 70). A demanda “da terra sem mal” começa a ser desenhada para a etnografia nas minuciosas descrições feitas a partir de uma vivência de 1905 a 1913 com vários grupos que tinham por objetivo chegar à costa atlântica. O autor (Idem, p. 98) ficou intrigado especialmente com o episódio de uma lenda da “conflagração universal” (*Guyraypoyý*) em que se mencionou a Serra do Mar: *cóvae* (esta) *yvytú* (serra) *paráry* (do mar) *jocoá* (dique).

O autor relatou o destino dos grupos vindos do oeste para o leste, como os Tañigua (em 1820), e os Oguauíva (em 1830). Os Tañigua, depois de muitas dificuldades, entre elas a de quase serem feitos escravos no Brasil, estabeleceram relações amistosas com a população local. Nimuendajú realizou gestões junto ao governo brasileiro para criar uma reserva indígena para eles – a de Araribá⁸⁷, perto da cidade de Bauru; conseguiu reuni-los depois de muita insistência e negativas. Posteriormente revoltaram-se quando da construção de uma ferrovia numa fileira de túmulos de seus antepassados (Idem, p.10).

O Barão de Antonina solicitou ao governo brasileiro um missionário para os Oguauíva e presenteou-os com uma área por volta de 1845, mas a terra foi invadida e os índios se dispersaram. Nimuendaju encontrou-os em 1912, conseguindo levá-los à reserva de Araribá, pois estavam cansados das epidemias e “acossos de toda ordem”,

⁸⁴ Muitos foram os grupos que saíram de Mato Grosso em direção ao mar, não só em direção ao litoral paulista, mas também paranaense, e muitos pereceram de doenças e miséria, outros ainda que chegaram ao oceano convenceram-se da impossibilidade de alcançar a “Terra sem Mal” e retornaram (NIMUENDAJU, [1914] 1987: 98).

⁸⁵ Grifo nosso. Relatando sobre os vários grupos que saíram do Mato Grosso, Nimuendajú (FREI SABINO apud NIMUENDAJU, p. 14-15) situa no Alto Ivahy o grupo do guarani Nimbiarapony que se deslocava a leste em 1890. O alto rio Ivahy é rota assinalada do Caminho do Peabirú por Chmyz (Idem Mapa 2).

⁸⁶ Os Apapocuva saíram do extremo sul do Mato Grosso dirigindo-se ao litoral paulista.

⁸⁷ A Reserva do Araribá foi convertida num asilo para os remanescentes indígenas que indigenistas e padres localizavam dispersos pelo Mato Grosso, Paraná e Estado de São Paulo.

mas foram a contragosto. As epidemias continuaram e uma parte deles conseguiu realizar seu plano de chegar ao mar, estabelecendo-se em diversos locais da costa paulista: Itanhaém na aldeia do Bananal, e em Mongaguá e Itariry junto a alguns Tañigua (Idem, p.11).

Em 1912 Nimuendaju encontrou um grupo de seis guarani paraguaios, segundo o autor “autênticos índios de floresta com arco, flecha, lábios perfurados, sem conhecimento do português e falando somente algumas palavras de espanhol” (Idem, p.105). Avistou-os num pântano às margens do rio Tietê a 13 Km da cidade de São Paulo. Fez-lhes também a proposta de levá-los ao Araribá, mas a única indagação que faziam era se era a leste ou oeste, pois tinham como objetivo expresso chegar à costa. Com muito esforço levou-os à reserva, mas tendo-se ausentado por um período e voltado, não mais os encontrou.

Dos extensos contatos de Nimuendaju com vários grupos guarani, e de sua permanência entre o grupo do índio Joguyroquý por vários anos observou: “A diferença entre este e os outros bandos é tão pequena que posso ignorá-la. Sempre me admirei que os costumes variassem tão pouco num território tão vasto, do mar à serra de Mbaracajú” (Idem, p. 90).

Nimuendaju se referia às danças de pajelança, rituais de batismo e à teocracia, única organização que alicerçava o caráter e as concepções dos grupos. Qualquer tentativa de reuni-los em colônias ou aldeamentos fracassava. Os guarani opuseram resistência passiva e por qualquer motivo se dispersavam até encontrarem um grupo solidamente organizado dentro de suas próprias concepções, em torno de seu pajé (Idem, p. 76).

Escrevendo no começo do século, o autor ainda tinha a percepção, refutada pela arqueologia posterior (NOELLI, 1993), que os Tupi-Guarani⁸⁸ tinham conquistado todo o litoral em época recente à conquista. Argumentou que se naquele momento a causa de sua expansão foi a superioridade bélica com relação aos habitantes da costa, nos finais do século XIX e começo do século XX, e os motivos eram religiosos⁸⁹, pois para Nimuendaju era do leste que vinham os maiores perigos. O valor etnográfico da monografia sobre os Apapocuva se ressentiu da falta de aprofundamento dos eventos históricos do contexto platino.

⁸⁸ Os Tupi (Tupinikins e Tupinambás) dominavam do estuário do Amazonas até Cananéia e os Guarani (Carijós e Mbyás) de Cananéia até o estuário do Prata.

⁸⁹ “O incêndio universal, o dilúvio, os demônios animais, a dança da pagelança, a ascensão - tudo isso é arquindígena - e encontra numerosas analogias em outras tribos” (NIMUENDAJU [1914] 1987, p. 131)

Metraux ([1925] 1979, p.1-20), a partir do tema da terra sem mal, que Nimuendaju supôs como sendo o lugar do sentido e a mola propulsora religiosa da migração de grupos guarani para a costa atlântica, estabeleceu uma unidade cultural pré-colonial entre os heróis civilizadores⁹⁰ dos Tupi e Guarani. O autor também rastreou uma série de “migrações” registradas por viajantes, cronistas, padres franciscanos e jesuítas que estiveram entre os Tupi⁹¹, e estabeleceu analogias com os dados Apapocuva (Guarani) e Tembés (Tupi) de Nimuendajú (apud Metraux, Idem). Voltaremos ao tema dos “heróis civilizadores” no último capítulo, quando as interpretações sobre a terra sem mal serão ampliadas sob a perspectiva ecológica com Melià (1990, p.31-46).

Não obstante esse recurso analógico ter sido apontado como um problema metodológico (NOELLI, 1999, p.123-164; POMPA, 2002, p. 9-132), já que Metraux amalgamou dados históricos dos séculos XVI e XVII (Tupi) com dados históricos do século XX (Guarani), o autor estabeleceu vínculos mitológicos entre os indígenas brasileiros, especialmente entre os Guarani e os Tupi, buscando poder explicativo, estruturado e estruturante no e do pensamento nativo. Comparou várias “migrações” registradas entre os tupi, em especial a ocorrida no Maranhão em 1539, com a dos Guarani-Apapocuva de 1912 (NIMUENDAJU [1914], 1987). Entre os Tupi, a partir do relato do cronista Gandavo (apud METRAUX, 1929, p.184), o objetivo da migração da costa do Maranhão até o Peru, era encontrar a terra “da imortalidade e do descanso perpétuo”, uma concepção que Metraux considerou como uma situação particular da “terra sem mal”.

Para Metraux (Idem, p.195) essas “migrações” foram movimentos messiânicos, enquanto fenômenos de aculturação que ocorriam em situações históricas ameaçadoras. A essas crises místicas qualificou, entre os Tupi-Guarani, como a busca de um mundo ideal, uma nostalgia do passado - o mito da terra sem mal.

Schaden ([1954] 1960, p.5-23) retomou o trabalho de Nimuendaju e ampliou as informações sobre as rotas migratórias dos índios Guarani no Brasil. Os grupos citados por Nimuendajú (Tañigua, Oguauíva e Apapocuva) encontravam-se no Itariry e no

⁹⁰ Para Metraux (Idem e Susnik (1984-1985, p.71-84) o conceito de herói civilizador ou profeta era característico dos Tupi (Monan, Maíra-Monan, Sumé, Caraíba) e dos Tpi-Garani (Sumé, Grande Payé, Karáí), e suas prerrogativas foram ter ensinado o cultivo de muitas plantas úteis (agricultura e plantas medicinais), com poderes mágicos sobre os elementos naturais, organizador da vida social e de práticas rituais.

⁹¹ À época do que ele considerou a invasão européia, e não a descoberta do continente sul americano: Thevet, Cardim, Yves d'Évreux, d'Abbeville, Vaz de Caminha, Nieuhof, Nóbrega.

Bananal (litoral paulista). Acrescentou que outros três grupos Mbyá provenientes do leste paraguaio e nordeste argentino (Misiones) atravessaram o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, chegando também ao litoral de São Paulo nos anos de 1924, 1934 e 1946.

Dois destes grupos haviam estado no Espírito Santo, Minas Gerais e no Araribá⁹² (interior de São Paulo) e haviam-se dirigido para a aldeia de Rio Branco (litoral paulista), sendo que alguns de seus membros ficaram no Espírito Santo. O terceiro grupo esteve na aldeia de Rio Branco e Itariri e depois se retirou para o Rio Comprido, na Serra do Itariri. Em 1947, Schaden em visita à aldeia de Xapecó, em Santa Catarina encontrou várias famílias Mbyá que: “(...) manifestavam a intenção de vir para o litoral, a fim de se reunirem a seus parentes e amigos. Havia realizado parte da viagem e estavam à espera da ordem divina para levá-la a cabo” ([1954] 1960, p.13).

Diferente de Nimuendaju, que no começo do século, observou uma homogeneidade cultural entre os Guarani, Schaden percebeu que disseminados em pequenos núcleos por uma extensa área⁹³, se caracterizavam por uma multiplicidade de situações de contato interétnico, miscigenação e entrosamento “ecológico/econômico” com populações locais, além de apresentarem intensa mobilidade. Para ele, os Ñandeva que predominaram no começo do século estavam imbuídos do sonho do “paraíso” e que o mundo caminhava para o seu fim. Submetiam-se a prescrições de jejum, cantos e danças para atingí-lo, mas à época de sua pesquisa constatou que não havia fatores ativantes do mito.

Quanto aos Mbyá, que segundo Schaden ([1954], p.169-170) vieram posteriormente aos Ñandeva, apresentavam forte consciência grupal em oposição aos “portugueses”. Sustentou que o mito do paraíso entre os Mbyá desempenhava um papel mais importante que entre os outros subgrupos, com concepções ligadas a abundância de recursos naturais, como caça e frutas, lugar de refúgio, segurança e condições de vida ideais.

Com relação aos Kaiová, habitando várias aldeias no sul de Mato Grosso (Dourados, Panambi, Teicuê, Taquapiri, Amambaí etc) e regiões contíguas ao Paraguai,

⁹² Segundo Schaden ([1954] 1960, p.16), no Araribá foram realizadas várias tentativas de trabalho em educação e eficiência econômica, mas os resultados com os Guarani foram insatisfatórios em relação aos Terena, que estavam no mesmo posto indígena.

⁹³ São Paulo: vários pontos do litoral (Rio Branco, Bananal, Itariri) e no interior a cidade de São Paulo e Bauru (Araribá). Paraná: oeste paranaense (Palmeirinha). Santa Catarina : Xapecó (Limeira). RS: (Guarita).

sendo que a maioria destas aldeias estava em reservas mais ou menos extensas sob administração do SPI⁹⁴, dedicavam-se à caça e à lavoura e trabalhavam alguns meses ao ano nos ervais da região. Para Koenigswald (apud SCHADEN, [1954] 1960, p.12 e 23) até aquela época não havia notícia de terem chegado ao atlântico, ocorrendo uma única referência, a de que em 1908 chegaram ao baixo Rio Tibaji⁹⁵, ou seja, sudeste do estado do Paraná. Esta citação é muito importante para que se possa dimensionar primeiro: o significado do tema da “terra sem mal” de Nimuendaju, percebido por Schaden como o “mito do paraíso”, e segundo, a concepção de territorialidade guarani associada ao conhecimento dos pajés.

Ao relatar a situação de cada área indígena que visitou, Schaden contextualizou que os Kayová do sul de Mato Grosso da aldeia de Panambi, sofriam o avanço da Colônia Federal de Dourados, que loteou a quase totalidade da reserva para distribuição aos colonos. Os lotes seriam divididos entre lavradores nacionais e estrangeiros e que os Kaiová estavam vivendo uma situação dramática perante a iminência de ficarem sem áreas de caça e plantio. Só ficariam em lotes onde houvesse alguma casa de índio.

Schaden (1963, p.79-82) pediu-lhes que desenhassem, e segundo ele, “obcecados” apresentavam ao etnólogo desenhos representando os lotes por um conjunto de linhas paralelas. Os que seriam destinados aos colonos ostentavam poucas ilustrações, como algum animal, e os destinados a si, cenas movimentadas de cunho religioso, com índios dançando, o “médico-feiticeiro” portando seus instrumentos.

O autor interpretou a simbologia de vários desenhos. Um elemento recorrente num desenho era uma linha vertical que se elevava sobre o “*paray*”- o mar eterno- indicando o caminho das regiões celestes. Horizontalmente um traço reforçado com duas linhas (rios) que cruzavam o caminho e no final o rosto do sol. Em outro desenho, a cerimônia com danças tendo em torno um traçado oval representando a superfície da terra. Ainda em outro, os pontos cardeais com as sedes das divindades, a eclipse que marcava o fim do mundo- (*yvy opá*), “os pobres índios desprotegidos (...) virão dos quatro lados os kavadjú vevê, os cavalos voadores (...) é evidente a reminiscência das palavras jesuíticas nessa impressionante imagem do Juízo Final” (Idem, p.82).

O segundo aspecto de importância a ser abordado é a interpretação mítica realizada pelos autores que privilegiavam a visão religiosa dos Guarani. Nimuendaju

⁹⁴ Serviço de Proteção ao Índio.

⁹⁵ O baixo rio Tibaji está também no roteiro do Caminho do Peabirú (Idem Mapa 2).

considerou que os elementos religiosos arquiíndigenas superavam os elementos da religião cristã, Schaden associou-os à reminiscências jesuíticas que embasavam um certo messianismo indígena, com a idéia do fim do mundo e a busca do paraíso cristão.

Em ambos, a perspectiva culturalista e etnográfica predominavam, como o conceito de aculturação utilizado por Schaden (1963, p.263-276). Conceito de mão dupla, se os indígenas em contato com as populações regionais se acaboclavam, também os descendentes de europeus passavam pelo mesmo processo. Esses “retratos etnográficos” nos dão pistas para abordagens teóricas multidisciplinares como estamos tentando realizar neste trabalho.

Para além do que foi considerado enquanto prerrogativas “religiosas” influenciadas ou não pelo cristianismo, a cosmologia ou a visão de mundo Guarani parece ter nas personagens dos xamãs, especialistas convincentes para orientar deslocamentos ou “migrações”. O caminho para a “terra sem mal” parece ter mais concretude do que supunham esses autores, e tratava-se dos ramais do Caminho do Peabiru. Em outras palavras, rotas conhecidas de antigos assentamentos que tinham em alguns xamãs os depositários desse saber.

Nimuendaju inaugurou para a Antropologia a primeira etnografia sobre os Guarani em 1914. Da mesma forma que supôs que os Tupi e os Guarani tivessem recém chegado ao litoral à época da Conquista⁹⁶, e que a mola propulsora das migrações oeste/leste era religiosa, supôs também a extinção dos Guarani Carijó da costa (NIMUENDAJU, [1914] 1987, p. 9).

Da perspectiva culturalista, a extinção é cultural em função da escravidão que estiveram submetidos no Brasil, mas não do ponto de vista de alternativas concretas com que os índios podiam contar, e de fato contaram, pela via do conhecimento do território e das rotas de fuga para o interior do continente. As referências a idas e vindas pelos caminhos índios entre o litoral sul e o interior do continente foram constantes na documentação jesuítica, retomada por alguns historiadores, como assinalamos anteriormente, mas com a expulsão dos jesuítas ocorreu uma lacuna bibliográfica que voltou a ser preenchida pela etnografia, com referências de deslocamentos a partir de 1820 e que se estendeu até por volta de 1950, segundo Nimuendaju e Schaden.

⁹⁶ As datações arqueológicas aproximadas para a chegada dos guarani na costa atlântica giram em torno de 900 a 1.000 anos, segundo Noelli (1993).

Esses autores elucidaram as rotas de diversos grupos que se dirigiam à costa no século XIX, e terem encontrado várias delas no XX fazendo claras alusões a um caminho tão relevante nas crônicas coloniais, não teve relevância significativa para estes autores. Schaden, no entanto, já vislumbrara no artigo sobre os desenhos Kayová (op.cit) que “yvy opá” – o fim do mundo – podia-se referir a uma terra factível, bem mais próxima, mas mesmo assim faz alusão à incorporação nativa do paraíso cristão, não tão factível e concreto assim.

Os textos míticos dos Mbyá-Guarani – *Ayvu Rapyta* - compilados por Cadogan ([1959, 1965] 1997), e referenciados por Schaden (1963, p.79-82), são um acesso privilegiado sobre a noção de territorialidade guarani, a relação desta com sua mitologia, e as chamadas “migrações”. O panteão guarani do grupo estudado por Cadogan (Idem, p. 49), é formado por um criador: Ñamandú, deus do sol e criador da primeira terra (Yvy Tenondé) e de sua esposa. Pais de seus futuros e numerosos filhos⁹⁷. Na criação da primeira terra:

El verdadero Padre Ñamandu, el primero, (...)

Creó una palmera eterna en el futuro **centro**⁹⁸ de la tierra;

creó otra en la morada de Karáí (**oriente-nascer do sol**);

creó una palmera eterna en la morada de Tupã (**poente-por do sol**),

en el origen de los vientos buenos (**norte**) creó una palmera eterna;

en los orígenes del tiempo-espacio promigenio (**sul**) creo una palmera eterna;

cinco palmeras eternas creó:

a las palmeras eternas está asegurada la morada terrenal (CADOGAN 1997, p.49).

Para Cadogan, a morada de Ñamandú está no centro da terra, a de Tupã está no poente (oeste) e a de Karáí no nascente (leste). Quando às direções cardeais norte e sul, o texto refere-se aos ventos, os bons ventos – norte e noroeste - que anunciam a primavera, e o vento do sul que anuncia o inverno. Mas Jakaira, cuja função é o cuidado da neblina vivificante, não tem sua localização explícita. Uma observação do autor

⁹⁷ Namandú Ru Ete e sua esposa Namandu Chy Eterã i, Karáí Ru Ete e Karáí Ru Ete e Karáí Chy Eterã i, Jaikaira Ru Ete e Jakaira Chy Eterã i e Tupã Ru Ete e Jakaira Chy Eterã i. A cada um de seus filhos e aos filhos destes Nanderú estabeleceu funções. A Karáí Ru Ete, dono do fogo e das chamas, a vigilância de seu crepitar, a Jakaira Ru Ete o cuidado da fonte da neblina vivificante, a Tupã Ru Ete o encargo das águas, rios e do extenso mar (Idem, p.33-64).

⁹⁸ Grifos e parêntesis nossos. Nos parênteses são assinaladas as direções cardeais indicadas em notas por Cadogan (1997, p. 59-60)

poderia elucidar mudanças de localização dessa deidade: “(...) A un indio le he oído decir que, para que se produzca el cambio de estaciones, trocándose-se el invierno en primavera, mudan los dioses los cimientos del espácio originário”. (CADOGAN, 1997, p. 60)

É interessante notar que as direções cardeais relacionam-se ao nascer e pôr do sol e aos ventos. Nimuendaju salientou numa versão Apapocuva da criação do mundo o uso do símbolo da cruz:

(...) Ñanderuvucú carrega ainda hoje tal luz em seu peito, ao passo que o sol surge independentemente. Sobre um suporte em forma de cruz, ele dá à terra o seu princípio. (...)

(...) De acordo com uma outra versão, que anos atrás me foi contada pelo velho Oguaiúva Pataý, ele teria fechado a trilha para o céu por meio de duas penas de arara fincadas à maneira de uma cruz de Santo André*(...) (NIMUENDAJU, [1914] 1987, p.49)

A nota (*) do tradutor informou que a cruz em questão era em forma de X. Pareceria então que enquanto nós observamos as direções cardeais em forma de cruz, norte - sul e leste -oeste, os guarani observavam essas direções em forma de X, ou seja a direção oeste e leste Guarani é para nós noroeste e sudeste. O norte e o sul para nós, corresponde ao nordeste e sudoeste para eles.

O tema do “paraíso” foi bastante polissêmico entre os autores. Por um lado tentavam “traduzir” as palavras guarani com conceitos que correspondiam aos “ocidentais”, por outro os indígenas tentavam se fazer entender pelos antropólogos, acionando códigos entendíveis a estes. Schaden, como vimos anteriormente, viu aculturação cristã no conceito de paraíso, já Cadogan (Idem, p.67-82) relacionou este conceito às “moradas terrenais” nos pontos cardeais guarani, apontando para referências geográficas.

Cadogan (1959, p.143-145), que estudou por muitos anos a mitologia e a religião guarani, indica que o paraíso, ou a Terra sem Mal, se encontrava na direção do amanhecer, além do Oceano Atlântico, onde não haveria morte, enfermidade, feras ou serpentes, mosquitos ou estrangeiros. Local onde poderiam receber seus deuses protetores e férteis terras para cultivar livremente (1965, p.30). O cruzamento do grande mar se daria através de exercícios espirituais e jejuns que livrariam o corpo das imperfeições humanas e as pessoas da prova da morte. Colocava, todavia, que as migrações após 1.500 teriam se dado para fugir à conquista (1959, p.143-145).

Posteriormente Hélène Clastres ([1975] 1978) identificou o ethos migratório Tupi-Guarani como um movimento profético⁹⁹ e não messiânico como apontara Métraux ([1925] 1979), que traduzia o pessimismo de uma cultura que se sabia sem retorno possível. Para esta autora os Mbyá possuíam uma dupla ética: individual e coletiva. Para alcançar a perfeição era preciso evitar obedecer a regras múltiplas, modos de vida dessemelhantes entre si. Essas dessemelhanças poderiam ocorrer porque a condição humana se abriria para uma natureza animal, ligada à carne e ao sangue, derivando em ações más, violência e egoísmo; e uma alma-palavra-divina, que derivaria em moderação, atenção aos outros, senso de justiça, reciprocidade. O respeito à ética coletiva seria considerado o começo da sabedoria, e viver segundo as normas seria manter a coerência e a unidade, condições de acesso à Terra sem Mal.

“O discurso sobre a terra sem mal foi o de uma civilização que, sabendo-se mortal, via contudo em si mesma os germens de possíveis transformações. Então o discurso dos profetas podia exercer sua plena função crítica. Tais sociedades estão destruídas e foi de fora que veio a destruição: o discurso profético não pode mais desempenhar a mesma função” (CLASTRES, [1975] 1978, p.111).

Uma nova perspectiva analítica surgiu com Branislawa Susnik (1975), que passou a influenciar várias abordagens interpretativas no sentido mais holístico, sistêmico. A autora passou a tratar o tema da dispersão (migração) territorial pré-histórica dos Tupi-Guarani de maneira a abarcar seu dinamismo e sua complexidade. Seu modelo de análise baseou-se em informações arqueológicas, etnohistóricas e etnográficas aliando o enfoque social ao ecológico, para estabelecer novas hipóteses para a expansão: a. crescimento demográfico; b. busca de novas terras para plantio; c. guerras de conquista de territórios; d. divisões através de diferenças pessoais e de poder no sistema de parentesco; e. esgotamento ecológico das terras (solo e vegetação).

Iniciou-se com Susnik o tratamento da complexidade da cultura, lançando mão da interdisciplinaridade para a compreensão da cultura Guarani. Os estudos antropológicos posteriores também começaram a dar mais atenção ao contexto macroeconômico da incorporação das florestas meridionais do sul do continente, que passaram por transformações em razão do processo de desenvolvimento agrícola tanto no Paraguai, como na Argentina e no Brasil.

⁹⁹ A autora considerou o profetismo na perspectiva intracultural, pela via do xamanismo e não pela via da aculturação cristã, como na interpretação de Métraux.

2. 6. Devastação de territórios étnicos: desflorestação e expansão da agricultura extensiva nas florestas meridionais: sudoeste brasileiro, leste paraguaio, nordeste argentino

Já vimos anteriormente, pela narrativa de Schaden, a desapropriação dos espaços territoriais dos Guarani-Kaiová a partir da criação da Colônia Agrícola de Dourados do Mato Grosso do Sul. Segundo Vietta e Brand (2004, p.220-226), nas décadas de 1910 e 1920 o governo brasileiro reconheceu aos Guarani-Kaiová oito reservas com 18.124 ha. Em 1943 o objetivo governamental passou a ser o acesso à terra de milhares de migrantes de outras regiões do país.

Foram repassados no estado 300.000 ha com lotes de 30 ha a cada família de colonos, fragmentando as parentelas indígenas, desestruturando as aldeias, provocando uma série de epidemias e promovendo deslocamentos para áreas florestadas. A partir de 1950 fazendas de criação de gado começaram a se instalar na região promovendo a desflorestação para a criação de pastagens.

Os indígenas passaram então a constituir importante mão de obra para esses empreendimentos até 1970, quando a mecanização provocou sua dispensa das fazendas e o estado transferiu-os para reservas demarcadas, provocando uma superpopulação e sobreposição de parentelas e lideranças. Posteriormente a criação de oito usinas de açúcar e álcool absorveram essa população.

Também no leste paraguaio, até 1950 a mata nativa foi relativamente conservada em função do extrativismo de produtos florestais, principalmente madeira e erva-mate, tendo-se intensificado, como já vimos anteriormente, a partir da venda de extensa parcela do território paraguaio para equilibrar as finanças públicas depois da Guerra da Tríplice Aliança a conglomerados econômicos paraguaios, argentinos e brasileiros, incluindo interesses de fazendeiros.

A economia extrativista forçou a realocação de grupos dispersos de guarani-Chiripá a se assentarem em grandes comunidades, em terras do governo na periferia dos latifúndios e trabalharem nos ervais como assalariados (REED, 1995, p.66). Vimos anteriormente como esse processo levou vários grupos a se deslocarem tanto para o litoral sudeste brasileiro, como para Misiones na Argentina, região também ervateira no centro e norte.

A partir da década de 60 outros produtos extrativistas promoveram a quebra da hegemonia da erva mate como produto florestal, tendo início o ciclo intensivo de

extração de madeira, extrato de laranja, peles de animais silvestres, gado e couro, que foi acompanhada por intensa imigração de brasileiros para o leste paraguaio.

Mudanças estruturais na própria economia agrícola do sul e sudeste brasileiros com a introdução de tecnologias, como a mecanização dos cultivos que consolidou grandes propriedades e que se expandiram em detrimento das pequenas, possibilitando a pequenos produtores minimamente capitalizados comprar terras no Paraguai. Essas mudanças advinham da qualidade das terras (terra roxa) paraguaias, baixo preço e baixíssimos impostos, companhias colonizadoras brasileiras com negócios no Paraguai, suporte financeiro com juros baixos em bancos de fomento para agricultura no Paraguai (MENEZES, 1987, p.133-160).

A madeira retirada das propriedades quitava os preços das terras ou mesmo ultrapassava seu valor, se o proprietário dispunha de meios para financiar a derrubada e seu transporte, senão, ao terceirizar a desflorestação, quitando praticamente a metade do valor da propriedade e podia dispor de suporte financeiro paraguaio para investimento na agricultura extensiva. O café e a soja foram introduzidos, e praticamente 80% das terras paraguaias na fronteira com o Brasil estavam em mãos de brasileiros (MENEZES apud LAINO, 1977, p.143).

Nas áreas já desflorestadas iniciou-se o processo de modernização rural no Paraguai com o modelo agro-exportador induzido com transferência de tecnologias de ponta: pacote tecnológico da revolução verde, com vistas a aumentar a produtividade tais como fomento de maquinaria, insumos industriais.

Essa modernização exigia uma série de políticas financeiras para os Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), que foram definidos por região e financiados por bancos internacionais, sendo o mais importante o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Associada às políticas financeiras estava a reforma agrária, com venda de terras públicas e de espaços comunitários para médios e grandes produtores. Agregou-se a essa dinâmica uma intensa imigração: colonos alemães, japoneses, ucranianos e germanobrasileiros, que tiveram suas demandas financeiras apoiadas pelos programas de modernização rural do governo paraguaio em detrimento de pequenos agricultores tradicionais e indígenas. Esse contexto provocou uma transferência das melhores terras e amplos recursos naturais para aqueles setores. Às populações tradicionais restavam as terras mais desgastadas e o conseqüente êxodo rural (BENITEZ, 1997, p.26-29).

Um desses projetos integrados foi o Projeto Caazapá, iniciado em 1982 e desenhado para converter 381.600 ha de floresta em terras agricultáveis, com infraestrutura de construções de estradas, créditos e serviços a fazendeiros. O governo paraguaio emprestou 54 milhões de dólares principalmente do Banco Mundial, promovendo a colonização de um território entre duas fronteiras - entre a Cordilheira de S. Rafael e as florestas do Rio Paraná - último refúgio de guarani Mbyá à época. Segundo Reed (1995, p.204), as estimativas realizadas por agências privadas, eram de setenta comunidades com 730 famílias somando aproximadamente 3.800 índios entre Mbyá e Aché¹⁰⁰.

À “Conquista espiritual” dos primeiros séculos articulou-se a conquista orquestrada por colonizadoras, corporações, agricultura extensiva de soja, algodão e criação de gado, transformando florestas em pastagens.

Ao milagre econômico brasileiro dos anos 60 e à marcha para oeste, seguiu-se o milagre econômico do Paraguai dos anos 70, baseados principalmente por exportação da produção agrícola. Do outro lado de tanto sucesso, a luta indígena por terras.

A partir dos anos 80 a terra paraguaia começou a ter aumento de preço em função da construção de Itaipu, o que provocou uma ampliação das estratégias financeiras das colonizadoras brasileiras, que passaram a vender terras já desflorestadas, duplicando sua lucratividade, no Departamento de Itapúa, fronteira com a Argentina.

Em entrevista a Menezes (1977, p.144), Francisco da Silva, funcionário do Consulado Brasileiro em Puerto Stroessner, encarregado de contatar e dar condições aos colonos brasileiros no Paraguai, estimou em 420.000 o número de brasileiros que viviam no Departamento de Alto Paraná e Itapua em 1982, sendo os colonos originários dos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Para o autor, essa estimativa, significou 14% da população paraguaia no censo do mesmo ano.

¹⁰⁰ Em decorrência de críticas de indigenistas paraguaios e antropólogos estrangeiros, o Banco Mundial estipulou que o projeto defendesse e beneficiasse os grupos indígenas e demandou ao governo paraguaio o censo completo dessas populações. A verba destinada ao censo foi durante anos desviada para construções de estradas. Os índios eram hostilizados pelos colonos com suas casas queimadas e roças dizimadas, em algumas situações começaram a trabalhar para empresários brasileiros e japoneses. A introdução da caça esportiva reduziu este item da alimentação dos índios. Vários grupos começaram a ocupar os últimos vestígios de florestas nas partes mais altas das montanhas. Em 1987 o governo paraguaio, sob ameaça de serem retidas cotas dos empréstimos, reiterou ao Banco Mundial que faria valer o Estatuto do Indígena e determinaria a titulação de terras para os Guarani. Em 1989 os indigenistas que acompanhavam o processo estimaram que para os seis grupos indígenas censados seriam necessários 40.000 ha para protegê-los. O Paraguai repassou 7.200 ha E só um grupo recebeu a titulação (REED, 1995, p.201-206).

Francisco da Silva ao comentar o censo paraguaio considerava que o “boom” agrícola no Departamento de Alto Paraná devia-se em 99% à colonização brasileira e completou: “Todos devem ter em mente, que há poucos anos toda aquela área era uma selva...” (Idem).

Em outra entrevista, com o secretário da Associação de Indústrias Madeireiras do Departamento de Amambay, Carlos Emílio, este relatou que tendo saído do interior paulista e chegado ao Paraguai com planos de criar gado, ao se deparar com a fantástica quantidade de madeira, fez um projeto para sua exploração que foi facilmente aprovado pelo governo. Para ele o governo paraguaio fechou os olhos para uma das maiores devastações de peroba de toda história latino-americana (Idem, p.140).

Impacto sócio-ambiental: a luta por terras das comunidades indígenas

Se até a década de 50 o extrativismo possibilitava aos indígenas ocuparem pequenas áreas com economia de subsistência, dentro de algumas propriedades ou em enclaves de terras fiscais, e trabalhariam no extrativismo, nesta nova configuração de agricultura intensiva e mecanizada a absorção de mão-de-obra diminuiu. A crise das comunidades indígenas no Paraguai sensibilizou indigenistas locais e agências de direitos humanos internacionais.

Nos anos 70 os indígenas criaram a API – “Associação das Parcialidades Indígenas” e tiveram apoio daqueles setores no esforço de lutar por demarcação de terras, mas em 1978 o governo de Stroessner encarcerou e torturou várias lideranças e perseguiu os indigenistas locais da AIP – “Associação Indigenista do Paraguai” (REED, 1995, p.202).

Em resposta às pressões internacionais, em 1981 foi sancionado o “Estatuto de las Comunidades Indígenas” (Lei nº 904/81) que estipulava que cada comunidade poderia requerer o título de escritura de terra inalienável, e seria criado um fundo para indenização dos proprietários das terras expropriadas. O processo extremamente lento motivou agências privadas a realizarem o censo indígena.

Chase-Sardi (1989^a, p.124-125), estabeleceu ligações entre direitos humanos, e recursos naturais nesse contexto:

Los recursos naturales se están agotando, aceleradamente, (...) Prácticamente no existen más tierras fiscales, los grandes latifundios, que han sido irracionalmente explotados, deforestados, praderizados y construídas en ellos estancias de 5.000 ha para ser revendidas a inversionistas europeos y americanos. (...) En la región oriental, según estudios de la Asociación Indigenista del Paraguay (AIP), el 20% de la población Pai-Tevyeterã, el 80% de la Mbyá-Guarani y el 30% de la

Avá-Chiripá, no tienen tierras donde asentarse. Viven en latifundios, estancias y empresas, siendo permanentemente acosados, vejados, y perseguidos por los propietarios para que abandonen el lugar.

A partir de 1989, segundo Reed (op.cit.), 90% das terras dos Pai-Tevyterã ao norte, na cordilheira de Amambay e 80% das terras onde estavam concentrados os Chiripá à época, receberam reconhecimento e títulos de propriedade. Entretanto as terras de assentamento dos Mbyá estavam no foco dos projetos de desenvolvimento de agricultura comercial intensa, nas regiões meridionais e leste paraguaio com o Projeto Caazapá, citado anteriormente. Muitos foram expulsos pelos colonos e encontravam-se assentados em especial na estrada Panamericana. Essas terras não foram reconhecidas pelo governo.

A “Declaração de Solidariedade com as comunidades indígenas de Caazapá”, redigida durante uma reunião de trabalho sobre os “Grandes projetos de desenvolvimento e as comunidades indígenas”, em 1988¹⁰¹, responsabilizou o governo paraguaio e o Banco Mundial pelo descumprimento das cláusulas do projeto que previam a demarcação de terras indígenas:

Expresamos nuestra preocupación por la grave situación que están sufriendo las 21 comunidades indígenas Mbyá-Guarani y Aché afectadas por la implementación progresiva del denominado “Proyecto Caapazá”, cofinanciado por el Banco Mundial. (...) En 1982 el Gobierno Paraguayo se comprometió a la legalización de las tierras de los indígenas habitantes del área según la cláusula del contrato de financiación firmado con el Banco Mundial, (...) La mayoría de los indígenas no tienen tierras regularizadas. (...) El Proyecto Caapazá, en lugar de beneficiar a los indígenas, (...) ha empeorado aún más la situación de los mismos. Las comunidades se encuentran actualmente desprotegidas. (...) no impidieron la invasión de las tierras indígenas y la destrucción despiadada de los recursos naturales (...) Responsabilizamos, al Gobierno Paraguayo y al Banco Mundial por la destrucción inminente de estas comunidades indígenas (apud CHASI- SARDI, 1989^a, p.135-137).

Os Mbyá apelaram para o INDI- Instituto Nacional do Indígena; ganharam apoio popular e conseguiram a expropriação de 1.400 ha de uma colônia de menonitas, mas foi a parcialidade com menos reconhecimento a terras na época. (REED, 1995, p.203).

Na Argentina, Misiones era território nacional até 1954 e considerada área marginal mesmo com implantação de algumas colônias agrícolas e extrativismo de erva- mate e madeira. A partir desse período as possibilidades industriais promoveram uma intensificação de projetos de colonização pelo Estado através de uma série de leis de terra e aumento da imigração (WILDE, s/d, p.3-4).

¹⁰¹ As entidades que participaram desse Grupo de Trabalho foram: Centro de Estudios Humanitarios (CEDHU), La Misión de Amistad, Equipo Nacional de Misiones de la Conferencia Episcopal Paraguaya, todas do Paraguai. Do Brasil participaram: Comissão Ecumênica de Documentação e Informação (CEDI) e Instituto de Antropologia e Meio Ambiente (IAMA). |O antropólogo Shelton H. Davis do Departamento de Meio Ambiente do Banco Mundial. (apud SHASI-SARDI, 1989^a, p. 136-137)

Colonos do sul brasileiro, com o mesmo perfil dos que se dirigiram ao Paraguai na mesma época, deslocaram-se também à Argentina pelo advento da monocultura da soja: lavoura extensiva, à base do latifúndio e mecanização que prescindiu da mão de obra disponível. Também promoveram um acelerado processo de colonização com conseqüências ecológicas desfavoráveis aos grupos indígenas (WILDE, s/d, p.5-6; BARTOLOMÉ, GRIVÁ apud GARLET, 1997, p.67).

Para Bartolomé (apud REHNFELDT, 2000, p.93) os Guaraní que viviam em Misiones na Argentina teriam chegado desde 1870 até a década de 70 do seguinte século, e as razões apontadas foram o avanço de colônias brancas no leste paraguaio.

No noroeste argentino, em Misiones o processo colonizador foi mais lento em relação ao Paraguai. Segundo Ambrosetti (apud GARLET, 1997, p.65), o declínio da ocupação Kaingang na região intensificou-se a partir de 1840 em direção aos estados do Brasil Meridional, devido a pressões e perseguições de exploradores de erva mate.

É preciso elucidar que na região de Misiones, os Mbyá tinham como território tradicional o extremo norte na confluência dos Rios Paraná e Iguazu, na atual fronteira entre Paraguai, Argentina e Brasil, e ao sul onde até 1822 houve várias missões jesuíticas em ambos os lados do Rio Uruguai e Paraná, ou seja tanto do lado paraguaio quanto argentino e brasileiro¹⁰². Quando em 1821 Misiones foi federalizada, ocorreu a assimilação de parcela do contingente indígena que se miscigenou com *criollos*¹⁰³, e a intensa radicação de imigrantes que deslocaram os indígenas da posse da terra (FOGEL, 1997, p. 216).

Recentes pesquisas arqueológicas, entretanto, apontaram que os Mbyá se integraram à selva subtropical paranaense da região de Misiones há 3.200 anos (KELLER; POUJADE apud MONTENEGRO, 2004, p.4).

A colonização desse território, a partir das primeiras décadas do século XX, deu-se a partir de três frentes econômicas: zona norte e central, com predomínio de florestas: exploração de-erva-mate e madeira; e ao sul, por campos com criação de gado e agricultura, na zona das antigas missões jesuíticas. Várias companhias adquiriram extensões de terra, sendo povoadas por colonos alemães, e várias colônias também

¹⁰² É importante salientar que vários grupos Mbyá dessa região fronteira foram reduzidos. Para Fogel nessa região houve várias reduções jesuíticas (1997, p.131-134), ampliando a percepção de alguns autores que os consideram insistentemente refratários às mesmas. Cadogan inclui esta área como de ocupação Mbyá, como também os departamentos de Itapúa, Caazapá, Guairá, Alto Paraná e São Pedro (apud GARLET, 1997, p.35).

¹⁰³ Denominação para descendentes de espanhóis nascidos na América espanhola.

surgiram desse processo, entre elas: São Alberto, Puerto Rico, Dorado, Monte Carlos e outras. Com relação aos indígenas, o discurso oficial era que esses povos haviam desaparecido com a expulsão dos jesuítas; mesmo não negando totalmente a presença indígena, esta era considerada sem lugar fixo e que seria prontamente assimilada ao processo de modernização da região (AMABLE apud WILDE, 1997, p.3-6).

A pressão ecológica exercida pelas atividades econômicas acima citadas, fez com que vários grupos se deslocassem para a fronteira da província de Misiones com os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com extensas zonas de florestas. Foi o caso de um tekohá no atual município de Crissiumal (RS) por volta de 1930 e de outro às margens do Rio Peperi Guaçu em 1935. Este último em Santa Catarina mantendo estreitas relações com outros tekohá de Misiones (GARLET, 1997, p. 76).

A direção da mobilidade em busca de áreas florestadas do grupo do Rio Peperi Guaçu, quebra a hegemonia dos deslocamentos na direção oeste-leste observados até então pela etnografia através de Nimuendaju e Schaden. A mobilidade deste grupo concentrava-se em direção ao sul, passando por Santa Rosa e Santo Cristo no noroeste gaúcho, e chega até Salto de Jacuí, na região centroeste. Em 1937 retoma o caminho de volta ao Paraguai, passando novamente pelo Rio Peperi Guaçu¹⁰⁴, e por Misiones (GARLET, 1997, p.80)

A consequência para os Guarani foi a fragmentação territorial, impactando sua agricultura agroflorestal, com diminuição de itens de coleta, caça e pesca. O Estado argentino interveio através do Governo da Província de Misiones, buscando concentrar os Mbyá em algumas áreas públicas, implantar projetos agrícolas mecanizados, construção de casas, escolas e igrejas.

A proposta governamental gerou conflitos internos entre duas lideranças indígenas. Uma delas aceitou a proposta, mas a outra alegou que a forma de vida Mbyá não se adaptava a ela. Segundo Garlet (1997, p.67-74), no final da década de 70 ocorreu um significativo aumento do fluxo migratório da Argentina para o Rio Grande do Sul, passando pela província de Misiones vindos do Paraguai através de três rotas: uma via Misiones (Argentina), a segunda de Misiones via SC, e a terceira, pelo PR com travessia por SC atingindo o RS.

¹⁰⁴ É importante notar que ramais do Caminho do Peabiru descem paralelos ao Rio Peperi Guaçu atingindo o noroeste do RS, lugar de antigas reduções jesuíticas nos “sertões”, cuja metodologia eram ser construídas onde houvesse populações indígenas assentadas.

Perumi¹⁰⁵, um dos informantes de Garlet, referiu-se a um acordo intercultural entre os Mbyá e os brancos, que os campos seriam dos brancos e as matas dos Mbyá, mas os brancos não cumpriram o acordo e usurparam as matas e os animais, procurando tornar-se patrões.

Repetimos que procuramos por Teko'a que ofereçam recursos como animais, peixe, pássaros, frutas para comermos: que tenham taquarais onde possamos roçar nossas chácaras. E por procedermos dessa forma nos fazemos molestos, viemos do Paraguai para a Argentina e para o Brasil. E se agora outra vez regressamos até os limites do Paraguai, é por que aqui não encontramos mais nada: e se lá é melhor para construir Teko'a voltamos para lá. Ou seja: se na Argentina houver matas boas e aqui no Brasil não existir nada, iremos para lá. Penso que aqui no Brasil já não existem mais terras nas quais possamos estar alegres, pois nos deram somente morros(...)

Portanto, as terras que precisamos para nossos Teko'a devem ter melhores condições: mas será que os brancos no-las darão? Aqui onde estamos, dizemos, o teko'a serve-nos apenas para dormirmos (ficarmos de passagem).

Ainda hoje Nossos Pais (Deuses) nos falam de lugares em que devemos nos transladar.

(...) Quando estava na Argentina, entrevistei-me com o governador e decidi dizer-lhe: "a mata nos pertence, a mata pertence aos Mbyá. Porque vocês no-la tiraram?(...) Disseram-nos: "Bem! Nós compraremos terras, compraremos um lugar para vocês: construiremos casas de verdade (...) Por terem acreditado nessas promessas, os Mbyá da Argentina cortaram a sua tradição e por isso eu passei para o Brasil (...) Portanto, aqui nos respeitam mais, nos dão mais direitos: nos deixam mais tranquilos.

Se isso é verdade, por que não paramos, por que abandonamos nossos lugares e não nos estabelecemos definitivamente? É porque é deste jeito mesmo, eu digo para que todos escutem. E agora, tu debes repetir estas palavras para que os brancos as compreendam (GARLET, 1997, Anexos: Texto n° 2).

O ponto de vista expresso por Perumi consiste numa visão de território aberto, sem fronteiras, onde predomina uma relação entre espacialidade, recursos naturais e tradição. A etnohistória guarani, mesmo que mesclada à temporalidade histórica dos agentes do expansionismo europeu, através dos permanentes contatos com as frentes extrativistas e agrícolas, não pode prescindir da perspectiva histórico ambiental,¹⁰⁶ para ser compreendida.

A mobilidade guarani é inerente à sua dinâmica agroflorestal, que ao defender a permanência das pautas culturais tradicionais rechaça as tentativas de sedentarismo e projetos governamentais que alguns grupos têm sido levados a adotar.

¹⁰⁵ Os avós e pais de Perumi eram provenientes de uma aldeia Mbyá da região do Rio Peperi Guaçu em Santa Catarina, transladando-se para várias áreas no noroeste do Rio Grande do Sul até Salto de Jacuí em 1935, onde nasceu (GARLET, 1997, p. 80).

¹⁰⁶ Montoya em seu dicionário da língua guarani escrito em 1639, já usava para identificar as parciaisidades guarani o critério espacial, a construção de parciaisidades enquanto habitantes de uma região, às margens de um rio, etc, o que certamente eram indicações feitas pelos próprios Guarani (GARLET, s/d, p. 5; MONTROYA, 1639).

2.7. Cosmologia Guarani: Interpretações interdisciplinares: da religião à ecologia e à territorialidade

Os primeiros trabalhos antropológicos sobre os Guarani, como vimos, estabeleceram constantes interrelações entre o tema da “terra sem mal” e as “migrações”. Nimuendaju ([1917] 1987, p.108) levantou a hipótese de que a mola propulsora das “migrações” fosse a religião; Metraux por sua vez transformou essa hipótese em verificação, fazendo a ligação mítica das “migrações” dos Guarani no século XX, às dos Tupi da costa do Maranhão até o Peru no século XVI buscando a “terra da imortalidade”.

Melià (1990, p.33-46) resgatou o significado ecológico do termo “*yvy marane’y*” (Terra sem mal), através da obra do jesuíta Montoya, do século XVII ([1639], p.363): “solo intacto, que ainda não foi edificado”, ou “solo virgem com árvores de grande porte”.

Segundo Noelli (1999, p.134), para Melià, ocorreu uma resignificação do mito pelos próprios Guarani, sendo resultado da redução de seu campo de ação espaço-temporal, decorrente da história de opressão que os teria obrigado a ritualizar, o que não podiam mais transformar em realidade. Em outras palavras, Melià realizou uma integração entre essas duas abordagens, a saber, entre o mito e a desapropriação continuada de espaços territoriais.

Parece ser que estamos diante de um encontro intercultural, cuja melhor aproximação se dá pela idéia ou conceito de tradução, ou seja, a fusão de motivações equivalentes entre dois sistemas culturais que pode ser traduzida pela noção de utopia em nossa acepção. O “mito da terra sem mal”, a partir da desconstrução realizada por Melià, através de Montoya, nos indica que a resignificação da terra entre os Guarani, revestiu-se de exacerbação, de uma emergência e de um valor sem precedentes no pós-conquista.

Segundo Melià (Idem), os Guarani chegaram a ocupar as melhores terras das bacias dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai e o sopé da cordilheira andina. O mapa cultural guarani sobrepõe-se a um mapa ecológico, com constantes ambientais. A terra guarani não sendo fixa ou imutável os adapta e é por eles adaptada sem deixar desertos atrás de si. A terra não é um simples meio de produção econômica, mas imbrica-se a um modo de produção cultural.

O significado de *teko* para os guarani é modo de ser, modo de estar, sistema, lei, cultura, comportamento, hábito, condição, costume. *Tehoká* é o lugar onde se dão as condições para o exercício do modo de ser de *teko*. Nesse espaço objetivado ocorrem interrelações entre as dimensões econômicas, sociais e político-religiosas. Do *Tekohá* faz parte: o *monte* preservado, lugar de coleta, pesca e caça; o *monte* cultivado e as casas. É no jogo entre esses espaços que se define a bondade da terra guarani. Em sua interpretação, o mal da terra para o Guarani, originando-se em um desses espaços, se propaga, como podem ser: a diminuição da fertilidade do solo, instabilidade de fenômenos cataclísmicos (chuva, ventos, chuvas torrenciais). Mas o mal também inclui as guerras com o inimigo, o comportamento depredador da colonização com a destruição das matas, a rarefação da caça. O usufruto da terra que deu lugar à propriedade, à enfermidade e à morte. O caminhar, a migração “é sempre dialética de carência e plenitude” (MELIÀ, 1990, p.41).

Ainda segundo o autor, a organização política-religiosa continua atuante na figura do Xamã, e a personalidade do Guarani se constrói sobre o ideal do Xamã e não do guerreiro. É esta centralidade que constrói a condição da Reciprocidade, da economia da reciprocidade. Se a Terra sem Mal conjuga fatores ecológicos, tensões e perturbações sociais e inquietudes religiosas que afetam o “modo de ser” guarani, o Xamã é seu intérprete, a sua consciência.

Segundo Chamorro (2004, p.72-75), o que os etnólogos denominam de Xamã foi referido nas crônicas como os *Karai*, cujos atributos eram: feiticeiro, mago, curandeiro. Eram líderes carismáticos, muitas vezes itinerantes, atuando sobretudo em períodos de crise em conjunção com os *pa'i*, que eram os caciques, e que colocavam disposição nos chefes das famílias extensas.

Essa união ocasional se dava para enfrentar determinados problemas que afetavam a comunidade, como o deslocamento de famílias e bens para uma terra virgem desconhecida

Outro aspecto da cultura guarani relacionado com questões propriamente ecológicas, tem a ver com os chamados “heróis culturais” (CHAMORRO, 2004, p.145) ou “heróis em abandono de uma terra cansada: civilizadores”. Métraux ([1925] 1979, p.1-17) compilou uma série de denominações desse personagem nas crônicas histórica os Tupi e os Guarani¹⁰⁷ e referiam-se a personagens dotados de poderes superiores,

¹⁰⁷ São elas: Monan, Maire-Monan, Maire-Atá, Maire-pochy, Sommay, Zumé.

correspondendo a deuses. De uma maneira geral esses personagens traziam o conhecimento de plantas úteis e o ensino da agricultura. As espécies mais mencionadas foram: o milho, a mandioca, a batata, a banana e frutos, além de ensinar-lhes a fabricação de bebida fermentada a partir do milho. Os alimentos introduzidos pelos “heróis culturais ou civilizatórios” passaram a ser considerados sagrados (MOTA, 1992, p.51-52).

Os atributos divinos e suas expressões eram e são inspirados em fenômenos da natureza como o som, o brilho, a chama, figurando com os significados de trovões, relâmpago, ruído da chuva, brilho do sol e da lua.

En todo caso, ellas se refieren a la luz, al fuego y al agua, elementos de importancia incalculable para los grupos básicamente agrícolas, como los guarani. Por medio de estas expresiones evocan en sus cantos el poder vivificador de la lluvia y el Sol en cuyo dominio la comunidad aspira ser constantemente reintegrada (CHAMORRO, 2004, p.145).

O lugar do “sentido” da cultura guarani, que primeiro foi interpretado em sua religião foi ampliando-se num processo de englobamento abarcando também os aspectos propriamente ecológicos, enquanto o suporte biofísico de seu mundo era transformado por outra lógica, alterando o sentido de sua relação com o meio-ambiente e conseqüentemente com os espaços territoriais que dominavam. Para Leff (2000, p.260-261), “a introdução de modelos tecnológicos das zonas temperadas tende a diminuir rapidamente a produtividade dos ecossistemas do trópico e a esgotar os seus recursos”.

A racionalidade do manejo de tipo mediterrâneo que existia na Europa e que foi introduzida nas florestas meridionais do continente sul americano, implicou em desmatamento para introdução de cereais combinada com a domesticação e criação de animais. Durante o século XIV os ecossistemas europeus atingiram a saturação e entre seus efeitos começou a se instalar a chamada crise da madeira, com substituição dos combustíveis vegetais pelos combustíveis fósseis, dando-se em primeiro lugar na Inglaterra (Deléage [1991] 1993, p.214).

Esse sistema agropastoril europeu, já no século XVI havia produzido a desertificação de vastos territórios tanto da Itália como do planalto castelhano (PROUS, 1991, p.569-573), em função da desflorestação.

As culturas das terras altas sul americanas com clima seco tiveram um correlato dessa agricultura de tipo mediterrâneo, como no México e no Peru, também com cultivos intensivos (milho) e a criação de animais - o peru no México e a lhama no Peru.

Mas nas terras baixas de floresta úmida predominou o sistema de coivara, com queimadas controladas, ciclagem de nutrientes a partir das cinzas e a possibilidade de reconstituição da mata com a circulação dos roçados, em função do pousio nos espaços territoriais de domínio.

Diferente do sistema agropastoril, de domesticação e estabulamento de animais para proteção da agricultura, no sistema agroflorestal os plantios não eram protegidos dos animais silvestres, antes ocorria uma integração no manejo, pois os animais aproveitavam parte dos plantios e a caça proporcionava os alimentos protéicos para os indígenas (PROUS, 1991, p.569-573).

A dispersão etnohistórica pelos processos de colonização, a transformação e a fragmentação dos ecossistemas tropicais impôs aos Guarani estratégias de subsistência constantemente atualizadas e diferenciadas para compensar o empobrecimento florestal, um dos “males da terra”.

A literatura etnográfica guarani tem no tema da “terra sem mal” uma constante analítica, tendo incorporado o enfoque interdisciplinar, que ao interrelacionar vários campos temáticos disciplinares, tem feito avançar o conhecimento do ethos guarani, superando diagnósticos e hipóteses formuladas anteriormente. A hipótese de Nimuendajú sobre a extinção da cultura guarani ([1917] 1987) não se cumpriu; a de Schaden sobre o inexorável processo de aculturação (1969,1974) também passou a ser questionada. Helene Clastres ([1975], 1978) não supunha que o diagnóstico sobre sua destruição cultural encontrasse outras formas de resistência cultural e estratégias contínuas de territorialização (POST DARELLA, 2004), em busca de espaços florestados da Mata Atlântica, como também seu aumento demográfico (RICARDO, 1995, p.45-47).

As várias interpretações provocaram revisões teóricas. Conceitos como aculturação e assimilação à sociedade envolvente foram superados, influenciando inclusive na ruptura da postura assimilacionista dos estados nacionais que comportam essas etnias.¹⁰⁸ Em situações de contato, vários trabalhos demonstraram que os índios são antes organizadores dos processos e não espectadores passivos. A mudança é uma realidade tangível em todas as culturas, para Sahlins (1997, p.64), “a transformação é um processo autêntico dentro das tradições”.

¹⁰⁸ As Constituições argentina de 1981, brasileira de 1988 e paraguaia de 1992 expressam o reconhecimento à diferença cultural dos povos indígenas: de suas tradições, costumes e religiões e o direito à demarcação de terras.

Garlet entendeu que o conceito de migração largamente utilizado pela etnografia a respeito dos deslocamentos guarani não se encaixava nesta categoria, e sugeriu a substituição deste conceito pelo de mobilidade, por ser mais amplo e englobar tanto deslocamentos como a própria migração. Esta sendo entendida como saída definitiva de determinado espaço, não se coadunaria com o caso guarani, já que existe ida e volta, deslocamentos por tempo determinado como o caso de visitas entre parentes, ou realocação em outras regiões ou países. Para o autor, este conceito poderia permitir ainda visualizar a circularidade de grupos pelo território considerado como tradicional em busca de melhores condições ecológicas (GARLET, 1997, p.16).

Ao fazer a etnohistória dos Mbyá no RS, Garlet defendeu a tese de que a perda do território original enquanto unidade geográfica provocou a desterritorialização do *Yvy Mbyte* – o “centro do mundo”, no Paraguai, expressão corrente de seus informantes na década de 90. Para este autor os Mbyá elaboraram a solução de ampliar seu território através da reterritorialização.

A reterritorialização será entendida como uma “recolocação no espaço” (LITTLE, 1994, p.11). Através de movimentos migratórios, grupos Mbyá passam a sair do território original em busca de espaços para se recolocarem (GARLET, 1997, p. 17-18).

A interpretação de Garlet tentou explicar a mobilidade Mbyá mais recente, averiguada pela etnografia, cujo censo das parciais no litoral brasileiro em 2002 era de 90% de Mbyá¹⁰⁹. Mas existe um problema em seu conceito de reterritorialização, que tentaremos abordar a seguir.

Com relação aos Mbyá não é demais recordar as colocações de vários cronistas e antropólogos sobre a existência de guarás tanto no litoral paulista - Cananéia - quanto no litoral catarinense – em Mbiaçá - Massiambú, e no interior do estado de Paraná e Santa Catarina, conforme levantamos anteriormente, baseando-nos em fontes coloniais de jesuítas e viajantes.

Maria Inês Ladeira (1992, p.47) citou Bertoni, com relação à ocupação do litoral de Santa Catarina e São Paulo pelos Mbyá¹¹⁰, e ampliou referências com relação à viagem de Ulrich Schmidl, pelo Caminho do Peabiru, de Asunção em direção à costa

¹⁰⁹ Dados do CTI – Centro de Trabalho Indigenista.

¹¹⁰ Para a autora, além dos territórios apontados no interior do continente: atuais Brasil, Argentina, Bolívia, Peru, Paraguai e Uruguai, habitavam também parte da costa atlântica (LADEIRA, 1992, p. 45-46).

Atlântica com guias indígenas, localizando sua ocupação nos “sertões”, cujo roteiro foi analisado por Maack:

O nome do povo dos ‘Biessaie’ ou ‘Riessaie’, encontra-se nos mapas espanhóis antigos a oeste da Serra do Mar, no território do atual Estado de Santa Catarina, ao norte do Rio Uruguai. H. Plischke (1929, p. 9), indica o nome deste povo no seu esboço de mapa para o relato de Schmidel, na zona entre as nascentes dos Rios Iguaçu e Uruguai. Para a mesma zona, Romário Martins (1937, p.45) menciona as tribos Tupi dos ‘Mbiazais’, que são idênticas às ‘Biessaie’ e cujo nome os espanhóis aplicam às tribos Tingui (MAACK apud LADEIRA 1992, p. 47; 2001, p. 61).

Garlet (1997, p. 83) criticou Ladeira (1992, p. 45-47), por ter afirmado que a ocupação Mbyá no litoral antecedia a chegada dos europeus, e não ter apoiado sua afirmação em evidências arqueológicas ou históricas consistentes. Considerou, por sua vez que o território original dos Mbyá seria a região central do Paraguai – *Yvy Mbyte* – o centro da terra. No entanto, o recorte histórico empreendido por Garlet e Ladeira não contemplou fontes históricas primárias da documentação jesuítica e de alguns cronistas levantados na presente pesquisa, que indicaram, segundo nossa análise, uma constante comunicação e intercâmbio entre indígenas e exploradores portugueses e espanhóis, entre o litoral e o centro do continente “pelos caminhos antigos”.

A existência dessas “rotas de fuga” foi efetivamente testemunhada por Sanches (VICUNÃ; GONDRA apud CARVALHO FRANCO, 1942, p.11-16), abrindo a alternativa de se internarem nas florestas interiores, fugindo dos acoessos da costa litorânea.

Garlet (1997, p.42) também citou Bertoni para embasar vários de seus argumentos, mas considerou que a análise deste autor sobre uma “civilização guarani”, apresentaria “doses de excesso”. E foi justamente nessas considerações que Bertoni localizou os Mbyás no interior ao longo do Rio Iguaçu e chegando ao litoral.

Portanto, o conceito de reterritorialização de Garlet foi no sentido de uma ampliação do território Mbyá, uma realocação ou recolocação no espaço a partir do começo do século XX onde se encontravam designados sob a configuração de *monteses* no *Yvy Mbyte* – centro da terra - e não no sentido que estou defendendo aqui, de que ocorreu também uma volta a antigos espaços territoriais, anteriores a esse século.

Com relação a Ladeira (2001), as referências sobre o Caminho do Peabiru de fato não foram exaustivas, em termos da documentação jesuítica e histórica, mas os discursos de seus informantes sobre “caminhos” foram constantes. Sua referência ao

trabalho de Maack que estudou o itinerário de Ulrich Schmidl, e que foi considerado por Gonçalves (1998, p.12) o trabalho mais rigoroso a respeito dessa viagem, não foi citado por Garlet, mas confirmou a localização dos Mbyá realizada por Bertoni, tendo sido reiterada por vários outros autores posteriormente ¹¹¹.

Pesquisas recentes (NOELLI, 2004, p.19) têm proporcionado a visualização geográfica dos sítios arqueológicos Guarani até agora registrados, confirmando essa ocupação, mesmo que não estabelecendo a escala do domínio territorial na Mata Atlântica em tempos históricos variados ou a questão das parcialidades (Vide mapa I). Questão que considero sem pertinência na medida em que, como ressaltou Susnik (apud REHNFELDT, 2000, p.100), os descendentes dos guarani contemporâneos são os chamados monteses. E é importante que se considere que resistiram relativamente misturados em várias “áreas de refugio”, tanto como a que assinalou Müller (apud GARLET, 1997, p.35; apud SCHADEN, 1963, p.83-84) na cordilheira de Mbaracayu, na fronteira com Paraguai e Brasil, quanto como assinalaram Bartolomé (apud REHNFELDT, 2000, p.93) e Wilde (s/d, p.4-5) em Missões, fronteira com Argentina e Brasil.

No caso do Brasil, Ladeira (2001, p.112), Brighenti (2001, p.78) e Post Darella (2004, p.132-133), utilizaram o conceito de invisibilidade, para dar conta de uma realidade que as pesquisas etnográficas constataram a partir de histórias de vida dos informantes Guarani, ou seja, enquanto a Mata Atlântica ainda apresentava regiões florestadas no Brasil¹¹², os Guarani mantiveram constante ocupação, mesmo que de maneira discreta, mantendo distância da sociedade envolvente, tendo-se tornado mais visíveis na medida em que a Mata Atlântica foi sendo fragmentada e seus remanescentes cada dia mais ameaçados. Essa constatação foi feita também por Montenegro (2004, p.7) em Misiones, na Argentina.

¹¹¹ Outros autores sustentam essa mesma tese. Branislawa Susnik (1984-1985, p.99) afirma que existiam populações “cario, mby’á e arechané” na costa atlântica ao começar a conquista hispânica e lusa.

Ramón Foguel: “la región de Mbihasa que se extendía en el Brasil, al este del Paraguay hasta cerca de Cananéa pasando por el norte del Rio Iguazú y se prolongaba en Mato Grosso (BERTONI, 1992)”, (1997, p. 91)

¹¹² Para Post Darella (2004) existem algumas referências históricas da presença de índios carijó no litoral até finais do século XVI e começo do XVII, mas a autora supõe o favorecimento de estratégias de invisibilidade devido à cobertura florestal ter sido bastante significativa até o começo do século XX. Em 1500 o Estado de Santa Catarina teria 81,50% de cobertura florestal em relação à sua área total, enquanto o Paraná apresentaria 84,72%, em 1912 as porcentagens seriam de 78,67% e 83,37%, respectivamente, caindo em 1995 para 17,41% e 8,93%, também respectivamente.

O que se nota quanto à territorialização atual, é uma expansão dos limites anteriores registrados no mapa referente aos sítios arqueológicos para áreas litorâneas além do sul do estado de São Paulo. Há uma expansão com relação ao que as fontes históricas e arqueológicas consideraram antigos espaços territoriais guarani, para os litorais do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, como também a presença de algumas famílias no Pará, Tocantins e Maranhão, território considerado nas fontes históricas como ocupado apenas pelos Tupi.

Ao mesmo tempo, passou-se a uma caracterização territorial de pulverização em minúsculas ilhas (LADEIRA, 2001, p.111a). Esses espaços eram áreas relativamente contínuas¹¹³, mesmo que esse território tradicional na Mata Atlântica comportasse diversas etnias, ou seja um território tradicional não exclusivo. Essa expansão pode ser indicativa tanto do empobrecimento da biodiversidade nos espaços florestados referidos nas fontes, como da dificuldade nos processos demarcatórios, como veremos na II Parte.

Mesmo requerendo ainda demarcações em nome da própria etnia, encontram-se na atualidade em pequenos espaços em algumas aldeias de seus antigos inimigos Kaingang e Xokleng, nos estados do sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (LADEIRA, 2001, p.111 a).

Diversas pesquisas atualizaram a distribuição dos Guarani nas últimas décadas, no Rio de Janeiro (LITAIFF, 1996), em várias configurações mantendo alianças com os Tupi, com quem compartilham áreas numa aldeia do Espírito Santo (CICCARONE, 2001), e no Maranhão, segundo Dias Martinez (apud GARLET, 1997, p.58). A autora fez referências a um grupo que partiu do Rio Grande do Sul e tendo atingido a Bahia, tinha intenção de chegar a Sergipe e Alagoas.

Segundo Litaiff (2004, p.15-30), que percorreu aldeias guarani do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul, os Guarani afirmam estarem na beira do mar procurando *yvy marã ey*-terra sem mal. Para o autor, as narrativas indígenas que ouviu foram tanto mitos quanto relatos históricos; dividiu ainda os mitos guarani em dois gêneros: primeiro, os considerados sagrados, que tratam da criação de *Yvy Tenondé*- a primeira terra e *ne'eng* – o espírito humano e, segundo, a criação de *yvy pyau*- a segunda terra, a terra atual. Os relatos históricos foram a conquista da América, a Guerra do Paraguai e os deslocamentos em direção ao litoral brasileiro.

¹¹³ Ainda não existem dados que proporcionem a relação entre datação e ocupação de áreas em tempo simultâneo.

A noção de territorialidade para os Guarani oferece uma importante fonte de reflexão em relação às vias de circulação por um amplo território. As pesquisas sobre o Caminho do Peabiru e seus ramais, empreendidas pela arqueologia (CHMYZ, 1976 – Vide Mapa 2), e que posteriormente obtiveram um tratamento histórico mais acurado (GONÇALVES, 1998), possibilitaram ampliar e interrelacionar dados provenientes de discursos indígenas referentes ao “Caminho”. Essas referências constantes se deram tanto na bibliografia consultada, como em minha própria pesquisa de campo, ao acompanhar o histórico de mobilidade de um grupo Mbyá liderado por um Kaiová¹¹⁴, para entender o sentido de territorialidade deste grupo.

Em várias ocasiões perguntei-lhes sobre “*vyy marãey*”- “terra sem mal”- mas não obtive resposta, o máximo que ouvi foi “terra boa”¹¹⁵. Trata-se de um grupo especialmente “inconstante”, com intensa mobilidade, mas “persistente” enquanto agricultores aos moldes tradicionais.

Como é comum, os Guarani estudam várias possibilidades antes de se transferirem de um lugar a outro; neste caso, a partir de referências de seus parentes, o grupo assentou-se em uma área próxima ao percurso de um ramal do Caminho do Peabiru traçado por Chmyz¹¹⁶, a oeste da cidade de Joinville e que o grupo denominou de Itaguaçu – Pedra Grande. É bastante conhecida entre os antropólogos a nomeação de suas aldeias relacionadas a atributos geográficos e físicos (toponímia): serras, rochas, rios, etc (LADEIRA, 2001, p. 62; LITAIFF, POST DARELLA, 2000, p. 7).

A aldeia foi situada no caminho de um monumento natural conhecido como “Castelo dos Bugres”, constando em folders e publicações ambientalistas¹¹⁷. Seriam marcadores toponímicos de uma memória que se atualiza na mobilidade?

¹¹⁴ A história de vida desse líder consta que saiu criança de sua aldeia de Panabizinho no atual MS, à época do loteamento de suas terras para colonos (SCHADEN, 1963), e ao longo de anos passou por Minas Gerais, esteve entre os Pataxó na Bahia e desceu a costa, tendo estado em várias aldeias do litoral paulista e catarinense, de onde retornou recentemente para o litoral paulista.

¹¹⁵ A mesma resposta: *vyy porã*- terra boa, obtive em alguns diálogos nas aldeias. É interessante notar que Garlet também não fez menção da expressão *yvy marãey*- terra sem mal, junto aos Guarani do Rio Grande do Sul que pesquisou na década de 90 (1997).

¹¹⁶ O percurso assinalado pelo autor dos Comentários da viagem de Álver Nuñez Cabeça de Vaca em 1541, cita o Rio Itabucu. Na tradução para o guarani, ita é pedra e puku é larga, ou seja Pedra Larga. Fica nas imediações entre o afluente deste rio: atual Itapoçuzinho e o Rio Iguaçu, que a expedição cruzou (HERNANDEZ (1555) 1999, p. 115-165).

¹¹⁷ Como por exemplo A Mata Atlântica e Você - como preservar e se beneficiar da mais ameaçada floresta brasileira (SHÄFFER & PROCHNOW (Orgs.) 2002, p. 10-11)

Resumindo, as datações dos sítios arqueológicos estão indicando que os Guarani estavam na região do Paraguai e Argentina há cerca de 3.000 a 2.000 anos e que uma considerável parcela deles atingiu o litoral atlântico há cerca de 1.000 anos. Os dados históricos indicam que parcela dos que não foram escravizados no litoral e nos sertões pelos bandeirantes e seus inimigos Tupi, refluíram pelos caminhos conhecidos para “*Yvy Mbyte*” - o Centro do Mundo- território das bacias dos rios Paraná e Uruguai (domínios fronteiriços entre Paraguai, Argentina e Brasil), onde muitos resistiram em áreas estratégicas de refúgio a escravagistas portugueses, missionários e encomenderos espanhóis.

Com o advento de “*Yvy Opá*”- o fim do mundo, de seu mundo, seja pelo acosso do missionamento, da economia extrativista, do conflito bélico da guerra da Tríplice Aliança e da destruição de suas florestas pelas constantes frentes de expansão e loteamento de seus *guara* e *tekohá*, pela agricultura moderna paraguaia, brasileira e argentina, alguns grupos resistentes à assimilação, retornaram paulatinamente pela bússola de sua memória em busca de espaços territoriais da floresta Atlântica, numa constante recriação de seu mundo.

La cuestión... no es si debería haber una mayor conservación de la diversidad, incluyendo un aumento de las áreas protegidas. Lo habrá y debe haberlo. Tampoco se trata de si se debe proteger y mejorar el sustento y el derecho de las personas. Esto es imprescindible. Y menos aún se trata de si estas dos consideraciones están vinculadas entre sí. Lo están. Las soluciones a los dilemas de proteger la biodiversidad y las formas de sustento se centran claramente en el <<cómo>> y no en el <<si>>. El tema en cuestión es la efectividad de los medios utilizados.

(Cernea; Schmidt-Soltau apud Colchester, [1994] 2003 p. 91)

PARTE II. A Emergência do Ambientalismo e os Povos Indígenas

Como vimos no capítulo anterior, os processos inerentes às atividades extrativistas e agrícolas causaram uma intensa desflorestação da Mata Atlântica. A partir dos anos 60 as preocupações tanto com o advento da “revolução verde” se acentuaram, quanto com a conservação das florestas aumentaram com a emergência do ambientalismo.

Por um lado, a desflorestação para a implantação da agropecuária e da agricultura extensiva no sudoeste brasileiro, leste do Paraguai e porções de Misiones na Argentina. Por outro, o reordenamento territorial com a criação de áreas protegidas para a conservação da biodiversidade nos vários países do Cone Sul, em porções do território tradicionalmente ocupado pelos Guarani. Ambos processos promoveram obstáculos à mobilidade guarani e impactaram sua dinâmica ecológica e territorial em diversas porções do que restou das antigas florestas meridionais e litorâneas.

A implantação de áreas protegidas ganhou relevância no mundo todo durante o último século com o objetivo de reservar áreas do impacto do desenvolvimento, adquirindo importância crescente para a proteção da biodiversidade.

Uma série de eventos científicos focou a construção de alternativas que aliassem a conservação e uso mais racional da biosfera, colocando em pauta o impacto humano e o descontrole do aumento demográfico, os efeitos colaterais da industrialização e das queimadas. O aumento exponencial da poluição do ar, das águas, desmatamentos, riscos do uso de agrotóxicos nas monoculturas, formas predatórias de desenvolvimento econômico, foram destacadas conjuntamente com as inter-relações entre ações, comportamentos culturais e o meio ambiente.

A Conferência da Biosfera em 1968 destacou as interações do homem com o meio ambiente e logo após a Conferência de Estocolmo nos anos 70, ampliou-se a abrangência das questões ambientais relacionando-as com as ordens política, econômica, jurídica, social e cultural e, ao mesmo tempo, com a constatação de que essa problemática transcendia fronteiras, afetando a todos sem distinção.

Em 1971 foi lançado o programa de cooperação científica mundial, o Programa “O Homem e a Biosfera” (MAB). As três dimensões básicas do programa foram: A. conservação da biodiversidade; B. promoção do desenvolvimento sustentável e C. pesquisa, educação e monitoramento.

A Mata Atlântica, entre os anos de 1991 e 1993, foi a primeira reserva da biosfera implantada em território brasileiro, a pedido de cientistas, ambientalistas, ongs e governo brasileiro à Unesco. Ela inclui todos os estados de sua área de domínio no país, nas regiões nordeste, sudeste e sul.

Os objetivos que nortearam e norteiam a Reserva de Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) foram e são garantir sua proteção e recuperação, incluindo áreas núcleo e a criação de corredores ecológicos entre seus remanescentes, que somam aproximadamente 7,3% da cobertura original. A estratégia é um pacto com suas populações tradicionais, melhorando suas condições de vida através do desenvolvimento sustentável, aliado à necessidade de produção de um zoneamento de aporte científico com envolvimento e participação das populações.

Até o ano 2.000 foram implantadas 243 reservas da Biosfera em 65 países (WEY DE BRITO, 2000, p. 30). O Paraguai e a Argentina também se somaram, e a exemplo do Brasil, possuem várias áreas indígenas guarani, como veremos no próximo capítulo.

As zonas núcleo da Reserva da Biosfera são normalmente consideradas de proteção integral, como parques e estações ecológicas com uso restrito, preferencialmente de domínio público¹¹⁸. As zonas limítrofes ou zonas tampões são, na maioria dos casos, de propriedade privada (Reserva da Biosfera, 2005).

Vários eventos, mais diretamente ligados à gestão de parques, equacionaram a ocupação humana nos mesmos, reconhecendo que comunidades humanas com características culturais específicas têm uma relação intrínseca com os ecossistemas.

O II Congresso Mundial de Parques Nacionais, realizado em Yellowstone em 1972, sugeriu a criação de zonas antropológicas protegidas, entre elas: zonas com

¹¹⁸ Tanto no Paraguai, como na Argentina e Brasil ocorrem conflitos de dominialidade nas áreas decretadas para conservação.

No caso da Mata Atlântica brasileira, as áreas-núcleo somam aproximadamente 2%, ou seja são parques, estações ecológicas e reservas particulares de patrimônio natural (RPPN), mas o problema fundiário é grave em função dos conflitos jurídicos sobre a questão das indenizações, fato que cunhou a expressão “parques de papel”, porque não há consenso sobre desapropriação de áreas particulares pelo poder público.

O Projeto de Lei Mata Atlântica finalizado em 2003, depois de ter transitado por onze anos, está no Senado Federal, encontra-se em discussão especialmente seu artigo 46 que prevê indenização para os proprietários de terra dos remanescentes florestais. Alguns senadores querem manter o artigo, como parcela dos empresários rurais. Em artigo, “Novos rumos para a Mata Atlântica” (ASCON, 2005), a preocupação desse setor é com a restrição das atividades econômicas nessas áreas, como também as limitações de suas potencialidades econômicas.

culturas humanas autóctones e zonas com antigas formas de cultivo, ao lado de zonas naturais protegidas e zonas protegidas de interesse arqueológico ou histórico.

O III Congresso Mundial de Parques Nacionais na Indonésia em 1982, reiterou o não desalojamento de indígenas ou rupturas de seus estilos de vida tradicionais, desde que não alterem a integridade ecológica das áreas protegidas. Nesse encontro vinte e cinco países ratificaram a proposta da IUCN/WWF de proteger no mínimo 10% de seus territórios (PERES, 2002, p. 168).

Já o IV Congresso, em Caracas, realizado em 1992, propôs a necessidade de manejo sustentável para o uso de recursos naturais fazendo parte de um contexto de planejamento regional, sem transformar as áreas protegidas em ilhas de conservação¹¹⁹ envoltas num mar de desenvolvimento (WEY DE BRITO, 2000, p. 30-35).

Portanto, a integração entre biodiversidade e sociodiversidade com características não predatórias tem sido uma das linhas teóricas construídas focando diretamente para a questão do manejo.

O manejo foi o tópico especialmente tratado durante outro Encontro em 1994, como demonstra o documento originado da “Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas da UICN” (WEY DE BRITO, 2000, p.42-44), o qual traz a lista das diferentes categorias de áreas e os principais propósitos de seu manejo. Para a categoria Parques Nacionais sugeriu-se que o manejo tenha como propósito a conservação de ecossistemas intactos para futuras gerações com objetivos de recreação, educação e com instalações compatíveis com a conservação e uso sustentável de recursos por etnias indígenas, tolerando moderadas intervenções humanas, “e especialmente o uso sustentável dos recursos naturais por parte de etnias indígenas.” (Idem).

A Convenção da Biodiversidade foi lançada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro em 1992. O Brasil assinou a convenção, que conta atualmente com 156 países signatários, preconizando a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável de seus componentes. O objetivo expresso foi a compatibilização entre proteção dos recursos biológicos e o desenvolvimento social e econômico.

¹¹⁹ A idéia de conservação em ilhas de biodiversidade tem sido criticada (ERLICH, 1997, p. 28; MYERS, 1997, p.41), o que reforça o modelo de conservação em mosaico, ou seja, áreas estritamente protegidas seriam interligadas por outras de uso controlado. O mosaico assim incluiria florestas nacionais, reservas extrativistas de desenvolvimento sustentável, projetos agroflorestais e corredores biológicos interligando essas áreas.

3.1. Áreas naturais protegidas

A concepção de se criar áreas protegidas, respeitar ciclos de reprodução de ecossistemas ou restaurar os recursos naturais degradados não é uma prerrogativa do Ocidente Moderno, tendo ocorrido em várias sociedades arcaicas como China, Grécia, Índia, Pérsia¹²⁰, no medievo ocidental¹²¹, França, Inglaterra, Espanha (URTEAGA, 1987), e ocorrendo entre povos indígenas atuais¹²².

Essas percepções e práticas se traduzem na modernidade com a implantação, em escala mundial, de áreas protegidas seguindo alguns padrões dependendo dos países e dos enfoques teóricos.

Vários autores apontam o padrão norte-americano como tendo influenciado outros países, principalmente nos continentes indiano, africano e sul americano (DIEGUES, 2000, p. 1-46; SARKAR, 2000, p.47-65). Este padrão está embasado na idéia de proteção de áreas da “natureza selvagem”, dissociando humanos e natureza. Durante o século XIX dois parques nacionais foram implantados nos EUA, seguindo a lógica de reservá-los separando-os da colonização, contando somente com atividades educativas e recreativas para gerações presentes e futuras. Nessa época começa-se a delinear a polêmica e a tensão entre os chamados preservacionistas e conservacionistas. Para os primeiros, o natural originalmente criado pela ação divina deveria prescindir da presença humana. Para os segundos, as áreas de conservação deveriam ser desenvolvidas e usadas pela geração presente e por todos, mas com prevenção dos desperdícios (WEY DE BRITO, 2000, p.121).

¹²⁰ Segundo Davenport e Rao:

“(...) vêm ocorrendo em miríades de formas em diversas culturas antigas, inclusive nas primeiras culturas pré-agrícolas na Ásia e no Oriente Próximo. As primeiras diretrizes sobre conservação da vida silvestre de que se tem registro foram promulgadas na Índia no século quarto antes de Cristo, quando todas as formas de uso e atividade extrativista foram proibidas nas florestas sagradas. No Oriente Próximo, as primeiras evidências (...) 700 antes de Cristo, quando os nobres assírios intensificaram suas caçadas e aperfeiçoaram técnicas de corridas e combate em reservas de caça concebidas para esse fim. Essas eram similares aos grandes enclaves de caça do Império Persa, que se espalharam pela Ásia Menor (...) (Idem, 2002, p.3).”

¹²¹ “(...) a Europa medieval, assim como a Ásia Menor, mantinha esses espaços abertos para uso exclusivo da classe dominante (DAVENPORT, RAO, 2002, p. 53).”

¹²² Entre os Ingarikó da terra indígena de Raposa Serra do Sol, ocorrem espaços em que deliberadamente os indígenas não fazem roças ou constroem casas, que são protegidas para reprodução de recursos de caça ou coleta. São explícitos em afirmar que é para que a “floresta não vire campo”. O manejo nessas áreas acompanha períodos e ritmos diferenciados em função da sazonalidade dos recursos (LAURIOLA, 2001, p.239-266).

Os dois primeiros parques nacionais criados nos EUA foram os de Yellowstone e Yosemite, e seguiram a tendência preservacionista. Em ambos as comunidades indígenas foram desalojadas. O primeiro era território indígena dos Crow, Blackfeet e Shoshone e Bannock, e o segundo, dos Ahwahneechee (AMARAL, 1998).

As origens conceituais de áreas protegidas na Europa diferem, segundo Colchester (2000, p.225-256), e de certa maneira estão ligadas às reservas de caça da nobreza européia, embora não tenham implicado na extinção dos direitos tradicionais de camponeses, direitos de uso, usufruto, posse, acesso, trânsito e propriedade. O conceito de “conservação da paisagem”, no continente europeu, ganhou importância quando na modernidade várias áreas protegidas foram implantadas. Criaram-se mecanismos para assegurar um manejo adequado e monitoramento para o cumprimento das normas. Os residentes tiveram e têm influência no processo decisório, mantendo-se os sistemas agrícolas vigentes. Reconheceu-se a teia de direitos adquiridos ao longo do tempo.

As áreas protegidas no Brasil têm um histórico diversificado, nossa tradição é mais conservacionista, apresentando tanto o vetor de restauração de áreas degradadas quanto o do preservacionismo em situações pontuais.

As áreas protegidas começaram a ser implantadas entre 1817 e 1818 por D. João VI no Rio de Janeiro. As serras cariocas foram desmatadas para criação de grandes fazendas de café e foram a opção preferencial de moradia da corte que chegara ao Brasil em 1808. O aumento populacional e o desflorestamento para plantio, construção e lenha comprometeram o suprimento de água e as condições sanitárias. A seca de 1844 levou à desapropriação e à aquisição, pelo Estado, de terras particulares próximas às nascentes, para reflorestá-las e minimizar os efeitos deletérios aos recursos naturais (BARRETO FILHO, 2004, p.53-65).

A idéia de se criar áreas geridas pelo poder público levou à criação, em 1911, de uma reserva florestal no Acre, com o objetivo de proteger a flora e a fauna indígenas para que se pudesse contar com estoques de reposição (GARCIA apud BARRETO FILHO, 2004, p.56). O Código Florestal brasileiro incorporou a categoria de monumento histórico natural da Constituição do mesmo ano, criando três categorias básicas de áreas protegidas: parques nacionais, florestas nacionais e florestas protetoras.

No Brasil, os primeiros parques nacionais foram o de Itatiaia, com 30.000 ha, entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, e o Parque Nacional de Iguaçu com 185.000 ha do lado brasileiro e 67.000 ha do lado argentino.

As gestões começaram em 1913 para Itatiaia, que era uma estação ecológica do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e, em 1916 para o de Iguaçu. A criação efetiva deu-se em 1937 para Itatiaia e em 1939 para o Parque do Iguaçu.

No contexto da marcha para o oeste na década de 40 e da construção de Brasília na década de 50, foram criados o Parque Nacional do Araguaia em 1959 e o Parque Nacional do Xingu em 1961. Em ambos a presença dos povos indígenas foi tida como parte da paisagem natural e primitiva.

Esses parques foram emblemáticos, como forma de integração da conservação tanto de etnias indígenas, quanto da natureza, reconhecendo um território contínuo, de propriedade do Estado com uso e usufruto dos povos indígenas.

A marcha para o oeste objetivava a incorporação econômica do centro oeste às regiões norte e sul do país, com implantação de infra-estrutura para a ocupação de não índios. O governo federal organizou a expedição Roncador Xingu, subordinada à Fundação Brasil Central. Sua missão era o reconhecimento dos povos indígenas para protegê-los das frentes de expansão e núcleos de desenvolvimento, tendo à frente os irmãos Villas-Bôas (BARRETO, 2004, p.122).

Criado como Parque Nacional do Xingu, uma forte campanha para a proteção dos indígenas na década de 50, transformou-o em parque indígena em 1961. A mudança foi fruto de intensas gestões do SPI¹²³ e de pesquisadores, criando a concepção de território indígena como forma diferenciada de ocupação espacial e econômica, aliada à integração cultural e ambiental.¹²⁴

Pesquisadores do Museu Nacional do Rio de Janeiro, entre eles o zoólogo José Candido de Mello Carvalho e os antropólogos Eduardo Galvão e Darcy Ribeiro, aprovaram um projeto junto ao governo federal que adotava o conceito de “áreas culturais” como classificador dos grupos indígenas brasileiros, em conjunto com o

¹²³ Serviço de Proteção ao Índio, antecedente da Funai até 1967.

¹²⁴ Ao longo de sua existência vários impactos foram constatados em suas fronteiras: aberturas de estradas vicinais por madeireiros para escoar madeira retirada do Parque (300 serrarias); pressão de fazendeiros, pescadores profissionais e pecuaristas em seu entorno. Constatou-se posteriormente o erro estratégico de não incluir as cabeceiras dos rios na demarcação oficial, resultando em escoamento para dentro do Parque de esgotos de novos municípios, uso de agrotóxicos (fungicidas, herbicidas e inseticidas). Alguns esforços têm sido realizados para minimizar os impactos exógenos com instalação de novos postos de fiscalização de fronteiras, pequenas ampliações estratégicas, com participação ativa dos povos indígenas xinguanos, Funai, Cedi (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) e Ongs: Fundação Mata Virgem, Rainforest da Noruega (in ISA, 1991/1995, p. 614-617). Atualmente está em execução um projeto federal de manejo da biodiversidade aquática nas cabeceiras do Xingu, considerada área prioritária no plano da BR 163 Sustentável, para proteger e conservar as matas ciliares das cabeceiras do Xingu (in ISAa, 2005).

paradigma da adaptação ecológica. Darcy Ribeiro propunha a posse coletiva sobre o território, dado o caráter quase comunitário que assumia a organização social das diversas etnias daquela área cultural. Segundo Souza Lima (1998, p.187-195):

Tal como foi formulado, o projeto operacionaliza os critérios de estado social, recursos, maneira de prover a subsistência e provável desenvolvimento, definindo o Parque como reunião de territórios tribais, espaço identificado de uma área cultural, baseando-se num projeto em que a preservação seria a própria forma de integração: mantendo-se intocado esse “território pretérito” (fruto de um passado que desembocaria na adaptação ecológica daquele momento) na qualidade de “área testemunha”, seria possível fornecer um campo exemplar para estudos sobre a fauna, a flora e os grupos indígenas.

Esse padrão brasileiro de conservação cultural e ambiental integrado com demarcação de terra indígena num amplo território foi reiterado com os Yanomami na década de 90, e com a terra indígena Raposa Serra do Sol em Roraima, em 2005 de 1.747.464 ha, mas com a inovação de uma gestão ambiental integrada entre Funai, Ibama e os Ingarikó, de parte do território. Justamente a área que eles mesmos protegem para caça e coleta, sem construção de casas ou uso para roças, nesta área foi criado o Parque Nacional de Monte Roraima com 116.000 ha, ocasionando inúmeros conflitos (LAURIOLA, 2001, p. 239-266).

Com a homologação recente da terra indígena Raposa Serra do Sol, a gestão conjunta possibilita compatibilizar com dupla destinação, protegendo a biodiversidade e os direitos indígenas (in ISA b, 2005).

O Parque Nacional do Iguaçu não seguiu a mesma tendência conservacionista da dos parques do Xingu e Araguaia. Foi criado pela sua beleza cênica e começou a ser implantado na década de 70. Segundo Pádua (1998, p.279):

(...) Neste período de 74 a 81 o IBDF comprou dois milhões de hectares de parques nacionais e reservas biológicas. (...) com recursos de reposição florestal. (...) É verdade que o IBDF herdou muitos mplo, parques com problemas fundiários sérios e foram usados muitos artifícios para resolvê-los. O INCRA, por exemplo, ajudou horrores na desocupação do Parque Nacional do Iguaçu.

Em 1975 a hidrelétrica Itaipu Binacional começou a ser construída a partir do Tratado de Itaipu em 1973 entre Brasil e Paraguai. A implantação desse projeto provocou vários problemas sociais e ambientais aos Guarani que viviam na região dos rios Jacutinga e Ocoí, afluentes do Rio Paraná que foram atingidos pelo reservatório da hidrelétrica. A empresa emergencialmente localizou os indígenas e foi o começo de um processo de que participaram várias instituições para realocá-los.

Tradicionalistas ocupantes da região, foram, segundo Santos e Nacke (2003, p.9-35) ignorados pelo INCRA, que passou a estimular projetos de colonização. Dispersaram-se tanto pelo Paraguai como pela Argentina, além de estabelecerem-se em áreas Kaingang e Xokleng, mesmo que uma parcela da população tenha permanecido na área de Ocoí/Jacutinga.

Para solucionar o problema criou-se um grupo de trabalho entre INCRA/FUNAI para localizar os remanescentes na área. Em 1977 o relatório solicitou o reassentamento da população em 265 ha na mesma área, e segundo Coelho dos Santos e Nacke (Idem), tanto a empresa quanto a Funai tiveram problemas de gerenciar a questão. Em 1981 foi realizado um Parecer Antropológico reconhecendo a ocupação imemorial dos Guarani e recomendando compensação de área equivalente, em tamanho e condições ecológicas. Entretanto o local que ocupavam à época, uma estreita faixa entre o lago e propriedades particulares, apresentava erosão, contaminação das águas, excesso de insetos e ocorrência de casos de malária.

Num longo processo que se estendeu por quinze anos, com relatórios dos antropólogos Shelton Davis em 1987 e Silvio Coelho dos Santos em 1994, denunciando as precárias condições de vida dos Guarani de Ocoí, a Hidrelétrica contratou o antropólogo Rubem Thomáz de Almeida em 1995 para a realização de um Laudo com vistas a resolver o problema. Os Guarani reivindicavam 1500 ha como compensação das terras que haviam perdido com o reservatório.

Para pressionar a empresa em 1995, os Guarani entraram dentro do parque no Refúgio Biológico Bela Vista. Várias instituições participaram de um encontro para solucionar o conflito, no qual os Guarani se manifestaram:

Nós queremos a terra onde existe caça e pesca, que é o Parque Nacional do Iguazu, porque é a região do Guarani, somente para viver à maneira do índio Ava-Guarani. No mínimo 1.500 hectares, ou mais. Nós queremos que se resolva logo porque já estamos com 12 anos de luta nessa área, no meio das doenças. Se nós esperamos mais, as crianças vão morrendo. Por isso nós queremos sair logo. Por isso que nós vimos pedindo apoio para que possamos entrar no Parque Nacional do Iguazu (...) (ISA –Aconteceu, 1991/1995, p.788-789).

As negociações avançaram e a empresa começou a negociar com a Funai, os índios deveriam deixar o Refúgio Biológico para acatar a proposta apresentada pelo antropólogo Rubem Thomaz de Almeida. Foi comprada uma área de 1780 ha que foram repassados à Funai como terras da União, e os Guarani formaram a aldeia Tekohá Añetete (ISA- Aconteceu, 1996/ 2000, p.805-806).

Já em 1986 o parque foi transformado em Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco: a foz do Iguaçu foi revelada a Álvar Núñez Cabeza de Vaca por índios Guarani em expedição que partiu do litoral de Santa Catarina, e se dirigiu a Asunción entre 1541 e 1542 (HERNANDES [1555] 1999, p.167-168).

O mapeamento recente das aldeias guarani, num raio de 150 km da foz do Iguaçu, estimou que a população Guarani nessa área esteja em torno de duas mil e quinhentas pessoas, vivendo em cerca de 2.585 ha. Com terras insuficientes para suas atividades tradicionais, entre suas estratégias de sobrevivência ocorre a produção e venda de artesanato aos turistas dessa região (AMARILLA, 2005)

O padrão de criação de parques a partir do modelo norte-americano apresentou inúmeros conflitos em várias regiões do mundo, verificando-se não só o drama social dessas populações, mas também casos em que a exclusão de humanos resultou na perda da própria biodiversidade que se queria preservar.

Para Gadgil (apud SARKAR, 2000, p.59), em lugares prioritários para conservação na Índia, a tradição religiosa protegeu algumas espécies de plantas e animais, definindo bosques sagrados e lagos onde se baniu a caça, resultando na sobrevivência de corredores de floresta de uma região degradada.

Populações com concepções míticas nas quais natureza e cultura estão inter-relacionadas, podem ter sido transferidas ou estão em vias de o serem de áreas aptas à “preservação”, o que é paradoxal quando o “valor natural” dessas áreas é evidentemente fruto de sua própria cosmologia, manejo e relação com o meio.

Em âmbito mundial cerca de 70% das áreas protegidas são habitadas. Na América Latina 86% das áreas de parques têm populações dentro de seus limites (COLCHESTER, 2000, p.232).

3.2. Territorialidade Guarani e a Reserva da Biosfera: espaços territoriais indígenas tradicionais no Cone Sul (MAPA 4)¹²⁵

A Reserva da Biosfera e os Guarani no Paraguai

No Paraguai, a Floresta de Mbaracayu foi identificada por Nimuendaju ([1917], 1987, p. 90) em 1914 e o Padre Müller (apud GARLET, 1997, p.35) em 1927 como um espaço territorial povoado por índios guarani. A literatura antropológica nomeou esses Guarani como *monteses* ou os do mato. Esse espaço que identificamos como uma área de refúgio¹²⁶ transformou-se em Reserva Ecológica da Biosfera entre os anos de 1995 e 2000.

Essa floresta foi palco de vários conflitos pela sua apropriação. Parte de sua área foi vendida pelo governo paraguaio à empresa “La Industrial Paraguaya”, depois da guerra da tríplice fronteira (ou guerra do Paraguai), cuja atividade era o extrativismo de erva mate, essência de laranja silvestre e madeira, utilizando-se largamente da mão de obra indígena.

Segundo Riquelme (2000, p.181-223), uma parcela de cerca de 60.000 ha pertenceu a uma empresa madeireira paraguaia que faliu em 1979, sendo transferida à Corporação Financeira Internacional (CFI) como garantia de um empréstimo, para desenvolvimento junto ao Banco Mundial.

A iniciativa de transformá-la em reserva natural partiu do antropólogo Kim Hill e dos Aché em 1984, junto aos quais realizou uma pesquisa. Os Aché, caçadores-coletores, utilizaram esta área, entre outras, para suas práticas de coleta e caça, mas o BIRD impediu o acesso à área desde 1979, quando do empréstimo à madeireira.

A propriedade foi colocada à venda no mercado internacional e Hill expôs à Ong The Nature Conservancy seu projeto de combinar conservação da natureza e direitos tradicionais indígenas. O plano incluía participação dos indígenas em várias etapas:

¹²⁵ Localização das Áreas Indígenas sobrepostas a Unidades de Conservação no Paraguai – Mbaracayu; Argentina – Yaboti; e Brasil – litoral sul e sudeste, com destaque para o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, em Santa Catarina.

¹²⁶ Nimuendaju admirava-se à época que os costumes dos índios diferenciavam-se tão pouco entre a serra do mar do sudeste brasileiro à serra de Mbaracayu. Müller assinalou a presença em Mbaracayu de grupos Aché, e dos Guarani Mbyá, Chiripá e Pai-Tevyterã (no Brasil os dois últimos são conhecidos como Nandeva e Kaiová).

capacitação, participação administrativa, controle do manejo e título de uma parte da reserva ou uma área contígua para os Aché.

Em 1990, Renshaw e Reed (1990, p.19-51), que haviam estudado os Chiripá, realizaram um diagnóstico sobre as várias colônias indígenas guarani do entorno da floresta de Mbaracayu, constituídas pelas parciaisidades, Mbyá, Chiripá e Pai-Tevyterã¹²⁷.

Os autores salientaram que a expansão da fronteira agrícola e pecuária dos anos 80 havia produzido um importante impacto sobre a economia dos indígenas. As colônias estavam rodeadas de estâncias de paraguaios e brasileiros, e o acesso ao bosque estava impedido, tanto na propriedade do Banco Mundial quanto dos estancieiros que temiam reclamos por direito a terra, por parte dos Guarani.

A redução de caça, pesca e coleta, levou-os a aumentar as áreas cultivadas nas colônias para obtenção de renda, como plantio de algodão, e efetuar corte de madeira de suas terras para cerca de pastagens, vendendo-as às estâncias de criação de gado. Também passaram a procurar trabalho assalariado, cuja demanda era o corte de floresta e formação de pastagens. Os autores viam com apreensão o uso indiscriminado de agrotóxicos entre os Ache.

Renshaw e Reed (1990, p.50-51) declararam-se impressionados com a atitude favorável dos Guarani com a idéia de uma reserva florestal, e sua percepção ecológica. Ressaltaram o comentário de um cacique de que a floresta atraía as chuvas, de cuja ausência se viam ameaçados pelo massivo corte de árvores das estâncias. Recomendaram a necessidade de compra de área para os Aché, mas advertiram que os Aché haviam vendido muita madeira para a construção do armazém comunal, e repartido o restante da verba entre as famílias. Em função desse fato alertaram que possivelmente fariam o mesmo se lhes fossem adquiridas terras dentro da reserva e sugeriram que a Fundação Moisés Bertoni (FMB) buscasse apoio de outras instituições para financiar projetos de melhoria ou diversificação de sua produção dentro da nova área a ser adquirida.

Segundo Riquelme (2000, p.210), em 1991 a propriedade foi vendida à The Nature Conservancy para ser usada como reserva ecológica. Foi firmado um convênio

¹²⁷ Eram quatorze colônias. Os Chiripá totalizavam 393 famílias em 8 áreas, somando 8.256 ha; dois assentamentos precários e uma colônia privada. Os Mbyá eram 35 famílias em 1.250 ha e dividiam 700 ha de uma colônia privada com 6 famílias de Aché; os Pai Tevyterã constituíam 10 famílias em uma colônia de 980 ha (Renshaw e Reed, 1990, p. 35-36).

internacional entre as Nações Unidas, The Nature Conservancy e a Fundação Moisés Bertoni¹²⁸. A propriedade foi declarada Reserva Ecológica de Mbaracayu, com os objetivos de investigação científica, recreio e eco-turismo. Os Aché tiveram um único representante no Conselho Diretivo, que não teria nenhum outro representante local, e não assinaram o documento. A autora fez duras críticas à ecologia política dos ambientalistas do norte. Para ela, as alianças dos povos indígenas com essa perspectiva se convertiam em um dilema:

Se ha demostrado una y otra vez en varios contextos históricos que la perspectiva evolucionaria es políticamente peligrosa para las poblaciones estudiadas (WILMSEN, 1989; REED, 1987; SMITH, 1982) y los estudios de Hill sobre los aché no constituyen una excepción. Al presentarlos como perfectos cazadores y recolectores, preparó el terreno para que se les tratara como “salvajes nobles” o reliquias de un modo de vida pasada que desaparecerá irremediamente. Como argumenta Wilmsen (ibid), esta perspectiva les roba de su agencia. Los modelos ecológicos basados en premisas evolucionarias “paradójicamente les permite antigüedad, a la vez que les niega historia” (WILMSEN, 1989, p.10). De hecho, los modelos de ecología humana y enfoques eco-sistémicos se han alejado del tipo de estudios de recolección óptima precisamente porque las implicaciones son bastante irrelevantes en el mundo inter-dependiente y complejo en que vivimos (RIQUELME, 2000, p. 200)

Os Aché foram os únicos a terem direito de caça e coleta na reserva, de acordo com regras estabelecidas de conservação, e mesmo que os Chiripá tivessem um território ancestral que foi comprado e incorporado à reserva, não tiveram acesso aos recursos. A compra da área contígua à colônia indígena dos Aché, Chupa Po'u¹²⁹,

¹²⁸ Esta fundação criou o Departamento de Desenvolvimento Sustentável em 1990, para trabalhar o desenvolvimento da área de entorno da Reserva. A Fundação Moises Bertoni também foi beneficiária a partir de 1997 de um projeto piloto acordado durante a COP 3, 3ª convenção das partes da Convenção das Nações Unidas sobre a Mudança Climática assinada por 165 países. O objetivo foi dinamizar o desenvolvimento sustentável do setor florestal, o desafio era a produção de alimentos sem ameaçar o desenvolvimento econômico de forma sustentável. O projeto baseou-se em acordos de compensação de emissões de gases de efeito estufa por parte dos países desenvolvidos, com projetos de sustentabilidade em países em desenvolvimento mediante absorção de gases pelos sumidouros florestais. Segundo Roveda; Merenson (1999, p.44):

La American Electric Systems (AES) de los EE.UU. también ha impulsado un proyecto para contribuir a la financiación de una reserva forestal – manejada por The Nature Conservancy – en Mbaracayu, Paraguay. El proyecto tiende a compensar las emisiones de una planta generadora de electricidad alimentada a carbón de 180 MW establecida en Oahu, Hawaii.

La región de Mbaracayu es una de las últimas zonas no alteradas de la selva tropical densa del Paraguay, amenazada por la explotación comercial de maderas y los programas de colonización para extender la frontera agropecuaria.

El proyecto encara la reducción de emisiones mediante la conservación de unas 58.000 ha, que serán manejadas para propósitos recreacionales, ecoturismo e investigación científica. En las áreas circundantes también están previstas actividades de silvicultura comunitaria.

¹²⁹ Chupa Po'u de 1.600 ha com 59 famílias. Outras áreas na região eram: uma colônia comprada para eles por missionários alemães, Mboi Jagua, com 8 famílias e 500 ha; e Yvy Pyta em litígio com o Banco Mundial por estar na linha de demarcação da reserva, com 6 famílias e 700 ha (REED, 1991, p. 24).

acordada entre a Fundação Moisés Bertoni, The Conservancy Internacional e os indígenas, de 7.500 ha, não havia sido efetuada até o ano 2000 (RIQUELME, 2000, p.211 e 214).

A Reserva começou a ser implantada a partir de seu entorno, com tentativas de envolvimento participativo dos grupos da área de amortecimento, indígenas e camponeses, que segundo Riquelme (Idem, p. 210) foram modestos. Houve a criação de um plano de manejo e a contratação de guarda-parques. Foram também iniciadas atividades de investigação científica com Kim Hill, que passou a fazer um inventário biológico e a estudar o processo de caça dos Aché, e estes em contrapartida passaram a receber assistência desse projeto.

A Reserva Natural de Mbaracayu, designada pela Unesco como Reserva da Biosfera no ano 2000, é a única com este protocolo no Paraguai e integra o Sistema Nacional de Áreas Silvestres Protegidas do país, SINASIP¹³⁰. A reserva está localizada no departamento de Canindeyu (região oriental), fronteira com o estado brasileiro de Mato Grosso do Sul. Possui 344.000 ha, dos quais 280.000 ha abrange a Bacia Alta do Rio Jejuí, com quatorze comunidades, totalizando uma população de 31.000 habitantes. A área-núcleo é a Reserva Ecológica de Mbaracayu, com cerca de 64.000 ha.

Em 1999 teve início o convênio com o FFEM - Founds Français pour d'Environnement Mondial, e entre 2002 e 2005 concretizou-se o projeto para implementação de desenvolvimento rural integrado, com atividades produtivas e de conservação¹³¹. Dele participam cerca de três mil famílias durante três anos, incluindo camponeses, indígenas, médios e grandes proprietários paraguaios e brasileiros. O programa de desenvolvimento sustentável compõe-se de quatro eixos: desenvolvimento rural, educação, proteção da reserva e investigações científicas aplicadas.

¹³⁰ O SINASIP possui 14 parques nacionais, 1 reserva natural (Mbaracayu), 1 monumento científico, 4 monumentos naturais e 1 refúgio da vida silvestre. Essas áreas concentram-se na região ocidental do país. O Paraguai está impulsionando vinte e oito reservas protegidas de domínio privado. A Fundação Moisés Bertoni tem como missão implementar a conformação de quinze reservas desse sistema na região oriental, onde se concentra 95% da população do país.

Está prevista a consolidação das áreas de proteção das reservas e de corredores ecológicos interconectando as mesmas, de projetos de conservação de águas (Umidades, Bacia Alto Rio Jejuí, Aquífero Guarani), como também projetos de utilização de recursos de forma sustentável, com dotação orçamentária de incentivos fiscais do governo paraguaio e convênios de cooperação internacional. O objetivo é alcançar 9,8% do território sob conservação (Fundação Moisés Bertoni, 2005).

¹³¹ Agricultura, criação de gado, agroindústria artesanal, rotação de cultivos, adubo verde, sustentabilidade do solo, ar, água, bosque, viveiros de mudas, reflorestamento, barra-ventos, corredores biológicos.

A metodologia de inclusão social foi realizada a partir de diagnósticos rurais participativos para determinar as necessidades prioritárias, criação de comitês, capacitação, estabelecimento de contrapartidas. Os projetos demandados pelas comunidades foram: construção de escola, fundo leiteiro para merenda escolar, hortas orgânicas, construção de instalação para criação de animais, plantio de pastagens, banco de germoplasma para armazenagem de sementes, viveiros de mudas, instalação de orquidário, reflorestamento, fundo para equipe de guarda-parque e instalação de equipamentos turísticos.

A avaliação do projeto entre os indígenas foi realizado por Olivier Allard (2003, p.1-25), depois das principais realizações e experimentos práticos na colônia guarani de Mboi Jagua, na área de amortecimento da área núcleo da reserva, e no Tekoá Ryapu. Essa aldeia está localizada dentro da reserva, nos extremos do espaço territorial dos Guarani-Chiripá, Aguará-Ñu, comprado e incorporado à reserva. Os Chiripá passaram a reivindicar seu direito territorial a esse espaço tradicional. O autor também criticou o acesso privilegiado da reserva aos Aché, em detrimento dos outros grupos guarani.

Para Allard (Idem), os efeitos perversos desse contexto são vários. Houve um clima geral de ressentimento e rancor entre os Guarani, por ações de assistência desigual não só por parte do projeto científico com os Aché e seu acesso à reserva, como também por parte dos projetos implantados pela Fundação Moisés Bertoni. Nenhum dos guarda-parques foi contratado entre os Guarani, e os postos remunerados tornaram-se inacessíveis a eles. Essas tarefas remuneradas passaram a ser desempenhadas por índios Aché e por camponeses, que já apresentariam inclusive um êxito econômico maior que os Guarani.

Na colônia de Mboi Jagua, segundo o autor, os indígenas entenderam que em geral os camponeses paraguaios se beneficiavam mais da atenção dos técnicos e engenheiros da fundação, percepção que Allard (2003, p.22) considerou como não infundada, na medida em que todas as áreas camponesas foram inseridas no projeto, mas poucas foram as colônias indígenas.

Segundo o autor, o princípio da vida coletiva entre os Guarani da região transformou-se em função dos agentes exteriores, tanto estancieiros como com a reserva, que tentou implantar projetos de gestão comunitária, mas a concepção e o comportamento de reciprocidade entre os Guarani se dariam na dimensão da família extensa, com a liderança religiosa, e no exercício de uma territorialidade que deixou de ser endógena. O xamã já não exerceria a mesma liderança em função de sua pouca

eficácia no contexto que deixou de ser tradicional. A idéia de comunidade com que trabalha o projeto causou transformações na organização social própria das famílias extensas.

O resultado foi o fracionamento da comunidade em vários comitês, alguns dos quais só de homens ou de mulheres, sem o princípio de complementariedade de gênero na divisão de trabalho tradicional, o que inviabilizou um dos projetos, o do Fundo Leiteiro, de criação de animais domésticos¹³², e a gestão comunitária de transporte e manutenção da estrada.

Alguns problemas ocorreram na Colônia de Mboi Jagua pela afluência de muitas famílias que foram expulsas de suas terras por estancieiros paraguaios e brasileiros. A titulação dessa colônia provocou o afluxo de sete grupos, juntando-se aos residentes. Para Allard (2003, p.5-6), tanto a segurança da titularidade, quanto os investimentos duradouros dos projetos implantados levaram a um aumento demográfico. Desta forma o tamanho da aldeia tornou-se insuficiente para fundar novos assentamentos, quando se fizesse necessário.

Essas transformações agudizadas pelo tratamento desigual, segundo Allard (2003, p. 25), poderiam pôr em risco não só a conservação da reserva, como também o direito, como beneficiários, de todas as colônias da área de amortecimento, já que a agência financiadora¹³³ contemplou financiamento para todas as comunidades, sem exclusão.

Allard sugeriu uma série de ajustes dos projetos de forma mais coerente com a organização social e as expectativas dos Guarani, como também a centralização da gestão de todos os projetos implantados na área de amortecimento pela Fundação Moisés Bertoni, no sentido de compensar as desigualdades.

Quanto à comunidade guarani, Tekohá Ryapu, localizada dentro da Reserva Natural de Mbaracayu:

La comunidad Tekohá Ryapu, ubicada dentro de la RNMB, es ejemplar al respecto. Rechazando los derechos reivindicados (sobre la base de una ocupación tradicional en la zona) por los pobladores de esta pequeña comunidad, la FMB se niega a toda colaboración con ellos. Pero no reconocer la existencia de Tekohá Ryapu, puede tener repercusiones nefastas. Siendo verosímil que este grupo nunca podrá ser expulsado en razón de la legislación paraguaya, sería más sensato aceptarlo y ver en él, al igual que los Aché, un beneficiario legítimo de la FBM. Esto podría constituir sin duda una gestión más racional de la RNBM bajo varios aspectos. Si se admite la

¹³² A criação de animais de pequeno porte (aves e suínos) apresentou melhor desempenho que a criação de gado. Os Guarani não pareceram ao autor muito motivados para o consumo de leite.

¹³³ FFEM- Fonds Francais pour Environnement Mondial.

existencia de esta comunidad, el problema se convierte en buscar cómo minimizar los riesgos para la fauna y la flora en la RNBM. Incentivar la cría de animales domésticos, a pesar de las dificultades que subrayamos anteriormente, permitiría aliviar la presión de cacería sobre los animales de la reserva y brindar fuentes alternativas de proteínas y grasas animales. Entregar arados podría ayudarlos a prescindirse de una agricultura de rozas y quemadas, en un contexto donde los riesgos de incendio tienen que ser eliminados, etc. (Allard, Idem).

A integração entre sócio e biodiversidade na perspectiva da conservação dos recursos naturais, requer necessariamente a percepção da organização social local e suas conexões ou transformações na e da cultura tradicional guarani, para promover ações participativas e potencializar a eficácia etnoambiental, no sentido de promover a qualidade de vida das populações Guarani.

A Reserva da Biosfera e os Guarani na Argentina

A Argentina possui um sistema de 30 áreas naturais protegidas em parques nacionais e 216 sob jurisdição nacional, provincial, municipal e privada (MONTENEGRO, 2004), das quais 10 áreas protegidas com protocolo de Reservas da Biosfera, uma delas denominada Reserva de Yaboti (Idem Mapa 4), em Missões, criada em 1995 e que comporta sete aldeias Guarani.

Antes de entrar nas relações entre a Reserva da Biosfera de Yaboti e as aldeias Guarani em seu interior é interessante visualizar o contexto, bastante geral, dos Guarani em Missões.

Segundo Brighenti (2001, p.119- 121) a população Guarani na Argentina concentra-se na província de Missões, com uma população estimada em 3.800 pessoas distribuídas em 58 comunidades. As terras tituladas somam 32% do total de áreas ocupadas. As situações são as mais diversas em relação à densidade demográfica e área de suporte, variando entre as tituladas, a exemplo da aldeia de Pozo Azul que possui 5.014 ha têm uma população de 93 pessoas, enquanto Fortin Mbororé, com 25 ha abriga 700 pessoas.

Essa correlação comporta extensão de áreas para a reprodução do modo de vida tradicional, como é o caso de Pozo Azul, ou a necessidade de trabalho fora das aldeias nas estâncias, ou venda de artesanato para turistas em parques, como é o caso da aldeia Fortin Mbororé, em Puerto Iguazú. Situada na tríplice fronteira perto da cidade de Foz do Iguaçu, na Argentina, esta aldeia é praticamente um “acampamento de trabalho” (BURRI, 1998, p. 60) e mantém inter-relações tanto com um grupo assentado no

Monumento Científico Moisés Bertoni, como com um grupo assentado numa propriedade particular, Puerto Gimenez, ambas no Paraguai.

Puerto Iguazú apresenta população flutuante, dependendo da demanda de trabalho assalariado e relações sócio-políticas, em que contam relações de parentesco e reciprocidade, e ali a mobilidade é uma constante (BURRI, 1998, p.61).

Entre um extremo e outro, 68% das terras ocupadas pelos Guarani não estão demarcadas em Missões, sendo este o caso de sete aldeias, entre as quais Tekoa Yma e Tekoa Kapi'i Yvate, situadas na Reserva da Biosfera de Yaboti (jaboti, em guarani), que são emblemáticas do contexto atual de desflorestação para extração de madeira, expansão do cultivo da soja e de pinus na província de Misiones.

Para Brighenti (2001, p.126), a província de Missões possui um milhão de hectares de mata nativa. A extração de madeira em muitas áreas foi substituída por *pinus eliotis* e está prevista a construção de hidroelétricas associadas à atividade madeireira, transformando a região numa zona industrial e agro-florestal. Para o autor (2001, p.126), na perspectiva do Estado argentino, a oferta de emprego é vista como uma possibilidade de melhoria do nível de vida da população indígena.

A Reserva de Yaboti possui 253.000 ha e em sua maior parte é propriedade privada. A área-núcleo - Reserva Esmeralda, tem 20.685 ha e a área de transição 194.034 ha. Cada aldeia possui cerca de 20 famílias que vivem dos recursos de um mosaico de ambientes que totalizam 6.500 ha, divididos em duas propriedades, o lote nº 8, de 3.960 há, da empresa Moconá Florestal S.A., e o lote nº 7, de 1.600 ha, pertencente a um particular (MONTENEGRO, 2004, p.1-12).

Segundo o autor (in FUNAN, 2005, p.1-2), a empresa realizou o abate de 120 árvores centenárias nos lotes 7 e 8 com autorização do Ministério de Ecologia da província de Misiones, com normas obsoletas e sem fundamento ecológico, comprometendo não só a biodiversidade e a longevidade das espécies com crescimento vegetal acumulado de 10.000 anos, como a alteração do ambiente das aldeias. A empresa ofereceu aos Guarani entre 200 a 350 ha para sua transferência de local.

A dinâmica guarani na selva paranaense e atlântica, segundo Montenegro, é caracterizada por um sistema pulsátil de vida e grande adaptação, sem deixar espaços de degradação.

Los Mbyá comparten su estrategia de territorios cambiantes con otros grupos indígenas que también viven en ambientes selváticos de muy alta biodiversidad. (...)

(...) Al practicar la ocupación “por territorios” los Mbyá adoptaron una de las estrategias más sustentables de convivencia entre seres humanos y naturaleza. Son poblaciones sedentarias pero no fijas. Durante siglos y por distintas causas, ambientales o sociales, sus comunidades se movieron (...) sobre partes de los actuales Paraguay, Brasil y Argentina. En nuestro país los “territorios” Mbyá y Chiripá fueron las selvas subtropicales de Misiones. Al ingresar los blancos, que traían consigo una estrategia distinta de ocupación, basada en la definición de territorios fijos e privados, y modelos de producción incompatibles con la persistencia de la selva continua, los Mbyá perdieron paulatinamente su “territorio total” (Montenegro in Funan , 2004: 3).

A territorialidade Guarani tem ligações com estratégias de sobrevivência, que Montenegro (FUNAN, 2004, p.3) denomina de “cadeia alimentar longa” em contraposição com “a cadeia alimentar curta”, própria da sociedade envolvente de Misiones. Por um lado, os Guarani da região são grupos caçadores, coletores, com agricultura de subsistência sem excedentes agrícolas ou grandes sistemas de armazenamento, necessitando de alta biodiversidade e complexas inter-relações de níveis tróficos entre animais e plantas.

Suas populações são pequenas contrastando com as grandes populações das cidades mantidas por estratégias agropecuárias que geram enormes excedentes, com avançada tecnologia para a conservação de alimentos. Nessa estratégia são eliminadas as florestas, as formas de vida no solo, para proteger uma única espécie que, sem competidores, absorve toda a energia disponível. Ocorre a perda da estabilidade dos ambientes cujo primeiro sintoma é a perda de fertilidade dos solos.

A “cadeia alimentar longa” dos Guarani necessita amplos territórios. A territorialidade pulsátil com episódios de sedentarismo e mobilidade impede que a excessiva permanência em um lugar afete o metabolismo selvático, ajudando a distribuir e diluir o impacto ambiental.

Para Montenegro, a extração de madeiras seletivas de alto valor comercial praticada na Reserva de Yaboti desconhece as necessidades dos Guarani, que utilizam várias espécies como plantas medicinais. O empobrecimento da biodiversidade da reserva, juntamente com a abertura de caminhos e clareiras, destrói recursos utilizados para alimentação e materiais de construção, e aciona a necessidade de mais território para a obtenção de recursos.

La exploración ilegal incluye el saqueo de maderas valiosas, que beneficia a las madereras, y la matanza de animales nativos que conducen cazadores brasileños y argentinos. En 1997 se constató el apeo y traslado de madera de la Reserva de Yaboti hacia Brasil a través del río Peperi Guazú, que actúa como límite internacional. En el año 2001 se denunció públicamente que durante 60 días fueron extraídos ilegalmente 3.285 metros cúbicos de madera. Los rollizos procedían de una propiedad en litigio ubicada dentro de la Reserva (MONTENEGRO, 2004, p. 10, op.cit.).

O autor explicita que tanto a reserva da biosfera de Yaboti quanto a cultura indígena correm riscos no atual contexto, e defende que 200 ou 350 ha que a empresa Moconá S.A. e o governo provincial estão propondo para os Guarani das aldeias de Tekoa Yma e Tekoa Kapi'i Yvate, são incompatíveis com as necessidades indígenas e com o Convênio 169 da OIT¹³⁴, ratificado pela Argentina.

Os Guarani reagiram à proposta e mantiveram um acampamento na Plaza 9 de Julio na cidade de Posadas, em Missões durante meses, de meados de 2004 a meados de 2005. Buscaram alianças com Ongs¹³⁵ e pesquisadores para manterem audiências com o governo provincial e federal. Formaram o Conselho de Caciques dos Povos Guarani de 25 comunidades pleiteando: A. Renúncia do diretor de assuntos guarani e sua substituição por um indígena eleito em assembléia por todas as comunidades da província, em função de: a. irregularidades no manejo de planos sociais e emprego, no plano nacional de emergência alimentícia, por morte de dez crianças subnutridas e, b. desastrosos efeitos pelo corte e desflorestação da selva missioneira, causando impactos ambientais na forma tradicional de manejo indígena. B. Titulação de terras e territórios de sete comunidades na Reserva da Biosfera de Yabuti, em três comunidades no Parque Provincial Kuña-Pirú, e cumprimento de lei provincial que outorga titularidade de seu território tradicional à comunidade guarani de Iriapú, em Puerto Iguazú, perto das Cataratas do Iguazú.

A mobilização dos Guarani de Misiones junto a Ongs indigenistas e ambientalistas é um processo relativamente recente. A conjugação dos direitos humanos com proteção territorial, através das titulações e conservação de recursos naturais, aliada ao manejo tradicional indígena, tem sido construída junto a várias esferas de governança: municipal, estadual e federal, como também interinstitucional.

¹³⁴ Segundo o Convênio 169 da OIT- Organização Internacional do Trabalho (art. 13, II parte): “a utilização do termo terras deverá incluir o conceito de territórios, o que cobre a totalidade do habitat das regiões que os povos indígenas ocupam ou utilizam de alguma outra maneira” (MONTENEGRO, 2004, p. 10).

¹³⁵ Copirecha, Funam e WRM. As três Ongs lançaram campanhas em defesa dos Mbyá de Misiones: 1. Nota del cacique del Pueblo Guaraní de Misiones al Presidente Kirchner en Copirecha- Coordinaduría de Pueblos y Organizaciones Indígenas de la Región Chaqueña y Misiones, que agrega quarenta e dois organismos de base, e desenvolve ações de cooperação com municípios, governos provinciais e federais, internacionais, Nações Unidas e Ongs (COPIRECHA, 2005).

2. Campaña Nacional e Internacional (texto: Raúl Montenegro)- “En defensa de las Comunidades indígenas Mbyá de Misiones”, in Funam – Fundación para la Defensa del Ambiente (FUNAM, 2005).

3. Argentina. Comunidades Mbyá Guarani ameaçados por empresa madeireira, in WRM – Movimiento Mundial por los Bosques Tropicales (WRM, 2004).

A Reserva da Biosfera e os Guarani no Brasil

No Brasil, a criação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e a assinatura da Convenção da Biodiversidade ocorreram praticamente à mesma época, nos primeiros anos da década de 90. A meta foi a de buscar a compatibilização entre proteção dos recursos naturais e desenvolvimento social e econômico, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

A política de proteção à biodiversidade brasileira gerou a construção do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que foi debatido durante quase uma década. A questão indígena era um dos pontos polêmicos desse sistema, porque várias etnias habitam territórios de alta biodiversidade para conservação.

Entre as Ongs, o Instituto Sócioambiental (ISA), propôs em 1996 que as terras indígenas também tivessem unidades de conservação em seu interior, a chamada RIRN – Reserva Indígena de Recursos Naturais. A criação dessas reservas seria por decreto federal, através da solicitação das próprias comunidades. A gestão das mesmas se daria pelas comunidades com apoio dos órgãos indigenistas e ambientalistas (SANTILLI, 2000, p. 118-121).

Entretanto, a proposta foi rejeitada para integrar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, aprovado no ano 2000 (Lei nº 9.985). A Reserva da Biosfera foi tratada pelo SNUC em vários aspectos, entre os quais: “A Reserva da Biosfera pode ser integrada por unidades de conservação já criadas pelo Poder Público, respeitadas as normas legais que disciplinam o manejo de cada categoria específica (Cap.VI, Art. 41 § 3º, Caderno da Reserva da Bisfera da Mata Atlântica (RBMA/MAB/Unesco, nº 18, 2000: 34-35).

A implantação dessa política trouxe necessariamente um reordenamento territorial que levou a uma série de conflitos institucionais no país. Do ponto de vista da Reserva da Biosfera, a estratégia criada foi de um pacto com suas populações tradicionais, melhorando suas condições de vida através do desenvolvimento sustentável das áreas protegidas.

As populações indígenas estavam num dos focos desses conflitos. De um lado as demarcações de terras indígenas tinham uma demanda reprimida por parte da Funai e a

criação e implantação das unidades¹³⁶ de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), se deparou com essas populações nas áreas consideradas prioritárias para conservação. Por outro, em algumas unidades de proteção integral, o uso dos recursos naturais passaram a ser restringidos, impactando suas atividades agroflorestais. Mas o artigo de nº 57 da lei do Snuc estabeleceu que:

Os órgãos federais responsáveis pela execução das políticas ambiental e indigenista deverão instituir grupos de trabalho para, no prazo de cento e oitenta dias a partir da vigência desta lei, propor as diretrizes a serem adotadas com vistas à regularização das eventuais sobreposições entre áreas indígenas e unidades de conservação (Caderno da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica/MAB/Unesco, nº 18, 2000: 38).

No mesmo ano da promulgação da lei do SNUC, o ministro do meio ambiente convocou uma reunião extraordinária do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) para tratar das questões das sobreposições entre terras indígenas e unidades de conservação, mas nada de concreto foi encaminhado (ISA a, 1996/2000, p.176). Depois de alguns encontros dos quais participaram representantes do Ministério do Meio Ambiente, Funai (Fundação Nacional do Índio), Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), ambientalistas e indigenistas, optou-se pela criação de uma Comissão para realizar estudos caso a caso e a Funai firmou o compromisso de não declarar nenhuma área indígena em UCs até que a Comissão concluísse seus trabalhos.

Clayton Ferreira Lino (Caderno RBMA/MAB/UNESCO, n} 18, 2000: 7-9), Presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, considerou entre os pontos fracos da lei: 1. as questões fundiárias e sociais envolvendo populações tradicionais e indígenas, pelo adiamento ou falta de clareza em termos operacionais; 2. questões orçamentárias e recursos humanos que assegurem a implantação e proteção das UCs através de mecanismos com inserção positiva das mesmas nas políticas e programas setoriais do governo.

¹³⁶ As Unidades de Conservação são constituídas das categorias: I. Unidades de Proteção Integral: A. Estação Ecológica; B. Reserva Biológica; C. Parque Nacional, Estadual ou Municipal; D. Monumento Natural; E. Refúgio da Vida Silvestre. II. Unidade de Uso Sustentável: A Área de Proteção Ambiental; B. Área de Relevante Interesse Ecológico; C. Floresta Nacional; D.Reserva Extrativista; E. Reserva de Fauna; F. Reserva de Desenvolvimento Sustentável e G. Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Encontros¹³⁷ de biólogos e antropólogos envolvendo a problemática da sobreposição de áreas indígenas e unidades de conservação se seguiram. Um dos argumentos centrais dos indigenistas foi que as UCs sobrepostas a AIs ou TIs¹³⁸ eram incompatíveis com as funções pelas quais foram criadas as UCs, que a biodiversidade em terras ou áreas indígenas seria fundamental para sua própria reprodução física e cultural e não para educação e recreação de visitantes, além da restrição do uso e usufruto dos recursos naturais (BARRETO FILHO, 2001, p.15-23).

Já os biólogos argumentavam que sendo 11% do território brasileiro reservado às populações indígenas, somente em 2% estava assegurada a proteção da biodiversidade, além de não reconhecerem os direitos dos indígenas em permanecerem em áreas decretadas como UCs. Entretanto, não reconhecer esse direito contraria frontalmente o art. 231 da Constituição de 1988.

Para Bensusan e Gonçalves (2001, p.104) os esforços oficiais no Brasil apresentavam deficiência tanto para a proteção da biodiversidade em unidades de conservação como em terras indígenas, reservas privadas ou espaços sem nenhuma proteção. Quanto a ocorrências de sobreposições, ocorria porque boa parte da biodiversidade que se queria preservar no país encontrava-se em terras indígenas.

Os autores salientam ainda que no contexto da formulação do Programa Nacional da Biodiversidade, durante o “Seminário de Consulta de Prioridades para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia”, em 1999, os especialistas consideraram que as terras indígenas continham indicativos de “extrema importância e de importância muito alta” para a conservação (Idem).

Os mesmos indicativos foram apontados na “Avaliação e Ações prioritárias para a Conservação da Biodiversidade na Mata Atlântica e Campos Sulinos”, em 2000 (MMA, 2000, p.12), no corredor principal de remanescentes florestais das regiões litorâneas entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, onde os Guarani possuem uma rede de aldeias, em sua maioria não demarcadas, sendo que algumas delas em situação de sobreposição a unidades de conservação (MAPA 5).

¹³⁷ XXII Reunião Brasileira de Antropologia, Fórum: Conflitos sócio-ambientais e unidades de conservação (Brasília, 2000); II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Painel: O Homem e a Natureza (Campo Grande/ MS, 2000).

¹³⁸ AIs são áreas indígenas sem processo fundiário finalizado. TIs são terras indígenas identificadas, demarcadas e homologadas.

Há cerca de 105 áreas indígenas Guarani, do estado do Rio Grande do Sul ao Espírito Santo no Brasil. Algumas dessas terras estão sem ocupação atual, provavelmente devido ao desgaste da fertilidade dos solos, e é sempre possível que voltem a ser reocupadas quando apresentarem regeneração dos recursos naturais. As aldeias não ocupadas somam 33 aldeias, sendo 28 no litoral e 5 no interior. Há várias aldeias em TIs demarcadas em nome de outras etnias, são 13 no interior e 1 no litoral (LADEIRA, 2001, p. 53-54).

Há 14 aldeias com processo fundiário finalizado no litoral, ou seja, são áreas homologadas, das quais 5 justapõe-se parcialmente a UCs e somam um total de 9.320,97 ha. Uma situa-se no Parque Nacional da Serra da Bocaina no Rio de Janeiro e 4 no Parque Estadual da Serra do Mar, em São Paulo.

Das 9 restantes, 7 estão em processo de demarcação. Todas se sobrepõem parcialmente a unidades de conservação:

1 na Estação Ecológica da Juréia Itatins (SP); 1 no Parque Estadual de Intervalos (SP); 1 no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (SP); 2 no Parque Nacional de Superagui (PR); 1 no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (SC) e 1 no Parque Estadual de Itapuã (RS). Somam, portanto, 12 aldeias justapostas parcialmente a unidades de conservação de uso restrito. Até 2001 o total das áreas homologadas no litoral foi de 19.074,84 ha (LADEIRA, 2001, p. 53-54).

A dinâmica territorial Guarani e sua mobilidade espacial é historicamente apontada por vários pesquisadores, e se tornou uma questão extremamente polêmica do ponto de vista da administração das unidades de conservação, especialmente quando essas unidades são parques e estações ecológicas, consideradas áreas-núcleo do SNUC, com restrição para uso direto.

Essa dinâmica apresenta três eixos básicos. Primeiro, a existência de espaços territoriais tradicionais no Brasil, Argentina e Paraguai, formando uma rede de aldeias que se configuram como ilhas descontínuas pelo aumento do desmatamento, pela expansão do agro-negócio, e pela implantação de áreas de preservação ambiental. Segundo, esses espaços são permanentemente ocupados mesmo que parcela da população se desloque para outros espaços através das redes de parentesco, em função de casamentos, visitas a parentes, redefinições a partir de conflitos, oportunidades de trabalho assalariado e mesmo venda de artesanato a turistas. Terceiro, busca por espaços florestados, que possam ser públicos ou não, ocupados para a reprodução de seu modo

de vida tradicional com possibilidade de caça, coleta e roças de subsistência (LADEIRA, 2001, p. 108-120; ASSIS e GARLET, 1998, p.13-17).

O reordenamento territorial em curso implica o dever do Estado em promover a demarcação e a homologação das terras indígenas, na perspectiva constitucional dos direitos indígenas, que inclua áreas tanto para suas atividades produtivas quanto as imprescindíveis à preservação de recursos ambientais para sua reprodução física e cultural. Mas ocorre que as terras indígenas sobrepostas a unidades de conservação, passam por um processo de problematização mais intenso, e uma situação de insegurança maior para os Guarani do que as homologações fora dessas unidades, ampliando tempo das definições fundiárias.

A aldeia de Morro dos Cavalos encontra-se nessa configuração. Localizada já nas fontes quinhentistas, na região que foi denominada de Inbiassape por Staden (apud ASSIS CARVALHO, 1942, p.67-68) e traduzido por Viaçá por Assis Carvalho, ou mesmo Mbiaçá por Bertoni (Idem), tem seu processo homologatório extremamente problematizado.

3.3. A aldeia de Morro dos Cavalos e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – Pest (Idem mapa 4), foi criado em 1975, tendo como prioridade à época, a proteção de sua flora, fauna, aspectos geológicos, paisagem, locais de lazer e turismo, e bacias hidrográficas para abastecimento das cidades de seu entorno. Dois botânicos tiveram destacado papel em sua criação: Raulino Reitz e Miguel Klein.

Raulino Reitz defendia a criação do Parque do Tabuleiro e da Reserva Biológica do Massiambu desde a década de 60, tendo encaminhado documentação ao Conselho Florestal Federal. Miguel Klein apresentou em 1975, durante o XXVI Congresso Brasileiro de Botânica, a tese de que a vegetação da Serra do Tabuleiro só viria a ser preservada com a criação de um Parque Florestal.

Silvio Coelho dos Santos (1973, p.295-298) também defendia a criação de um Parque Florestal e Faunístico desde 1968 para proteção de um suposto grupo indígena Xokleng arredio nele existente. Dirigiu-se em carta ao governador do Estado de Santa Catarina à época, na gestão de Ivo Silveira, com a proposta de criação de um Parque

Indígena na Serra do Tabuleiro, mas esta não chegou a ser considerada pelo governo (Coelho dos Santos em comunicação pessoal). A proposta já tinha uma experiência no país, e vinha de encontro ao ocorrido no caso do Parque Indígena do Xingu, criado em 1961.

O governo do Estado em convênio com a FEMA¹³⁹, Fundação do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, realizou em 1976 um levantamento e propôs o primeiro plano diretor para o parque. Este plano considerava que as comunidades rurais eram incompatíveis com os objetivos do parque. A única comunidade tradicional a ser mantida dentro de uma zona histórico-cultural era uma vila de pescadores artesanais de origem açoriana – a Vila da Pinheira (AMARAL, 1998, p.71- 78).¹⁴⁰

Também em 1976, um convênio de pesquisa entre a UFSC e a Fatma¹⁴¹ foi estabelecido sob a coordenação de Silvio Coelho dos Santos, para identificar a ocupação humana na área do parque envolvendo arqueologia, antropologia, sociologia e história (COELHO DOS SANTOS, 1976). O convênio foi entre a UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina, e Fatma, Fundação Estadual do Meio Ambiente. A pesquisa constatou vários encontros de índios com moradores locais e uma família de índios Guarani na área, como também a existência de sítios arqueológicos de tradição Guarani e outras (Idem). Uma pesquisa etnográfica anterior realizara o levantamento da aldeia guarani existente (BOTT, 1975). Mas a proposta de um parque indígena, sugerido por Silvio Coelho dos Santos não vingou no Tabuleiro.

Em 1991 foi realizado um trabalho de identificação de aldeias guarani no litoral de Santa Catarina pelo CTI-Centro de Trabalho Indigenista (LADEIRA apud POST DARELLA, 2004, p.149), que apontou a história ininterrupta de índios Guarani na região de Morro dos Cavalos, tanto a partir de depoimentos como de histórias de vida. Em 1993 a Funai emitiu portaria constituindo um GT (grupo técnico) para delimitação da área indígena. O relatório foi finalizado em 1995, definindo 121,8 ha, mas antes de

¹³⁹ Neste contexto foi desenhada a criação da Fatma- Fundação de Tecnologia e Meio Ambiente, durante o governo de Konder Reis, em cuja gestão foi criado o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (Pest).

¹⁴⁰ Posteriormente desanexada por fortes interesses imobiliários que a descaracterizaram.

¹⁴¹ À época a Fatma denominava-se Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente, posteriormente, Fundação do Meio Ambiente.

sua publicação, representantes Guarani não aceitaram o tamanho da área da aldeia (LADEIRA, 2002, p.5)¹⁴².

Desde a criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, em 1975, ocorreram inúmeros conflitos entre moradores e órgãos fiscalizadores, anexações, desanexações. Segundo Amaral (1998) o maior problema sempre foi a complexidade fundiária. Em 1995, a questão indígena voltou à tona.

No cronograma dos eventos que cercaram as discussões entre 1995 e 2000, são evidentes os conflitos institucionais pela presença e permanência dos Guarani na área decretada como parque estadual (POST DARELLA, LITAIFF, 2000, p.32-35)

De 1995 a 1996, a Fatma afirmava desconhecer a presença indígena na área, que tradicionalmente ocorria, e depois passou a recomendar sua transferência a outro local, pois segundo suas considerações teria ocorrido a retirada da cobertura florestal para plantio. Por seu turno a prefeitura de Palhoça elaborou uma Moção de Repúdio à criação de uma reserva indígena em Morro dos Cavalos, argumentando seu assentamento indevido.

Em 1997, em uma reunião realizada na EPAGRI, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, a Prefeitura de Palhoça concordou com a identificação de novas áreas dentro do Parque para os Guarani, pois passou a considerar que a área onde estavam assentados era imprópria para o cultivo.

O “Seminário Parque Estadual da Serra do Tabuleiro” em 1997, organizado pela Fatma, construiu um consenso com relação à identificação e regularização de áreas com nascente e mata, com pesquisa e manejo sustentável para os Guarani (Idem).

Eduardo Ribas Amaral (1998), ex-diretor da Fatma, considerou que uma única população residente no PEST a preencher as prerrogativas de uma comunidade tradicional, era a comunidade indígena de Morro dos Cavalos. Segundo o autor, a compatibilidade entre os objetivos do parque e da comunidade poderia se dar na medida “em que esta passasse a adotar formas de manejo sustentável dos recursos naturais, gerando mínimo impacto ambiental nas suas ações produtivas” (AMARAL, 1998, p.176-177).

Em 1998, o projeto Microbacias 2¹⁴³ reconheceu a diversidade sócio-cultural como condição para a sua eficácia, e foi esboçado o Plano de Acesso das Comunidades

¹⁴² No ano 2000 os Guarani solicitaram ao presidente da Funai a desconsideração dos limites anteriores e a realização de novo GT que foi criado em 2001. A delimitação, com área de 1988 ha, foi publicada em 2002.

¹⁴³ Projeto do estado de Santa Catarina para recuperação, conservação e manejo de recursos naturais em bacias hidrográficas. Constou de duas etapas: Microbacias I e Microbacias 2, este em andamento

Indígenas. Na finalização do documento básico, as comunidades indígenas foram incorporadas como um dos públicos-meta.

Em 1999 ocorreu o I Fórum de Debates das Questões Indígenas, onde os Guarani lançaram o “Documento das Lideranças Guarani”, reiterando que uma área do Parque fosse destinada à etnia e demarcada em condições e tamanho suficiente de acordo com sua necessidade. O I Fórum aprovou a reivindicação dos Guarani, constantes do seminário de 1997.

Em novembro de 2000, logo após a Lei do Snuc, o Produto Básico do Zoneamento do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro foi concluído. Para o componente indígena do Mapeamento Sócio-Econômico, Produto Básico do Zoneamento do PEST, os antropólogos Aldo Litaiff e M. Dorothea Post Darella, apontaram a área indígena de Morro dos Cavalos como terra tradicional, o que é respaldado constitucionalmente com direito à demarcação, posse e usufruto¹⁴⁴ (LITAIFF; POST DARELLA, 2000, p.1-48).

Coordenado pela Secretaria do Estado da Agricultura e Política Rural e financiado pelo Banco Mundial, com o objetivo de atingir 879 microbacias hidrográficas em todo estado (52% das existentes). Suas metas são: manejo e conservação de recursos naturais; gestão de bacias hidrográficas; implantação de corredores ecológicos; implantação de sistema de coleta de dejetos animais nas propriedades; manejo e conservação do solo e água; implantação de mata ciliar; implementação de educação ambiental; consolidação da unidade de conservação da Serra do Tabuleiro (Microbacias 2, 2005).

A inclusão dos povos indígenas no projeto Microbacias 2 foi exigência do Banco Mundial junto ao Estado de Santa Catarina, através da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.) (comunicação de Rose Gerber, reunião na Epagri em 03.06.05).

¹⁴⁴ Art. 231 da Constituição Federal de 1988: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1.º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2.º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3.º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4.º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5.º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6.º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que

Posteriormente Marco Aurélio Nadal Di Masi, que fez parte do salvamento arqueológico, antecedendo a duplicação da BR 101, trecho sul, notificou que foram descobertas duas urnas funerárias guarani na baixada de Massiambu em Palhoça (J. A. Notícia, 31.03.2002).

Na proposta de Zoneamento do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (Diagnóstico Sócio-Ambiental do PEST, 2000, p.1-21), consta a aldeia indígena tradicional de Morro dos Cavalos, com cerca de 140 habitantes, em processo de demarcação, totalmente inserida na UC e sendo anterior portanto à sua criação em 1975.

Sobrepõe-se à Zona de Recuperação Especial, isto é, de caráter transitório e uso direto temporário, que segundo as normas previstas no Zoneamento deverá evoluir para Zona de Recuperação, sendo incorporada a uma das zonas permanentes. Eventualmente poderá ser reclassificada segundo as mesmas normas, como uma das outras zonas convencionais do parque. Em nenhuma delas se cogita o uso sustentável dos recursos, como agricultura agro-florestal própria ao manejo indígena, já que o Parque é uma unidade de proteção integral, área-núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

A Zona Histórico-Cultural que poderia incorporar a aldeia indígena, acenou mais para critérios arqueológicos que antropológicos, na medida em que vingou a idéia de um passado pré-histórico, que resultou em vestígios para visitação, pesquisa e educação.

O zoneamento¹⁴⁵ do parque foi estabelecido mais por critérios técnicos e científicos das ciências naturais, sem o aporte das inter-relações com as ciências

dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

§ 7.º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, §§ 3.º e 4.º.

¹⁴⁵ As zonas propostas são: A Zona Intangível: natureza intacta; B. Zona Primitiva: pequena ou mínima intervenção humana, pesquisa científica, educação ambiental, recreação; C. Zona de uso: extensivo, de mínimo impacto com fins educativos e recreativos, centro de visitantes, museus, outras facilidades e serviços; D. Zona de Uso Especial: áreas necessárias à administração, manutenção e serviços do Parque com habitações, oficinas e outros; E. Zona de Recuperação: contém áreas alteradas, é provisória, exigirá processo ativo (manejo) de reflorestamento e monitoramento, será incorporada a uma das zonas permanentes, e uma vez restaurada só poderá ser visitada pelo público com programas de educação ambiental, com objetivo de observar o processo de regeneração ; F. Zona Histórico-Cultural: manifestações históricas e culturais ou arqueológicas a serem preservadas para visitação, pesquisa e educação; G. Zona de Recuperação Especial: com o mesmo conceito básico de manejo da Zona de Recuperação (item E.), os passos para a normatização desta zona ainda deverão ser definidas com: levantamento aerofotogramétrico e cadastral precisos, algumas partes podem ser reclassificadas como uma das zonas convencionais do parque, adequação dos usos visando diminuir seu impacto em acordos com proprietários, os programas devem estimular alternativas locais (reassentamentos e realocações), incentivo de atividades ambientais, culturais, socialmente compatíveis no entorno da UC (Diagnóstico sócio-ambiental, p. 2000, p. 1-21).

humanas. Desconsiderou-se a integração sócio-ambiental, não houve tentativa de envolvimento da população indígena local na perspectiva de incorporar seu conhecimento etnoecológico.

Os esgarçamentos resultantes tornaram as relações entre os Guarani e a Fatma/PEST mais conflituosas. A falta de integração de políticas públicas entre os setores indigenista e ambientalista impediu a resolução do foco da questão, a necessária interdisciplinaridade entre ciências naturais e humanas, no que tange aos conhecimentos e práticas indígenas que possam tornar-se aliadas para a conservação da biodiversidade.

3.4. Os impasses da demarcação da Aldeia de Morro dos Cavalos

O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

O segundo laudo de identificação e delimitação da aldeia foi realizado e encaminhado em 2002 para a Funai, que o aprovou e encaminhou ao Ministério da Justiça em 06.10.2003. O processo foi aprovado pela assessoria do ministério com Portaria Declaratória. Segundo o decreto 1775/96, o prazo para assinatura é de trinta dias, mas continua em compasso de espera¹⁴⁶.

A Fatma discordou da demarcação da aldeia de Morro dos Cavalos. Segundo Ana Cimardi¹⁴⁷, diretora de assuntos ambientais, a Fundação aceitou a delimitação anterior de 121,8 ha, mas não a atual, de 1988 ha.

A perspectiva construída na Fundação foi que, se prevalecer o direito indígena, a AI será desanexada do parque ou a área pode ser permutada por outra. A Fundação interpreta que as áreas propostas nos laudos de delimitação não são propícias para agricultura. Foi enviado um projeto ao Banco Mundial¹⁴⁸ através do GEF - Global Environment Facility- que está em análise para financiamento, e se pretende criar um grupo de trabalho interinstitucional com as universidades que trabalham com os índios, a Funai e os Guarani para negociar a melhor solução. O plano de manejo da UC também será financiado pelo GEF.

¹⁴⁶ Clóvis Brighenti em comunicação pessoal, junho 2005.

¹⁴⁷ Diretora de Assuntos Ambientais da Fatma durante entrevista em 24.10.03.

¹⁴⁸ Anterior à criação do Grupo Técnico para a confecção do laudo demarcatório atual, concluído em 2001.

O projeto enviado ao GEF está inserido num programa do Banco Mundial para atividades de conservação e meio ambiente, em uma aldeia indígena a ser escolhida conjuntamente com os Guarani, e que em princípio não esteja na área do parque. A definição das ações a serem implantadas, segundo Cimardi, será com participação dos Guarani.

A interpretação do Ministério Público Federal é diferente, pois para a procuradora Analúcia Hartman¹⁴⁹, a Fatma se recusa a aceitar a prevalência do direito indígena sobre a unidade de conservação. Pelo artigo 231 qualquer título que incida sobre terras indígenas perde efeito jurídico, em contrapartida, os índios devem respeitar a legislação ambiental, sendo cidadãos brasileiros. Lembra ainda que no Código Florestal de 1965, as terras indígenas são reservas florestais e delas não se pode fazer uso econômico. Para a Procuradoria da República, a Fatma alega declividade do terreno para agricultura, mas será necessário haver negociação entre Fatma, índios e governo.

A Promotoria Temática do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro contestou em três situações a legitimidade da aldeia Morro dos Cavalos, através do promotor José Eduardo Cardoso. A primeira em 2003, em procedimento administrativo criminal, pelo assentamento, construção de casas e roças de uma família extensa após a identificação e delimitação da área indígena realizada em 2002 por Ladeira¹⁵⁰, como nos referimos anteriormente, alegando que a terra indígena ainda não está homologada e que a área pertence ao parque.

A segunda, em Ação Civil Pública contra o estado pela construção da Escola Indígena Itahy de Morro dos Cavalos pela Secretaria de Educação/MEC. E a terceira impugnando o processo demarcatório da aldeia, questionando seus limites e requerendo prova de ancestralidade através de análises de carbono 14¹⁵¹.

Essa impugnação se deu no contexto da participação da aldeia Morro dos Cavalos nas ações do projeto Microbacias 2, que analisaremos proximamente.

¹⁴⁹ Procuradora do Ministério Público Federal em Santa Catarina, durante entrevista em 17.10.03.

¹⁵⁰ Analisaremos esse processo e seu resultado na Parte III, inserida no corpo etnográfico da tese, especificamente nosso acompanhamento desse grupo em mobilidade.

¹⁵¹ Segundo técnicos do Iphan, Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, são dezenove os sítios arqueológicos (sambaquis e cerâmicos guarani) existente no trecho Palhoça, na grande Florianópolis até Passo de Torres, no Rio Grande do Sul, o trecho da duplicação da BR 101. A prospecção dos sítios foi realizada através do Convênio entre a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), o Instituto Militar de Engenharia (IME) e o Departamento Nacional de Transportes (Dnit) (Jornal A Notícia, 03/06/05).

Além dessas instituições, há um movimento em Enseada do Brito, representado pela “Associação contra a demarcação de Morro dos Cavalos”, que alega que a demarcação de 1988 ha incide numa área em que a localidade capta recursos hídricos tradicionalmente, e vê ameaçada a qualidade dessa captação.

A duplicação da BR 101 – trecho sul e Convênio Funai/Dnit

A complexidade da demarcação de Morro dos Cavalos¹⁵² fica ainda maior com a duplicação do trecho sul da BR 101. Desde a construção da BR 101 na década de 60 houve incidência nos espaços territoriais ocupados pelos Guarani de forma fixa e transitória, mas àquela época não havia ainda preocupação com o reordenamento territorial atual, com demarcação de terras indígenas ou criação de unidades de conservação.

Quando da duplicação do trecho norte ocorreu, entre outras medidas compensatórias, a demarcação e posterior homologação da aldeia de Mbyguaçu, em 58 ha. No trecho sul, foi firmado um convênio para o Programa de Compensação Ambiental de Apoio às Comunidades Indígenas Guarani, entre o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes e a Funai em 2002 (Convênio DnitT/Funai).

Ocorreram vários encontros em busca de articulação dos Guarani, entre procuradoria, índios, indigenistas, Funai e Dnit. Os representantes indígenas em 28.03.00 posicionaram-se solicitando as demarcações antes da duplicação (POST DARELLA, 2004, p. 266). O Estudo de Impacto Ambiental – EIA foi concluído no mesmo ano, também buscando articular a questão indígena, a ambiental e projetos de desenvolvimento para as aldeias.

A posição das lideranças indígenas de Morro dos Cavalos durante os estudos do EIA, foi a opção por dois túneis e não por viaduto, com desativação do leito original da estrada, e recuperação e reflorestamento das áreas ocupadas no passado (Estudo de Impacto, 2000)

Em várias audiências públicas organizadas, durante o ano de 2001, pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembléia Legislativa do

¹⁵² A delimitação de Morro dos Cavalos é totalmente sobreposta ao PEST; em seu entorno existem mais três aldeias Guarani: Massiambú, Cambirela e Imaruí. Esta última está registrada na Funai como tradicional, comprada através de medida compensatória pelo convênio Gasoduto Brasil/ Bolívia .

Estado de Santa Catarina, os Guarani reafirmaram as reivindicações de demarcação das terras antes do começo das obras.

O Convênio Dnit/Funai prevê a aquisição de terras, construção de moradias, instalação de água e esgoto, instalação de energia solar, telefones comunitários e introdução de várias atividades produtivas, tais como: apiário, aviários, pomares, currais etc. Sob a gerência da Funai, com um orçamento de onze milhões de reais, nove aldeias serão beneficiadas ao longo da BR 101, de Palhoça em Santa Catarina a Osório no Rio Grande do Sul. Sete das nove aldeias optaram por regulamentar e/ou aumentar suas áreas, entre as quais Massiambu, Cambirela e Cachoeira dos Inácios, no entorno do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (MAPA 6). Morro dos Cavalos, à época, contava com o GT de identificação para demarcação como área tradicional (Revista Funai Brasil Indígena, 2002, p.29-31).

Segundo Post Darella (2004, p.275-276), desde a assinatura do Convênio o debate nas aldeias acentuou-se questionando a forma de demarcação das terras, não havendo consenso sobre aquisição (compra) ou identificação (ocupação tradicional)¹⁵³.

Em 2003 as lideranças Guarani se colocaram contra a compra de terras conforme previsto pelo Convênio Dnit/Funai, e a Funai programou para 2004 a identificação e demarcação de Cambirela e Massiambú, o que ainda não se realizou. Em carta à Funai (08.09.03), as lideranças solicitaram urgência nesses procedimentos e ofereceram: “parte desses recursos para criação do GT e pagamento de parte das benfeitorias dos ocupantes de boa fé, se existirem sobre essas terras, até um valor máximo de 50% do total”, sendo que a outra metade para “atividades produtivas, sociais e religiosas” (POST DARELLA, 2004, p. 277).

O Projeto Microbacias 2: Estratégia para as populações indígenas

O perfil das populações indígenas com o qual trabalha o Projeto Microbacias 2 (2002, p.32) é de uma população que sobrevive numa situação fundiária variável, com terras regularizadas, terras sendo revisadas ou ainda em vias de identificação. Suas atividades econômicas incluem extrativismo, agricultura de subsistência com alguns

¹⁵³ No caso de demarcação como terra tradicional, a Funai indeniza as benfeitorias existentes na área, sem indenização pela terra.

itens orientados para o mercado, como também venda de artesanato, trabalho agrícola temporário, cargos no funcionalismo público com funções dentro das aldeias.

Esse perfil é considerado como de vinculação a atividades econômicas não tradicionais com processo histórico de exclusão social, compartilhando com populações rurais marginalizadas um alto nível de pobreza e significativa degradação dos recursos naturais.

Os objetivos do projeto se inserem na melhoria das condições de uso e manejo de recursos ambientais e da redução da pobreza, na perspectiva da conservação e gestão ambiental. A metodologia é participativa, em construção com as populações locais, através da Epagri que trabalha com assistência técnica e extensão rural.

As ações previstas, em consonância com demandas das populações indígenas obtidas em reuniões de consulta, são de três dimensões: social, econômica e ambiental. Pontualmente são: melhoria de moradias e obras de saneamento, auto-suficiência alimentar, viabilização de empreendimentos de melhoria de renda, e reflorestamento com introdução de espécies vegetais nativas, para ampliar as condições de sustentabilidade nas aldeias.

O processo de consultas e envolvimento participativo foi construído ao longo dos anos 2003/2004/2005 nas aldeias das etnias Kaingang, Xokleng e Guarani.

O projeto Microbacias pode sofrer Ação Judicial por parte da Promotoria Temática do PEST se for implantado, segundo expediente do promotor José Eduardo Cardoso¹⁵⁴. Essa situação persiste enquanto o ministro não assinar a portaria declaratória.

Essa decisão foi construída pela promotoria e pela administração do parque, a partir de várias reuniões nas quais participaram representantes da Funai, assessores do Microbacias 2, indígenas e procuradoria da república. Como já assinalamos, atualmente a promotoria impugnou o processo de homologação de Morro dos Cavalos, questionando os limites, requerendo prova de ancestralidade em carbono 14.

Somente a aldeia de Cachoeira dos Inácios e Mbyguaçu participam do Microbacias 2, estando de fora além de Morro dos Cavalos, Massiambu e Cambirela.

A insegurança dos Guarani, especialmente de Morro dos Cavalos, nesse stress demarcatório, tem feito com que algumas famílias mudem para outras aldeias com

¹⁵⁴ Em comunicação durante reunião interinstitucional na Epagri em 03.06.05, da qual participaram: Epagri, Funasa, Capi (Comissão de Apoio aos Povos Indígenas) e seus pesquisadores associados.

menor espaço fundiário¹⁵⁵. O desânimo e o voltar-se contra o parque só têm acirrado os conflitos.

Pareceria lógico que as terras indígenas sobrepostas parcialmente a unidades de conservação pudessem usufruir de coleta e caça no interior das unidades, segundo planos de manejo realizados conjuntamente com os administradores das mesmas, obedecendo à sazonalidade, períodos e oferta dos recursos de caça e coleta. Mas o que de fato acontece são atitudes reativas de ambas as partes, sem construção de uma agenda que explicita as intencionalidades e um patamar de confiança necessário a uma possível integração do manejo indígena ao da conservação. A demarcação de fronteiras rígidas pode levar a mais conflitos, em vez de uma cooperação, uma aliança, impedindo o acesso de outros caçadores e coletores não índios, e ampliação da vigilância, que na maior parte das unidades de conservação é deficitária.

3.5. Etnoconservação: potencialidades integradoras de um projeto em construção

O que pensam o movimento indígena brasileiro e as ongs conservacionistas sobre a questão concreta das sobreposições e da proteção ambiental?

No documento¹⁵⁶ resultante do Encontro Nacional dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, ocorrido em Luiziana, Goiás, entre os dias 25 a 30 de abril de 2003 estão elencadas 24 reivindicações para a construção de uma nova Política Indigenista. A questão das sobreposições é duplamente tratada, no cabeçalho do documento e no item de número 13:

Não aceitamos a sobreposição das Unidades de Conservação nas terras indígenas, pois confrontam com nosso direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e criam enormes transtornos para as nossas comunidades.

13. A revogação das unidades de conservação incidentes em terras indígenas.

¹⁵⁵ Massiambu possui 4,5 ha para uma população de 70 Guarani, Cachoeira dos Inácios possui 68 ha para uma população de cerca de 100 Guarani, MMbyguaçu com 58 há, tem uma população aproximada de 120 indígenas.

¹⁵⁶ “Documento final do Encontro Nacional dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil” (ISA c, 2003)

Quanto ao tema da proteção ambiental:

24. A elaboração de uma política específica para a auto-sustentação de nossas comunidades, através da formulação de programas que contemplem a proteção e recuperação ambiental de nossas terras, o apoio às economias indígenas e a certificação de nossos produtos (ISA c, 2003).

O pensamento indígena sobre as Unidades de Conservação não deixa margem a dúvidas, o direito sobre suas terras é um direito originário e indica precedência, a proteção ambiental está integrada à recuperação e uso sustentado dos recursos.

No entanto a possibilidade de serem estabelecidas áreas de conservação ambiental e/ou exploração sustentável de recursos em suas terras tem sido reivindicada por algumas etnias como os Xavante, os Cinta Larga, os Xikrin, com manejo de fauna, minérios e madeira respectivamente. Os Kaiapó da aldeia Aukre no Pará, vendedores de mogno, reservaram uma parte de seu território como uma espécie de estação ecológica, onde não realizam qualquer atividade econômica. Com apoio de uma instituição ambientalista canadense desenvolvem projetos de pesquisa sobre os recursos naturais existentes nesse local (SANTILLI, 1996/2000, p.174).

Outro fato digno de nota refere-se a dois artigos do projeto de lei no novo “Estatuto do Índio”, PL 2.957/91 (ISA d, 2003), nos quais a temática é tratada, e nas consultas realizadas sobre o projeto em várias reuniões regionais com organizações indígenas (29/06/94), não constam alterações dos mesmos. São eles:

Da Proteção Ambiental

cap V

art. 98 O estabelecimento de áreas destinadas à preservação ambiental em terras indígenas não deverá prejudicar o livre trânsito dos índios em suas terras.

Art. 100 Poderão ser estabelecidas áreas destinadas à conservação ambiental, localizadas em terras indígenas que as ocupam ou pelo poder público, assegurada a anuência da comunidade interessada.

Parágrafo único - O estabelecimento dessas áreas previstas no caput poderá ser viabilizado mediante formulação de programas visando a auto-sustentação econômica das comunidades indígenas. (Idem)

Como vimos anteriormente, na tentativa de promover essa integração o ISA - Instituto Sócioambiental, propôs já em 1996 a RIRN- Reserva Indígena de Recursos Naturais, destinada à proteção dos recursos existentes em áreas indígenas justapostas a UCs (SANTILLI, 2000, p.118-121). A proposta se deu no bojo das discussões da construção da Lei do SNUC. A criação dessas reservas seria por decreto federal, através da solicitação das próprias comunidades indígenas. A gestão se daria pelas próprias comunidades com apoio dos órgãos indigenistas e ambientalistas. Mas, segundo Santilli (1996/2000, p.173-175), a proposta não foi acolhida pelo relator durante as discussões em torno da lei do SNUC:

(...) o relator suprimiu o texto que instituiria a RIRN por solicitação do Ibama, cujos representantes teriam vetado a inclusão desta categoria de manejo por entenderem que ela obrigaria o órgão a uma difícil convivência institucional com a Funai (...) (SANTILLI, 2000, p. 290-298).

Ainda segundo Santilli (2000, p.290-298) a sobreposição é juridicamente irregular e fictícia na prática, a questão da gestão, embora o Ibama alegue que a gestão dessas áreas seria competência da Funai, a lei estabelece que é sua a responsabilidade de proteção ambiental, não havendo na mesma limites geográficos para cumpri-la. Por outro lado, argumenta o mesmo autor, o modo de vida tradicional indígena tem sido impactado no que se refere à busca de novas terras férteis. As terras demarcadas supõem confinamento, o aumento demográfico pressiona os recursos, a pressão constante de invasores. Para o autor, na atualidade a opção pela autonomia em detrimento da dependência assistencialista, através de apoio e fomento para conservarem ou recomponem relações sustentáveis em suas áreas, aponta justamente para os direitos constitucionais indígenas.

A Funai tem sido duramente criticada por líderes e organizações indígenas, antropólogos e Ongs, por não ter acompanhado e traduzido em termos de reorganização institucional e de políticas públicas, a atualização que a Constituição de 1988 realizou com relação aos povos indígenas. Sua estrutura defasada e a queda constante de seu orçamento têm inviabilizado as demandas indígenas que a própria Constituição possibilitou.

Para Santilli (1996/2000, p.118-121), o conceito de tutela que rege as ações da Funai deveria avançar para o de fomento, que seria muito mais apropriado para definir o papel atual do órgão gestor da política indigenista e para uma visão de futuro dos povos indígenas.

O autor entende que as terras indígenas possuem ecossistemas com relativa preservação e somam 12,34% do território brasileiro, sendo que a proteção da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais é de importância estratégica para os projetos de futuro dos índios brasileiros. A interface entre os direitos indígenas e as políticas ambientais sugere repensar o modelo assistencialista da Funai, para o de fomento de atividades produtivas, com excedente para o mercado e orientação nos padrões legais e de proteção ambiental. A sobreposição TIs/UCs pode promover as somas de esforços para a preservação e conservação da biodiversidade no país, com parceria entre a Funai e o Ministério do Meio Ambiente.

Com relação às terras das populações guarani na Mata Atlântica, sobrepostas ou não a UCs, a conservação da biodiversidade passa necessariamente pelas condições culturais e ambientais locais pois essas terras são na maioria diminutas. A concepção de territorialidade guarani envolveria um território contínuo entre elas, que hoje não mais existe, está preenchido pela sociedade envolvente. O uso constante e contínuo das áreas de roça esgota o solo em áreas pequenas, onde não há a contrapartida tradicional da circularidade dessa atividade, que não só propiciaria segurança alimentar como permitiria a regeneração da mata secundária e a conservação dos remanescentes florestais com mata primária, a “tradução” guarani de uma área de conservação. Ainda existe uma clara correlação entre conservação, regras culturais de uso dos recursos naturais, densidade populacional e território, e muitas áreas são densamente povoadas.

A demarcação e a ampliação dessas terras é fundamental para criar condições de sustentabilidade etno-ambiental. Mas a ampliação ainda não é condição suficiente para uma reprodução etno-ambiental tradicional, na medida em que, seja nas áreas sobrepostas a unidades de conservação ou outras áreas contíguas onde potencialmente pode se dar a ampliação de suas terras, a biodiversidade necessita ser restaurada com reposição de espécies nativas. No caso citado da aldeia de Morro dos Cavalos, a área foi anteriormente explorada por madeireiras de forma predatória, e em parte reflorestada com espécies exóticas (pinus e eucalipto), predominando capoeirões e mata secundária.

Em outras palavras, a sustentabilidade das terras indígenas é uma pré-condição para a conservação da biodiversidade, mas esta necessita ser construída através de políticas públicas que integrem o direito originário às terras, a recuperação ambiental das mesmas, diálogo intercultural com transparência de intencionalidades e conjugação entre etnoconhecimento e conhecimento científico, em especial para a restauração do manejo tradicional característico de sua agricultura agro-florestal.

3.6. Tratamento desigual na demarcação e na conservação da biodiversidade em TIs no território brasileiro

No bojo dos acordos internacionais da Convenção da Proteção da Biodiversidade foi lançado em 1992 o “Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais no Brasil”-PPG7- “Priority Project” (KASBURG; GRAMKOW, 1999, p.15-19), uma iniciativa conjunta do governo brasileiro, da sociedade civil brasileira e da comunidade internacional¹⁵⁷, com o objetivo de conservação das florestas tropicais da Amazônia e da Mata atlântica. A primeira etapa foi implantada em 1996.

Um de seus Subprogramas - Unidades de Conservação e Manejo de Recursos - Naturais incorpora o Projeto Integrado de Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL).

O PPTAL foi e é gerenciado pela Funai, governo federal, representantes indígenas, organizações científicas e Ongs. Ficou estabelecido que a questão fundiária, ou seja, a demarcação de terras indígenas, ficaria restrita à Amazônia Legal. Para o restante do país a prerrogativa seria da Funai e do governo federal. Em dezembro de 2001, sob a alçada do PPTAL, já haviam sido regularizados cerca de 29 milhões de

¹⁵⁷ Os três maiores financiadores foram a Alemanha (41%), Comissão Européia (23%), e o Brasil (15%). Parcela do financiamento foi canalizada para o Fundo Fiduciário das Florestas Tropicais (“Rainforest Trust Fund”) e administrado pela Unidade de Florestas Tropicais do Banco Mundial .

Em 2001 o Programa contava com 27 componentes, entre eles: Projetos Reservas Extrativistas, Apoio institucional ao grupo de trabalho amazônico, Apoio institucional à rede Mata Atlântica, Projeto de mobilização e capacitação em prevenção aos incêndios florestais na Amazônia, Projeto terras indígenas PPTAL, Projeto de apoio ao manejo florestal, Subprograma de projetos demonstrativos, Projeto de apoio ao monitoramento e análise, Projeto de manejo dos recursos naturais da várzea, Subprograma Mata Atlântica e negócios sustentáveis, Projeto de corredores ecológicos, Projeto demonstrativo indígena, Projeto de controle de incêndios e desflorestamento, etc. (Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil, 2001, mimeo).

A participação da Mata atlântica foi mais restrita, contando com projetos demonstrativos (37) em nove estados, nas áreas de preservação ambiental, sistemas de manejo florestal, sistemas agroflorestais e recuperação ambiental, bem como projeto corredores ecológicos nos estados da Bahia e Pernambuco (MMA, 2005).

hectares, correspondendo a 53 TIs. O total a ser regularizado até 2002 seria de 46 milhões de hectares em 160 TIs. Os Projetos Demonstrativos em terras indígenas (PDTIs) valiam para todo território nacional até por volta do ano 2003, quando foram suspensos (comunicação pessoal Dafran Macário, CTI).

As demarcações de terras indígenas sob a alçada do PPTAL seguiram uma metodologia diferente da tradicionalmente seguida pela Funai. Neste projeto foi incluído: educação ambiental intercultural, valorizando os saberes tradicionais (cosmológicos/ecológicos), e zoneamento das áreas com vistas à fiscalização das fronteiras para o impedimento da exploração de recursos por terceiros. Através da Ong “Os Amigos da Terra”, foi implantada uma rede de rádio-transmissores para facilitar a comunicação entre aldeias e entre essas e os órgãos gestores, proporcionando fiscalização, monitoramento e rapidez nas ações.

A segunda fase do projeto tramitou a partir de 2001, e os investimentos e ações voltadas para a Mata Atlântica foram ampliados, com ações prioritárias elencadas em reuniões do Grupo de Trabalho (GT) Mata Atlântica em 2003. (MMA, Ajuda Memória GT 2003)

Durante os trabalhos deste GT, as propostas de prioridades aprovadas para a Mata Atlântica em 2004 foram: lei da Mata Atlântica, monitoramento da cobertura florestal do bioma, revisão do subprograma Mata Atlântica, revisão das áreas prioritárias, comunidades indígenas e UCs e assentamentos rurais e UCs (conflitos e como o governo está lidando com essas questões).

Foram também contempladas a situação de UCs em processo de criação, carcinicultura, floresta com araucária, apoio para a Mata Atlântica do nordeste, reserva da biosfera da mata atlântica, impactos das grandes obras de infra-estrutura, uso sustentável dos recursos naturais- política nacional, certificação, expansão urbana X UCs municipais, mata atlântica na escola – parceria com MEC. Espécies invasoras – fauna e flora, medidas compensatórias, conflitos institucionais na gestão ambiental (Idem).

Em 2004 os projetos demonstrativos da Mata Atlântica concentraram-se em quatro pontos (ASCOM, 2004):

1. Apoio à criação, elaboração de planos de manejo e implantação de Unidades de Conservação e micro corredores ecológicos;

2. Apoio a projetos de restauração e recuperação da cobertura vegetal nativa em áreas prioritárias através do eco turismo em áreas de relevância ambiental;
3. Implantação de um programa de monitoramento participativo em âmbito nacional;
4. Capacitação em gestão em unidades de conservação.

De modo diferente ao ocorrido na Amazônia, onde deu-se a integração de proteção às populações e terras indígenas, na Mata Atlântica essa integração praticamente desapareceu, já que as ações prioritárias concentram-se nas UCs.

Por ser portadora de uma excepcional mega-diversidade e ser considerada entre as questões ambientais globais, a Amazônia tem sido o foco das atenções para a demarcação de áreas indígenas, em cerca de 21% de seu território.

As terras indígenas brasileiras somam hoje 12% do território nacional, são áreas reservadas oficialmente como TIs com uma população que equivale de 0,2% do total populacional brasileiro (LADEIRA, 2001, p.40). Se compararmos os dados referentes à Amazônia Legal, temos: 60% da população indígena do país para 98,7% das terras reservadas. Para outras regiões: nordeste, sudeste, centro-oeste e sul temos: 40% da população indígena para 1,3% de áreas identificadas pela Funai. (Idem).

Esse tratamento desigual com relação à proteção etno-ambiental que se verifica em território brasileiro é multicausal, entre as causas está a importância que a Amazônia adquiriu para o ambiente global e para amplos setores do ambientalismo.

Projetos de desenvolvimento econômico que serviam a interesses econômicos externos à Amazônia e às suas populações (MORÁN, 1990), o fato de ter sido considerada a última fronteira da expansão agropecuária, assentamentos de reforma agrária para levas de migrantes sulistas (LENÁ & OLIVEIRA, 1991), e as críticas provocadas pelos intensos desmatamentos em função do extrativismo predatório. Esses fatores conjugados levaram os críticos a considerarem que a Amazônia trilharia inexoravelmente o mesmo caminho que a Mata Atlântica já havia percorrido. Reverter e ajustar esse processo ao desenvolvimento na perspectiva da sustentabilidade sócio-ambiental passou a ser a preocupação de parcela da comunidade científica nacional e internacional.

Esse desequilíbrio com relação a outros biomas é ainda mais agravado porque a população indígena brasileira tem apresentado aumento demográfico e as áreas fora da

Amazônia são em geral menores, ocorrendo um desgaste considerável dos recursos naturais e dos solos agricultáveis.

Mesmo contando com instrumentos jurídicos que podem dar conta da complexidade de situações tão heterogêneas como comunidades indígenas específicas, vivendo em biomas dotados de diferentes dimensões de conservação ou degradação de sua biodiversidade, os orçamentos destinados às áreas indígenas fora da Amazônia Legal, para demarcação ou programas ambientais (Funai), como também para as áreas de conservação ambientais (Ibama), têm-se reduzido consideravelmente nos últimos anos. De 1995 a 1999 os gastos com UCs foram reduzidos a um sexto. O orçamento da Funai só com gastos já previstos para demarcações em 2001 foi reduzido a 57% (BENSUSAN e GONÇALVES, 2001).

Outro fator que torna mais complexas as demarcações fora da Amazônia Legal, onde a fronteira agrícola é relativamente recente e os povos indígenas mantiveram melhor os domínios sobre seus territórios, é a recuperação e/ou ampliação de áreas. Se o laudo antropológico demonstrar que são terras tradicionais indígenas ocupadas de boa fé por terceiros, a indenização incide só sobre as benfeitorias, mas não sobre a terra em si, o que causa inúmeros conflitos com os ocupantes não indígenas.

Durante o “Seminário sobre Territorialidade Guarani: A questão da ocupação tradicional”¹⁵⁸, Marco Paulo Fróes Schettino, chefe do Departamento de Identificação e Delimitação da Funai, expôs os planos do órgão gestor para o estabelecimento de 17 áreas etnológicas no país, a partir da classificação proposta pelo antropólogo Júlio Cezar Melatti.

Segundo Schettino, a perspectiva das áreas etnológicas poderia estabelecer bases para a questão fundiária em seus aspectos administrativos, logísticos, regionais e ambientais e possibilitaria um planejamento para a construção de políticas específicas nestas áreas com intervenções articuladas, dada a realidade atual de um processo de reconquista territorial pelas populações indígenas no país. Ressaltou que havia um engessamento no órgão por questões orçamentárias, interesses locais e regionais. O recrudescimento de interesses não indígenas articulava a proposta de passar para o Congresso os processos de demarcação, deixando de ser do Ministério da Justiça essa responsabilidade. Para ele, essa alteração só havia sido postergada devido a pressões,

¹⁵⁸ Organizado pela CAPI – Comissão de Apoio aos Povos Indígenas em setembro de 2001 em Florianópolis.

inclusive internacionais. Analisando o atual quadro como sintomático, considerou que não havia uma política indigenista por parte do Estado¹⁵⁹, trabalhava-se sob condições mínimas, agia-se emergencialmente em situações de conflito explícito ou em situações potencializadas por Ongs.

Quando questionado sobre a desigualdade percentual de TIs entre a região norte e as outras regiões, Schettino fez referência à idéia generalizada de que as áreas indígenas eram vistas pela sociedade brasileira em geral e pela classe política em particular, como obstáculos ao desenvolvimento das economias regionais. Corroborou esse clima desfavorável o fato de, à época, só se ir a campo para os procedimentos de demarcação com apoio judicial, devido a inúmeros casos de agressões que foram registradas para com as equipes.

Acrescente-se a esse parecer o que Brighenti (2001, p.201) salientou: que o direito à terra não estaria sendo cumprido em nível federal, em muitas situações emergenciais as soluções possíveis adviriam de recursos municipais, estaduais ou através de indenizações de impactos gerados por projetos de desenvolvimento da sociedade envolvente, como é o caso das medidas compensatórias pela duplicação da BR 101.

A confirmação desse diagnóstico pode ser verificada no Estado de Santa Catarina com relação aos Guarani da Serra do Tabuleiro, habitando as aldeias de Morro dos Cavalos, Massiambu e Cambirela. A área de Massiambú, com 4,5 ha, seqüestrada pela Justiça e disponibilizada via Funai para os Guarani que habitavam a aldeia de Terra Fraca, aguarda providências por parte da Funai para um GT de ampliação e demarcação, da mesma forma que Cambirela. Morro dos Cavalos, com laudo antropológico aprovado pela Funai de 1988 ha, e aguardando homologação no Ministério da Justiça, inteiramente sobreposta ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, com prazo defasado de definição.

Há estimativas de que existem 759 Guarani no Estado vivendo em aldeias (POST DARELLA, 2004, p.157), entretanto as terras homologadas são somente a aldeia de Mbyguaçu, de 58 ha, como medida compensatória pelo trecho norte da BR 101, e Cachoeira dos Inácios, de 78 ha, registrada na Funai, comprada como indenização pela passagem do gasoduto Brasil/Bolívia pelo litoral.

¹⁵⁹ Está previsto para o ano de 2006 uma Conferência Nacional dos Povos Indígenas cuja proposição é uma política indigenista mais acorde com o ponto de vista dos indígenas. No ano de 2005 têm ocorrido as Conferências regionais, na região sul a conferência ocorreu entre 08 a 10 de junho de 2005, com propostas regionais para as áreas fundiária, de educação, saúde e gestão ambiental.

Para Coelho dos Santos (Jornal A Notícia, 19.04.03) a solução do problema fundiário no Estado de Santa Catarina passa pelo governo estadual garantir aos proprietários de boa fé a indenização pela terra, quando esta for declarada como indígena pelos laudos, e a Funai indenizar as benfeitorias, como ocorreu no Rio Grande do Sul, que alterou sua Constituição para tal fim.

Em Santa Catarina, depois de ter tramitado por duas vezes uma proposta de alteração da Constituição Estadual, objetivando dar condições para o Estado efetivar a indenização, e não ter sido aprovada pelos deputados (Idem), a Assembléia Legislativa promulgou em 29.06.05 essa alteração. O passo seguinte é a criação de uma lei complementar para operacionalizá-la (Jornal A Notícia, de 30.06.05).

Essa nova configuração legislativa potencializa uma nova relação do estado de Santa Catarina com os povos indígenas, já que há dezessete áreas com conflitos fundiários envolvendo Kaingang, Xokleng e Guarani. Mas no caso específico de Morro dos Cavalos a questão continua sendo a da sobreposição entre AI e UC.

A questão das sobreposições não foi um tópico tratado durante a Conferência Regional dos Povos Indígenas da Região Sul, realizada entre os dias 06 a 10 de julho de 2005 em Florianópolis¹⁶⁰.

As discussões giraram em torno da questão fundiária, educação, saúde, gestão territorial e ambiental. Com relação a este último tópico, as propostas envolveram a recuperação da flora, fauna, despoluição de rios, nascentes e mananciais das terras indígenas; reflorestamento de áreas degradadas, implantação de viveiros de mudas.

Foi elaborada a proposta para que o reflorestamento e a conservação sejam realizados pelos indígenas, mediante participação, capacitação e trabalho remunerado, através de projetos realizados nas esferas municipais, estaduais, federais e ongs. Requisitam educação ambiental nas escolas indígenas, palestras e conscientização de práticas de agricultura orgânica, instauração de linhas de crédito para o desenvolvimento da agricultura ecológica, como também convencional. Ainda, projetos para recuperação de sementes tradicionais e de criação de animais de pequeno porte, tais como aves, suínos, piscicultura e repovoamento de animais silvestres.

Salientou-se a realização de projetos auto-sustentáveis, respeitando as condições geográficas, climáticas e de aptidões de cada povo indígena, com a inclusão das

¹⁶⁰ As conferências regionais em todo o país levarão à Conferência Nacional, em 2006 as propostas para a construção de uma política indigenista brasileira. Em princípio, a partir do ponto de vista dos povos indígenas.

comunidades indígenas no Fundo Nacional do Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente, para participação nos recursos e projetos.

A construção dessas propostas sinaliza que os povos indígenas da região sul estão sintonizados com as potencialidades de integração de projetos sustentáveis para atividades de subsistência e eventualmente comercializáveis, aliados à restauração e conservação dos recursos naturais.

3.7. Os últimos desdobramentos sobre as sobreposições AIs-TIs/UCs

No V Congresso Mundial de Parques, em Durban na África do Sul, em 2003, a questão do reconhecimento dos direitos humanos dos povos indígenas e seu manejo etnoambiental foram temas centrais na perspectiva da implantação das áreas protegidas atuais e futuras.

O chamado Pacto de Durban sublinhou vários princípios norteadores a serem implementados, segundo parecer da ONG Forest Peoples Programme (in WRM b, 2003):

(...) dar prioridade à reforma de leis, políticas e programas nacionais de conservação, para que eles respeitem os direitos dos povos indígenas e permitam a eles ter em seu poder a propriedade e o manejo das áreas protegidas;

-garantir que sejam destinados fundos em quantidade suficiente para os programas nacionais de conservação e para os programas regionais e internacionais que os apóiam, a fim de levar adiante essas reformas legais e políticas;

- (...) apoiar a consolidação das organizações dos povos indígenas, como instituições representativas independentes.

No Brasil essas resoluções tiveram reflexos tanto no Movimento Indígena nacional quanto no Ministério do Meio Ambiente e nas organizações não governamentais.

Em carta à Ministra Marina da Silva em 06.02.04, representantes de 19 organizações indígenas da Oficina sobre o Programa de Conservação e Proteção da Biodiversidade em Terras Indígenas do Brasil (ISA e, 2004), realizada em 05 e 06/02 de 2004 em Brasília, solicitaram ao ministério um grupo de trabalho formal, para a elaboração do programa alicerçado no uso, recuperação e conservação da biodiversidade, a ser encaminhado ao GEF:

(...) A nossa solicitação se fundamenta na importância que tem o Brasil no cenário internacional, enquanto um país megadiverso e signatário da Convenção da Diversidade Biológica. Este instrumento consolidou o reconhecimento internacional da relação de interdependência entre diversidade biológica e sociocultural, da urgência da necessidade de implementação de ações voltadas para a conservação deste patrimônio, bem como a utilização sustentável dos componentes da biodiversidade e da repartição justa e equitativa dos benefícios derivados desse uso (Idem).

No Ministério do Meio Ambiente, o Pacto de Durban se refletiu nas posições brasileiras durante a última conferência das partes, a COP7, da Convenção da Diversidade Biológica, realizada em Kuala Lumpur na Malásia em 2004. (ISA f, 2004).

A Conferência destacou o papel das áreas protegidas na conservação da biodiversidade e a delegação brasileira ressaltou a inclusão das terras indígenas brasileiras (TIs) no programa, para conter a redução da taxa de biodiversidade, comprometendo-se a defender a posição de supremacia das terras indígenas sobre as unidades de conservação (UCs) no país.

Participaram vinte e cinco representantes de Ongs e representantes indígenas. A instrumentalização desse objetivo ocorreu no mesmo evento, durante o qual a ministra do Meio Ambiente anunciou o Protocolo de Intenções para a implementação do Programa de Trabalho para Áreas Protegidas no Brasil, que prevê a formação de um fórum vinculado à Secretaria de Biodiversidade e Florestas.

A criação, a partir do fórum, de um Plano Nacional de Áreas Protegidas teve a adesão de vinte e cinco instituições, entre elas o Instituto Sócioambiental (ISA), a Conservation International do Brasil (CI), o WWF-Brasil e a Rede de Ongs Mata Atlântica (Idem).

Entre os instrumentos dos quais o Ministério do Meio Ambiente lançou mão recentemente, para alavancar a gestão ambiental das terras indígenas, com participação da Funai e das comunidades, no projeto de proteção das terras indígenas, encontra-se o Decreto 1141/94 (Ambientebrasil, 2005):

Capítulo II: Da Proteção Ambiental

Art. 9º As ações voltadas... destinam-se a garantir manutenção do equilíbrio necessário (...)

I. Diagnóstico ambiental (...)

II. Acompanhamento e controle da recuperação das áreas que tenham sofrido processo de degradação de seus recursos naturais...

III. Controle ambiental das atividades potencial ou efetivamente modificadoras...

IV. Educação ambiental, dirigida às comunidades indígenas e à sociedade envolvente visando a participação na proteção do meio ambiente nas terras indígenas e seu entorno.

V. Identificação e difusão de tecnologias indígenas e não indígenas, consideradas apropriadas do ponto de vista ambiental e antropológico.

Não obstante o decreto ser do ano 1994, a gestão ambiental das áreas e terras indígenas não constituiu uma política pública sinérgica e atuante entre Funai e Ibama, ou Funai e fundações estaduais e secretarias municipais de meio ambiente. Esta política têm sido reivindicada por alguns antropólogos, mais do que se tornado uma realidade para a maioria das áreas ou terras indígenas (SANTILLI, 1996/2000, p.173-177; GOMES¹⁶¹, 2004). Exceção para o caso de grandes projetos de desenvolvimento que impactam as áreas ou terras indígenas, ou quando os conflitos exigem essa integração, como é o caso da sobreposição entre TI e UC e duplicação da BR101 em Morro dos Cavalos.

Para David Cleary¹⁶² (2004, p. 114-118), os territórios indígenas são a categoria de área protegida mais importante do país, dado seu percentual, do ponto de vista biológico, lingüístico, cultural e arqueológico. Entretanto o sistema oficial separa as terras indígenas de outras áreas protegidas, com tratamento diferenciado e uma divisão entre Funai e Ibama que leva a uma fissura ideológica que mais atrapalha que ajuda. E o fato mais evidente é o sucateamento em termos de gestão ambiental e manejo dos recursos naturais que as terras indígenas apresentam.

Para o autor, tornar as terras indígenas como parte integrante do sistema de áreas protegidas no país é elementar, “está estampado em mapas e imagens de satélite: as TIs são a maior oportunidade para a conservação que existe no mundo tropical” (Idem 117).

Cleary vê como saída a mobilização de um consórcio de entidades para pensar as terras indígenas brasileiras de uma maneira sistemática, oferecendo soluções estruturais e aumentando a funcionalidade das mesmas como área protegida, já que há investimentos de governos e entidades multilaterais, como de grandes Ongs, para essa tarefa.

Tanto Cleary (Idem) quanto Lauriola (2003, p.165-189) constatam, à revelia do que demonstram as potencialidades de conservação nas TIs, que os investimentos são maiores em UCs.

Não obstante essa constatação, uma contradição ainda mais aguda se verifica com relação ao tratamento desigual entre as terras indígenas brasileiras, realizado não só pelo estado brasileiro, como pelas Ongs internacionais. Os vários acordos de

¹⁶¹ Para o atual presidente da Funai, o antropólogo Márcio Pereira Gomes, a política indigenista do país é descentralizada, a Funai é o órgão tutor dessa política e exerce 30% de suas funções. Desde o começo da década de 90 a mesma está dividida entre: A. Ministério da Saúde, através da Funasa; B. Ministério da educação; C. Ministério do meio ambiente; D. Ministério Público e E. Ongs.

¹⁶² Antropólogo, diretor da seção Amazônia da Ong Nature Conservancy (TNC).

cooperação têm privilegiado as TIs amazônicas, pela óbvia necessidade de proteção desse bioma, em detrimento especialmente das TIs localizadas na Mata Atlântica.

PARTE III - Espaço territorial tradicional Guarani: de Mbiaçá à região do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

Transformações Substantivas

Como vimos na I Parte da tese, a região denominada de Inbiassape por Staden, Viaçá por Sanches e posteriormente denominada de Viaçá ou Mbiaçá por Bertoni, citada como um porto da Lagoa dos Patos corresponde nas fontes quinhentistas (Apud CARVALHO FRANCO, 1942, p.11-16 e 67-68) à baía sul da ilha de Santa Catarina.

Segundo a lógica territorial guarani, tratava-se de um *guara*, um espaço territorial de domínio. Sanches (Idem, 1942, p.11-16) referindo-se a Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, em sua entrada para Asunción em 1541, relaciona os índios de Viaçá da Ilha de Santa Catarina aos da Ilha de São Francisco, que o levaram na expedição. Tratava-se, segundo a mesma lógica territorial, de outro *guará*; e na ocasião os Guarani uniram-se para acompanhar Alvar Nuñez pela entrada do Caminho do Peabiru, nas cercanias da Ilha de São Francisco, pelo Rio Itapoçu. Em 1553, Sanches notou que esses espaços territoriais estavam despovoados, os índios fugiam adentrando o continente pelas constantes guerras levadas pelos Tupi que se aliaram aos portugueses contra eles, fugindo da escravidão.

Desses espaços de domínio contínuo (*guaras*) à descontinuidade fragmentária atual, a estratégia guarani foi de invisibilidade e mobilidade nas florestas meridionais que paulatinamente foram sendo suprimidas para dar lugar às atividades agropecuárias em seus diversos ciclos: extrativismos predatórios, desflorestação para atividades agropecuárias em ampla escala, e aos processos de desenvolvimento da sociedade envolvente contemporânea. (LADEIRA, 2001, p.112; BRIGHENTI, 2001, p.78; POST DARELLA, 2004, p.132-133).

Entre esses processos, tanto a construção da BR 101 em 1960 (POST DARELLA 2004, p.165), quanto a criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, em 1975, obstruíram áreas de uso indígena da região da aldeia de Morro dos Cavalos.

A partir de 1995 e especialmente em 1997¹⁶³, com o início dos trabalhos que visavam a implantação da unidade de conservação, ocorreu a restrição paulatina de seu

¹⁶³ Neste ano ocorreu o Seminário Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, com participação dos Guarani (LITAIFF e POST DARELLA, 2000, p.27).

manejo agroflorestral, com caça e coleta de recursos naturais, vistos como impactantes pela unidade de conservação de uso indireto, o mesmo ocorrendo com a população não índia residente. Segundo a legislação do Snuc, essa população não-índia deverá ser indenizada, mas de acordo com Ana Cimardi¹⁶⁴, diretora de assuntos ambientais da Fatma, não se sabe em que geração os proprietários serão indenizados, e enquanto o Estado não procede às indenizações, a população residente não índia foi orientada a assinar os Ajustamentos de Conduta¹⁶⁵ comprometendo-se à restrição de suas atividades econômicas no perímetro do parque.

Quanto à Área Indígena de Morro dos Cavalos, o relatório circunstanciado de demarcação¹⁶⁶ (LADEIRA, 2002) foi concluído e aprovado pela Funai, encontrando-se no Ministério da Justiça desde outubro de 2003, aguardando a assinatura da portaria declaratória (Decreto 1775/96). O prazo excede em quase dois anos, tendo os Guarani e as instituições que os apóiam¹⁶⁷, realizado uma campanha para a demarcação e a denúncia de suas precárias condições de vida (Jornal A Notícia, 09/08/2005).

No capítulo que se segue trataremos da configuração das aldeias guarani nesse espaço de domínio territorial tradicional na região da grande Florianópolis, a partir das pesquisas sistemáticas realizadas nos últimos trinta anos e a partir de nossos próprios dados da pesquisa de campo. Esse período corresponde com os processos de modernização e a necessidade de conservação dos recursos naturais para minimizar os impactos do desenvolvimento na região.

Esses processos de reordenamento territorial da sociedade envolvente passaram a demandar as demarcações de áreas indígenas. Neste contexto ocorreu uma maior visibilidade dos Guarani da AI de Morro dos Cavalos e sua conseqüente sedentarização,

¹⁶⁴ Entrevista em 2003.

¹⁶⁵ Em 2005 uma comissão foi criada pela Associação dos Defensores da Ponta do Papagaio para pleitear junto à Promotoria Temática do Parque, a mudança de categoria da área litorânea do mesmo, cujo divisor é a BR 101, abrangendo parte dos municípios de Garopaba, Paulo Lopes e Palhoça. A recategorização deste local de parque para APA permitiria a ocupação humana, que já existe de fato, mas seria considerada como de uso sustentável (Jornal Rural do Sul, 29.09.05).

¹⁶⁶ A área prevista no Relatório é de 1988 ha. que incidem em 103 parcelas de terras entre proprietários com títulos (60%) e posseiros (40%), que deverão ser indenizados segundo a lei do SNUC. Configura-se portanto, um caso de tripla sobreposição: área indígena, propriedades particulares e parque. Com a recente aprovação na Assembléia Legislativa em 29.06.05 de alteração da Constituição Estadual que cria condições para que o Estado indenize as terras que forem declaradas como de usufruto indígena, mesmo que ainda dependa de legislação complementar, o problema fundiário da área indígena de Morro dos Cavalos volta a ser mais enfaticamente entre o parque e a área indígena.

¹⁶⁷ CAPI- Comissão de Apoio aos Povos Indígenas, CIMI- Conselho Indigenista Missionário, universidades.

como também a formação de outras aldeias: MMbyguaçu, Cambirela, Massiambu e Cachoeira dos Inácios.

4.1. Caracterização Geral das aldeias: formação, economia de subsistência, demografia, disponibilidade de recursos naturais, manejo agroflorestral, estratégias de subsistência, projetos implantados

As cinco áreas indígenas a serem analisadas são: a AI Morro dos Cavalos, a TI Mbyguaçu, AI Cambirela, AI Massiambu e TI Cachoeira dos Inácios¹⁶⁸. Como já assinalado, Morro dos Cavalos está inteiramente sobreposta ao Parque, Cambirela, Massiambu e Cachoeira dos Inácios¹⁶⁹ em seu entorno, e Mbyguaçu está fora deste contexto, mas inserida na inter-relação das aldeias.

Abordaremos dados referentes à sua formação, área, demografia¹⁷⁰, disponibilidade de recursos naturais, manejo agroflorestral tradicional, estratégias de subsistência, gestão territorial e ambiental a partir de projetos institucionais em parceria com as lideranças ou associações das aldeias.

Aldeia de Morro dos Cavalos

A aldeia de Morro dos Cavalos, também denominada pelos Guarani, como Tekoa Yma – Aldeia Antiga, tem sido o centro de irradiação de visibilidade dessa etnia na região da Grande Florianópolis. As pesquisas sistemáticas que detectaram essa presença começaram com a pesquisa de Bott (1975), da existência de uma família extensa, seguido do trabalho coordenado por Silvio Coelho dos Santos (1976, vol. I, p.45-69) e do levantamento de Simonian (apud POST DARELLA, 2004, p.141) confirmando a presença de famílias guarani em décadas anteriores.

¹⁶⁸ TI MMbyguaçu, única com processo demarcatório concluído. TI Cachoeira dos Inácios com área registrada na Funai. AI Cambirela e Massiambu não iniciaram o processo de demarcação.

¹⁶⁹ Esta aldeia é também conhecida como Tekoa Marangatu (Terra da Virtude) ou Imaruí.

¹⁷⁰ Os dados foram obtidos a partir de várias fontes: A. dos Estudos de Impacto das populações indígenas e a BR 101, trecho norte (POST DARELLA, 1999), e trecho sul (POST DARELLA et al, 2000); Estudo de Impacto: As populações indígenas e a duplicação da BR 101, trecho Palhoça/SC-Osório/RS (Post Darella et al, 2000, p.81); Os Índios Mbya e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (LITAIFF, POST DARELLA, 2000). B. Estatísticas da Funasa nas aldeias; C. Informações do Agente de saneamento das aldeias e dos caciques; D. Informações dos pesquisadores da CAPI.

Posteriormente Ladeira (1991) identificou várias aldeias litorâneas em Santa Catarina, e através de histórias de vida de vários Guarani constatou que a aldeia de Morro dos Cavalos foi o lugar de nascimento de muitos Guarani e lugar de passagem para outras aldeias. Recentemente Ladeira (2002, p.26-30), através de depoimentos da família extensa pesquisada por Bott, aponta em sua memória familiar, que consideram serem descendentes de indígenas da própria Ilha de Santa Catarina, das localidades do Rio Vermelho e da Baixada do Massiambu; e do Paraguai, que passaram pela aldeia de Xaçecó no oeste catarinense chegando à região de Morro dos Cavalos na década de 1930.

Outros relatos apontaram famílias provenientes de Misiones, na Argentina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo (POST DARELLA, 2004, p.138). Em nossa própria pesquisa constatamos que algumas famílias permanecem, outras vêm em visitas e retornam, e mesmo algum membro se estabelece em função de ter contraído casamento, configurando a dinâmica parental própria aos Guarani.

Essa dinâmica pode ser ilustrada no relato do cacique Artur Benite, de que em 1952 uma família Guarani criou uma pequena aldeia denominada Tekoa Porã do outro lado da que hoje é visualizada como a aldeia de Morro dos Cavalos, e de que a construção da BR 101 em 1960 tumultuou a locomoção dos Guarani (Jornal A Notícia 16.03.2003). Histórias de vida também demonstraram que entre 1968 e 1970 uma família residiu no local (POST DARELLA et al, 2000, p.64-65).

Nesta mesma área, Tekoa Porã, em maio de 2000 seis famílias nucleares organizaram um acampamento, somando vinte e cinco (25) pessoas entre índios Guarani, Kaingang e mestiços. Eram procedentes da aldeia Limeira (aldeia guarani existente em terras identificadas para a etnia kaingang) na TI Xaçecó e tinham parentesco com índios guarani da aldeia de Massiambú¹⁷¹, com índios guarani também procedentes da TI Xaçecó. Esses Guarani locomoveram-se com auxílio do Cimi pelos conflitos existentes em Xaçecó, como as relações dominadoras que ocorrem quando existe presença guarani em área kaingang.

Permaneceram no local por três meses, não sendo reconhecido o aldeamento pela Funai, que conseqüentemente não lhes prestou apoio. Algumas pessoas aceitaram

¹⁷¹ Veremos quando tratarmos desta aldeia, que foi criada em 1994.

passagens da Funai para retorno à aldeia Limeira na TI Xaçecó, outros permaneceram no local, mas posteriormente se transferiram tanto para a aldeia de Morro dos Cavalos, como para a de Massiambu e Cachoeira dos Inácios¹⁷² (POST DARELLA et al, 2000, p.64-65).

Em abril de 2002, outro grupo de cinco famílias, totalizando cerca de dezoito (18) pessoas, depois de estabelecerem-se pela via do parentesco na aldeia Morro dos Cavalos, transferiram-se para o outro lado da BR 101, na direção da localização de Tekoa Porã, mas guardando mais distância do leito da estrada, criando a aldeia TeKoa Yy'a Porã (Terra da alegria boa). Provenientes da aldeia Sete Barras no Parque Estadual de Intervalos no Estado de São Paulo, transferiram-se devido a conflitos. Esse grupo caracteriza-se pela sua intensa mobilidade, que será o tema do terceiro capítulo.

A aldeia de Morro dos Cavalos, não obstante a grande mobilidade dos Guarani, é o centro de irradiação da presença guarani na Grande Florianópolis, e apresenta um aumento demográfico constante, desde 1975, quando se iniciaram pesquisas mais sistemáticas entre os guarani da região. A seguir quadro demográfico aproximado:

1975 a 1994 – média de 17 pessoas

1995 a 1977 – média de 72 pessoas

1999 a 2002- média de 104 pessoas

2002 a 2003 – média de 140 pessoas

2003 a 2004 – média de 110 pessoas

2004 a 2005 – média de 120 pessoas.¹⁷³

Economia de Subsistência: manejo agroflorestal e fabricação de artesanato

Durante a pesquisa de campo fiz várias visitas à aldeia e realizei entrevistas em cerca de 40% das unidades familiares. Uma das mais antigas moradoras, D. Nadir Moreira, membro da família identificada em 1975 por Bott, colocou-me que antes se fazia muito mais roças, que a terra dava porque além de plantar na baixada, não tinha tanta gente. Por baixada sinalizou o leito da BR 101 que na década de 1960 cortou a

¹⁷² Essa aldeia foi criada em 1999.

¹⁷³ Fonte de dados idem nota 168.

aldeia, obrigando-os a se instalarem morro acima. Lamentou também que a escola da aldeia tenha sido construída em seu local de roça, onde existe um filete de riacho que desce do morro. Indaguei-a sobre se havia defendido o lugar onde plantava roça quando das reuniões entre a liderança e a Secretaria de Educação para a construção da escola¹⁷⁴, respondeu-me que era mulher e viúva e que sua fala não havia sido considerada.

Alcindo Moreira, antigo morador de Morro dos Cavalos, e que atualmente é o xamã da aldeia de Mbyguaçu, coloca a mesma percepção do confinamento a que esse espaço territorial se reduziu: “Isso aqui era só mato. Tinha de tudo, a gente vivia bem. Mas depois abriram a estrada e foram tomando conta de tudo, só sobrou esse barranco” (CIMISUL, 15 out. 2005).

Seguindo a lógica de assentamentos próprios aos Guarani, em que como povo agricultor, os baixios dos morros e os vales apresentam melhores solos para cultivo por estarem mais drenados, o leito da BR 101 nessa configuração produziu uma transformação considerável em suas atividades de roça. Anteriormente, nos reportando à dinâmica da mobilidade entre as aldeias, ficou claro que, de maneira recorrente, os Guarani utilizavam e utilizam ambos os lados da BR 101 para moradias, roças e coleta e caça.

A transformação dessa paisagem levou-os a transformar os espaços em que exerciam atividades de coleta e caça em espaços de moradia, que pelo número de casas, caminhos e construções de projetos de entidades que os apoiaram passaram a processar a erosão das encostas de morro da aldeia. O exemplo mais flagrante foi a construção da antiga escola pela Unisul (atualmente foi reformada pela Funasa para o atendimento médico e odontológico aos Guarani, que construída no topo do morro, necessitou de abertura de estrada com escavadeira.

Durante as entrevistas realizadas nas casas familiares ou nos pátios, observei que as roças estavam em terrenos com grande declividade, o que dificultava a retenção da água e materiais orgânicos, causando pobreza de nutrientes e pouca umidade, e apresentando erosão. As roças estavam sempre ao redor das casas e foi preciso um certo esforço para identificar algumas das espécies mais usuais: mandioca, batata doce, pois eram muito mirradas. As espécies mais visíveis foram bananeiras, cana de açúcar e laranjeiras.

Uma aspiração sempre presente em todas as entrevistas com idosos, pessoas maduras e jovens foi “terra boa para plantar”. Depois de alguns contatos e de volta à

¹⁷⁴ A escola tem uma localização problemática na medida em que está a uns cem metros da BR 101. O impacto auditivo causado pela rodovia é sentido nas salas de aula e nas casas próximas.

aldeia, passando pelas casas já visitadas, requisitavam constantemente mudas de frutíferas, sementes, “baraço de batata doce”, varas de mandioca. Quando visitavam outras aldeias sempre traziam alguns desses itens, mas alegavam que o dinheiro da passagem era alto, por isso os pesquisadores em trânsito pelas aldeias eram sempre requisitados para este fim.

As condições para o manejo tradicional quase não existem, as pequenas roças são da unidade familiar, não ocorrendo roças coletivas. A situação de sedentarismo, com as casas já de madeira, impede o sistema tradicional, de instalar as moradias nos lugares das novas roças abertas, com corte, queima e plantio por volta de 3 a 4 anos, pousio e abertura de novas roças, o que acarreta o desgaste do solo. Mesmo assim, os Guarani experimentaram recentemente a construção de terraços em pedra que segundo o Sr. Artur Benite, ajudam a reter água, “como faziam os Incas”, observou-me.

O histórico envolvendo os primeiros trabalhos para a implantação da UC a partir de 1997, levou à pressões contra o “desmatamento”, o que também contribuiu para o abandono do manejo tradicional, a não substituição por outro e um desencanto com relação ao que se colhe.

Em nenhuma das entrevistas realizadas constatei que a produção de alimentos e ou sua coleta fosse suficiente para o consumo familiar; os Guarani dependiam de cestas básicas distribuídas sem regularidade, e estas eram via Funai em ocasiões especiais. Havia também cestas advindas da Procuradoria da República, através de penas compensatórias de processos jurídicos.

A compra de alimentos se dá através da renda auferida com poucos trabalhos esporádicos em propriedades circundantes, como capinas e limpeza de chiqueiros, por exemplo; também pela venda de artesanato na Casa de Artesanato da aldeia, no centro de Florianópolis, e em eventos realizados por instituições. Mas esse comércio é bastante sazonal, caindo nos meses de inverno em decorrência da queda do turismo na região, o que provoca um endividamento em minimercados da Enseada do Brito, ou um estado de insegurança alimentar.

Poucas famílias possuem renda proveniente de aposentadorias, ou de trabalhos remunerados por órgãos públicos. O número de aposentadorias em 2003 era de três, concedidas pelo Funrural a maiores de 60 anos. Eram eles o Sr. Alcindo Gonçalves, Sr. Arthur Benite (ex-cacique) e Sr. Horácio Bolantin. Através da Funasa recebiam o

Agente de Saúde que era Marcelo Benite (filho de Sr. Artur- ex-cacique) e o Agente de Saneamento que era Oséias (genro de Sr. João Antunes).

Durante o inverno do ano de 2003 realizei a maioria das entrevistas nessa aldeia, percebendo que a questão da distribuição das cestas básicas gerava muitos conflitos internos, pois vendiam pouco artesanato aos turistas e as cestas básicas eram insuficientes para a segurança alimentar na aldeia.

Dona Nadir me relatou que em quatro meses não havia tido nenhuma reunião na aldeia com a mudança de liderança (Sr. Ivalino), e que a chegada das cestas básicas era desorganizada, não havendo uma distribuição igualitária para todas as famílias, pois quem estava próximo à escola recebia, sendo que depois algumas cestas básicas chegavam a ser vendidas ou enviadas para parentes em outras aldeias. O cacique Ivalino substituiu Artur Benite. Com este conversei sobre o descontentamento de vários Guarani com a mudança, e ele se posicionou colocando que era preciso dar lugar aos mais novos e que estava cansado, pois o trabalho requeria muita responsabilidade. Essa mudança também coincidiu com o período em que começava a receber aposentadoria do Funrural.

Posteriormente o problema foi contornado (comunicação pessoal Post Darella), a partir das críticas feitas pelos Guarani à Funai, que teria passado a chamar todas as famílias para a distribuição das cestas básicas.

O tema da distribuição de cestas básicas em Morro dos Cavalos, enfim, revelou um certo impacto nas relações de reciprocidade nesta aldeia e a necessidade de intervenções externas para a redução do conflito, mostrando de maneira contundente a insegurança alimentar e a insuficiência das roças para suprir as necessidades de alimentação.

Disponibilidade de Recursos Naturais

Quanto aos recursos naturais, existe na aldeia uma cobertura florestal significativa, mas as informações são que há pouca caça atualmente. Quanto à pesca¹⁷⁵, não há rios no perímetro dos 121,8 ha. do Relatório de identificação e demarcação

¹⁷⁵ O Relatório de Delimitação e Demarcação atual de 1988 ha. incluiu o Rio Massiambú Pequeno, que os Guarani consideram bom para pesca, onde coletam taquara e plantas medicinais (CTI, 2000, p. 44).

anterior; assim é de pouca monta, só ocorrendo, segundo informantes, em meses com temperaturas mais amenas.

A água potável foi um problema para a aldeia em 2003. Com apenas dois córregos onde a Funasa realizava captações em duas caixas de água para distribuição às casas, e o recurso com a seca daquele ano foi escasso. Em 2004, realizou-se a construção de um poço artesiano para servir só à escola, visto ela estar estabelecida no plano mais baixo da aldeia e ser a primeira a ser atingida pela falta de água.

A constatação desse problema levou o antropólogo Aldo Litaiff e o Sr. Augusto (cacique da aldeia de Marangatu e ex-cacique de Morro dos Cavalos), a definirem um Projeto de Extensão pelo Museu Universitário para a aldeia. Esse projeto foi realizado também em 2004, com enriquecimento florestal nas nascentes e ao longo das matas ciliares. O projeto também previa apoio às roças, mas o fato de não ter seu processo fundiário finalizado tornou impeditiva essa ação pela Fatma através da promotoria do PEST, ou seja, nada que se referisse à agricultura foi realizado. O promotor entendia que essa ação poderia promover desmatamento, mesmo que se tratasse de enriquecimento de espécies frutíferas nos espaços de roças já abertos anteriormente e enriquecimento do solo com composto orgânico.

Os recursos para produção de artesanato: bambu, taquara, cipó e sementes, segundo a maioria dos entrevistados, existiam na mata e não tinham problemas para consegui-los. Questionados se havia replantio dessas espécies, nenhum entrevistado confirmou essa prática de manejo. No entanto, durante a Oficina do Seminário: “Programa de Ações Ambientais em Áreas Indígenas”, realizado pelo CTI (Centro de Trabalho Indigenista) em 2002, com as lideranças de várias aldeias do litoral de Santa Catarina, usando-se a metodologia de fotos aéreas e imagens de satélite ampliadas das aldeias (pois não ainda demarcados), verificou-se que a coleta de recursos ia muito além dos limites informais das aldeias. Tratava-se justamente de mapear as trilhas e locais de coleta para orientar futuras demarcações ou ampliações, garantindo os preceitos constitucionais de terras ocupadas tradicionalmente e as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais para suas atividades produtivas.

As matérias primas para artesanato eram escassas em locais próximos às moradias, e só eram encontradas muito longe para extração, o que levou a Profa. Eliete e o coordenador indígena da escola, Darci Gimenez, a pensarem em projetos alternativos para o artesanato em 2004. De certa maneira, este pode ser um indicativo

(que foi percebido também nas entrevistas) de que não há replantio nas proximidades da aldeia de itens como taquara, sementes e cipó. A idéia à época era fazer cerâmica, ampliando o leque de possibilidades, o que não se concretizou, pois neste mesmo ano, tanto a professora Eliete pediu demissão e foi transferida, como Darci Gimenez e sua família mudaram-se para a aldeia de Cachoeira dos Inácios.

Aldeia de Mbyguaçu

Esta aldeia se originou em 1987 a partir de duas famílias. A primeira, a de Milton Moreira e Rosali Moreira e filhos, ele filho da família extensa referida na primeira identificação dos habitantes de Morro dos Cavalos por Bott (1975), e a de Alcindo Moreira e Rosa Poty Pereira e filhos, ele primo do pai de Milton e seu sogro. Esta última família já havia morado em Morro dos Cavalos, retornado a Xapecó, depois em Sangãozinho (MELLO, 2001, p.73-140) e novamente voltado.

Segundo Geraldo Moreira¹⁷⁶ (OLIVEIRA, 2002, p.55), devido a conflitos em Morro dos Cavalos, Milton Moreira havia procurado um terreno que ele considerava ser do governo e transferiram-se, saindo de Morro dos Cavalos. A área da aldeia têm 58 ha., foi demarcada e recentemente homologada como compensação pelo impacto da duplicação da BR 101, trecho norte, sendo que a área da aldeia está dividida entre os dois lados da BR e têm acesso subterrâneo sob esta.

A taxa demográfica apresenta crescimento desde que chegaram à área:

1991 – 30 pessoas

1996- 40 pessoas

1999- 84 pessoas

2002- 96 pessoas

05/2003- 149 pessoas

12/2003 – 189 pessoas

03/2004- 150 pessoas

2005 – 130 pessoas.¹⁷⁷

¹⁷⁶ Filho de Alcindo Moreira.

¹⁷⁷ Fonte de dados idem nota 168.

Milton Moreira, cacique até por volta de 2003, externou sua preocupação com os deslocamentos constantes dos Guarani na Oficina já citada do CTI em 2002 (organizado pelo CTI). Segundo ele, pode chegar um tempo que não terá mais espaço para seus filhos construírem suas casas na aldeia. Também se mostrava cético com os resultados dos plantios, apostando mais na escola e futura profissionalização dos jovens de Mbyguaçu. Posteriormente ele mesmo transferiu-se para a AI de Torres no RS, e depois para a AI de Pindoty em SC¹⁷⁸, perto de Joinville, e ainda para a de Cachoeira dos Inácios com a família. Seu filho Hyral tornou-se cacique de Mbyguaçu com sua saída.

Nessa TI, os pesquisadores em trânsito para suas pesquisas, observaram um movimento intenso de “resgate da cultura tradicional”, seja nos cultivos, com demandas de projetos de roça tradicional, seja em ações pedagógicas na escola onde as temáticas da cultura guarani foram trabalhadas pelos alunos através da orientação do vice-cacique e professor guarani Geraldo, filho do xamã Alcindo, curador da aldeia amplamente conhecido e procurado por índios guarani de várias aldeias.

A mudança de chefia mudou as perspectivas com relação à agricultura. Sr. Alcindo, avô do cacique Hyral e agricultor incansável, tendo as maiores roças da aldeia, solicitou aos pesquisadores apoio para implementar novas roças. Caminhando pelos plantios, apontava cada árvore frutífera intercalada com roçados, e sabia quem a dera por sua solicitação, e quando.

Há algum tempo tiveram apoio da Funai com plantio de 1.500 cítricos, da CIDASC com dois açudes onde criam peixes e patos. Receberam também apoio da Epagri para as várias roças familiares e uma coletiva, com fornecimento de mudas, manuseio de plantas e aplicação de agrotóxicos. Dois jovens da aldeia participaram de um curso de permacultura na ONG Pau Campeche.

¹⁷⁸ Município de Araquari.

Insegurança fundiária

A insegurança fundiária é um tema recorrente nas áreas indígenas AIs¹⁷⁹ de Santa Catarina que repercute nesta e em outras AIs. O aumento demográfico nos finais de 2004 na TI de Mbyguaçu, pode ter sido resultado tanto desse movimento de resgate da cultura guarani nos aspectos já mencionados de educação e agricultura, mas especialmente no que concerne aos relacionados à construção da Opy (casa de Rezas), fortalecimento dos rituais religiosos e de cura.

A mobilidade dos Guarani é alta nesta aldeia, com deslocamentos das aldeias de Xapecó (SC) e Cacique Doble (RS), ambas demarcadas em nome dos Kaingang, como também Cantagalo (RS), área Guarani. Quanto às duas primeiras, é comum que pela pressão demográfica as TIs demarcadas em nome de outras etnias ocorram conflitos para que os Guarani abandonem a área. Do RS os deslocamentos foram via família extensa das lideranças da aldeia de Mbyguaçu.

Mbyguaçu tem um histórico relacionado à TI Xapecó (terra kaingang), e como vimos anteriormente, essa mobilidade em busca de laços familiares também é forte. Os deslocamentos a partir de Cantagalo no RS (comunicação pessoal de Flavia de Mello), também tem ocorrido em função de problemas de alcoolismo nessa TI e o abandono das formas tradicionais de sociabilidade.

Outro fator que pode contribuir para intensos deslocamentos à aldeia de Mbyguaçu é que sendo a primeira aldeia regularizada na região¹⁸⁰ o inchaço populacional seja decorrente da situação de insegurança em outras aldeias não demarcadas e com conflitos fundiários.

Disponibilidade de Recursos Naturais

A TI de Mbyguaçu, diferente de Morro dos Cavalos possui relativa abundância de recursos hídricos, passando por sua área riachos que abastecem inclusive moradias

¹⁷⁹ AIs- áreas indígenas, sem finalização do processo fundiário, ou seja homologadas. TIs, são terras indígenas, demarcadas e homologadas.

¹⁸⁰ Como medida compensatória da duplicação da BR 101, trecho norte.

da praia de Pitangueiras. Entretanto os Guarani têm preocupações com as nascentes, segundo eles haviam cinco nascentes acima do limite da demarcação da aldeia, que se reduziram a três porque uma empresa realizava a extração de pedras, usando explosivos. Tinham a perspectiva de ampliação da aldeia até essas nascentes para conservá-las e escreveram uma carta à Funai para novo GT em 2003.

Quanto à caça, segundo vários entrevistados ocorria a de pequeno porte em pequena escala. A pesca era escassa por não haver rio dentro da TI e o açude construído pelo CIDASC para criação de peixes e patos, apresentava à época vazamento. Os recursos como madeira, cipós e taquara para confecção de artesanato escasseavam e passaram a consegui-los pelo acesso a um sítio abandonado.

A área florestada cobre 70%¹⁸¹ dos 58 ha. da TI. Com relação às roças, Sr. Alcindo relatou aos pesquisadores dificuldades em abrir clareiras para novos roçados, tendo que pedir autorização ao Ibama, com o qual a aldeia tem um acordo de só abrir novas roças do outro lado da BR 101 onde não há habitações, visando a preservação da mata. Externou também sua preocupação com os mais jovens que na “pouca lida” com a roça vão perdendo esse conhecimento; pois para ele o que se “cultiva é mais saudável”. Outra preocupação associada é com o alcoolismo dos Guarani, sendo que um de seus sonhos era fazer muitas roças de milho e produzir a bebida tradicional a partir do milho, pois considerava que era muito melhor. Neste contexto solicitou apoio aos pesquisadores para essa roça de milho para posteriormente fazer essa bebida, *baaguijy*, inclusive para que os jovens aprendessem, e a bebida “dos brancos” deixasse de ser atrativos.

Sr. Alcindo já havia sido cacique da aldeia, mas desde o princípio era o xamã. Em 2003 muitos Guarani eram levados até ele para tratamento e para esse trabalho recebia uma cesta básica por mês da Funasa, mas era insuficiente para manter quem o procurava e se alojava na aldeia. O tratamento contra alcoolismo era realizado juntamente com o médico dessa instituição, que atendia na aldeia, porque quando os médicos da Funasa não conseguiam um tratamento eficaz para os Guarani desta e de outras aldeias, com relação a este e outros problemas, recorriam a esse tratamento. Eram também freqüentes as visitas de não índios em busca desse atendimento.

¹⁸¹ Dado obtido no Plano de Desenvolvimento da Terra Indígena Yyn Moroti Werá (2005-2008), elaborado pelos técnicos do Microbacias2 e Associação Indígena da aldeia em 2005.

Estratégias de Sobrevivência/Projetos de assistência

A segurança alimentar na aldeia também apresentava altos e baixos como em Morro dos Cavalos. Em novembro de 2003 o cacique relatou que havia meses que não recebiam nenhuma cesta básica. A venda de artesanato para obtenção de renda minimiza a dependência de cestas básicas, existindo na aldeia uma Casa de Artesanato para a venda.

Outras fontes de renda eram aposentadorias para os maiores de 60 anos, caso de Sr. Alcindo e sua esposa, D. Rosa. Geraldo, filho do Sr. Alcindo, é o professor indígena na escola da aldeia. Adelino Gonçalves, genro do Sr. Alcindo é agente de saúde da Funasa, o agente de saneamento é Celita Antunes.

Em 2003 alguns trabalhavam fora da aldeia, como serventes de pedreiro, como era o caso de Nilton, também genro do Sr. Alcindo e de várias famílias de Kaingang. O coral da aldeia, formado por crianças, apresentava-se seja em troca de alimentos, seja por renda e que era usufruída pelos membros da aldeia através de alimentação coletiva em lugar existente para este fim. Nessas ocasiões também vendiam artesanato e CDs.

Alguns apoios ajudaram a minorar o risco alimentar desta TI, a Ong Pró-Índio a partir de 1997 desenvolveu o projeto “Escolha um afilhado Guarani” (Jornal A Notícia: 17.04.04). A proposta partiu de uma jornalista e em 2003 passou a ser administrado por outra coordenadora. Esse projeto chegou a ter 40 padrinhos e estava novamente em campanha por contar só com 25 pessoas que doavam C\$ 15,00 mensais. Com a verba arrecadada a ONG comprava e distribuía cestas básicas, tendo contado em 2003 também com recursos enviados pela Assembléia Legislativa por parte de alguns deputados. Segundo a mesma reportagem estava em gestação também uma horta coletiva com dois agrônomos voluntários.

Gestão Ambiental

O desencanto com a agricultura por parte do cacique anterior, Milton Moreira, e sua inclinação pela educação escolar dos jovens para sua futura profissionalização foi

em parte decorrente das limitações que o manejo tradicional sofreu não só pelo tamanho da área da aldeia, como pela pressão do Ibama quanto à abertura de roças.

A busca de alternativas que envolvam os jovens e proporcionem segurança alimentar passou a ser uma constante. Por solicitação da liderança da aldeia um pequeno projeto “Sementes Guarani” foi escrito pelos pesquisadores, antropólogos e agrônomos¹⁸², com a participação do xamã Alcindo e do cacique Hyral. Este projeto também pensado para estimular os jovens da aldeia, primeiro seria enviado ao Fome Zero¹⁸³ em função de contatos pessoais do cacique Hyral com o mesmo. Posteriormente foi encaminhado ao Banco do Brasil, segundo orientação de um vereador de Mbyguaçu, também contato do cacique. Em reunião com o gerente confirmou-se que o Banco teria uma verba a fundo perdido para pequenos projetos.

O cacique sustentava a necessidade de ampliar a área da aldeia, de se fazer análise de solo, uso de técnicas como curva de nível para plantio em encostas e construção de terraços, com madeira ou pedras onde já existem plantios, porque a declividade do terreno, segundo ele lavava a terra.

Nas longas conversas no pátio da Opy (Casa de Rezas) ou no pátio da moradia do Sr. Alcindo, foi-nos mostrada uma quantidade de pequenos balaies com sementes Guarani, em especial as de milho de vários tipos, sendo a casa rodeada de plantas medicinais que usa para os tratamentos. Ele era especialmente crítico com o que chama “as andanças dos guarani”, pois valoriza mais a fixação (sedentarização), com plantios do que a mobilidade dos Guarani.

O cacique Hyral se mostrava bastante entusiasmado em tornar a agricultura da aldeia “sustentável”, porque “as cestas básicas acabam, mas com agricultura sempre se têm” (comunicação em abril de 2003).

Enquanto se esperava pelo resultado da avaliação e financiamento do Banco do Brasil para as roças coletivas e viagens em busca de sementes tradicionais em aldeias que poderiam fornecê-las, os pesquisadores deram assistência possível aos novos

¹⁸² Esses pesquisadores participaram do projeto de extensão do Museu Universitário da UFSC em Cachoeira dos Inácios de outubro de 2002 a outubro de 2003, que contou com enriquecimento florestal, melhoria do solo com adubação orgânica e apoio ao manejo tradicional guarani nas roças familiares.

¹⁸³ Em comunicação pessoal, a antropóloga Miriam Álvares da PUCC-MG e Coordenadora do Projeto de Ed. Indígena de MG, confirmou a implantação de três projetos pilotos financiados pelo Fome Zero entre os Pataxó (BA); Guarani (SP) e Kaingang (PR).

roçados de forma voluntária, trabalhando com vários Guarani. Foi realizada a capina, introduzidas mudas de frutíferas solicitadas em número de trezentas, que foram conseguidas através de doações do projeto municipal Pomar Floripa e da Ong Pau-Campeche¹⁸⁴, sementes e mudas dos próprios agrônomos e através da Ong Eco Vida de agricultura familiar a eles associados.

O projeto da roça coletiva para cultivos tradicionais e estímulo aos jovens da aldeia foi encaminhado para a Funai e a Funasa, requisitando apoio em ferramentas e alimentação para os mutirões, mas não houve respostas desses órgãos. Como pesquisadores na aldeia, resolvemos executar o que estivesse a nosso alcance. Foi conseguida também doação de sementes de arroz, do seco, bastante requisitadas pelo Sr. Alcindo.

Em vários finais de semana os estudantes que apoiavam a roça coletiva levaram alimentos e se deslocaram para o plantio de espécies como: arroz, feijão, amendoim, milho, mudas de palmito e de árvores frutíferas.

Para anteceder à elaboração do projeto que seria encaminhado à Fundação Banco do Brasil e buscar os melhores resultados, os pesquisadores decidiram realizar uma avaliação do projeto das roças coletivas em finais de 2003. Constatou-se que os cultivos foram prejudicados pela seca daquele ano, especialmente com relação ao milho, que não desenvolveu muito e serviu para alimentação de galinhas. O feijão não sofreu os mesmos efeitos, a produção foi satisfatória, como também o arroz seco. Sr. Alcindo nos mostrou meio tonel que ainda estavam consumindo. A participação dos jovens deu-se durante a capina e a preparação da roça, mas sem continuidade.

Quanto ao Projeto do Banco do Brasil, “Trabalho e Cidadania”, com objetivos de sustentabilidade ambiental e geração de renda numa perspectiva comunitária, a burocracia necessária estava longe do alcance da Associação da aldeia, a qual deveria dirigir-se ao Banco como proponente, ou seja, escrever o projeto e ou subprojetos em detalhe e sugerir pessoal qualificado: as assistências técnicas, materiais necessários, três orçamentos dos itens etc. Os pesquisadores entraram em contato com o Banco, cujos funcionários não sabiam informar e enviavam formulários incompletos, sem os anexos que explicitavam os procedimentos.

¹⁸⁴ Essas instituições participaram como doadoras de mudas para o Projeto de Extensão do Museu Universitário (UFSC) citado na nota 15, que disponibilizou para as outras AIs da região do Tabuleiro mudas de frutíferas, medicinais e madeiráveis para cada uma, foram elas: Massiambu, Morro dos Cavalos e MMbyguaçu.

O projeto sofreu vários reveses, especialmente por não ser dirigido a comunidades indígenas, criando expectativas frustradas e sem sinergia possível entre as prerrogativas do Banco e a organização social da aldeia, que tem nas famílias extensas seu suporte produtivo e distributivo e não a aldeia como um todo. A aldeia comportava basicamente três famílias extensas, a dos Guarani com a liderança contínua da aldeia desde sua formação, algumas famílias Kaingang e a família extensa do grupo de Amaro e Coralina que permaneceu por cerca de um ano, cuja anciã D. Julia era prima do Sr. Alcindo.

A perspectiva comunitarista com envolvimento de todos na aldeia foi problemática, seja porque as decisões se centravam nas lideranças ou porque as outras famílias tinham dificuldades em se pronunciarem nas reuniões. A adaptação da organização social da aldeia para projetos com viés participativo e coletivo necessita ser construída, ou necessita-se buscar a adaptação desses projetos à própria organização social com ações voltadas a cada família extensa.

As dificuldades de adequação do projeto “Trabalho e Cidadania” acabaram inviabilizando a sua efetivação.

Em 2005 o Projeto Microbacias² construiu com a Associação da TI de MMbyguaçu e os técnicos da Epagri e outros parceiros¹⁸⁵, o Plano de Desenvolvimento da Terra Indígena Yyn Moroti Werá (2005, p.1-18). Através de planejamento estratégico participativo (PEP), foram elencadas uma série de ações prioritárias a serem implementadas. Na área ambiental, foram elas: A. Recomposição da mata nativa em áreas não propícias à agricultura; B. compostagem; C. educação Ambiental. Todas essas ações incluem: A. Capacitação; B. levantamentos de áreas propícias e C. implementação.

Na área social: A. Reforma das casas; B. melhoria do saneamento; C. melhoria das estradas internas.

Na área econômica: A. Horta comunitária; B. mudas de plantas medicinais; C. mudas corticeiras; D. Agricultura; E. Aquisição de equipamento para secagem de plantas medicinais; F. Construção de dois açudes comunitários; G. Aviário comunitário.

De uma maneira geral, o objetivo é melhorar a qualidade de vida na aldeia, aliada a estratégias de sustentabilidade. A análise da implementação desse projeto extrapola o tempo de defesa desta tese.

¹⁸⁵ Prefeitura Municipal de Biguaçu, Funai, Funasa, Projeto Rondon, Museu Universitário/Ufsc e Capi.

Aldeias de Cambirela e Massiambu

Cambirela

Esta AI localiza-se no entorno do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, ao lado do Rio Cachoeira do Cambirela, em Palhoça, à beira e nos dois lados da BR 101. A área de uso perfaz cerca de 4 ha. e não tem regularização fundiária, vivem nesta área algumas famílias Guarani que somam cerca de 25 pessoas atualmente, com oscilação demográfica relativamente pequena.

A presença de famílias Guarani nesta área é anterior à década de 1990 e começou a ser registrada há poucos anos, a partir de histórias de vida de alguns Guarani. Etelvina Fontoura, depois de viver em vários locais às margens da BR 101, tanto no Rio Grande do Sul como em Santa Catarina, inclusive em Morro dos Cavalos, passou a morar em Cambirela em 1996, tendo sua tia-avó materna falecido nesta área anos antes.

Em local próximo do lado oposto desse primeiro grupo vive a família de André Benite e Joana Ramiro, que chegaram a Cambirela em 1997, e alguns de seus membros passaram por Massiambu e Morro dos Cavalos (comunicação pessoal Maria Dorothea Post Dareella).

Os recursos naturais são escassos, mas realizam pequenas roças com feijão, mandioca, batata doce e milho intercaladas com algumas frutíferas principalmente bananeiras e cítricos, como também cana-de-açúcar.

As estratégias de subsistência concentram-se em reciclagem de matérias não degradáveis catadas ao longo da BR 101 ou nas proximidades, confecção e venda de artesanato e serviços temporários em construção civil, jardinagem e carpintaria.

Massiambu

Esta AI está localizada no entorno do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, tendo cerca de 4,5 ha., com índios guarani provenientes de várias aldeias no Brasil, dos

estados de Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina; da Argentina (Misiones) e do Paraguai.

Esta AI foi decorrência do seqüestro de uma propriedade pela Polícia Federal por ser local de depósito de entorpecentes, tendo sido destinada pela Justiça à Funai em 1993 para um grupo Guarani que somava aproximadamente 30 pessoas, em 1994. Esse grupo tinha seu assentamento na aldeia de Terra Fraca às margens da BR 282, em Palhoça, sem regularização fundiária.

O grupo era liderado por Augusto da Silva e Timóteo e subdividiu-se entre essa aldeia e a de Morro dos Cavalos. Augusto da Silva tornou-se posteriormente o cacique da AI de Morro dos Cavalos e em 2004 ambos eram a liderança na AI Cachoeira dos Inácios, que analisaremos a seguir. Outro guarani desse grupo que também se tornou liderança em Morro dos Cavalos foi Darci Lino Gimenes, que foi posteriormente coordenador indígena da escola dessa aldeia, freqüentando o Curso de Formação para professores guarani da Secretaria de Educação do Estado de SC. Em 2004 Darci e sua família transferiram-se para a aldeia de Marangatu.

A demografia desta AI variou bastante, desde sua formação:

janeiro de 1994 – 34 pessoas

outubro de 1994 – 50 pessoas

junho de 1996 – 40 pessoas

novembro de 1996 – 33 pessoas

dezembro de 1997 – 70 pessoas

janeiro de 1998 – 53 pessoas

outubro de 2000 – 57 pessoas

Julho 2005 – 50 pessoas¹⁸⁶

Disponibilidade de Recursos Naturais

Esta exígua área apresenta alta declividade, pouca mata nativa e como decorrência o manejo tradicional guarani não pode ser praticado, mesmo assim há

¹⁸⁶ Fonte de dados idem nota 168.

cultivos de milho, feijão e cana-de-açúcar, batata doce, mandioca, algumas frutíferas como banana e cítricos.

Como a agricultura não supria as necessidades de alimentação, a principal estratégia de sobrevivência era a confecção de artesanato vendido na Casa de Artesanato de Morro dos Cavalos¹⁸⁷ ou no centro de Florianópolis: balaios, colares, pequenas esculturas zoomórficas em madeira. A coleta de matérias primas como sementes, bambu, taquara, madeira é realizada em matas que circundam a AI e na mata da AI de Morro dos Cavalos por estar bastante próxima. Massiambu, portanto, não era auto-suficiente em recursos naturais, em sua pouca mata é retirada a lenha para aquecimento e fogão.

A pesca era relativamente abundante pela proximidade com o Rio Massiambu, com a presença de trairas, carás, mundiá, tainhota e parati, entretanto existe dificuldade para uso do rio em alguns trechos, pois existem cercas em algumas propriedades. A caça era escassa, o que mais ocorria segundo entrevista realizada com o cacique em 2004, era tatu.

Em 2003 foram introduzidas cerca de cem mudas entre: fruta-pão, pitanga, goiaba, caqui, carambola, ameixa, palmito, bergamota e aroeira como planta medicinal, juntamente com composto orgânico.

Algumas estratégias de subsistência eram as apresentações do Coral quando requisitados, que pode ocorrer em troca de alimentos e passagens ou ônibus fretado e até cachê, além de venderem CDs e artesanato nessas ocasiões. Mas não é uma atividade permanente, e diferente da aldeia de Mbyguaçu são os membros do Coral individualmente, e suas famílias que usufruem dos benefícios provenientes da apresentação de seus membros familiares.

Tanto em Massiambu como em Morro dos Cavalos, em razão da maior proximidade dos centros urbanos da Grande Florianópolis, ocorria e ocorre alguma relação com sociedades filantrópicas, religiosas, com doações de alimentos e roupas. Sem periodicidade a Funai distribui cestas básicas.

Alguns membros de Massiambú estão vinculados a programas do Estado e recebem salários, são dois os professores da escola indígena: Nice Antunes e José Benite. O agente de Saúde da Funasa, Luiz (irmão do cacique Ivalino de Morro dos

¹⁸⁷ Essas duas aldeias são as mais próximas em termos de localização.

Cavalos até 2004), tendo sido substituído. José Benite foi o cacique anterior, sendo substituído em 2003 por Silvio Duarte, genro de Sr. Augusto, cacique de Marangatu. Não existem aposentadorias do Funrural para idosos.

Em 1998 foi assinado um Convênio entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil e a Funai com o objetivo de aquisição de terras para os Guarani, como indenização pela construção desse gasoduto no litoral. Num complexo processo de negociações entre as lideranças guarani, chegou-se a um acordo para aquisição de uma gleba de terra para aliviar a pressão demográfica de Massiambu¹⁸⁸.

Em 1999 foi criado um GT sob coordenação do antropólogo Aldo Litaiff, do Museu Universitário da Ufsc, que juntamente com um grupo de índios Guarani, percorreu várias propriedades rurais que se encontravam à venda. A compra da área de Cachoeira dos Inácios deu-se neste contexto.

A procura e a compra desta área como contrapartida de impactos sócio-ambientais foi muito reveladora porque a caracterização geográfica e topográfica da área se aproximou de modelos arqueológicos (NOELLI, 1997) para a escolha de um lugar para a instalação de uma aldeia, como veremos a seguir. A propriedade situa-se num vale com a presença de um rio, as encostas são florestadas, com um micro clima bastante favorável à agricultura, especialmente por ser plano, uma reivindicação recorrente em conversas com os Guarani.

Aldeia de Cachoeira dos Inácios

Esta aldeia tem 78 ha., situa-se na área rural do município de Imaruí, a sudeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, donde em sua menor proximidade dista 2,5 km, portanto, em seu entorno. Sua topografia coincide com as características descritas abaixo:

¹⁸⁸ Relatório de Eleição da Área a ser destinada pela TBG aos Índios Mbyá-Guarani do Litoral do Estado de Santa Catarina-Convênio 04/90 Funai/Transp. Bras. Gasoduto Bolívia/Brasil, SC - GT/Portaria/Pres n° 290, 06/05/1999.

“Los Tekona Mbyá ocupaban preferencialmente espacios geográficos con determinadas características: el monte alto, los esteros, ríos e arroyos, aptos para la caza e siembra, e el lugar destinado a las viviendas y la casa ceremonial, opy” (Rehnfeldt, Marilin, 2003: 45).

Disponibilidade de Recursos Naturais

Em Cachoeira dos Inácios as casas foram construídas nos dois lados do vale por onde escoo o Rio chamado também de Cachoeira dos Inácios, e deságua na Lagoa de Imaruim. Suas nascentes estão dentro do Parque. Neste vale foram construídas casas com roças em suas proximidades. As áreas elevadas apresentavam, quando se transferiram para lá em 1999, do lado direito ao sul da aldeia, mata nativa, mas segundo os Guarani era pobre em recursos naturais usados tradicionalmente.

Sublinhavam quando ocuparam a área, que não havia palmito, mel, pouca palmeira Pindó. Esta palmeira é muito usada em construções de casas, também consomem seus frutos, e seu caule derrubado, fornece larvas muito apreciadas. Salientavam que não havia árvores altas para fornecimento de madeira, seja para construção de casas, seja para confecção de utensílios domésticos, como bancos, pilões etc., nem taquara para artesanato. Quanto à caça, os Guarani consideravam que havia pouca e de pequeno porte, como tatus e quatis.

Do lado esquerdo e ao sul, como foi uma pequena propriedade rural, apresentava reflorestamento de eucalipto e pinus, com alguma presença também na área central do vale. O eucalipto e o pinus foram sendo utilizados para construção de casas e para lenha de cozinha. Normalmente o “fogo de chão” é permanente durante o dia e à noite para aquecimento noturno. Esse estoque de pinus e eucalipto substituiu em parte o uso de árvores da área florestada e os guarani passaram a considerar o rebrote dessas árvores positivo, mesmo que tenham suprimido algumas raízes através da queima para o plantio das roças familiares ao redor das casas.

Alguns guarapuvus de um trecho da mata ciliar do rio também foram utilizados para lenha, confecção de bancos e foram substituídos por bananeiras. Começou-se a plantar as roças com: milho, feijão, mandioca, melancia, abóboras, batata doce, cana, bananas. Foram intercaladas com algumas árvores frutíferas que já existiam na propriedade.

A partir do segundo plantio de roças, os Guarani passaram a considerar que a qualidade e a quantidade das colheitas estavam sendo reduzidas e foi amadurecendo a idéia de se fazer reflorestamento com espécies de árvores nativas.

Essa aldeia era considerada à época, entre pesquisadores e Guarani, como a melhor da região em termos de terra agricultável, mas seu aumento demográfico¹⁸⁹, a negativa dos Guarani em abrir roças em lugares nos quais consideravam que foram usados agrotóxicos, à entrada da área, e o rendimento das roças não era o esperado.

Esse contexto levou à realização de um projeto entre o antropólogo Aldo Litaiff, o cacique Sr. Augusto da Silva e o xamã Timóteo de Oliveira, com apoio à agricultura e reflorestamento com espécies que consideravam importantes para os Guarani, que analisaremos brevemente.

Em 1999 Timóteo de Oliveira juntamente com algumas famílias transferiram-se para a área de Cachoeira dos Inácios. E em 2000, juntou-se às famílias anteriores a família extensa do Sr. Augusto da Silva que vivia em Massiambu, somando cerca de 30 pessoas. Em outubro de 2002 outras famílias de Morro dos Cavalos e algumas que estavam em frente a esta, do outro lado da BR 101, em Tekoa Porã provenientes de Xapécó somavam um total de 68 pessoas. Em outubro de 2003, depois da chegada de mais membros da família extensa do cacique Augusto da Silva do RS, e a chegada do ex-cacique de Mbyguaçu Milton Moreira com sua família, somavam cerca de 76 pessoas. Em 2005 o total aproximado perfaz 120 pessoas¹⁹⁰.

Com uma liderança de perfil bastante tradicional, no início da ocupação desta área os Guarani não queriam a construção da escola, presente em algumas outras aldeias, por entender que a educação guarani era suficiente e não queriam muita influência de escolas com professores brancos. À época aconteciam reuniões entre a Secretaria de Educação do Estado e a CAPI- Comissão de Apoio aos Povos Indígenas, após um Encontro com as lideranças do Estado para reflexão sobre educação escolar

¹⁸⁹ Esse aumento deveu-se em parte ao afluxo das famílias extensas do cacique, Sr. Augusto da Silva e de sua mulher Maria Guimarães à aldeia, vindos do Rio Grande do Sul, o que condiz com a organização social Guarani.

¹⁹⁰ Fonte de dados Idem nota 168.

Guarani¹⁹¹. A perspectiva de uma educação bilíngüe valorizando aspectos da cultura Guarani foi sendo absorvido e a liderança aceitou a construção da escola na aldeia.

Em 2004 vários Guarani de Cachoeira dos Inácios exerciam trabalhos remunerados pelo Estado. Dois professores na escola, Eduardo da Silva (filho do cacique Augusto) e Nico de Oliveira (sobrinho do xamã Timóteo). Ainda os cargos de agente de saúde e saneamento, este era Inácio da Silva (filho do cacique Augusto). As aposentadorias pelo Funrural eram do cacique Sr. Augusto, de sua esposa D. Maria, do Sr. Jorge e um casal de idosos.

Uma diferença que marca essa AI com relação às outras é ter um solo e uma topografia mais propícia à agricultura, o que levou à realização de dois projetos nesse sentido. Um deles o projeto de extensão do Museu Universitário¹⁹², construído entre o antropólogo Aldo Litaiff e o cacique Sr. Augusto da Silva, com participação ativa do xamã Timóteo de Oliveira e outros membros. O segundo projeto realizado a partir do Convênio Projeto Rondon/Funasa, direcionado para autosustentação, renda e saneamento¹⁹³.

Este contexto marca outra diferença com relação às demais AIs, seus membros estão mais voltados para realizar trabalhos na própria área e o artesanato está em segundo plano, por não ter o apelo de sua venda para a compra de alimentos e/ou produtos que não produzem, o que ocorre, mas em menor escala. Mesmo estando em segundo plano existe produção de artesanato quando é feito por encomenda, como era o caso do Hotel Jurerê Internacional em 2004, que tem entre seus produtos turísticos, Artesanato Guarani, vindo uma pessoa recolher na AI produtos como cestos, colares, figuras zoomórficas.

¹⁹¹ I Encontro Escolar Guarani da Região Sul-Litoral, de 27 a 31 de agosto de 2001, Hotel Morro das Pedras, Florianópolis, SC.

¹⁹² “Sem Tekoa não há Teko”, “Sem terra não há cultura”, estudo e desenvolvimento auto-sustentável de comunidades indígenas mbya-guarani do litoral do estado de Santa Catarina”.

¹⁹³ Não tivemos acesso ao projeto escrito, as informações sobre sua concepção encontramos em várias publicações desse Convênio Projeto Rondon/ Funasa, especialmente os Boletins do Convênio. Por falta de título o nomearemos de ora em diante de “Projeto de Auto-sustentação, renda e saneamento”, título da reportagem sobre o mesmo (Ano III, nº IV, p. 3, 2002).

Projeto de Extensão do Museu Universitário-UFSC: “*Sem Teko não há Tekó – Sem Terra não há cultura*”

Esse projeto de extensão teve como objetivos a recuperação do solo com compostagem e reflorestamento, através de enriquecimento florestal com espécies nativas: madeiráveis e frutíferas, produção de mel de abelhas nativas, fomento de sementes Guarani para as roças.

A equipe do projeto foi interdisciplinar, sendo coordenado por um antropólogo e a liderança da aldeia, tendo a participação de três estudantes de graduação: Filosofia, Agronomia, Biologia e uma estudante do doutorado na temática sócio-ambiental¹⁹⁴. O projeto começou a ser implantado em outubro de 2002 com duração de um ano.

Foram compradas ferramentas, mudas de árvores nativas e o envio de dois caminhões de composto orgânico, produzido no departamento de Agroecossistemas da UFSC.

Houve o plantio de cerca de duas mil mudas de árvores frutíferas: Ameixa, araçá, araucária, caqui, canela, cedro, erva-mate, goiaba, fruta-pão, jabuticaba, jacarandá, laranja: bergamota, lima, palmito, e palmeira (*pindó*). As roças familiares foram enriquecidas com composto orgânico.

No decorrer do projeto os Guarani solicitaram apoio para viagem em busca de sementes tradicionais que podiam conseguir em aldeias onde tinham parentes. Essa solicitação foi apoiada por trata-se de uma forma tradicional de repor estoques de sementes entre os Guarani. Foi realizada uma viagem com o guarani Timóteo, xamã da aldeia e o agrônomo para aldeias em Misiones, Argentina no Tekoá Peperi e Tekoá Omã, onde Timóteo tinha parentes e havia disponibilidade de sementes. Trouxeram as seguintes sementes:

MILHO:

awati-jú amarelo : grande: 3 espigas

awati-yuji azul e amarelo: 1 espiga

awati amarelo, pequeno: 13 espigas

¹⁹⁴ A equipe era composta dos alunos: Bruno Utermoehl (Agronomia), Urivaldo Nunes Jr. (Filosofia), Mariana Semeghini (Biologia) e Ângela M.M. Bertho (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas).

awati-miri amarelo, pequeno: 13 espigas

awati-ti branco, grande: 5 espigas

awati-petâ vermelho, grande: 5 espigas

BATATA-DOCE:

jety mandioti, casca branca comprida

jety rope, casca branca grande, redonda

jety gú, casca vermelha, comprida, amarelo

FEIJÃO:

kumandá operucu- sementes vermelhas, brancas e branca e vermelha

kumandá ti, branca, preta e branca

kumandá outu, preto, preta e branca

AMENDOIM:

manduvi, vermelho, branco, grande

manduvi, vermelho, branco, pequeno

PIMENTA:

Putá, pimenta vermelha: 4

MANDIOCA:

Mandioti, branca

Essas sementes enriqueceram os estoques de sementes tradicionais do plantio anterior.

Convênio Projeto Rondon/Funasa: “Autosustentação, Renda e Saneamento”

A implantação desse projeto começou em junho de 2002 em parceria com a Funasa, Funai e Projeto Rondon, órgãos responsáveis pelo desenvolvimento de ações na agricultura. A coordenação ficou a cargo de dois agrônomos que eram voluntários/aposentados. O projeto teve como objetivos: “desenvolver atividades

agropecuárias para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional preservando e resgatando a cultura alimentar tradicional” (Boletim Projeto Rondon, Ano III nº IV, 2002, p. 3-4).

No que concerne a saneamento, foram construídos banheiros, fossas sépticas, caixas d’água e encanamento de água. Houve implantação de plantios em glebas na área cultivável da aldeia, com trabalho coletivo, introdução de calcário e uréia para correção do solo, e uso de técnicas como curvas de nível para plantio em encostas. A área cultivável da aldeia foi dividida em cinco glebas:

Glebas: 1. Milho e cana de açúcar; 2. Feijão e batata; 3. Hortaliças, batata, cebola, batata salsa, batata doce, taiá, cará, amendoim, pepino, abóbora, moranga, melancia e outras; 4. feijão; 5. Plantas medicinais diversas.

Cerca de 20 frutíferas como pitanga, maracujá, araçá, gabioba e videira foram plantadas na gleba 3. Foram também introduzidas várias matrizes de suínos e três rezes, e construídos dois açudes para criação de peixes.

Em janeiro de 2002, Timóteo, dizia estar satisfeito com o projeto Funasa/Funai/Rondon porque teriam muita alimentação na colheita, mas que não pretendiam vender, “plantamos para comer”, afirmava. Comentou-me também a morte de uma das rezes, tendo despencado de um barranco. Os Guarani aproveitaram para alimentar-se com sua carne. A idéia da introdução das rezes foi utilizar-se de juntas de boi para arar áreas de plantio, mas preferiram o uso de trator solicitado à Secretaria de Agricultura de Imaruí através de um dos agrônomos do projeto.

É consenso entre pesquisadores da etnia a dificuldade de introdução de animais de grande porte, pois normalmente não se obtém êxito. Em parte porque sendo propriedade coletiva, ocorre uma certa indefinição quanto ao manejo do animal. Como não houve diálogo interinstitucional entre os projetos, os animais eram pouco manejados e apresentavam parasitas.

Entrevistei um dos agrônomos que definiu sua visão da agricultura Guarani nos seguintes termos, “Temos que ajudar, porque os guarani perderam a sua cultura e ainda não têm a do branco, estão sem nada”.

Esta perspectiva parece ter orientado em parte este projeto e criado conflitos entre os Guarani e este agrônomo, pois em meados de junho de 2003 os Guarani solicitaram sua saída. O outro agrônomo permaneceu no projeto por ter relações mais sinérgicas com os Guarani.

Não há dúvida que este projeto beneficiou a aldeia, introduziu a prática de cultivos coletivos, técnicas como curvas de nível para plantio em encostas, sementes de plantas que normalmente não cultivam e propiciou uma certa segurança alimentar.

Considerações acerca dos dois projetos: do MU/Ufsc e da Funasa/ Rondon

Em finais de setembro de 2003 visitei Marangatu e observei que as hortaliças plantadas pelo projeto do convênio Rondon/Funasa/Funai foram pouco consumidas.

Perguntei ao Sr. Augusto (cacique) se não iriam consumir os alimentos da horta do projeto Rondon, e ele me respondeu que de repolho gostava. O fato é que parece não haver um interesse maior pelas espécies plantadas nessa horta.

Nesta mesma época me interpelaram para possível comercialização de cana de açúcar em Florianópolis, já que só conseguiam baixo preço em Imaruí, ou seja vendiam o feixe por R\$ 0,85 e queriam pelo menos R\$1,50. Esse fato demonstra que não foi previsto no projeto nenhuma estratégia para escoamento da produção que tinha por objetivo a obtenção de renda.

Se recém chegados à área se negavam a plantar em área de antigos cultivos dos ex-proprietários por sugerirem presença de agrotóxicos, essa atitude mudou com a presença do projeto Rondon, que introduziu o uso de maquinário pra preparar a terra, calcário e adubação nitrogenada em outubro de 2002.

No mesmo dia de minha visita de campo em outubro de 2003, haviam marcado uma reunião com o representante da Funai, Projeto Rondon e Secretaria da Agricultura de Imaruí, para requisitar o empréstimo de maquinário para o preparo da gleba e apoio com insumos para o plantio. Essa mudança de atitude certamente se deve à safra proporcionada com apoio desse projeto: feijão, batata, milho etc. Só em batata a colheita resultou em trezentos kilos.

Perguntei a Timóteo sobre essa mudança ocorrida e ele me respondeu argumentando que a terra dessa área já estava acostumada pelo proprietário anterior, que é como gente que tem vício, e que não adianta, tem que usar esses insumos para produzir. Estimulado pelo apoio seja ao seu manejo agroflorestal tradicional pelo Projeto de Extensão do MU, seja pela agricultura em moldes mais intensivos em glebas

com insumos químicos do Projeto Rondon, Timóteo solicitava aos pesquisadores mais técnicas de cultivo.

Quanto às roças tradicionais familiares usaram as sementes guarani que dispunham, acrescidas com as que vieram através da visita de Timóteo e um agrônomo a outras aldeias, usando o composto orgânico produzido pelo departamento de Agroecossistemas da UFSC¹⁹⁵ e levado de caminhão via Projeto de Extensão. Em outubro de 2003 também foram introduzidos nas aldeias rizomas de cará, doados por um pós-graduando do Agroecossistemas.

Em novembro de 2003 voltaram a requisitar o composto orgânico para fertilizar as áreas das roças tradicionais, como também sementes. Como o projeto de extensão do Museu Universitário da UFSC já havia finalizado, mantive com Timóteo considerações de como produzir composto orgânico na própria aldeia, na perspectiva da sustentabilidade, sem depender de articulações exógenas para obtê-lo. Timóteo considerou ser muito difícil porque os restos de cozinha eram disponibilizados às aves.

De fato a cultura etnoecológica tradicional Guarani em Imaruí utilizou largamente do fogo para obtenção de nutrientes através das cinzas e não via possibilidade, por exemplo, de cobertura do solo com o resultado das carpidas. O grande problema das queimadas frequentes na mesma área de roça é a eliminação da vida microbiana do solo, resultando na compactação da terra e o conseqüente empobrecimento de nutrientes. Como a área comporta pouco a rotação ou a circularidade das roças, os cultivares ficam comprometidos.

Quanto às sementes que requisitaram, através do contato dos agrônomos envolvidos no projeto e com agricultores agroecológicos da Rede Eco-Vida, citado anteriormente, o projeto repassou aos Garani sementes de milho pipoca e crioulo, arroz seco, feijão, amendoim e abóbora.

O projeto Rondon/Funasa tinha como objetivos auto-sustentação, renda e saneamento, mas os Guarani encontraram dificuldades em vender o excedente da cana de açúcar plantada em 2003. O ano seguinte plantaram milho híbrido e foi implantado um sistema de irrigação, com apoio da Funai e da Secretaria de Agricultura de Imaruí.

¹⁹⁵ Esse composto é produzido em leiras com materiais orgânicos a partir do corte de gramados e descartes das cantinas e restaurantes da universidade.

Pretendiam vender uma parcela, dividindo o lucro entre os participantes dessa única roça coletiva.

Em novembro de 2003, uma antropóloga da Funai ministrou aos Guarani de aldeias da Grande Florianópolis e do norte do estado um curso sobre Associativismo e Cooperativismo (comunicação pessoal Claudia Franco da Funai).

Outro item desse projeto, a criação de animais, obteve sucesso com aves domésticas, entretanto a introdução de animais de médio porte, parece não ter tido resultados satisfatórios em termos de sustentabilidade, ou seja, cada família recebeu matrizes de suínos para procriação e que foram consumidos ao longo do ano. Em novembro já não havia nenhum exemplar em toda a aldeia.

Em entrevista com o Sr. Augusto (cacique), perguntei-lhe se haviam deixado alguns suínos para reprodução, colocou-me que não, que “dava muito trabalho”. Com relação aos açudes, foram introduzidos alevinos e estavam aguardando seu crescimento para poder pescá-los. Como não houve contato entre os projetos do MU/Ufsc e o do Rondon/Funasa, com assessoria de antropólogos para equacionarem as perspectivas e os objetivos da criação de animais, ficou evidente que a criação de animais nessa TI não estabeleceu uma perspectiva de longo prazo construída entre os Guarani e os gestores, perspectiva esta que se espera num enfoque para a sustentabilidade.

De alguma maneira o enfoque assistencialista (quando há) parece estar mais presente na percepção dos Guarani que o enfoque da sustentabilidade, ao menos neste caso específico, e faz-se necessário no futuro abordar o tema de forma mais explícita para outros projetos que forem construídos em parceria entre os Guarani dessa aldeia e os gestores ambientais.

O projeto de “Auto-sustentação, renda e saneamento” do Convênio Projeto Rondon/Funasa, do nosso ponto de vista, traz implícito um equívoco, os Guarani em várias ocasiões nos explicitaram que plantam para se alimentar e não para vender, suas sementes são consideradas sagradas, a inter-relação dos Guarani com o mercado se dá via artesanato, e como a correlação áreas das aldeias/demografia é problemática, sugerimos que o replantio constante de espécies que usam para o fabrico de artesanato seja incrementado, como taquara para cestaria e caixeta para as esculturas zoomórficas.

Mesmo assim os próprios Guarani usam muito o conceito de experimentar. Experimentar a terra, por exemplo. No entanto, a perspectiva “intercultural”, ou seja,

resgate da cultura tradicional em termos de agrofloresta, com introdução da prática de enriquecimento florestal com a participação dos Guarani, ficou mais centrada no projeto de extensão do Museu Universitário da UFSC.

A opção pelos princípios da agrofloresta desse projeto de Extensão focou diretamente não só a cultura tradicional agrícola guarani, mas também a perspectiva da conservação dos recursos naturais.

Um dos aspectos que preocupa os pesquisadores do projeto de Extensão da UFSC é a sustentabilidade ecológica das aldeias, não só a questão do composto que tem origem exógena, como também as mudas de árvores, que vieram de viveiros extra-aldeia. A lenha usada permanentemente necessita no futuro ser também permanentemente sustentada, a alternativa é um projeto de reposição constante dos recursos naturais numa perspectiva endógena, com capacitação de agentes ambientais na aldeia. A coleta de sementes e a instalação de um viveiro de mudas para enriquecimento florestal continuado pode ser o início desse processo.

Em 2005 os técnicos do projeto Microbacias2 com os de outras instituições¹⁹⁶ juntamente com a Associação de Moradores Tekoa Marangatu elaboraram o Plano de Desenvolvimento da Terra Indígena Tekoa Marangatu¹⁹⁷ (2005, p.1-16) em três áreas: ambiental, social e econômica, com capacitação, levantamento das áreas para implementação das ações. Segundo a liderança, além de plantar para autoconsumo, enfatizaram a comercialização do excedente cuja renda reverta para todos na aldeia.

Na área ambiental as prioridades de ação são: A. Reconstituição da Mata Ciliar; B. Recomposição da mata nativa em áreas não propícias à agricultura e pesquisa sobre espécies de importância para o artesanato.

Na área social: A. Construção de banheiros; B. Melhoria das casas; C. Construção de áreas de lazer (campo de futebol e recreação das crianças).

Na área econômica: A. fruticultura com aquisição de mudas e implantação de lavouras de abacaxi e laranja); B. Assistência técnica; C. Avicultura familiar; D..

¹⁹⁶ Técnicos da Funai, Funasa e do Projeto Rondon de Santa Catarina. As parcerias institucionais do projeto serão Prefeitura municipal de Imaruí, Funasa, Projeto Rondon, ATI, PRAPEN.

¹⁹⁷ Diferente de Mbyguaçu, cujo plano foi elaborado para ser executado em quatro anos, em Cachoeira dos Inácios os Guarani optaram por um plano a ser implementado em um ano e posteriormente se fará outro planejamento.

Pomares caseiros; E. Aquisição de triturador para café e milho; F. Aquisição de uma roçadeira.

O objetivo geral é o de melhorar a qualidade de vida na aldeia, segurança alimentar, alternativas de recreação, recomposição dos recursos naturais, e proporcionar alternativas de renda familiar.

Da mesma forma que em Biiguaçu, a implementação das ações do projeto para a TI Marangatu estão em curso, e não são analisadas nesta tese por extrapolarem seu prazo.

A vinda deles está dentro da religiosidade, buscam menos contato, é difícil de [vocês] entenderem as moradas e a caminhada. É um modo de resistência, eles sabem que si eles não fizerem isso não terá referência. Eles estão passando para deixar a história para os novos. É uma maneira de [Guarani] Mbyá registrar a presença, como eles estão ligados à mata atlântica e ao mesmo tempo ao mar. Significa religião. Eu vejo eles como heróis, com coragem para enfrentar, porque se não tivesse uma família assim, não teria resistência nem história. (...) Essa família não está só falando, mas fazendo história. (...)

Leonardo da Silva Gonçalves (Cacique) durante visita de campo de equipe multidisciplinar do MU/UFSC em 19-06-2004, para confecção de laudo antropológico para a Procuradoria da República.

4.2. A mobilidade Guarani revisitada - estudo de caso:

Grupo de Amaro e Coralina

Em abril de 2002 um grupo de cinco famílias provenientes da Aldeia de Sete Barras localizada no Parque Estadual de Intervalos no estado de São Paulo foi convidado pelo cacique Artur de Morro dos Cavalos para virem a esta aldeia, fazem parte da mesma família extensa. O grupo foi transferido pela Funai a esta AI.

Posteriormente escolheram o local para o assentamento de uma pequena aldeia do outro lado da BR 101, denominando-o Tekoa Vy'a Porã (Terra da alegria boa),

incluída na demarcação de Morro dos Cavalos de 1988 ha, que ainda está em processo de tramitação¹⁹⁸.

Visitei a aldeia e de imediato ficou evidente o perfil tradicional da ocupação: corte da vegetação em clareira para o plantio, uso de parte da madeira para construção de casas, pilões, artefatos domésticos, confecção de artesanato para venda visando a subsistência até a futura colheita. Em maio de 2003 esse mesmo grupo acrescido de mais uma família de Morro dos Cavalos transferiu-se para a TI de Mbyguaçu, mais a norte, no município de Biguaçu.

Neste novo local, nos mesmos moldes da aldeia anterior, foi instalado outro pequeno aldeamento, relativamente independente da TI em si. Realizei constantes visitas, e estabelecemos uma troca. Como estavam ainda plantando a roça e a venda de artesanato não supria suas necessidades, propus apoiá-los com alimentação e mudas de árvores frutíferas para seu manejo agroflorestal e em contrapartida escreveria a história de vida do casal Amaro e Coralina, liderança do grupo. A anciã, D. Julia Campos, mãe de Coralina, tinha parentes tanto em Morro dos Cavalos (filha, genro: ex-cacique, Artur Benitez e netos), em Mbyguaçu (prima do ex-cacique e xamã atual, Alcindo Moreira e em Pindoty Felix, em Araquari).

A história de vida de sua liderança e conseqüentemente desse grupo apresenta como característica uma intensa mobilidade em várias regiões onde foram criadas Unidades de Conservação de uso restrito, parques e estações ecológicas. Foram elas: Ilha do Cardoso, Estação Ecológica da Juréia-Itatins, Parque Estadual de Intervales, no estado de São Paulo; Parque Estadual da Serra do Tabuleiro em Santa Catarina. Neste último caso a demarcação da aldeia não está concluída e nem a questão da sobreposição ao parque equacionada.

Em busca de áreas florestadas para manterem seu modo de vida tradicional, esse contexto tem gerado muitos conflitos com as administrações das UCs. Dada a demanda reprimida de demarcações de terras para os Guarani ou o tamanho exíguo das AIs e TIs, associado ao seu manejo tradicional, há várias causas associadas à sua mobilidade e a história do grupo em questão pode ser elucidativa.

¹⁹⁸ Terra Indígena Morro dos Cavalos, Relatório de Identificação e Delimitação- 2002, Portaria 838/Pres. Funai/Out.2001.

Essa mobilidade espacial está intrinsecamente ligada à procura de mata para exercerem seu manejo tradicional: roça de coivara com corte e queima, terra de plantio ideal do ponto de vista dos Guarani, caça e coleta que esse grupo ilustra e atualiza. Observar esse processo passou a ser um dos aspectos relevantes desse trabalho.

Trajetórias individuais e Mobilidade

A trajetória de vida de Amaro começa na aldeia de Panambizinho¹⁹⁹ no MS, divisa com Paraguai. Amaro é da parcialidade Kaiová (as outras são Nandeva e Mbyá), foi criado entre Minas Gerais e Espírito Santo na aldeia Boa Esperança. De lá foi para o sul da Bahia e passou nas AIs de Barra Velha e Coroa Vermelha, dos Pataxó (Tupi) na Bahia. De lá passou para São Paulo, tendo vivido na aldeia de Itariri; depois, Itaoca em Cananéia, Ilha do Cardoso em 1992 (Parque Estadual da Ilha do Cardoso); a seguir Juréia em 1998 (Estação Ecológica Juréia-Itatins) e Sete Barras em 1999 (Parque Estadual de Intervales).

Em 2002 veio para Morro dos Cavalos passando por dois locais com seus parentes, e criando a aldeia Tekoa Vy'a Porã, e em 2003 transferiu-se para a aldeia de Biiguaçu. Em 2004 mobilizou-se com parte do grupo para a APA Dona Francisca em Joinville criando a aldeia de Itaguaçu, mas ocorreram conflitos fundiários tanto com a proprietária quanto com a Polícia Ambiental. Acordos realizados entre a Procuradoria da República de Joinville e a Funai transferiram uma parcela do grupo para a AI Pindoty no norte do Estado. Em 2005 algumas das famílias do grupo retornaram à aldeia de Sete Barras (Parque Estadual de Intervales) no Estado de São Paulo²⁰⁰.

¹⁹⁹ Já nos referimos a essa aldeia Kaiová do Mato Grosso do Sul na I Parte desta tese. Schaden (1963, p. 79-82) relatou que esta aldeia foi loteada para distribuição a colonos em meados do século XX pela Colônia Federal de Dourados. Foi nesse contexto que pediu aos Kaiová que desenhassem e interpretou a situação dramática que viviam. Pela idade de Amaro (49 anos) a mobilidade de sua família para os estados de Minas Gerais e Espírito Santo certamente foi resultante daquele processo. É preciso elucidar que Schaden se refere à aldeia de Panambi, mas Panambizinho é uma aldeia muito próxima, e seguindo a lógica do espaço de domínio como um *guará*, as aldeias manteriam interrelações entre si (comunicação pessoal Antonio Brand).

²⁰⁰ O filho do casal, Natalino, casou-se e ficou na aldeia Morro dos Cavalos; D. Julia ficou na aldeia de Mbyguaçu com a família de uma das filhas que veio de Sete Barras. Um guarani de Morro dos Cavalos casou-se com a filha de Coralina, Graziela, retornando com o grupo a Sete Barras.

Já a trajetória de Coralina (Mbyá), com família extensa proveniente da Argentina e Paraguai, começou na aldeia de Irapuã no Rio Grande do Sul, deslocou-se para o Paraná na Ilha das Peças e depois para Itaoca em Cananéia. Nesta aldeia conheceu Amaro e a partir daí a trajetória de ambos foi comum.

Trajetoária Comum e Mobilidade

Como vimos anteriormente, com trajetórias de mobilidade diferenciadas, Amaro e Coralina se conheceram no Estado de São Paulo, na aldeia Itaoca em Cananéia, e estiveram em diversas AIs guarani sobrepostas a UCs: Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Estação Ecológica da Juréia e na AI Sete Barras, no Parque Estadual de Intervales.

Segundo ambos, as maiores dificuldades que encontraram para abrir roças foi na Juréia, com a administração da Estação Ecológica, e mesmo tendo muitas pedras, sempre plantaram no modo tradicional buscando mata para abrir as roças, mas na Ilha do Cardoso, segundo eles a terra era melhor. Entretanto para ambos, Amaro e Coralina, o melhor lugar de todos foi em Sete Barras, onde criou a aldeia com um grupo de cinco famílias, sendo ele o cacique.

Em nossas conversas percebi que Amaro e Coralina tinham uma ligação muito forte com Sete Barras, diziam-me que “o melhor teriam deixado lá”. Perguntei então porque deixaram o local. Muito queixosos, diziam não terem sido respeitados nem apoiados pela Funai em São Paulo, somente o CTI “ajudava”, mesmo que a Funai considerasse sua aldeia uma das melhores. Orgulhosos, mostraram-me fotos de sua casa e da *Opy*, com portais esculpidos. Realmente trata-se de um carpinteiro e escultor hábil. Segundo me relataram, o problema se deu porque a Funai deslocou de Bracuí²⁰¹, cerca de cem Guarani²⁰², o que criou vários conflitos. Orgulhava-se em ser “tradicional”, no modo de viver, construir casas, plantar. Para ele essa transferência foi fatal, queixou-se que os Recém-chegados não plantavam e só queriam viver de cestas básicas.

²⁰¹ TI do Rio de Janeiro com 2106 ha., homologada em 1995.

²⁰² Confirmado por Adriana Fellipin do CTI em comunicação pessoal.

Segundo ele, o grupo de cem Guarani de Bracuí não aceitava sua liderança, Amaro então interpelou a Funai para que os levassem de volta, mas não obteve resultado. Existia a proposta de dividir a aldeia em duas com dois caciques, sendo o segundo do grupo de Bracuí. Segundo Amaro, para não brigar, resolveu sair. O fato de ser Kaiová entre os Mbyá lhe confere uma situação de marginalidade e pouca legitimidade enquanto liderança, mesmo estando casado com uma Mbyá. Segundo ele, a Funai os trouxe, mas quando estavam em Tekoa Yy'a Porã: "Funai não chegava nem ajudava, faltava ferramenta, plantação não dava, távamos abandonados na mata".

O grupo liderado por Amaro e Coralina que se mobilizou para Morro dos Cavalos, em Tekoa Yv'a Porã tinha 18 pessoas em 2002:

1ª família: Amaro (49); Coralina (41); filhos de Coralina: Natalino (20) e Graziela (11).

2ª família: D. Julia (mãe Coralina) (83); Dionísio (pai adotivo), netos: Mariano (19) e Leonardo (16)

3ª família: Ana (irmã Coralina): José (40) e Renato (3).

4ª família: Gilda (irmã Coralina/viúva); filhas: Alzemira (12) e Cedeni (17) com filho: Patrícia (2 meses).

5ª família: Pai: morando atualmente em Morro dos Cavalos e mãe no RS; filhos: Helena (13); Roseli (8) e Ildo (9).

O Grupo transferiu-se para a aldeia de Mbyguaçu, por volta de junho de 2003, quando começou a derrubada da vegetação para o plantio da roça, acrescido de uma família da aldeia de Morro dos Cavalos, totalizando 22 pessoas:

6ª família: Bruno (16); Marcelina (26); filhas: Angélica e Bruna.

Encontrei-os pela primeira vez na Oficina realizada pelo CTI, em novembro de 2002 na Aldeia Morro dos Cavalos. Coralina vendia artesanato e participaram ativamente das discussões. No final desse encontro eu e Dafran Macário, biólogo do CTI, fizemos uma visita à aldeia tendo como guias duas crianças de Morro dos Cavalos.

Aldeia Tekoa Vy'a Porã - Morro dos Cavalos

Nas roças haviam plantado algumas frutíferas: banana, cana, palmeira, maracujá. Havia disponibilidade de caça, muitos macacos, cateto, tatu, paca e veado. Quanto às plantas medicinais salientou que não havia muitas:

“cajarana também que chama de madeira de sangue, pois quando se dá um talho sai uma resina que parece sangue, que é bom para pulmão, que limpa o pulmão, se faz chá da casca. Outra planta medicinal do lugar era Ivaro – erva brava, para dor de barriga. Também tatajuba, para bronquite, se faz chá com a casca e toma com mel. Cipó-macaco para pressão alta, dor na coluna, desânimo, corpo doído, com o cipó na água quente se toma banho, com a folha se faz chá para beber”.

Perguntei-lhe quais madeiras tinha na mata. Respondeu-me que peroba, cedro, sassafrás, jatobá, que palmeira era difícil. Em função dessa dificuldade a cobertura das casas foi feita com taquaras abertas. Requereram seiscentos metros de mangueira para trazer água para a pequena aldeia com cinco casas, o CTI forneceu e segundo Amaro foi o único apoio de alguma instituição que receberam. O casal se dizia decepcionado no estado de Santa Catarina pela falta de apoio.

Outro problema que enfrentaram foi a pressão que Morro dos Cavalos sofreu em função da demarcação por parte da população de Enseada do Brito e de alguns dos proprietários que estavam (e estão) entre as 103 parcelas de terra onde incidem os limites da aldeia no processo demarcatório em andamento. Esses proprietários eram contrários à demarcação da TI Morro dos Cavalos, tendo criado uma associação, Vento Sul, contra a demarcação da área.

A preocupação dos associados de Enseada do Brito era com o manancial de água que abastece a comunidade, temiam que sua qualidade fosse afetada pelas atividades agrícolas e mesmo a permanência do grupo de Amaro e Coralina. A associação defendia a área de preservação permanente, alegando que a área não era propícia à agricultura (Jornal A Notícia, 16/03/2003).

Segundo Amaro e Coralina, a aldeia recebeu visitas de algumas pessoas de Enseada do Brito que “foram olhar e conversar”. Consideravam que nesses casos se a Funai

não estiver apoiando “fica difícil” a permanência. Neste contexto pediram autorização para a liderança da aldeia de Mbyguaçu para lá se mobilizarem²⁰³.

Não obstante, em junho de 2004, o Ministério Público Federal, através da procuradora Analúcia Hartmann, solicitou a elaboração de Laudo Antropológico²⁰⁴ a Maria Dorothéa Post Darella do Museu Universitário da UFSC, acerca da natureza da ocupação de área florestal por indígenas Guarani.

Tratava-se da aldeia Tekoa V’ya Porã em Morro dos Cavalos. A procuradora encaminhava assim o pedido do procurador da República João Akira Omoto²⁰⁵, em vista de um procedimento administrativo criminal²⁰⁶ de invasão/ocupação e desmatamento em área que pertencia ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro pela Associação de Moradores Vento Sul de Enseada do Brito.

O Relatório de Vistoria e Inspeção²⁰⁷ da companhia de Polícia Militar de Proteção Ambiental informava que a Associação de Moradores Vento Sul de Enseada do Brito denunciara invasão no local e que juntamente com o Promotor Temático do Parque, José Eduardo Cardoso, acompanhado de Guarnição da Aeronave Águia 3 sobrevoara sete pontos indicados e localizara um deles.

O patrulhamento aéreo realizou levantamento fotográfico, tendo como referência o processo demarcatório de Morro dos Cavalos da Funai (Funai/BSB/2359/93), anterior ao atual. Nele a área de Tekoa V’ya Porã está fora dos limites, cujo total somava 12l, 8 ha, enquanto o atual é de 1.988 ha.

Esses eventos também fazem parte do contexto multicausal da saída do grupo de Amaro e Coralina de Tekoa Vy’a Porã em Morro dos Cavalos, tendo pedido autorização para a liderança de Mbyguaçu para lá se transferirem.

Em resposta à solicitação da procuradora Analucia Hartmann, o setor de Etnologia Indígena do Museu Universitário reuniu uma equipe interdisciplinar²⁰⁸, que

²⁰³ Os eventos que relataremos a seguir deram-se 15 meses após a saída do grupo de Tekoa Vy’a Porã para a aldeia de MMbyguaçu, cuja permanência analisaremos após, especialmente seu manejo agroflorestal.

²⁰⁴ Of. 01216/04-UTC/PR/SC, de 08.06.2004

²⁰⁵ Ofício nº 98/04-UCRIM/sc, de 21.05.2004

²⁰⁶ PA nº 1.33.000.002775/2003-74, de 27.05.03

²⁰⁷ nº 030/2º PEL/CPMPA de 26.02.2003

²⁰⁸ Maria Dorothéa Post Darella, Ângela Maria de Moraes Bertho (antropólogas, PUC/SP e Doutorado Interdisciplinar em C. Humanas/Ufsc respectivamente); Jean Carlos de Andrade Medeiros, Martha

apresentou o trabalho intitulado “Tekoa Vy’a Porã (Darella et al, 2004) tendo sido demonstrado o caráter tradicional do assentamento em área inserida no Relatório de Identificação de Morro dos Cavalos (Ladeira, 2002); o manejo agroflorestal na aldeia abandonada e a franca recuperação de sua mata secundária. O procurador da República João Akira Omoto arquivou o processo²⁰⁹.

Aldeia de Mbyguaçu

Em meados de 2003, Amaro e Coralina pediram autorização para o cacique de Biyguaçu e para lá se mobilizaram²¹⁰. Abriam clareira num espaço de mata, construíram as casas, acionaram a Funai para ferramentas e sementes; ao agrônomo e a mim que estávamos trabalhando nesta aldeia solicitaram sementes. Como é comum nesses processos, os pesquisadores entram na lógica da reciprocidade. Combinamos mútuo apoio, de um lado dados para minha pesquisa, de outro: sementes, mudas e alguma alimentação.

Da mesma forma que em Tekoa V’ya Porã, em Morro dos Cavalos parte da madeira retirada da clareira para plantio das roças era utilizada para esculpir entalhes com motivos indígenas, pequenos e médios animais, cenas da *Opy* etc. Esses objetos eram colocados à venda na casa de artesanato, antes na AI de Morro dos Cavalos e depois na de Mbyguaçu, vendendo também no centro de Florianópolis. Com meu apoio e de uma pesquisadora da Udesc²¹¹ venderam peças para pousadas e na Ecofeira da Lagoa da Conceição, como também deixaram em consignação em algumas lojas de artesanato.

Adriana Petri (pós-graduação em Agroecossistemas); Bruno Utermoehl e Raoni da Silva Duarte (estudantes de graduação do curso de Ciências Agrônômicas); Osvaldo Nuno Nunes (graduando do curso de Filosofia; Clóvis Brighenti (Cimisul-Palhoça) e Leonardo Werá Tupã (cacique Guarani Mbya da aldeia de Morro dos Cavalos).

²⁰⁹ Of. nº 00012/04-OCA/PR/SC em 20.07.2004.

²¹⁰ Segundo Post Darella (Comunicação pessoal), dois outros grupos anteriormente passaram por MMbyguaçu, o do Sr. Benito e do Sr. Marcílio, e se instalaram nas cercanias onde se assentou esse grupo que estamos analisando.

²¹¹ Maria Cristina Diederichsen (2003, p. 131) da Udesc realizou uma pesquisa na área de educação com este grupo Guarani.

Manejo Agroflorestal

Segundo a agrônoma Adriana Felipim, do CTI (comunicação pessoal), que trabalhou em várias aldeias em São Paulo, as maiores roças de Ilha do Cardoso eram dessa família nuclear.

Para ela o manejo da roça é sempre da família nuclear, mas envolve dependência da família extensa que pode se estender por várias aldeias de uma região ou mesmo outros Estados e até países. Se uma família perde sementes, outras as mantêm, e a troca é constante, porque as roças ocorrem em diferentes lugares no espaço e no tempo. Quando não dá para realizar roças grandes, as pequenas são realizadas pelo menos para reproduzir sementes.

Ainda segundo Felipim o manejo sempre depende da composição familiar. Mais homens significa mais circulação, possibilidade de abertura de mais roças; mais mulheres, menos circulação.

Roça, topografia e manejo

A topografia dos locais escolhidos para as roças era bastante significativa, tanto em Tekoa Vy'a Porã em Morro dos Cavalos como em Mbyguaçu. As áreas manejadas eram em depressões dos terrenos, estando seus limites em elevações, o que certamente denotava o cuidado de procurar lugares com drenagem e umidade favoráveis aos cultivos. Vale ressaltar que as casas de Amaro e Coralina foram construídas nas áreas centrais das roças, o fato de serem a liderança localiza-os nesse centro simbólico, as outras casas ficaram às margens desse centro do espaço das roças.

Para ele o melhor plantio “é onde tinha mata”, as plantas crescem fortes, “onde havia capoeira é fraco”, calculava que faria roça naquele local por dois anos, depois procuraria outro lugar.

O calendário agrícola

O corte da vegetação se deu em julho de 2003 em Mbyguaçu. Com o atraso das chuvas para época do plantio em 2003, começou-se paulatinamente com mandioca em outubro. D. Julia²¹² foi buscar as varas em Laranjeiras (aldeia do norte de SC). As sementes de milho guarani que tinham eram tanto de Sete Barras como de Tekoa Vy'a Porã. Esperavam que a Funai lhes fornecesse sementes de milho híbrido que pediram. Sementes de abóbora e arroz seco solicitaram ao aluno de agronomia que apoiava o projeto da roça coletiva em Mbyguaçu²¹³, e cinco quilos de feijão preto pediram a mim. Antes dos plantios todas as sementes foram benzidas pela manhã e depois plantadas.

Em novembro foi plantado o feijão preto; milho guarani com sementes próprias e frutíferas que doeí por solicitação: jabuticabeira (1); coco-anão (2); pitangueira (1); laranjeira (2); abacateiro (3); fruta-pão (3); cafezeiro (8) palmiteiros (30). Ainda em novembro, foram doados por particulares também da Ecofeira mudas de palmiteiros (30); sementes: milho (branco e orgânico), urucum, batatas de cará, abóbora, buchinha, ramas de mandioca, bardana (alta concentração vitamínica), feijão guandu (alimentação e adubação verde).

As frutíferas eram intercaladas com as espécies da roça. Segundo ele: “A roça planta com árvore junto, as folhas vira orgânico, quando apodrece passa pela barriga da minhoca (risos). A terra é que nem a gente que vive com saúde. A terra não desmatada é a terra boa”.

Em finais de novembro o aluno de agronomia que apoiava a agrofloresta de Mbyguaçu novamente repassou outras sementes que haviam requisitado: Arroz seco, milho pipoca e crioulo, feijão, amendoim e abóbora.

O grupo de Amaro e Coralina não participava nos trabalhos da roça coletiva de Mbyguaçu, era como se houvesse uma pequena aldeia dentro de uma maior, mesmo que a roça dessa pequena aldeia também fosse coletiva.

²¹² Dona Julia casada com o Sr. Dionísio eram os que mais viajavam para outras aldeias em visitas a parentes, trazendo sementes e mudas. D. Julia, em razão da aposentadoria, tinha condições para se deslocar entre as aldeias, visitar parentes e trazer germoplasma nativo.

²¹³ Este projeto foi descrito quando analisamos anteriormente a TI de Mbyguaçu.

Estratégias de Sobrevivência

Durante a permanência do grupo em Mbyguaçu, de meados de 2003 a meados de 2004, só contavam com uma roça e não conseguiram realizar uma segunda como queriam. Estavam impedidos porque a liderança mantinha acordos com o Ibama para a não abertura de novas clareiras. Além dessa problemática, só começaram a usufruir do que plantaram no mínimo três a quatro meses após o plantio, estando sua segurança alimentar comprometida.

O sistema tradicional de roças simultâneas em estágios diferenciados de produção estava ausente, sem poderem usufruir os alimentos de roças realizadas anteriormente, onde espécies perenes e frutíferas lhes proporcionariam coleta e caça. Esse contexto poderia ter surgido em Tekoa Vy'a Porã em Morro dos Cavalos, mas tendo ocorrido a mobilidade do grupo para Mbyguaçu, a roça anterior era muito distante para que dela usufruíssem.

Era no artesanato em madeira ou em taquara que se dava a alternativa de sobrevivência até a colheita, no fabrico das peças, na troca ou na venda, da mesma forma que havia ocorrido em Tekoa Vy'a Porã. Uma parte do artesanato era fabricado a partir do corte da vegetação para a roça. A madeira derrubada produz nutrientes ao ter uma parcela queimada, lenha para cozinhar, fabrico de casa e artefatos domésticos. Amaro produzia também peças como o petinguá (cachimbo) para troca/venda interna entre os Guarani, como também confeccionou uma escultura de águia de caráter ritual para a *Opy* (Casa de Rezas) de Mbyguaçu.

Quando iniciei minhas visitas em agosto e setembro de 2003 nesta TI, a situação de carência alimentar do grupo era flagrante, com várias pessoas adoecidas. Tinham acabado o corte e a queima e estavam no processo de busca de sementes. Fui procurada por uma formanda em Comunicação da Udesc²¹⁴ para visitar comigo as aldeias e buscar um campo para sua pesquisa, sobre educação indígena.

Como eu percorria todas as aldeias²¹⁵, ela me acompanhou e decidiu-se pelo grupo de Amaro e Coralina por ter-se sentido mais à vontade e por empatia pessoal. Sugeriu-lhe, para realizar sua pesquisa sobre educação escolar, também adentrar na

²¹⁴ Citada anteriormente na nota 211.

²¹⁵ Morro dos Cavalos, Cachoeira dos Inácios, Massiambú e Mbyguaçu.

“lógica da reciprocidade”: apoio à sua pesquisa, em troca de alimentação, que depois se estendeu à sua rede de contatos e às minhas, para venda de artesanato em consignação e na Ecofeira na Lagoa da Conceição.

Primeiras considerações do grupo para nova mobilidade

Em fevereiro de 2004, oito meses após terem se transferido para Mbyguaçu, chegou-me a notícia, através de uma pesquisadora (Flávia Mello), que Amaro e Coralina retornariam para São Paulo, e que estavam vivendo entre aquela aldeia e a de Morro dos Cavalos.

Fui visitá-los, surpresa ainda. Depois de tanta energia dispendida pelo grupo em 2002 em abrir a clareira na mata para roça em Tekoa Vy'a Porã em Morro dos Cavalos e sua retirada em 2003 para Mbyguaçu, onde novamente abriram clareira de uma área de mata secundária para novo roçado, nova partida?

Conversamos sobre vários temas, contaram-me que a Funai havia distribuído cestas básicas para as famílias no Natal, mas que só foi suficiente para uma semana, que a colheita de milho foi razoável e o tamanho das espigas foi bom, o feijão que foi pouco, a mandioca não dava bem, pouca abóbora. O programa Fome Zero que ainda não estava acontecendo.

De fato, cogitavam retornar à aldeia de Sete Barras em São Paulo, de onde vieram para S.Catarina, mas ainda não sabiam quando. Mostraram-me várias espigas de milho penduradas que seriam para o próximo plantio, mas colocaram-me que se continuassem plantando nesta roça o milho diminuiria de tamanho.

Para eles o problema era não ter mais lugar para abrir outra roça, e que mesmo tendo falado com o cacique Hyral não foi possível encontrar espaço, além de haver muita pedra, esse tema também foi recorrente nas entrevistas na aldeia de Morro dos Cavalos.

Segundo Amaro, o melhor cultivo da roça foi o de milho. Contou-me que na Juréia chegou a ter cinco roças, todo ano abria uma por causa do milho que precisava de uma terra melhor para produzir satisfatoriamente.

Mostrou-se preocupado em abalar o poder do cacique, pois queria procurar a Funai e buscar uma solução, queria plantar nas terras acima que estavam fora dos limites da aldeia. Conjecturava que se desse certo com a Funai poderia criar um

problema, pois os outros índios poderiam querer sua liderança em vez do cacique atual. Em vários momentos criticou o cacique: por não deixar abrir outra roça e porque não concordava em ter que realizar trabalhos na aldeia sem a contrapartida de receber alimentação. Amaro e Coralina também consideravam que estavam incomodando e que podiam ser avisados que teriam que deixar a aldeia.

Maria Inês Ladeira ao analisar as visitas-estadia de famílias nucleares ou grupos a aldeias constituídas coloca:

“Do ponto de vista político-social, foi possível observar que as famílias nucleares que são hóspedes numa aldeia, tendo ou não vínculos de parentesco, são cativadas a se integrarem ao grupo local, pois se constituem em força de trabalho e possibilidade de novas alianças de casamento. Já os grupos familiares com chefia espiritual/política própria são considerados hóspedes passageiros e sua estadia harmoniosa depende do respeito e reconhecimento da prevalência do grupo local dominante, pois, potencialmente, dependendo de sua composição, podem ser uma “ameaça” ao grupo e à chefia local, na medida em que podem também atrair membros para seu próprio grupo e para outros lugares” (LADEIRA, 2002, p. 30)

O grupo familiar em questão se inseria nesse contexto de conflito político/religioso e no caso também econômico/ecológico (subsistência), estando aí inserida sua cogitação em voltar para São Paulo, onde têm outros parentes.

O contexto mais amplo de Mbyguaçu e que antecedia a chegada desse grupo era a demanda da liderança anterior e da atual, da mesma família extensa junto à Funai, para o aumento da área. Pleiteiam a área das nascentes dos córregos que abastecem a aldeia e o bairro de São Miguel em Biguaçu. Acrescente-se a isso o fato de a aldeia ter necessitado pedir permissão ao Ibama para a abertura do espaço da roça coletiva.

Essa problemática tornou impeditivo o manejo tradicional praticado por esse grupo liderado por Amaro e Coralina, e que o colocou frente a alternativa de novo deslocamento em busca de terra ou adaptar-se como artesão em tempo quase integral, buscando escoamento de sua produção de artesanato como alternativa de subsistência por não poder contar com mais roças.

Situação dramática para essa liderança que tinha que encontrar uma saída viável para o grupo que tinha no manejo agroflorestal guarani o foco de sua subsistência, mesmo que para isso tivesse que continuar se deslocando. Um aspecto que me chamou a atenção foi o fato de Amaro comparar o milho que colheu com o milho plantado à mesma época na roça coletiva de Mbyguaçu. Salientou que na mesma as espigas nem

chegaram a crescer e caíram²¹⁶, o que reforçava seu argumento de que o milho tinha a cada ano que ser cultivado em área que foi de mata recém aberta.

No caso de Amaro uma clareira aberta na mata parecia ter protegido mais o milho que a localizada na roça coletiva. Neste caso uma capoeira num primeiro estágio, com pouca proteção arbórea em suas margens. Esse aspecto é relevante, pois denota, pelo menos para o milho guarani, do ponto de vista de Amaro, o caráter de itinerância necessária deste cultivo e reforça que a agrofloresta praticada por esse grupo depende mais dos nutrientes obtidos das cinzas das clareiras abertas que a efetuada pela família extensa mais importante da aldeia. Em outras palavras a famosa inconstância (deslocamentos) dos Guarani parece dever-se sobretudo em função de sua prática agroflorestal. As situações de permanência (sedentarismo) num mesmo local, onde a correlação demografia e capacidade de suporte são insustentáveis, implica em perda de aspectos do manejo tradicional, e uma dependência crescente do assistencialismo, seja oficial, seja filantrópico, ou possivelmente adaptar-se a outras formas de enriquecimento do solo. Essa foi a situação limite que o grupo de Amaro e Coralina enfrentavam, e viam como saída uma nova mobilidade.

Se em fevereiro de 2004 começaram a cogitar a volta do grupo a Sete Barras, em março uma nova possibilidade se abriu na TI de Mbyguaçu, qual seja a perspectiva de financiamento de um projeto pela Fundação Banco do Brasil de apoio à agricultura e geração de renda. Neste novo contexto, Amaro e Coralina começaram a demandar apoio à criação de aves, mas o projeto afinal não se efetivou, conforme relatamos anteriormente na análise da TI Mbyguaçu.

A preparação para a Mobilidade

Em abril de 2004, durante uma reunião da CAPI e MU/UFSC, soubemos da decisão do grupo de D. Júlia, Amaro e Coralina de sair de Mbyguaçu. Em contato com um membro da Comissão, o casal informou que através de informações de parentes em Morro dos Cavalos, existia a memória de uma área com muita mata na direção Joinville/S. Bento do Sul.

²¹⁶ De fato, como vimos anteriormente o milho da roça coletiva em MMbyguaçu caíram antes do amadurecimento total, tendo sido triturado e dado às galinhas.

Comunicaram que viajariam brevemente e passariam três dias em busca de um lugar propício para a nova aldeia e que se o encontrassem iria todo o grupo em junho, já agora composto por sete famílias²¹⁷ que totalizavam vinte e duas pessoas.

Esta escolha pode ser analisada como um feixe de significações: A. a mudança de espaço parece ser percebida como a possibilidade da permanência de um modo de vida autônomo que só se consegue com a mobilidade e não com o sedentarismo, que pode ocorrer dentro de uma mesma TI se ela contar com espaço territorial maior; B. a economia de subsistência baseia-se na busca de fertilidade que a natureza cria por si e pode proporcionar; C. um grupo com liderança constituída só se legitima enquanto tal a partir do controle e domínio de um espaço territorial próprio, mesmo que seja transitório, e se vê minimizada na tomada de decisões político/religiosas quando se encontra no espaço de uma família extensa com sua própria liderança, situação agravada quando a correlação espaço/demografia é crítica; D. a necessidade de apoio exógeno é uma constante.

Em junho de 2004, realizaram a primeira viagem para a localização de um espaço propício a uma aldeia a partir de informações de Artur Benite, ex-cacique de Morro dos Cavalos, mas segundo Amaro a viagem foi infrutífera porque não localizaram o local.

Fiz uma visita a eles e Amaro estava ansioso para voltar à região em busca do local procurado e começar a trabalhar. Haviam guardado sementes do último plantio e me solicitaram outras, de cebola e alho, além de pedido de uma lona preta para esse acampamento de uma semana. Enquanto conversávamos um menino do grupo falou algo em guarani muito empolgado e todos sorriram. Pedi que Amaro traduzisse: “Estou muito feliz de ir para a mata!”.

Amaro nesse momento colocou que havia tentado viver como o branco, mas não conseguiu. Contou-me que em Salvador trabalhou como pedreiro, que ganhava dinheiro, “mas pagar aluguel, luz, comprar comida acabava com tudo, que vida de índio era diferente, que sabendo não se passa fome na mata”.

Voltamos ao tema do local que procuravam, perguntei-lhe se sabia o que tinha lá, disse-me que muita mata e achava que tinha parque, que o lugar que procurava era bem acima, num morro.

²¹⁷ Mais uma irmã de Coralina se uniu a eles com sua família.

A tentativa de criação da aldeia de Itaguaçu

Em meados de junho de 2004 o casal Amaro/Coralina e o filho Natalino, novamente empreenderam viagem, para localizarem o lugar do assentamento na região. Visitei Mbyguaçu quando o casal estava de volta e soube que construíram uma habitação e Natalino havia ficado sozinho, enquanto Amaro e Coralina voltaram para preparar o deslocamento do grupo. No final daquele mês metade do grupo se transferiu, a outra metade seguiria dias após, enquanto os que já estavam no local preparavam outras habitações.

Cerca de uma semana após ter ocorrido essa mobilidade, houve a denúncia de familiares da proprietária da área em que estavam à delegacia do distrito de Pirabeiraba, na zona rural de Joinville. Segundo reportagem (Jornal A Notícia de 25.06.04), a área era na serra D. Francisca, a polícia florestal esteve no local e notificou a Funai, esta por sua vez faria uma reunião com os Guarani para a resolução do conflito.

O MU, a CAPI e o CIMI- Conselho Indigenista Missionário, órgãos de apoio indigenista se mobilizaram e tiveram acesso ao Relatório de Serviço da Companhia Policial de Proteção Ambiental (de 23.06.2003), que identificava o chefe do acampamento como Amaro Perez e um grupo de mais onze índios Guarani. O documento informava que o “acampamento encontra-se dentro da APA D. Francisca, próximo ao km 98 da SC 301, 500 metros mata adentro em direção ao Castelo dos Bugres”.

Esse relatório foi encaminhado à Procuradoria da República do Município de Joinville. Esta procuradoria por sua vez notificou a Funai de Curitiba²¹⁸ pedindo a identificação dos índios e a transferência dos mesmos para lugar apropriado, assim como auxílio aos mesmos.

Todos esses fatos levaram a uma reunião de entidades de apoio indigenista: CAPI-CIMI no Museu Universitário da UFSC em 28.06.04. Clovis Brighenti, pesquisador da etnia e representante do CIMI, informou que a Funai havia entrado em contato com a liderança da aldeia de Pindoty, no norte do estado de SC, acertando com a mesma a transferência do grupo para lá.

A liderança da aldeia e os transferidos para Pindoty pediram apoio ao CIMI, através de Brighenti por estarem preocupados com o desfecho de transferência do

²¹⁸ Ofício nº 570.2004

grupo de um assentamento que consideravam tradicional, e sentiam-se inseguros, pois a aldeia de Pindoty estava em processo de demarcação e temiam ações semelhantes com eles mesmos.

Um dos pontos nevrálgicos da transferência do grupo era que é vedada a transferência de grupos indígenas, salvo referendado do Congresso Nacional (Art.234 § 5º), cabendo ao Ministério Público a defesa de seus direitos e interesses. O procurador aceitou a sugestão das lideranças guarani e das entidades de apoio de se realizar uma futura reunião com a presença dessas entidades, a Funai e a Procuradoria da República do município.

Esse aspecto jurídico somado a pesquisas arqueológicas anteriormente realizadas pelo Museu Universitário, tornaram o contexto da transferência do grupo um problema complexo envolvendo várias instituições.

As pesquisas arqueológicas em questão eram objeto de um RIMA (Fossari; Reis, 1989), que foi realizado em função de projeto para a construção de uma hidrelétrica no Rio Cubatão. Coincidentemente o local do assentamento do grupo de Amaro e Coralina na Apa D. Francisca fazia parte do campo que a pesquisa cobria. Os objetivos do RIMA eram:

“... localizar, identificar e mapear possíveis sítios arqueológicos existentes na Bacia do Cubatão, bem como identificar suas condições de conservação tendo em vista os prováveis impactos decorrentes da construção do empreendimento em estudo”. (Idem, p. 11)

A hidrelétrica não foi construída. O RIMA identificou 17 sítios arqueológicos, entre: abrigo sobre rocha, aterro, estrutura subterrânea, oficina lítica e cerâmica. No mapa dos sítios arqueológicos, o sítio cerâmico coincidia com a localização aproximada da área em que o grupo em questão escolheu para a nova aldeia. A referência a este sítio cerâmico é:

“Sítio número 17

Na região de Morro Pelado, localizada na Serra de São Bento do Sul, com acesso por estrada vicinal cuja entrada se localiza à esquerda de quem sobe a referida serra, há referências, obtidas, infelizmente no último dia de permanência no campo, de que há a presença de um paredão de pedra, com uma provável gruta, que se constitui hoje em atração turística.

O informante, Sr. Wilson Meyer, residente no km 19 da SC 301, fez menção, também, da ocorrência de cerâmica indígena na região acima referida.

Recomenda-se, neste caso, como indispensável uma visita ao local, para que se verifique as condições de conservação do mesmo e as possibilidades de serem localizados outros vestígios arqueológicos.” (Idem p. 13)

São várias as coincidências, pois o informante do Rima para este sítio em 1989, Wilson Myer, tem o mesmo sobrenome da atual proprietária, Paula Myer²¹⁹, proprietária do local que o grupo Guarani escolheu para a criação da aldeia. A denominação da aldeia pelo grupo foi “Itaguaçu”- “Pedra Grande”. A referência da Polícia Ambiental, no Relatório de Serviço acima citado, foi que a aldeia se localizava no caminho do “Castelo dos Bugres”, uma formação rochosa espetacular cuja imagem é recorrente em publicações ambientais sobre a Serra D. Francisca. Finalmente, a localização do “Castelo dos Bugres” está no itinerário de um dos ramais do Caminho do Peabiru.

Perante esse conjunto de fatos, informações e estudos, a CAPI o CIMI e o Setor de Etnologia do MU/UFSC enviaram um documento conjunto à Procuradoria da República do Município de Joinville, reiterando a solicitação de uma reunião com a Procuradoria e a Funai para encaminhamento de um pedido formal à Funai de um “Estudo de Região”²²⁰.

Além das evidências arqueológicas, os pesquisadores traziam à memória a insistência de diversos Guarani, de que essa região foi palco de muitos assentamentos tradicionais da etnia, bem como informações de moradores locais registrados no RIMA, atestando presença indígena à época (1989) na região da bacia do Rio Cubatão.

Na reunião realizada em Pindoty entre o grupo oriundo da APA D.Francisca e outras lideranças, procuradores da república e entidades de apoio, em 14 de julho de 2004 foram dois os destaques. O primeiro por parte dos Guarani, que estavam convencidos de que essa região era de assentamentos tradicionais, explicitamente solicitavam que o grupo tinha intenções de voltar a ocupar a área, tendo inclusive deixado vários pertences no lugar em que estavam montando a aldeia.

Segundo, a procuradoria sugeria a formação de um GT à Funai, informando inclusive, que na região da Apa D. Francisca existia uma área da empresa Engepasa, endividada com o INSS e seria possível que se tornasse terra devoluta da União e

²¹⁹ Também citada na reportagem do Jornal A Notícia de 25.06.03.

²²⁰ Estudo preliminar que tem por objetivo verificar procedência ou não para formação de um GT para identificação e delimitação de TI.

pudesse ser repassada para os Guarani, mas advertiu que o processo poderia ser de longo prazo.

Parte do grupo passou a viver na aldeia de Pindoty no norte do Estado, a Funasa trouxe de volta a Mbyguaçu D. Julia, por encontrar-se doente, e nesta TI poder ter assistência médica, acompanhou-a uma das filhas e sua família. A Funai transportou o restante do grupo que ficou em Mbyguaçu para a AI Pindoty que estava em processo de demarcação com cerca de 2000 ha.

Em 2005 durante Encontro do CTI com as lideranças Guarani de Santa Catarina²²¹ ocorrido na AI Morro dos Cavalos encontrei Natalino, filho de Amaro e Coralina e perguntei-lhe sobre seus pais. Disse-me que ainda estavam em Pindoty e se preparavam para voltar à aldeia de Sete Barras no Estado de São Paulo, mas que ele permaneceria. Perguntei-lhe porque tinha decidido ficar em Santa Catarina, sorrindo me disse que havia casado, sua irmã também, e tinha tido um bebê, o pai, um jovem de Morro dos Cavalos iria com os pais para Sete Barras.

Durante uma apresentação de música no Encontro, ele foi o tocador de “rabel”. Quando deixei a aldeia despedi-me dele e de todos no lugar do encontro, que se realizou nas instalações morro acima na antiga escola. Baixei o morro e me dirigi ao carro para voltar. Liguei o motor do carro para pegar a BR 101, e vi alguém me acenando bem abaixo, ofegante, sob uma árvore e com um enorme sorriso. Era novamente Natalino.

4.3. Os Significados e os Conflitos em torno da Mobilidade

Um dos objetivos em acompanhar e analisar a trajetória de mobilidade do grupo de D. Julia, Amaro e Coralina foi ampliar minha percepção para a lógica que os levou a esses deslocamentos, tão recorrentes entre os Guarani.

Seriam razões de ordem mitológica como “a busca da terra sem mal”? Seriam estratégias de sobrevivência como a busca de ecossistemas férteis para seu manejo agro florestal? Seriam motivos oriundos de conflitos políticos internos às aldeias? Seriam conflitos resultantes de intrusões alheias em seus locais de assentamento?

²²¹ Esse Encontro também teve como objetivos distribuir a publicação “Terras Guarani no Litoral-Ka’agüy oreramói Kuéry ojou rive vaekue y (As matas que foram reveladas aos nossos antigos avós)” (2005), para as instituições envolvidas com a questão indígena no litoral: Funai, Funasa, Epagri, Procuradoria da República, Capi, universidades regionais etc.

A análise da trajetória desse grupo aponta para todas essas questões simultaneamente, e para uma quinta, inusitada para mim, e que fui informada de maneira indireta, visto não tê-la obtido de nenhum de seus membros. A transferência desse grupo para Mbyguaçu teria ocorrido também para que Amaro fizesse um tratamento para alcoolismo com Sr. Alcindo²²².

Essas cinco razões se entrelaçam neste caso específico. Começando pela última, Sr. Alcindo é contrário à ingestão de bebidas alcoólicas na aldeia, estando empenhado em realizar tratamentos e querendo recuperar a bebida tradicional guarani à base de milho, por considerá-la mais saudável. Como já vimos, seu esforço com a produção de milho na roça coletiva em parte teve esse objetivo, inserido no tratamento de alcoolismo com apoio da Funasa, além do ritual de fazer a bebida e ensinar aos mais jovens como fazê-la.

A fala de Amaro sobre essa questão ao se referir aos Guarani trazidos pela Funai de Bracuí para Sete Barras, deixou claro que desvalorizava essa prática mesmo que, segundo fui informada, incorresse nela, mas sua permanência na aldeia por determinado tempo demonstrou seu esforço em livrar-se da mesma.

Quanto à busca de ecossistemas férteis para instalação de roças, as falas de Amaro denotaram um apego seja ao sistema tradicional de agricultura, seja ao sistema tradicional de aldeamento, onde a roça envolve as casas. Estas de madeira roliça do mato e palha de palmeira, mesmo que tenha me informado da dificuldade de encontrar palmeiras em abundância para com suas folhas restaurar o telhado, tendo recorrido a lonas de plástico para este fim. Chegou a conjecturar a possibilidade de obtenção de telhas. A limitação dos recursos naturais tem-se traduzido num impedimento para viver de forma tradicional seja pelo tamanho das áreas indígenas, que de certa maneira traduz-se em pobreza ambiental. A impossibilidade de abrir outra roça levou-o a novo deslocamento para a APA D. Francisca, na tentativa de criar a aldeia de Itaguaçu.

Existia a possibilidade de aderir a formas de enriquecimento do solo proposto pelo agrônomo que esteve na aldeia de Biiguaçu, com cobertura do solo a partir da serrapilheira da limpeza temporária das ervas competitivas que cresciam nos cultivares.

²²² De fato, essa questão norteou a saída do marido de D. Julia (mãe de Coralina), Sr. Dionísio em meados de outubro de 2003 da aldeia. Nesta época fui visitá-los e perguntei à Coralina pelo Sr. Dionísio, porque não o via, e sempre estive conosco em torno do “fogo de chão” conversando quando eu lá chegava. Segundo Coralina, ele estava em Marangatu porque estava dando problema permanecer em Mbyguaçu e continuar alcoolizado. Tempos depois deslocou-se para Morro dos Cavalos e novamente voltou a Mbyguaçu.

Também foi proposto a ele por mim, cultivo de mamona entre os cultivares e sazonalmente proceder à picagem de caules e folhas para adubação verde.

Os métodos agroecológicos necessitam de maior tempo de permanência, observação e experimentação do nicho ecológico em manejo, em outras palavras, conhecimento local e sedentarismo. O desafio está em produzir não só alimentos, mas a própria fertilidade e conservação do solo, ou seja, a sustentabilidade ecológica dessa agricultura a longo prazo.

Amaro não mostrou maior interesse por esses métodos, o que para nós não significava em negar seus conhecimentos tradicionais de manejo, mas em enriquecê-los com conhecimentos de alguns métodos em agroecologia, devido ao impedimento da circularidade tradicional das roças. Segundo seu depoimento, abrir roça na mata é o seu sistema, ou seja, o enriquecimento do solo se dá pelo ciclo natural e pela itinerância em abrir novas roças. O manejo com o qual opera em suas roças implica em deslocamentos constantes para captura de fertilidade ou em busca de nichos férteis. Juntamente com a possibilidade de obtenção de caça, esse manejo está no âmago da mobilidade em termos ecológicos – a busca da terra boa ou sem mal.

É sintomático que a restritividade das unidades de conservação, mesmo que implique em conviver em situações de conflitos com as agências ambientais que as administram, significa a possibilidade de manter seu sistema tradicional de roças. São de diversas ordens os tipos de conflitos que estiveram presentes e motivaram suas várias mobilidades.

Se voltarmos ao histórico de deslocamentos de Amaro e Coralina, temos que ele vindo de Coroa Vermelha na Bahia e ela das ilhas de Superagui e Peças no Paraná encontraram-se em Cananéia. Estiveram entre os 40 primeiros Guarani que entraram na Ilha do Cardoso em 1992.

A década de 1990 foi um período bastante nevrálgico para esse grupo que buscava assentar-se em áreas florestadas da Mata Atlântica decretadas UCs de uso indireto. Foram monitorados de perto pelas agências ambientais que também criticaram a Funai pela sua ausência no trato com a questão Guarani. Várias instituições envolveram-se para administrar os conflitos que surgiram com a mobilidade dos grupos.

Abaixo transcrevo trechos do relatório de Antonio Teleginski, advogado do Instituto Florestal e Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (1994, p.1-11):

I. Situação Atual

“(...) três famílias guarani chegaram a Iguape. Foram alojadas ... no bairro denominado “Ilha Grande”, junto à Estação Ecológica de Chauás, por um índio Guarani aculturado, pertencente ao ramo dos “caiovás” do Mato Grosso do Sul.

(...) reunimo-nos com ele na sede do SOS Mata Atlântica... Foram infrutíferos os nossos esforços para tentar fixá-los em uma das reservas existentes no Itatins, Bananal ou Rio Branco.

Todos os índios migrantes contactados dizem que querem terras “do Governo” “para morar” e “para ficar”, (...)

(...) Em Iguape, enquanto uma família permanece junto à Estação de Chauás, outras, tomando rumo norte, estabeleceram-se às margens do Rio Peroupaya, afluente da margem esquerda do Rio Ribeira.

(...) Em março de 1994, índios guarani desse mesmo grupo tribal, foram encontrados na Estação Ecológica da Juréia, carregados de palmito.

(...) Segundo informações, uma dessas famílias encontra-se no sítio do Sr. França, em regime próximo ao da escravidão (...)

(...) As crianças índias ficam em Cananéia, pedindo esmola (...)

(...) Deixaram as ilhas de Superagui e das Peças, queixando-se que ali não podiam produzir. Na verdade, baseando-me em informações de João Cardoso, titular de posse e domínio do sítio Santa Cruz, na Ilha do Cardoso, os guarani não conhecem o solo, ... não sabem plantar... o feijão foi semeado como se semeia o trigo..., a mandioca deu exuberante ramagem e pouca ou nenhuma raiz...(..)

(...) Os índios não são pescadores (...)

(...) Diante da informação de que os índios vêm passando fome e que estão sobrecarregando o caiçara (...)

Depois de monitorar os deslocamentos do grupo e suas dificuldades, Teleginski propõe uma alternativa para assentar o grupo:

Uma Proposta Concreta Para Resolver o Problema do Grupo Tribal Nômade

Importa reconhecer que se trata de índios guarani. O fato de terem vindo da Argentina, é irrelevante. Cabe-nos a tarefa de prestar os socorros que estejam ao alcance de nossas mãos.

Com esse propósito, analisando a situação concreta desse grupo tribal, hoje disseminado ao longo da 170 km da costa do Estado de São Paulo, devemos convir que não é possível criar uma Reserva Indígena para cada uma das famílias, sob pena de perdermos esse território. A lógica nos deve levar para uma solução definitiva e que seja do interesse de todo grupo tribal, e do Estado.

Esta solução é perfeitamente viável, desde que se encontre uma área grande capaz de abrigar todas as famílias do grupo.

Esta área existe, na parte continental do município de Cananéia. Não está sujeita a grandes restrições ambientais, acha-se livre de outras ocupações e pertence ao Estado. Poderá inclusive, ser aumentada, porque seu entorno é constituído de terras de domínio indefinido, provavelmente, de terras devolutas (área não discriminada). Visitaram a área dois índios migrantes, representantes do grupo tribal, sendo um deles, de nome Rodrigo, um dos anciãos do grupo, acompanhados de um guarani da reserva do Rio Branco de Itanhaém e de outro guarani da Reserva de Itatins.

Os visitantes gostaram da área.

Caso o projeto seja viável, há uma instituição que acena com recursos aos índios, durante o tempo da primeira safra”.

Não obstante o desconhecimento e os desencontros entre a vivência de uma territorialidade tão própria aos grupos Guarani em mobilidade e suas estratégias de subsistência em situações adversas, e a perspectiva de um conceito de territorialidade próprio à sociedade envolvente, o IF levou à frente o projeto de criar uma reserva, a de “Cantagalo”, para os Guarani.

Segundo Ladeira (ISA, 1991-1995, p. 773-780):

“Com o intuito de retirar os guarani da Ilha do Cardoso, o advogado do IF promoveu, em ação conjugada com o pároco de Cananéia, em outubro de 1994, a vinda de um grupo familiar guarani que vivia na aldeia Itaoca (...) para habitar uma área no continente de Cananéia (...) que o IF deseja transformar em reserva indígena, através do Estado. O objetivo desse plano era fazer com que essa família guarani, ao ocupar e formar a nova aldeia, atraísse as famílias Mbyá para fora da Ilha do Cardoso.

Por não levar em consideração as regras sociais que fundamentam a dinâmica de mobilidade e composição das aldeias, cada qual sob um dirigente político e religioso, este plano não vingou... a família guarani... deixou “Cantagalo”, alegando falta de condições, tais como difícil acesso e pressão de outros moradores.

Em 1996 a Procuradoria Geral da República decidiu pela permanência de um grupo Guarani na Ilha do Cardoso (Agência Estado a, 2001). Foi elaborado o plano de manejo da UC com diversas entidades: CTI, Procuradoria da República, PEIC e os Guarani. Sua permanência implicou no cumprimento de algumas normas, como manutenção dos modos tradicionais de vida, não extração de palmito e bromélias para venda etc. Alguns projetos de plantio piloto de palmitos, de viveiros de mudas para comercialização e apoio à agricultura tradicional e ao artesanato foram implementados

por ONGS ou prefeituras. A Secretaria do Meio Ambiente que administra a Ilha do Cardoso, a partir da decisão da Procuradoria, deixou de discutir a retirada dos Guarani e passou a trabalhar para minimizar os impactos de sua presença.

No plano interno ao grupo também houve adequação, permanecendo o grupo do cacique Marcilio, mais tradicionalista, que contava com quarenta e quatro pessoas (44), sendo que havia chegado a setenta e seis (76) o número de habitantes. Houve acordo entre os Guarani e os administradores para saída de grupos que extraíam e comercializavam recursos naturais.

Portanto, parece ser que a mobilidade do grupo que estamos analisando está intimamente ligada também a conflitos externos, como o controle demográfico na Ilha do Cardoso por parte da administração da UC.

O grupo de Amaro e Coralina não ficou na Ilha do Cardoso, já em 1994 Amaro liderou o deslocamento de quarenta e dois (42) guarani para a Estação Ecológica Juréia-Itatins. Nessa área, segundo Liana John (Agência Estado b, 2001), ocorreu a construção de seis casas com roças junto à praia, mas o solo arenoso e ataques de mutucas inviabilizaram sua permanência. Em 1999 o grupo transferiu-se mais para o interior, criando a Aldeia de Sete Barras, sobreposta ao Parque Estadual de Intervales.

Em seus depoimentos a mim, Amaro afirmou que transferiram-se da Juréia para Intervales porque a Funai e o Parque não conversavam, e tinham que conversar para poder abrir o mato e fazer roça. Para ele Sete Barras (Intervales) foi o melhor lugar para roças em que viveu.

Tiveram uma série de conflitos, tanto com a administração das UCs no Estado de São Paulo (Estação Ecológica, Intervales), quanto com a Funai, com a transferência dos Guarani de Bracuí, tendo sido criada uma situação de insegurança política para o grupo, na medida em que se cogitou a eleição de um segundo cacique para o grupo recém chegado. Insegurança na dimensão intracultural por disputas de poder político, e insegurança porque vulneráveis a conflitos interculturais em terras não demarcadas e sobrepostas a UC de proteção integral.

A mobilidade de Sete Barras a Morro dos Cavalos traz em seu bojo tanto conflitos internos, visto que de acordo com Amaro saíram para não brigar, quanto conflitos interinstitucionais entre Funai e Instituto Florestal. A ação da Funai ao promover a transferência de cem Guarani de Bracuí²²³, uma TI homologada sem

²²³ A TI de Bracuí foi homologada em 03/07/95 com 2000 ha. (LADEIRA, 2001, Anexos).

conflitos fundiários, para uma situação de conflito, expôs à fragilidade o grupo de Amaro e Coralina que à época era constituído por cinco famílias. A exemplo do que ocorreu na Ilha do Cardoso, na qual a Procuradoria deixou de discutir a retirada do grupo do Sr. Marcílio, e o apoio de Ongs passou a minimizar os impactos ambientais, o grupo em questão poderia potencialmente permanecer em Intervales e se beneficiar com um manejo integrado entre a UC e esse grupo indígena.

O desfecho dessa mobilidade no Estado de São Paulo, orquestrado por conflitos e monitoramentos constantes, foi recorrer à família extensa, mesmo que a primeira etapa em Morro dos Cavalos, tenha sido também numa área indígena decretada UC e sem apoio, segundo palavras de Amaro, por parte da Funai que os trouxe, deixaram a área.

É importante acentuar que este grupo chegou a Santa Catarina como provavelmente chegaram outros, buscando um lugar para seu assentamento, mas a sua permanência teria implicado em rupturas em seu manejo tradicional que insistiam em continuar realizando.

A intensa mobilidade se deu portanto, de TekoaV'ya Porã em Morro dos Cavalos para Mbyguaçu, da primeira saíram, segundo Amaro por falta de apoio e conflitos com os não índios, na segunda, onde os primeiros sinais de conflito novamente começaram a surgir em função da falta de espaço para suas roças. A mobilidade para uma área florestada, a partir da memória de vários Guarani coincidiu com uma APA, de onde foram retirados por várias instituições para outra área indígena, a de Pindoty, e de lá voltaram para Sete Barras.

5. CONSIDERALÇÕES FINAIS

Sobre a Mobilidade Guarani

A mobilidade guarani é um fato fartamente atestado na literatura, seja em função de sua expansão, seja em busca de novos espaços férteis, seja pelo aumento demográfico das aldeias, mas como afirma Ivori Garlet (1997), o ritmo tem-se acentuado paulatinamente por não encontrarem condições favoráveis de realizar “seu modo de ser”, seu padrão cultural, o que atesta a experiência de mobilidade do grupo que analisamos.

A arqueologia dos sítios guarani tem demonstrado situações de sedentarismo em épocas pré-coloniais (NOELLI, 1997), em que o movimento é propriamente o da circularidade em função do manejo agroflorestal nos espaços territoriais de domínio.

A dispersão atestada pela etnohistória, como vimos na primeira parte desta tese, através dos processos de colonização, transformação e fragmentação dos ecossistemas subtropicais, impôs aos Guarani estratégias de subsistência e manejo agroflorestal constantemente atualizadas e diferenciadas para compensar o empobrecimento florestal, um dos “males da terra”.

Essas considerações nos remetem à verificação das hipóteses da tese: Como hipótese principal de pesquisa, aponte que a tradicionalidade da cultura guarani, aliada à sua mobilidade, teria favorecido a conservação de seus saberes tradicionais aliada à sua mobilidade. No entanto, o acentuado desflorestamento da Mata Atlântica, a falta de demarcação de terras e as tentativas de preservar seus remanescentes através da implantação de UCs, teriam gerado a restrição do uso de espaços territoriais e de recursos naturais pelos Guarani, impactando seu manejo agro florestal, ou seja, a itinerância das roças tradicionais. Este contexto teria gerado o sedentarismo e a insegurança alimentar dos Guarani dos Tekohá do Tabuleiro, em especial os da aldeia de Morro dos Cavalos sobreposta ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro .

A hipótese auxiliar foi de que a morosidade dos processos de demarcação, de ampliação das terras indígenas e a degradação destas pequenas áreas pelo uso intenso comprometeriam gravemente a sustentabilidade etnoambiental e seus saberes tradicionais de manejo agroflorestal, sendo estas as condições básicas para a Conservação em Terras Indígenas.

Conforme foi verificado em campo, as formas de mobilidade entre os Guarani da região da Serra do Tabuleiro são diferenciadas. Uma delas se traduz em visitas ou estadas temporárias de famílias ou pessoas entre as aldeias onde têm parentes. Outra consiste na vinda de famílias ou grupos familiares também pela via do parentesco, buscando estabelecer-se, como foi o caso do grupo de Amaro e Coralina.

A relação direta entre a tradicionalidade da cultura Guarani como favorecendo a conservação de seus saberes tradicionais, aliada à mobilidade, pôde ser verificada na geração dos mais velhos e do grupo de Amaro e Coralina, mas não na dos mais jovens que, pela restrição de um meio biofísico adequado para suas atividades agroflorestais, vêm perdendo o interesse pelas mesmas. Esse dado tem poder explicativo se considerarmos que a mobilidade Guarani tem decrescido ao mesmo tempo que as aldeias têm aumentado demograficamente, mesmo que haja um déficit de terras demarcadas em Santa Catarina, desta forma a geração dos mais velhos pode operar o manejo agroflorestal que contemporaneamente torna-se cada vez mais difícil nas áreas indígenas.

Em contrapartida, as instituições tentaram atenuar essa situação adversa com ações assistenciais e só recentemente verifica-se a implantação de projetos que, ora mais ora menos, conseguem equacionar ações conjuntas com os Guarani para a melhoria de sua qualidade de vida aliada à conservação de recursos naturais.

É também necessário diferenciar propriamente a mobilidade entre as aldeias com a circularidade das roças nos espaços de domínio. O grupo de Amaro e Coralina em sua mobilidade por quatro desses espaços²²⁴ em Santa Catarina, sempre se estabeleceu de forma independente do grupo local por ter chefia própria, e aponta para uma conjugação desses conceitos, ou seja uma mobilidade com características de circularidade de roças em busca de espaços para seu manejo agroflorestal, coleta e caça.

A média de tempo em cada um desses locais foi de um ano, sendo uma somatória de motivos o que os levou às entradas e saídas: conflitos internos e externos, pressões de moradores próximos, tratamento de saúde, impedimento de abrir novas roças etc.

Esse contexto e o tempo de permanência trouxe o inconveniente de uma certa fragmentaridade nos saberes tradicionais, que tem a ver com o conhecimento de longo prazo do ecossistema de domínio. Daí também os recorrentes problemas com a pouca

²²⁴ Em Tekoa Porã/Morro dos Cavalos, Mbyguaçu, Apa D. Francisca (Itaguaçu) e Pindoty.

produtividade das roças, reflexo do espaço reduzido, da pobreza ambiental do mesmo, ou falta de apoio de instituições. Vive-se um lamento do presente e um saudosismo do que foi no passado.

O espaço reduzido, a pobreza ambiental das áreas e os conflitos por sua vez associam-se ao desgastes inerentes a essa busca constante de novos espaços, deixando para trás roças com espécies perenes²²⁵ que estão fora do alcance do próprio usufruto. Uma herança para os que permanecerem, mas por quanto tempo?

O espaço/tempo Guarani se fragmentou na modernidade na medida em que a mobilidade contemporânea é moderna e reativa/adaptativa à sociedade envolvente e não aos próprios padrões, sendo constantemente monitorada e intrusada.

Nesse sentido a modernidade dessa mobilidade é o resultado de uma tradição própria, uma outra tradição mesmo que transformada. A tradição do ciclo ecológico longo, a da cadeia alimentar de longo prazo encontra cercas, limites e conflitos constantes, e a resposta continua sendo uma nova busca num contexto também transformado, deficitário em florestas.

Mas as histórias de outras vidas e de outros grupos nos mostram que a persistência na mobilidade também tem limites, rememoram que eram felizes até que os portugueses chegaram, como ouvimos do Sr. Augusto no filme “Os Guerreiros da Liberdade” reivindicando o direito inalienável à demarcação de terras. Ou como também o Sr. Alcindo, xamã da aldeia de Mbyguaçu, que depois de um longo processo que homologou a terra do grupo a que pertence, critica as “andanças dos Guarani”, os quais, segundo ele “têm que parar e plantar”.

Sobre a sustentabilidade etnoambiental das aldeias indígenas

Da dispersão pós-colonial à mobilidade contemporânea, cada vez mais intrusada em função do reordenamento territorial na Mata Atlântica com o intuito de preservar seus remanescentes florestais, colocam-se como urgentes os diálogos interinstitucionais, a formação de recursos humanos mediáticos em campos do conhecimento na interface entre cultura e natureza.

²²⁵ Em Tekoa Porã (Morro dos Cavalos), Mbyguaçu, Pindoty.

É na interface entre as expressões guarani locais e os ecossistemas com os quais interagem que está colocado o desafio intercultural entre os gestores ambientais²²⁶ e os próprios Guarani, de aliar segurança alimentar e conservação dos recursos.

Esse desafio inclui a inter-relação entre sedentarismo e demarcação de terras na medida em que a mobilidade Guarani tem esgotado suas estratégias de invisibilidade e uso dos recursos. O seu manejo agroflorestal que, tendo sido sustentável num contexto de domínio de amplos espaços territoriais, contemporaneamente se vê acuado pelo déficit florestal da Mata Atlântica em geral e nas AIs e TIs em particular. A baixa relação área/densidade demográfica comporta menos circularidade das roças e conseqüentemente o esgotamento dos nutrientes do solo das roças pelo uso continuado.

A agrofloresta Guarani ao ser resgatada pelos projetos de sustentabilidade etnoambiental pode ser acrescida de métodos igualmente eficazes e ajustada ao seu inevitável sedentarismo em curso, e à problemática ambiental contemporânea global e local que inclui: A. redução do uso do fogo nas roças por cobertura; B. Inclusão de sementes de pequenos arbustos que nitrogenam o solo e servem de cobertura ou ciscagem de aves; C. Cata de sementes locais para viveiros de mudas com replantio continuado; D. Enriquecimento florestal elencado pelos Guarani com aportes externos e finalmente E. Incentivo ao replantio também constante de espécies utilizadas para o artesanato tradicional: caixeta, taquara, bambu e sementes, como alternativa de renda. O incentivo com a venda do excedente da agricultura nos parece equivocado na medida em que pressiona ainda mais os ecossistemas das AIs e TIs que poderiam ser prioritários para sua segurança alimentar, colocando os Guarani na iminência de investimentos em insumos agrícolas e em situação de procurarem escoamento no mercado.

Os projetos até agora implantados, os impedidos de o serem ou os em curso ressentem-se, entretanto, de contarem ora com áreas diminutas, ora com impedimentos de não finalizações jurídico/fundiárias, ora com aportes exclusivamente externos. O aumento das áreas é a pré-condição primeira para se construir a possibilidade de sustentabilidade etnoambiental a longo prazo e para uma aliança viável entre esta e a conservação dos recursos naturais com os Guarani da região da Serra do Tabuleiro.

De modo semelhante, vale a pena aqui considerar as perguntas norteadoras desta tese:

²²⁶ Alocados na Funai, nas Ongs, no Ministério do Meio Ambiente, nas secretarias municipais e estaduais de meio ambiente e agricultura.

a) A biodiversidade nas áreas indígenas da região da Serra do Tabuleiro, é fator propiciador da tradicionalidade dos Guarani?

b) Que fatores interagem para a sustentabilidade de seu manejo agroflorestal? Ou quais a impactam e como?

A UC do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, criada em 1975, veio sobrepor-se à aldeia de Morro dos Cavalos, existindo ainda em seu entorno as aldeias de Massiambú e Cambirela e Cachoeira dos Inácios. Este contexto potencializa:

c) Riscos para a sustentabilidade etnoambiental ou

d) Viabilidade de uma gestão integrada dos recursos naturais entre essas áreas indígenas e esta UC?

Pode-se considerar aqui que:

a) A biodiversidade nas AIs e TI da região da Serra do Tabuleiro não é propiciadora da tradicionalidade da cultura etnoambiental Guarani, são áreas que quando demarcadas apresentam pobreza de recursos naturais, própria de seu manejo.

b) Os fatores que interagem para a sustentabilidade de seu manejo agroflorestal ainda são apoios dos projetos implantados que têm sido sensíveis às demandas dos Guarani para incluir enriquecimento florestal nas TIs e AIs. Os principais fatores que a impactam são dois:

Primeiro, a correlação área/densidade demográfica, portanto, a ampliação dessas áreas faz-se urgente. Segundo, a não inclusão nos projetos implantados de capacitação dos Guarani para enriquecimento florestal de forma endógena e continuada dos recursos naturais constantemente em uso, como é o caso da lenha e matérias primas para artesanato.

A sobreposição total de Morro dos Cavalos ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, e em seu entorno Cambirela e Massiambu, tem criado impasses para a homologação da primeira, e indecisões para a demarcação da segunda e da terceira. Em decorrência, têm:

c) causado riscos à sustentabilidade etnoambiental das três, na medida em que o Projeto Microbacias² está impedido pela Promotoria do Parque para construir, junto aos Guarani dessas áreas, ações que melhorem sua qualidade de vida aliada à conservação de recursos naturais.

Quanto à Cachoeira dos Inácios, também no entorno do Parque, é a TI onde três projetos têm sido implantados e efetivamente a segurança alimentar e o enriquecimento

florestal apresentam sensíveis melhorias, entretanto o incentivo à produção de excedentes para venda e conseqüentemente obtenção de renda pressiona os recursos naturais e necessita de insumos agrícolas de forma exógena. Já colocamos anteriormente que o incentivo para geração de renda seria melhor direcionado via artesanato. De uma maneira geral o enfoque da sustentabilidade nos projetos implantados nessa TI precisam ser melhor equacionados para não redundar no assistencialismo junto aos Guarani, como foi o caso da criação de suínos que acabou por falta de matrizes que foram consumidas.

d) Quanto à viabilidade de uma gestão integrada entre essas AIs e TI e a UC, antes de mais nada é necessário uma integração institucional entre a Fatma a Funai e a Epagri para ações conjuntas no estado de Santa Catarina. De certa maneira o Projeto Microbacias2 pode ser considerado como um “laboratório de viabilidade”, mas só tem sido implantado em Cachoeira dos Inácios, na região da Serra do Tabuleiro,²²⁷ pela definição fundiária que apresenta. Quanto a Morro dos Cavalos, a Fatma contesta sua demarcação de 1988 ha e sugere com permuta a área de 121,8 ha de uma demarcação anterior, não aceita pelos Guarani e acatada pela Funai que formou outro GT para a demarcação atual de 1.988 ha.

A reatividade ainda tem uma forte presença nas relações interinstitucionais para a construção dessa gestão integrada entre a unidade de conservação e a área indígena através de um plano de manejo.

A perspectiva da Etnoconservação

Finalmente, a etnoconservação em áreas indígenas sobrepostas ou não a unidades de conservação é um tema de importância crescente tanto para os próprios povos indígenas quanto para a conservação da natureza e sua diversidade no mundo contemporâneo.

Os Guarani da Serra do Tabuleiro, antigo Mbiaçá nas fontes quinhentistas, protagonizam nos últimos anos o impasse de um conflito anunciado há três décadas, quando da criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro em que a preservação de remanescentes florestais da Mata Atlântica começou a ser esboçado. A sobreposição total da área indígena de Morro dos Cavalos com o parque não é fortuita, ela sinaliza

²²⁷ Vale lembrar que em Mbyguaçu, onde também o Microbacias2 está atuando, está fora do entorno do Parque.

um direito indígena que não foi cumprido, o da demarcação de terras indígenas tradicionais, como ficou demonstrado no levantamento histórico realizado.

O objetivo dessa pesquisa foi contribuir para o conhecimento dos fatores que promovem ou não a sustentabilidade etnoambiental das aldeias guarani da Serra do Tabuleiro, por entender que é a partir dessa condição que essas áreas indígenas podem somar-se aos esforços da conservação da biodiversidade na Mata Atlântica na perspectiva da Etnoconservação.

Essa perspectiva defende que as culturas indígenas são dotadas de uma racionalidade diferenciada, através de sua cosmologia (visão de mundo) em que cultura e natureza se relacionam, sendo importantes aliadas para a construção de um manejo onde saberes tradicionais e científicos podem contribuir para a sustentabilidade ecológica dessas áreas. Propõe ainda a integração dos direitos indígenas, a valorização e o resgate de seus saberes tradicionais, entre eles a agricultura de subsistência de baixo impacto e seu manejo com princípios sustentáveis, com aumento da biodiversidade, itinerância pelo território, prescindindo de fertilizantes e agrotóxicos sendo pouco dirigida ao mercado, pressionando menos o ecossistema.

Esta tese tentou realizar o percurso interdisciplinar metodológico na perspectiva da Etnoconservação ao interrelacionar a cosmologia, a noção de territorialidade e o manejo agroflorestal Guarani na literatura antropológica, seja pela via da história do contato e da etnohistória indígena como resposta a esse mesmo contato. Outro aspecto interrelacionado foi o contexto atual referente à sustentabilidade etnoambiental do espaço territorial do antigo Mbiaçá na região da Serra do Tabuleiro.

As análise sobre a cosmologia Guarani, como vimos, na primeira parte da tese, foi traduzida na esfera de um conceito que a perspectivou como religião na acepção dos primeiros pesquisadores. Em outras palavras, influenciada por uma episteme cartesiana mais voltada à separação das esferas de concepção e ação, ressentiu-se de não estabelecer as relações antes conjuntivas que disjuntivas, aquelas próprias aos sistemas holistas como é o caso da cultura Guarani.

Influenciada por essa fragmentação e como que para compensá-la passou-se à busca de “sentido” dessa cultura. Assim ao analisarmos linearmente essas interpretações percebemos que a semântica desse sistema cultural foi primeiro interpretado na religião, que depois foi ampliando-se para os aspectos ecológicos e posteriormente para sua concepção de territorialidade.

Os Guarani e seus espaços territoriais de domínio foram inseridos no sistema mundo no século XVI pela via direta da expansão demográfica europeia aliada ao comércio ultramarino de mercadorias e recursos naturais, e pela via indireta através do missionamento “civilizatório” e “salvacionista” dos jesuítas.

Com a crise ambiental desse sistema mundo traduzido hoje pela globalização e a emergência do ambientalismo, voltam ao cenário os remanescentes indígenas que sobrevivem nos remanescentes florestais do que resta de seu mundo. A pobreza florestal da Mata Atlântica se traduz veementemente na pobreza dos Guarani, que na atualidade esgrimem seu direito à demarcação de terras para poder continuar sendo Guarani.

O processo de reordenamento territorial em curso necessita de respostas e soluções que não firam esse direito, mas que também promovam a conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida desses remanescentes humanos e naturais. O Mbiaçá, como vimos, inseria-se na lógica e na dinâmica da territorialidade Guarani através da expansão de seus domínios e da circularidade de seu manejo agroflorestal. O amplo território não exclusivo dessa etnia transformou-se ao longo do tempo pelas interferências externas como o missionamento, a criação dos estados nacionais, o extrativismo, a devastação das florestas e um manejo próprio à agricultura extensiva em seus vários ciclos.

Em alguns enclaves de áreas de refúgio esse manejo permaneceu até ser alcançado por ondas de incorporação, seja ao desenvolvimento das economias nacionais e recentemente, pela necessidade de conservar os remanescentes florestais em áreas de unidades de conservação. Entre essas áreas de refúgio, como vimos encontram-se a região de Mbaracayu no Paraguai, a de Misiones na Argentina e o litoral sul e sudeste brasileiro.

A dispersão populacional resultante dos encontros e desencontros dos constantes contatos das frentes de expansão e incorporação traduziu-se posteriormente na mobilidade e invisibilidade entre esses espaços que foram identificados pontualmente quando, localmente, da implementação de projetos, seja de desenvolvimento seja de conservação da natureza da sociedade envolvente. No caso da Serra do Tabuleiro, a construção da BR 101 em 1960 e a criação do PEST em 1975. Esses processos aceleraram a necessidade de identificação e demarcação das áreas indígenas e a conseqüente sedentarização dos Guarani em áreas que se tornaram diminutas pelo aumento populacional, comprometendo seu manejo agroflorestal e sua segurança alimentar.

Não obstante o processo de sedentarização em curso, alguns grupos como o de Amaro Perez e Coralina Ferreira, o qual analisamos a partir das histórias de vida de ambos e do histórico de mobilidade do grupo, continuam recorrentes como forma de manter seu manejo agroflorestal. Ao longo da análise ficou demonstrada a multicausalidade dessa mobilidade, que para além do manejo agloflorestal, apresentam uma série de conflitos internos e externos que foram os motivadores de seus deslocamentos, inclusive conflitos interinstitucionais entre os órgãos gestores das áreas indígenas e ambientais.

Esses conflitos aceleraram o ritmo dessa mobilidade que tem características de circularidade na lógica do manejo indígena, mas redundam num déficit de aproveitamento entre as roças recém abertas e as secundárias de espécies perenes pelo distanciamento de uma área indígena e outra, o que novamente compromete sua segurança alimentar.

Se a mobilidade foi uma estratégia de resposta à ocupação de seus espaços territoriais tradicionais, conforme visto no capítulo VIII dessa tese, ela tem sido obstruída pelo constante monitoramento dos órgãos ambientais, a morosidade na demarcação das áreas indígenas, e pelo espaço diminuto dessas áreas que não permitem o manejo tradicional guarani.

A impossibilidade desse manejo em situação de crescente sedentarismo pela demarcação de terras em curso compromete os saberes tradicionais das gerações mais jovens pela frustração com a produtividade das roças que não mais circulam em busca de fertilidade. As estratégias de sobrevivência vão da confecção e venda de artesanato e trabalhos esporádicos aos regionais, ajuda filantrópica e cestas básicas ocasionais distribuídas pela Funai.

A Etnoconservação das áreas indígenas da região da Serra do Tabuleiro passa, primeiro, necessariamente pela sustentabilidade etnoambiental das mesmas e tem como prerrogativas básicas, primeiro a finalização das pendências fundiárias entre a Funai, governo do Estado e Fatma. Neste processo também está envolvido o Convênio DNIT/FUNAI com compensações pelo impacto ambiental da duplicação da BR 101, com compensações para ampliação ou compra de terras e instalação de infraestrutura nas aldeias.

Segundo, a continuidade de projetos que promovam a sustentabilidade etnoambiental das áreas indígenas com uma metodologia de participação ativa dos Guarani para recomposição florestal de áreas degradadas e enriquecimento florestal continuado da biodiversidade local com espécies próprias de seu manejo.

Entretanto, aliar segurança alimentar e conservação de recursos naturais é um desafio quando o controle da densidade demográfica nas áreas indígenas é difícil de ser previsto ou contornado, pois a agrofloresta tradicional necessita de amplos espaços territoriais. O amálgama entre conhecimento etnoecológico indígena e princípios agroecológicos de enriquecimento do solo pode ser eficaz para a sedentarização dos espaços de roças.

A integração entre as definições fundiárias e o enriquecimento florestal continuado, construído entre os Guarani e os gestores ambientais para cada área indígena, poderão reverter o quadro de pobreza ambiental das mesmas, na medida em que as estratégias de invisibilidade e mobilidade ecológica como reelaboração e resposta à ocupação e devastação dos espaços territoriais de seu território forem paulatinamente substituídas pela demarcação das áreas indígenas.

Como demonstrou Noelli (2004, p.24), diversas pesquisas arqueológicas apontaram que muitas áreas guarani denotaram ocupação contínua e apresentam solos antropogênicos, indicando que tinham uma relação com o meio ambiente mais sedentária que dispersiva ou móvel.

A análise empreendida da mobilidade como estudo do grupo de Amaro e Coralina demonstrou, nesse caso específico, que se pudessem efetivamente contar com um espaço territorial que comportasse seu manejo tradicional, seu movimento seria o da circularidade, antes de optarem pela mobilidade com sentido ecológico.

Como já assinalado, o lugar de sentido da cultura guarani nas pesquisas antropológicas, que primeiro foi interpretado em sua religião, foi ampliado englobando o sentido ecológico e posteriormente em sua concepção de territorialidade, compõe uma natureza geográfica mítica. Mas essa concepção não abarca o que os Guarani sugerem à exaustão, buscam o mato, as áreas florestadas, lugares que disponham de espécies vegetais que possuam valores simbólicos e práticos, ervas medicinais, com proximidade de rios.

Povos de floresta, vêm-se hoje na contingência de ampliar sua visibilidade para a ampliação da demarcação de suas áreas; cabe à sociedade envolvente e aos órgãos diretamente envolvidos nas gestões territoriais e ambientais das mesmas manterem o diálogo entre si e junto aos Guarani para a integração do manejo sustentável, o enriquecimento florestal, a conservação da biodiversidade e a ampliação das áreas florestadas nos futuros *TeKoá* Guarani da Mata Atlântica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano de. Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil. In: ____ **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963, p. 335- 337. (Biblioteca Básica Universitária)

ALLARD, Olivier. **Organización Social y Desarrollo: los Avá-Guarani de Mboi Jagua** (Canindeyú de Vila Ygatimi), 2003, 25 p. Mimeografado.

AMARAL, Eduardo Antonio. **Parques e Comunidades Rurais são compatíveis? :** estudo de caso no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. 1998. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. Mimeografado.

ANCHIETA, P. José de. Carta ao P. Inácio de Loyola. In: LEITE, Serafim. **Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil (1555-1558)**. São Paulo, 1954, II vol., p. 164-172.

ARECES, Nidia R. **Los Guarani-Monteses y los herbeles silvestres en Concepción**, frontera norte paraguaya, durante el gobierno del Dr. Francia in Grupo de Trabalho Estudos Interdisciplinares Guarani. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 5. 1995, Tramandaí, Rio Grande do Sul. 30 p. Mimeografado.

ARMANI, Alberto. **Ciudad de Dios y Ciudad del Sol: el “Estado Jesuíta” de los Guaraníes (1609-1768)**. Fondo de Cultura Económica: México, (1977) 1996. 229 p.

BALLÉ, William. Biodiversidade e Índios Amazônicos. In: CASTRO, Eduardo Viveiros de; CUNHA, Manuela Carneiro da (Orgs.). **Amazônia: etnologia e história indígena**. São Paulo: NHII/USP/FAPESP, 1993, p.385-428.

BALÉE, William. People of the Fallow: a historical ecology of foraging in lowland South America. In: REDFORD, K. H.; PADOCH, C. (Eds.). **Conservation of Neotropical Forests**. New Cork: Columbia Univ. Press, 1992, p. 35-57.

BARRETO, Ricardo. Histórico da Ocupação do Entorno do Xingu. In: RICARDO, Fany (Org.). **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: ISA, 2004. p. 122.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. UCs na Amazônia: território planejado e grupos sociais locais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2., 2001. 17 p. Mimeografado.

_____. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In: RICARDO, Fany (Org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Sócio-Ambiental (ISA), 2004, p. 53-65.

BARTH, Frederic. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: TIGNAT, Paul; STREIFF, Fenart (Org.). **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Unesp, 1998, p. 180-227.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. **Chamanismo y religión entre los avá-katu-ete**. Asunción: Ceaduc, (1977) 1971. p. 90.

BENITEZ, Berta Benitez. **La cultura Guaraní y la Búsqueda de alternativas de desarrollo**. 1997. 62 p. Monografía. (Departamento de Ciências Econômicas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

BENSASUN, Nurit; GONÇALVES, Marco Antonio. Terras Indígenas e Unidades de Conservação: debate centrado em conflitos não tem futuro. In: LIMA, André (Org.). **Aspectos jurídicos fundamentais para a proteção da Mata Atlântica**. São Paulo, 2001. p. 101-107. (Documentos ISA, 7).

BERTHO, Ângela M. M. Os Guaraní e a Mata Atlântica: entre o protecionismo e o conservacionismo, a etnoconservação? In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 51. Santiago de Chile, 2003, 24 p.

BOOT, Rosa M.B. **Levantamento Etnográfico de um grupo guarani**. Museu Universitário/UFSC, 1975, 7 p. Mimeografado.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Integração e Desintegração**: análise do tratamento dispensado pelos Estados brasileiro e argentino ao povo Guaraní em Santa Catarina e na Província de Misiones. 2001. 216 p. Dissertação. (Mestrado em Integração da América Latina). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BROCHADO, José Proença. La expansión de los tupi y la cerámica de la tradición policromada amazónica. In: FOGEL, Ramón. **Mbyá Recové**: la resistencia de un pueblo indómito. Paraguay: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios/ Univ. Nac. de Pilar, (1989) 1997, p. 75-90.

BUENO, Eduardo. Introdução. Cabeça de Vaca e a utopia plausível. In **Naufragos e Comentários**, Porto Alegre, L&PM Pocket, 2000, p. 20-21

BURRI, Stefanie. Grupos Mbyá en interacción con la sociedad nacional. **Revista del Centro de Estudios Antropológicos**, Asunción, Paraguay, vol. XXXIII, n. 1-2, 1998, p. 53-76.

CADOGAN, Léon. **Ayvu Rapyta**: textos míticos de los Mbyá-Guarani del Guairá. 3. ed. Fundación Leon Cadogan/CEAUC-CEPAG, (1965) 1997, 319 p. (Biblioteca Paraguaya de Antropología, 16).

CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec/ Nupaub/Usp, 2000, p.165- 182.

CHAMORRO, Graciela. **Teología Guaraní**. Quito, Ecuador: ABYA YALA, 2004, 367 p. (Colección Iglesias, Pueblos y Culturas). ISBN: 9978-22-472.

CHASE-SARDI, Miguel. El Tekohá: su organización social y los efectos negativos de la deforestación entre los Mbyá-Guarani, Suplemento Antropológico, **Revista del Centro de Estudios Antropológicos**, Universidad Católica, Asunción, Paraguay, vol. XXIV, n. 2, p. 33-41. 1989. ISSN 0378-9896.

_____. Los Indígenas del Paraguay y los Derechos Humanos, Suplemento Antropológico, **Revista del Centro de Estudios Antropológicos**, Universidad Católica, Asunción, Paraguay, vol. XXIV, n. 1, p.123-139. 1989a. ISSN 0378-9896.

CHMYZ, Igor. Arqueologia e História da vila espanhola de Ciudad Real do Guairá. **Cadernos de Arqueologia**, Curitiba, UFPR, ano I, n. 1, p.66-90, 1976.

CLASTRES, Hélène. **Terra Sem Mal**. São Paulo: Brasiliense, (1975)1978, 123 p.

CLEARY, David. Arpa Indígena: a peça que falta. In: RICARDO, Fany (Org.) **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza**. São Paulo: Instituto Sócioambiental, 2004, p.114-118.

COELHO DOS SANTOS, Silvio (Coord.). Ocupação Indígena. In: ____ **Parque Estadual da Serra do Tabuleiro: aspectos sociais e culturais**. Florianópolis: UFSC/FATMA, 1976, vol.I, p.45-69.

_____. Notícia sobre os Carijó. In: SANTOS, et al. (Org.). **São Francisco do Sul: muito além da viagem de Gonneville**. Florianópolis: UFSC/Prefeitura S. Francisco do Sul, 2004, p. 41-47.

_____. Contribuição para a sobrevivência dos Xokleng- bases de um programa de ação. In: **Índios e Brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng**. Florianópolis: Edeine, 1973, p.295-298.

_____. ; NACKE, Anelise (Org.). Apresentação. In: **Hidrelétricas e Povos Indígenas**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2003, p. 9-35. ISBN 85-85775-85-8.

COLCHESTER, Marcus. De parques nacionales a beneficios mundiales: conservación de los bienes sociales globales. In: **Naturaleza Cercada: pueblos indígenas, áreas protegidas y conservación de la biodiversidad**. Movimiento Mundial por los Bosques

Tropicales/Forest Peoples Programme. Montevideo, Uruguay: Fundação Ford, [1994] 2003, p.118-124. ISBN: 9974-7719-9-4.

COLCHESTER, Marcus. Resgatando a Natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, A.C. (Org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000, p.225-256.

CUNHA, Manuela Carneiro da; CASTRO, Eduardo B. Viveiros de. Vingança e temporalidade: os Tupinambás. **Anuário Antropológico 85**, Rio de Janeiro, 1985, p. 57-78.

CUNHA, Manuela C. da. Terra Indígena: história da doutrina e da legislação. In:___ **Os Direitos do Índio: ensaios e documentos**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 53-101.

DALLANHOL, Kátia Maria Bianchini. **Os Mbyá Guarani de Morro dos Cavalos - Jeroky e Jerojy: por uma antropologia da música entre os Mbyá-Guarani do Morro dos Cavalos**. Dissertação. 2002. (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina, 2002, p.16-31.

DAVENPORT, Lisa e Rao, Madhu. A história da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro. In: TERBORGH, John et al. **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: UFPR / Fundação o Boticário, 2002. p.52-73.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 1995, 484p.

DESCOLA, Philippe. Ecologia e Cosmologia. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000, p.149-163.

DESCOLA, Philippe. **La Selva Culta: simbolismo y Praxis en la ecología de los Achuar**. Quito, Equador: Abya-Yala, [1986] 1996, 468 p. (Colección Pueblos del Equador). ISBN: 997804-181-8.

DIEDERICHSEN, Maria Cristina. **Sou do tamanho do que vejo: educação na cultura ocidental e na Guarani**. 2003. 131 p. Trabalho de Conclusão de Curso. Centro de Artes, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

DIEGUES, Antonio Carlos. Etnoconservação da Natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000, p.1-46.

_____, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, Hucitec. 1966. 169 p.

DOBRIZHOFFER, Martin. Los Nuevos Pueblos de San Joaquín y San Estanislao, de indios Ytatinguas. In: ___ **Historia de los Abipones**, vol. I, Universidad Nacional del Nordeste, Facultad de Humanidades, [1784] 1967, p.151-190. Mimeografado.

EHRlich, Paul R. A perda da diversidade: causas e conseqüências. In: WILSON, E. O. et al. (Ed.). **Biodiversidade**: National Academy of Sciences. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 27-35.

FERNANDES, Florestan. **A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá**. São Paulo: Pioneira, Ed. da USP, 1970. 425 p.

FERRANDO, Roberto. Introdução. In: ___ **Naufraios e Comentários**: Crônicas de América, (Edición de Roberto Ferrando). Dastin Historia, 2000, p.5-33. ISBN: 84-492-0204-3.

FERREIRA LINO, Clayton. Apresentação. SNUC- Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Texto lei 9985, 18/07/2000). **Caderno nº 18**, Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Gov. Estado São Paulo/Sec. do Estado do Meio Ambiente, p.7-9. 2000.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. Introdução e Notas. In: (transcrito para o alemão moderno por Carlos Fouquet e traduzido por Guiomar de Carvalho Franco) **Hans Staden**: duas viagens ao Brasil. São Paulo: Publicações da Sociedade Hans Staden, [1557] 1942, 216 p.

FOGEL, Ramón. Continuidades y cambios en el modo de ser: el caso de los guaraníes. Suplemento Antropológico, Universidad Católica. **Revista del centro de Estudios Antropológicos**. Asunción, Paraguay, vol. XXVII, n.1, p. 29-69, 1992. ISSN 0378-9896.

FOGEL, Ramon (Comp.). **El Desarrollo Sostenible y el Conocimiento Tradicional**. Asunción, Paraguay: Centro de Estudios rurales interdisciplinarios, Fundación Moisés Bertoni, 1993, 132 p.

_____ (Comp.) **Mbyá Recové**: La Resistencia de un pueblo indómito. Centro de Estudios Rurales/ Universidad de Pilar, 1997. 415 p.

FOSSARI, Teresa Domitila; REIS, Maria José. Levantamento etno-histórico e etno-arqueológico. In: ___ **Estudo de Impacto da Usina Hidroelétrica Cubatão**. Florianópolis: Celesc, 1989, p. 31.

GABARDO, Luiz Omar. O Fascinante Caminho do Peabiru. **Revista Cadernos da Ilha**, Florianópolis, n. 3, p. 20-23, 2004.

GAGLIARDI, José Mauro. **O Indígena e a República**. São Paulo: Hucitec, Ed. da USP/ Sec. Cultura do Estado de SP, 1989. 303 p.

GALDINO, Luiz. **Peabiru: os Incas no Brasil**. Belo Horizonte: Estrada Real, 2002, 189 p.

GARLET, Ivori José. **Mobilidade Mbyá: história e significação**. 1997. 199 p. Dissertação. (Mestrado em História Ibero-Americana). PUCC/RS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1997.

GARLET, Ivori; ASSIS, Valéria S. de. Diagnóstico da População Mbyá-Guarani no sul do Brasil. **Cadernos do Comin**, São Leopoldo-RS, n. 7, 84 p., 1998. 84 p.

GONÇALVES, Daniel Issa. O Peabirú: uma trilha indígena cruzando São Paulo. Cadernos de Pesquisa do LAP. **Revista de Estudos sobre Urbanismo, Arquitetura e Preservação**, São Paulo, n. 24, 1998, 75 p.

GONEVILLE, Binot Palmier de. Relação da Viagem do Capitão Goneville às novas terras das Índias. In: PERRONE, Moisés Leyla. **Vinte Luas: viagem de Paumier Gonneville ao Brasil- 1503-1505**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 15-31.

HAUBERT, Máxime. **Índios e Jesuítas no tempo das missões: séculos XVII-XVIII**. São Paulo: Cia das Letras, 313 p. (Coleção A Vida Cotidiana).

HERNÁNDEZ, Pedro. **Cabeça de Vaca: naufrágios e comentários**. Porto Alegre: L&PM Pocket, [1555] 1999. 319 p.

INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL. Seminário Ava-Guarani: 499 anos de luta pela sobrevivência, em São Miguel do Iguçu, 12 out. 1991. Aconteceu. **Povos Indígenas do Brasil**. São Paulo, 1991/1995, p.788- 789. ISSN 85-85994-02-9.

INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL. TI Avá-Guarani (Ocoí) (PR). Aconteceu. **Povos Indígenas do Brasil**. São Paulo, 1996/2000, p. 805-806. ISBN 85-994-09-6.

INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL. Sobreposição UCs E TIs : cronologia das discussões. Aconteceu. **Povos Indígenas do Brasil**. São Paulo: 1996/2000, p. 176-177. ISBN 85-994-09-6.

KASBURG, Carola & GRAMKOW, Maria (Org.). **Demarcando Terras Indígenas: experiências e desafios de um projeto de parceria**. Brasília: Funai/PPTAL/GTZ, 1999. 312 p.

KORMOND, Edward J.; Brown, Daniel E. Abordagens em Ecologia Humana. In: ____ **Ecologia Humana**. São Paulo: Atheneu, 2002. p. 41-50. ISBN 85-7454-073-0.

LADEIRA, Maria Inês. **Aldeias Guarani do litoral de Santa Catarina**. CTI, 1991. Mimeografado.

LADEIRA, Maria Inês. **O Caminhar sob a Luz**. 1992. 200 p. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais – Antropologia). PUCC, São Paulo, 1992.

_____. **Espaço Geográfico Guarani-Mbyá**: significado, constituição e uso. 2000. 236 p. Tese. (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. **Terra Indígena Morro dos Cavalos**: relatório de identificação e delimitação. Portaria 838/Pres. Funai, (2001), 2002. 79 p.

_____. Os Guarani na Mata Atlântica. In:____ **Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo: Instituto Sócio-ambiental, 1991/1995, p. 773-780. ISBN 85-85994-02-9.

LAURIOLA, Vincenzo. Ecologia global contra diversidade cultural?: conservação da Natureza e povos indígenas no Brasil, o Monte Roraima entre Parque Nacional e Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, vol. V, n. 2 / vol. VI, n.1, p. 165-189, 2002/2003. ISSN1414-753X.

LAURIOLA, Vincenzo. Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Conflitos Políticos na Amazônia: o caso do Parque Nacional de Monte Roraima. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: Nupaub/USP, 2001. p. 239-266.

LENÁ, Ohilippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de (Orgs.). **Amazônia**: a fronteira agrícola 20 anos depois. SCT/CNPq/MPEG/ORSTROM. 1991. 336 p.

LITAIFF, Aldo. **Les fils du soleil**: mythes et pratiques des indiens mbya-guarani du litoral du Brésil. Tese. (Doutorado em Antropologia Cultural). Montreal/Canadá: Université de Montreal, 1999, 480 p.

LITAIFF, Aldo. Os filhos do sol: mitos e práticas dos índios Mbya-Guarani do litoral brasileiro. **Revista Tellus**, Campo Grande, ano 4, n. 6, p.15-30, 2004.

LITAIFF, Aldo e POST DARELLA, Maria Dorothea. Os Índios mbyá e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. In: **Mapeamento Sócio Econômico**: produto básico do zoneamento- PEST. vol I. Florianópolis: Fatma, 2000, 48 p. Mimeografado.

LOYOLA, P. Inácio de. Nuntia S. Vicentti et Paraquariae a Padre Nóbrega missa. In: LEITE, Serafim. **Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil** (1553-1558). São Paulo, 1954, II vol., p. 263-264.

MC CORMICK, John. O Sul- Meio Ambiente e Desenvolvimento (1972-1982). In: **Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, [1989] 1992, p. 151-169.

MELIÀ, Bartolomeu. A terra sem mal dos guarani: economia e profecia, **Revista de Antropologia**, São paulo, FFLCH/USP, vol. 33, p.31-46, 1990.

____ ; SAUL, Marcos Vinicios de Almeida; MURARO, Valdir Francisco. **O Guarani: uma bibliografía etnológica**. Santo Ângelo, RS: Fundação Nacional da Memória, 1987, 341 p.

____ **El Guarani Conquistado y Reducido: ensayos de etnohistoria**. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos / Universidad Católica, [1986] 1997, 298 p. (Biblioteca Paraguaya de Antropología, vol 5).

____ La novedad Guarani (viejas cuestiones y nuevas preguntas): revista bibliográfica (1987-2002). In: SAEZ, Oscar Calavia (Coord.). **Monográfico: la persistencia Guarani**. Madrid: Revista de Índias, p. 175-226, 2004.

MELLO, Flávia Cristina de. Mobilidade e Migração: os deslocamentos territoriais através das narrativas. In: ____ **Ata Tape rupy: seguindo pela estrada, uma investigação dos desdobramentos territoriais de famílias Mbyá e Chiripá**. 2001. 168 p. Dissertação. (Mestrado em Antropologia). UFSC, Florianópolis, 2001.

MENEZES, Alfredo da Mota. **A Herança de Stroessner- Brasil- Paraguai: (1955-1980)**. Campinas: Papirus, 1987. 186 p.

METRAUX, Alfred. A religião dos tupinanbás; O mito da “terra sem mal” e as crenças, por parte dos indígenas sul-americanos, em um mundo ideal. In: ____ **A Religião dos Tupinambás**. 2. edição. São Paulo: Cia Editora Nacional/Ed. Universidade de São Paulo, [1935] 1979, p. 1-20 e 175-196. (Brasíliana, v. 267).

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Cia das Letras, [1994] 2000, 289 p.

MONTENEGRO, Raul A. **El silencioso genocidio de los Mbya-Guarani en Argentina: (O la lucha de las cadenas alimentarias cortas contra las cadenas alimentarias largas)**. Argentina: Universidad Nacional de Córdoba, 2004. Disponível em: <www.funam.org.ar/biblio.htm>. Acesso em: 04 nov. 2004.

MONTENEGRO, Raul A. **En defensa de las comunidades indígenas Mbya de Misiones**. Disponível em: <http:www.funam.org.ar>. Acesso em: 19 abr. 2005.

MONTOYA, P. Antonio Ruiz de. **Conquista Espiritual**. Porto Alegre: Martins Livreiro, [1639] 1985. 263p.

MORÁN, Emilio. **A Ecologia Humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, [1946]1990, p.205-206. ISBN 85.326.0297-5.

MORAN, Emilio F. Da Ecologia cultural à Antropologia Ecológica. In: ____ **Adaptabilidade Humana: uma introdução à adaptabilidade ecológica**. São Paulo: Edusp, [1979] 1994, p. 67-80.

____ Da Ecologia cultural à ecologia humana. In: ____ **Ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990, p.56-70.

MOTA, Clarice Novaes de. La oscuridad y el mar: comienzo y fin de los Guaraníes. In: LANGDON, E. J.; CIPOLLETTI, M.S. (Coord.). **La Muerte y el más allá en las culturas indígenas latinoamericanas**. Quito: Ediciones ABYA-YALA, 1992, p. 51-75. (Colección 500 años, 58).

MYERS, Norman. Florestas Tropicais e suas espécies: sumindo, sumindo...? In: WILSON, E. O. et al (Ed.). **Biodiversidade, National Academy of Sciences**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 36-45.

NIMUENDAJU, Unkel, Curt. **As Lendas de Criação e Destruição do Mundo como fundamentos da religião dos Apapocúca-Guarani**. São Paulo: Hucitec/ Universidade de São Paulo, (1917) 1987. 156 p.

NOBRE MENDES, Artur. A demarcação das terras indígenas no âmbito do PPTAL. In: KASBURG, Carola; GRAMKOW, Márcia M. **Demarcando terras indígenas: experiências e desafios de um projeto de parceria (Projeto integrado de proteção às populações e terras indígenas da Amazônia Legal)**. Funai/GTZ/PPTAL, 1999, p. 15-19.

NOELLI, Francisco Silva; NIMUENDAJÚ, Curt e MÉTRAUX, Alfred. A invenção da busca da terra sem mal. Suplemento Antropológico. **Revista del Centro de Estudios Antropológicos**, Asunción, Paraguay, vol. XXXIV, n. 2, p. 123- 166, 1999. ISSN 0368-9896.

____ **La distribución geográfica de las evidencias arqueológicas Guaraníes**. In: SAEZ, Oscar Calavia (Coord.). **Monográfico: a persistência Guarani**. Madrid, Espanha: Revista de Índias. vol. LXIV, n. 230, p.7-34, 2004. ISSN: 0034-8341.

____ **Sem Tekoha não há tekó** (Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do Rio Jacuí-

RS). 1993. 486 p. Dissertação. (Mestrado em História Íbero-americana). PUCC/RS, Porto Alegre, 1993.

_____. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupis. **Revista de Antropologia**, São Paulo, vol. 39, n. 2, p. 7-53, 1996. ISSN 0034-7701.

OLIVEIRA Filho, João Pacheco. 1988: a solução dualista. In: ____ **Os Ticuna e o regime tutelar**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1988, p. 9-59.

OLIVEIRA, Melissa de. **Reflexo das Águas Cristalinas**: um estudo sobre a presença da Escola Indígena Moroti Wherá na Aldeia Guarani de Mbyguaçu. 2002. Dissertação. (Mestrado em Antropologia). UFSC, Florianópolis, 2002, p. 55.

OLMOS, Fábio et al. Correção Política e biodiversidade: a crescente ameaça das “populações tradicionais” à Mata Atlântica. In: ALBUQUERQUE, J.L.B.; CANDIDO JR., F.F.; STRAUBE F.C. **Ornitologia e Conservação**: das Ciências às Estratégias. Florianópolis: Sociedade Brasileira de Ornitologia/Conservation International do Brasil/CNPq, Unisul, 2002, 17p. Mimeografado.

PERES, Carlos A. Expandindo as redes de áreas de conservação na última fronteira selvagem: o caso da Amazônia brasileira. In: TERBORGH, et al. (Org.). **Tornando os parques eficientes**: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: UFPR/Fundação O Boticário, 2002, p. 163-171.

PERRONE, Moisés Leyla. **Vinte Luas**: viagem de Paumier Gonneville ao Brasil- 1503-1505, 2. ed., São Paulo: Cia das Letras, 1996, 186 p.

POMPA, Cristina. **Religião como Tradução**: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial. São Paulo: CNPQ/ANPOCS- EDUSC, 2002. 443 p.

POSEY, Darrell A. Manejo da Floresta Secundária, capoeiras e cerrados (kaiapó). In: RIBEIRO, Berta (Coord.). **Suma Etnológica Brasileira**. Petrópolis: Vozes/Finep, 1986, p. 173-185.

_____. Interpretando e Utilizando a ‘Realidade’ dos conceitos indígenas: o que é preciso para aprender dos índios. In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (Org.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: Hucitec-Nupaub, 2001, p. 279-294.

POST DARELLA, Maria Dorothea; GARLET, Ivori J.; ASSIS, Valéria Soares de. **Estudo de Impacto**: as populações indígenas e a duplicação da BR 101, trecho Palhoça/SC-Osório/RS. Florianópolis ; São Leopoldo: (s.n.), 2000. 307 p.

POST DARELLA, Maria Dorothea. **Ore Roipota Yvy Porã, Nós queremos terra boa:** Territorialização Guarani no Litoral de Santa Catarina – Brasil. 2004. 405 p. Tese. PUCC/SP, São Paulo, 2004.

POST DARELLA; Maria Dorothea; LITAIFF, Aldo; BERTHO, Angela M. Moraes. Os Guarani e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (SC): gestão integrada para a etnoconservação. In: ____ **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza:** os desafios das sobreposições. São Paulo: Instituto Sócio-ambiental (ISA), 2004, p. 298-302. ISBN 85-859994-31-2.

PRIETO, Esther; BRAGAYARAC. **Legislación Indígena,** Legislación Ambiental del Paraguay, Departamento de Medio Ambiente, Subsecretaria de Estado de Recursos Naturales y Medio Ambiente, Centro de Estudios Humanitarios. Asunción, Paraguay, [1991] 1995. 143 p.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira.** Brasília: UNB, 1991, 605 p. ISBN: 85-230-0316-9.

REED, Richard K. **Prophets of Agroflorestry:** Guarani Communities and Commercial Gathering. EUA: Uni. of Texas, 1995, 251 p.

REHNFELDT, Marilín. Etnohistoria de los Caaguá (Guarani) del este paraguayo (1537-1669). Suplemento Antropológico. **Revista del Centro de Estudios Antropológicos,** Assuncion, Paraguay, vol. XXXV, n.1, p. 91-180, 2000. ISSN: 0378-9896.

_____. El Tekona Guasú: territorio y organización social - Las tinieblas envuelven la Tierra. In: SANTOS, Silvio Coelho dos; NACKE, Anelise. (Org.). **Hidrelétricas e Povos Indígenas.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2003, p. 37-65.

RENSHAW, John; REED, Richard. Las Comunidades Aché y Chiripá-Guarani de la zona de la propuesta reserva forestal de Mbacacayu, Canindeyu: organización social y actividades productivas. Suplemento Antropológico. **Revista del Centro de Estudios Antropológicos,** Assuncion, Paraguay, vol. XXV, n. 2, p.19-51, 1990. ISSN 0378-9896.

RICARDO, Carlos Alberto. Os Índios e a sociodiversidade nativa contemporânea do Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes; GUPIONI, Luiz Donisete Benzi (Org.). **A Temática Indígena na Escola.** Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 29-60.

_____. (e equipe de redação). Ocupação desordenada ameaça o Parque Indígena do Xingu. In: **Povos Indígenas do Brasil.** São Paulo: Instituto Sócioambiental (ISA), 1991/1995, p. 614-617.

RIQUELME, Jane Clough. La política de la conservación: los Ache del Paraguay Oriental y la reserva ecológica del Mbaracayu. Suplemento Antropológico. **Revista del Centro de Estudios Antropológicos**, Asunción, Paraguay, vol.XXXV, n. 1, p. 181-223, 2000. ISSN 0378-9896.

ROOSEVELT, Anna Curtenius. Arqueologia Amazônica. In: CUNHA, Manuela C. (Org.): **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 53-86.

ROVEDA, Eduardo Beaumont; MERENSON, Carlos E. **El Protocolo de Kioto y el mecanismo para um desarrollo limpio**: nuevas posibilidades para el sector florestal de América Latina y Caribe. Santiago, Chile: FAO, 1999, p. 109. Mimeografado.

ROUÉ, Marie. Novas Perspectivas em Etnoecologia: “Saberes Tradicionais” e Gestão de Recursos Naturais. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000, p.67-79.

SAHLINS, Marshall. O Pessimismo Sentimental e a experiência etnográfica: porque a Cultura não é um ‘objeto’ em extinção. Estudos de Antropologia Social. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, parte I, n. 3, p. 41-73, 1997.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, 218 p.

SANCHES, João. Carta Descrição. In: STADEN, Hans. **Duas Viagens ao Brasil**: arrojadas aventuras no século XVI entre os antropófagos do Novo Mundo. São Paulo, [1553] 1942, p. 11-16.

SANTILLI, Marcio. Proposta para uma nova política indigenista. In: ____ **Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo: ISA, 1996/2000, p. 118-121.

_____. Reservas Indígenas de Recursos Naturais. In: **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**. Avaliação e Ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios. Amazônia: ISA, Estação Liberdade, 2000, p. 290-291.

_____. As Terras Indígenas e as Unidades de Conservação: a proposta da “RIRN” é direito e vantagem para os índios. In: ____ **Povos Indígenas do Brasil**. São Paulo: ISA, 1996/2000, p. 173-175.

SANTILLI, Juliana. A proteção jurídica das Terras Indígenas e seus recursos naturais. In: KASBURG, Carola; GRAMKOW, Márcia M. (Org.). **Demarcando Terras Indígenas**: experiências e desafios de um projeto de parceria. Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ, 1999, p. 45-63.

SARKAR, Sahotra. Restaurando o Mundo Selvagem. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 47-65.

SCHADEN, Egon. **Aspectos Fundamentais da cultura Guarani**. Difusão Européia do Livro, [1954] 1960, 190p. (Corpo e Alma do Brasil).

_____. Desenhos de índios Kaiová-Guarani. **Revista de Antropologia da Universidade de São Paulo**, São Paulo, vol. 11, p. 79-82. 1963.

_____. Estudos de Aculturação Indígena. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, vol. XIX, p. 263-276, 1963.

_____. Caracteres Específicos da cultura Mbyá-Guarani. **Revista de Antropologia da Universidade de São Paulo**, São Paulo, vol. 11, p. 83-94, 1963.

SILVEIRA, Pedro Castelo Branco. Parks in Peril, People, Politics and Protected Areas. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, ano 4, n. 9, p.157-162, 2001.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. As transformações da década de 50: a proposta de criação do Parque indígena do Xingu e a tentativa de sistematização dos procedimentos quanto às terras dos índios. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.) **Indigenismo e Territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais o Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998, p. 187-195.

STADEN, Hans. Duas Viagens ao Brasil: arrojadas aventuras no século XVI entre os antropófagos do Novo Mundo. São Paulo: (s.n.), [1557] 1942. 216 p.

STRELNIKOV, I. D. **Les Kaa-îwá du Paraguay**. Atti del XXII Congresso Internazionale degli Americanisti, vol II, Roma, 1926, p. 330-370. Mimeografado.

SUSNIK. **Dispersión Tupi-Guarani prehistórica**: ensayo analítico. Asunción: Museo Etnográfico “Andrés Barbero”, 1975, 175 p.

_____. **Los Aborígenes del Paraguay**: aproximación a las creencias de los indígenas. Asunción, Paraguay: Museo “Andrés Barbero”, 1984-1985, 155 p.

_____. **Interpretación Etnocultural de la complejidad sudamericana antigua**: formación y dispersión étnica. vol. I. Asunción, Paraguay: Museo Etnográfico “Andrés Barbero”, 1994, 199 p.

TERBORGH, John; VAN SCHAİK, Carel; DAVENPORT, Lisa; RAO, Madhu (Orgs.). **Tornando os Parques Eficientes**: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. (S.l.): UFPR/Fundação Boticário de Proteção à Natureza, 2002, 516 p.

URBAN, Tereza. A Sema. In:___ **Saudade do Matão**: relembando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: MacArthur Foundation/Fundação O Boticário/UFPR, 1998, p. 269-282.

URBAN, Tereza. Estocolmo 1972. In: **Saudade do Matão**: relembando a história da conservação da natureza do Brasil. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza/Editora da UFPR, 1998, p.263-282.

URTEAGA, Luiz. **La Tierra Esquilhada**: las ideas sobre la conservación de la naturaleza en la cultura española del siglo XVIII. Espanha: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1987, 221 p.

VEIGA RIOS, Aurélio Virgílio. Populações tradicionais em áreas protegidas. In: FANY, Ricardo. **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza**: os desafios das sobreposições. (Org.). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, p.78-84. ISBN 85-85994-31-2.

WEY de BRITO, Maria Cecília. **Unidades de Conservação**: intenções e resultados. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000, 230 p. ISBN 85-7419-112-4.

WILDE, Guillermo. **Antropología Histórica del Liderazgo Guarani Misionero (1750-1850)**. 2003. 319 p. Tesis. (Doctoral in Filosofía y Letras). Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2003.

WILDE, Guillermo. **Imaginarios contrapuestos de la selva misionera**: una exploración por el relato oficial y las representaciones guaraníes sobre el ambiente. Becario de Formación de Posgrado del Consejo Nacional de Buenos Aires. Argentina, s/d. 27 p.

WILDE, Guillermo. ¿Segregación o Assimilación? La política indiana en América Meridional a fines del periodo colonial. **Revista de Indias**. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, España, vol. LIX, n. 217, p. 519-664, 1999. ISSN: 00348341.

DOCUMENTOS PÚBLICOS

BRASIL. Ministério dp Meio Ambiente. **Avaliação e Ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos**. Brasília, 2000, p. 40. ISBN: 85-87166-09-3.

CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA. **Terras Guarani no Litoral**. 2004.

ESTUDO de Impacto: as populações Indígenas e a duplicação da BR 101, trecho Palhoça/SC-Osório/RS. Florianópolis, São Leopoldo, 2000, 307 p.

FUNAI. Índios Guarani Mbyá recebem compensação pela BR 101. **Revista Brasilíndigena**, Brasília, ano II, n. 8, p. 29-31, jan./fev. 2002.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. **Mapeamento Sócio-Econômico do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. vol. I e II. Florianópolis, 2000.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. **Diagnóstico Sócio-Ambiental: Produto Básico do Zoneamento do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. Florianópolis, 2000.

MMA. Ajuda Memória da 1ª Reunião do grupo de trabalho do bioma Mata Atlântica, criado pela portaria nº 221, de 09 de maio de 2003. Mimeografado.

PROGRAMA piloto para a proteção das Florestas Tropicais no Brasil: documento base para estruturação da 2ª fase. 18. dez. 2001. Mimeografado.

CORRESPONDÊNCIAS PÚBLICAS

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República do Município de Joinville. **Ofício nº 570.2004** de 25 jun.2003. Mimeografado.

BRASIL. Ministério Público Federal. Informação do Procurador da República João Akira Omoto à procuradora Analucia Hartmann de arquivamento do processo criminal. **Of. nº 00012/04-OCA/PR/SC** em 20 jul.2004 Mimeografado.

BRASIL. Ministério Público Federal. Pedido de Laudo Antropológico pela procuradora Analucia Hartmann à Maria Dorothea Post Darella do Museu Universitário da UFSC. **Of. 01216/04-UTC/PR/SC**, 08 jun. 2004. Mimeografado.

BRASIL. Ministério Público Federal. Solicitação do Procurador da República João Akira Omoto à Procuradora Analucia Hartmann para encaminhamento de confecção de Laudo Antropológico em vista de um procedimento administrativo criminal por invasão/ocupação e desmatamento em área do PEST por índios. **PA nº 1.33.000.002775/2003-74**, 21 maio 2004. Mimeografado.

COMPANHIA POLICIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL. **Relatório de Serviço de 23 jun. 2003.** Mimeografado.

RELATÓRIO de Vistoria e Inspeção da Companhia de Polícia Militar de Proteção Ambiental, n. 030/2º PEL/CPMPA de 26 fev. 2003. Mimeografado.

SÃO PAULO. Instituto Florestal e Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. **Os migrantes índios guarani no litoral sul do estado de São Paulo, de Cananéia a Iguape:** relatório de Antonio Teleginski, 1994, p. 1-11. Mimeografado.

PLANOS DE GESTÃO AMBIENTAL DAS ALDEIAS GUARANI

FUNASA. Convênio Projeto Rondon. Auto-sustentação/Renda/Saneamento. **Boletim do Convênio**, Florianópolis, 2002, ano III, n. IV, p. 3-4.

MICROBACIAS 2. TI Marangatu. **Plano de Desenvolvimento da Terra Indígena Tekoa Marangatu**, Município de Imaruí (2005). Associação de Moradores Tekoa Marangatu, Epagri, 2005, 17 p. Mimeografado.

MICROBACIAS 2. TI Mbyguaçu. **Plano de Desenvolvimento da Terra Indígena Yynn Moroti Werá**, Município de Mbyguaçu (2005 a 2008). Associação Indígena da TI, Epagri, 2005, 25 p. Mimeografado.

PROJETO de Extensão do Museu Universitário / UFSC. **Sem Tekoa não há Teko:** estudo e desenvolvimento auto-sustentável de comunidades indígenas Mbya-Guarani no estado de Santa Catarina. Proextensão. 2002, 11 p.

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura. **Microbacias 2.** Anexo 5: Estratégia para as populações Indígenas. Florianópolis: Epagri/BIRD/FAO, 2002. 32 p.

DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS

MAPA 1:

NOELLI, Francisco Silva. Mapa de las municipalidades, Departamentos, Províncias y Estados con evidencias arqueológicas Guaraníes, in **La Distribución Geográfica de las evidencias Arqueológicas Guaraníes**. In: SAEZ, Oscar Calavia (Coord.). Revista de Índias. **Monográfico: la Persistencia Guarani**. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Madrid, Espana, vol. LXIV, n. 230. p. 19, 2004.

MAPA 2:

SAEZ, Oscar C.; **BERTHO**, Ângela M. **Traçado hipotético dos caminhos do Peabiru**, baseado em **CHMYZ**, Igor. Localização das comunidades espanholas e reduções jesuíticas no Estado do Paraná, das primitivas reduções jesuíticas no Estado do Rio Grande do Sul e traçado hipotético dos caminhos do Peabirú. In: Arqueologia e História da vila espanhola de Ciudad Real do Guairá. **Cadernos de Arqueologia**, Curitiba, ano I, n. 1, p.70, 1976.

MAPA 3:

OWENS, David apud **REHNFELDT**, Marilin. **La Provincia Jesuítica**. In Etnohistória de los Caaguá (Guarani) del este paraguayo (1537-1669). **Revista del Centro de Estudios Antropológicos**, Assuncion, Paraguay, vol. XXXV, n.1, p. 130, 2000. ISSN: 0378-9896.

MAPA 4:

SAEZ, Oscar C.; **BERTHO**, Angela M. Distribuição geográfica das áreas de Conservação (1.2.3.) da Reserva da Biosfera sobrepostas a Áreas Indígenas analisadas na tese, e distribuição geográfica aproximada das aldeias Guarani no Cone Sul. Fonte in **Terras Indígenas & Unidades de Conservação – o desafio das sobreposições**, Brasília/São Paulo/S. Gabriel da Cachoeira, Contracapa, 2004. ISBN 85-85994-31-2

MAPA 5:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE ET AL. Figura 12 – **Mapa das áreas prioritárias para ações em unidades de conservação na Mata Atlântica e Campos Sulinos**. In Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos, Brasília, Brasil, p. 33, 2000. ISBN: 85-87166-09-3.

MAPA 6:

SÓCIOAMBIENTAL consultores Associados Ltda.

Localização das Áreas Indígenas na Serra do Tabuleiro. Morro dos Cavalos sobreposta ao parque, Massiambú em seu entorno, Marangatu ou Cachoeira dos Inácios também em seu entorno. Este mapa não consta Cambirela, que está localizada ao sul de Morro dos Cavalos.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. **Constituição** (1988). Organizado por Alexandre de Moraes. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2000, 421 p.

BRASIL. Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei n. 9.985, de 18 jun. 2000. **Caderno n. 18 da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica**. São Paulo: MAB-UNESCO, 2000.

DOCUMENTOS DE ACESSO ELETRÔNICO

ATLAS da Evolução dos remanescentes, florestas e ecossistemas associados no domínio da Mata Atlântica. Disponível em: <<http://www.sosmatatlantica.org.br>>. Acesso em: 20 jul. 2004.

COMUNIDADE Guarani lança campanha pela demarcação de terra. **CIMISUL**. Disponível em: cimisul@terra.com.br. Acesso em 15 ago. 2005.

COPIRECHA (Coordenadoria de Pueblos y organizaciones indígenas de la region Chaqueña e Misiones). **Nota de Caciques del Pueblo Guarani de Misiones al Presidente Kirchner**. Disponível em: <http://argentina.indymedia.org/news/2004/11/233409_coment.php>. Acesso em 17 maio 2005.

CULTURA dos Índios Guarani sobrevive na fronteira. **ITAIPU BINACIONAL**. Disponível em: <<http://www.h2foz.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2005.

ENCICLOPÉDIA Digital Máster Milênio. Disponível em: <<http://www.encyclopedia.com.br>>. Acesso em: 05 out. 2004.

FUNAN: Fundación para la defensa del ambiente. Disponível em: <<http://www.funan.org.ar/crisis.htm>>. Acesso em: 04 nov. 2004.

FUNDAÇÃO Moisés Bertoni: Reserva Natural de Mbaracayu. Disponível em: <<http://www.mbertoni.org.py>>; <<http://www.mbertoni.org.py/iap.pdf>>, Acesso em: 19 abr. 2005.

GOMES, Mércio. **Pela autonomia cultural e econômica dos povos indígenas**. Artigos e Entrevistas. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br>>. Acesso em: 03 abr. 2005.

ISA (f) a - Marina da Silva lança o protocolo de intenções do Programa de Trabalho na COP 7 da CDB”, Conferências das Partes da Convenção da Diversidade Biológica, in **Notícias Socioambientais**. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org.br>>. Acesso em: 24 abr. 2004.

ISA - Ocupação desordenada ameaça o Parque Indígena do Xingu. In: **Povos Indígenas do Brasil**. São Paulo: Instituto Sócioambiental (ISA), 1991/1995, p. 614-617.

ISA a - Políticas Públicas ambientais começam a integrar ações de conservação na Bacia do Xingu. **Notícias Sócioambientais**. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org.br>>. Acesso em: 13 jun. 2005.

ISA b - A Homologação da TI Raposa Serra do Sol pode declarar a política indigenista do governo Lula. **Notícias sócio-ambientais.** Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/nsa/>>. Acesso em: 20 abr. 2004.

ISA c – Documento final do Encontro nacional dos povos e organizações indígenas do Brasil, 2003. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org.br>>, Acesso em: 24 maio 2003.

ISA d – Projeto de lei do Novo Estatuto do Índio (PL 2.957/91): em substituição ao antigo de nº 6001/73. (Substitutivo da Comissão Especial do dep. Luciano Pizzatto em 1994; Proposta substitutiva do dep. Luciano Pizzatto, versão dez./2000, versão maio 2001), **Documentos na Íntegra.** Disponível em: <<http://www.socioambiental.com.br>>. Acesso em: 05 jun. 2003.

ISA e – Programa de Conservação e Proteção da Biodiversidade em Terras Indígenas: carta das lideranças indígenas à ministra do Meio Ambiente, em 06.02.2004. **Notícias Socioambientais.** Disponível em: <<http://www.socioambiental.org.br>>. Acesso em: 06 fev. 2004.

ISA (a) f - Marina da Silva lança o protocolo de intenções do Programa de Trabalho na COP 7 da CDB. Conferências das Partes da Convenção da Diversidade Biológica. **Notícias Socioambientais.** Disponível em: <<http://www.socioambiental.org.br>>. Acesso em 24 abr. 2004.

JOHN, Liana. Ciência e Meio Ambiente: Parque Estadual da Ilha do Cardoso. **Agência Estado.** Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/print>>. Acesso em 27 mar. 2001.

JOHN, Liana. Ciência e Meio Ambiente: 1998-2000, Estação Ecológica Juréia-Itatins. **Agência Estado.** Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/ciencia/noticias>>. Acesso em 27 mar. 2001.

MINISTÉRIO do Meio Ambiente elabora projeto para preservar terras indígenas **AmbienteBrasil.** Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br>>. Acesso em: 20 abr.05.

MMA: subprograma do PPG7 para a Mata Atlântica. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sbf/pnf/n2_apres.htm>. Acesso em 08 jun. 2005.

NOVOS Recursos para a Mata Atlântica. **ASCOM.** Disponível em: <<http://www.ascomunicacaoempresarial.com.br/releases/2005/mai/20/2.html>>. Acesso em: 8 jun. 2005.

PROJETO Microbacias 2. Disponível em: <<http://www.microbacias.sc.gov.br>>. Acesso em: 24 jun. 2005.

RESERVA da Biosfera. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/meioamb/arprot/tombada/rebiosf/-3k>>

WRM a (Movimiento Mundial por los Bosques (Florestas) Tropicales) - Argentina. Comunidades Mbyá Guaraní ameaçadas por empresa madeireira. **Boletim n. 86**. Disponível em: <<http://www.wrm.org.uy>>. Acesso em 20 set 2004.

WRM b (Movimiento Mundial por los Bosques (Florestas) Tropicales). Áreas Protegidas e Povos Indígenas. **Boletim n. 73**. Disponível em: <<http://www.wrm.org.uy>>. Acesso em: 07 out. 2003.

IMPrensa Escrita

A TERRA para os índios é vida: antropólogo propõe alteração na Constituição Estadual para garantir reserva indígena sem criar tensão com agricultores. **Jornal A Notícia**, Florianópolis, 19 abr. 2003.

DEMARCAÇÃO de terras provoca polêmica. **Jornal A Notícia**, Florianópolis, 16 mar. 2003.

ESCOLHA um afilhado Guaraní. **Jornal A Notícia**, Florianópolis, 17 abr. 2004.

IPHAN pede paralização de obras da BR-101. **Jornal A Notícia**, Florianópolis, 03 jun.2005

MARTINS, Celso. Arqueólogos acham urnas funerárias de índios guaranis. **Jornal A Notícia**, Florianópolis, 31. mar. 2002.

MONTADA aldeia na serra D. Francisca. **Jornal A Notícia**, Florianópolis, 25 jun.2004.

PROPOSTA quer reduzir conflitos por terra. **Jornal A Notícia**, Florianópolis, 30 jun. 2005.

“Guaranis fazem campanha por demarcação de terra”, **Jornal A Notícia**, 09/08/2005

S.O.S. Maciambu: a natureza humana faz parte do meio ambiente. **Jornal Rural do Sul**, Florianópolis, ano 4, ed. 29, p. 11. Set. 2005.

